



Periscópio Internacional

Notícias do mundo





Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J25p Jakobsen, Kjeld.
Periscópio internacional : notícias do mundo / Kjeld Jakobsen. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
248 p.

ISBN 978-85-7643-047-6

1. Política internacional. 2. Política – América – Europa. 3. Relações diplomáticas. 4. Comércio mundial. 5. Oriente Médio - urânio. 6. Tecnologia nuclear. 7. Energia. I. Título.

CDU 327
339
CDD 327

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)





Kjeld Jakobsen

Periscópio Internacional
Notícias do mundo



rls





Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Ricardo de Azevedo (presidente)
Nilmário Miranda (vice-presidente)
Selma Rocha (diretora)
Flávio Jorge Rodrigues da Silva (diretor)

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial

Sandra Brazil

Instituto Rosa Luxemburg Stiftung

Diretora no Brasil

Kathrin Buhl

Preparação

Maurício Balthazar Leal

Capa

Eliana Kestenbaum

Editoração Eletrônica

Enrique Pablo Grande

1ª edição: fevereiro de 2008

Todos os direitos reservados à
Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224
04117-091 — São Paulo — SP — Brasil
Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910
Correio eletrônico: editorial@fpabramo.org.br

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo
<http://www.fpabramo.org.br>

Copyright © 2008 by Kjeld Jakobsen
ISBN 978-85-7643-047-6



Sumário

APRESENTAÇÃO – KJELD JAKOBSEN	11
PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 10 – JANEIRO DE 2007	13
América Latina	13
Uma ligeira avaliação do processo político latino-americano até aqui	19
Mercosul	20
A presença dos Estados Unidos na América Latina	22
Fidel Castro se licencia da presidência de Cuba	23
O ano de 2006 para os Estados Unidos	24
O problema da energia	27
Europa	28
Um ano de profunda crise no Oriente Médio	31
Ásia	36
África	39
Comércio, economia e multilateralismo	40
A ONU em 2006	42
Notícias do mundo do trabalho	44
O debate sobre a questão da imigração	45
Notícias do movimento social	46
PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 11 – FEVEREIRO DE 2007	47
Posse de novos presidentes na América Latina	47
Estaria surgindo uma alternativa de esquerda no Paraguai?	49
O Foro de São Paulo	50
A Cúpula do Mercosul	51
México	52



Periscópio Internacional – Notícias do mundo

Estados Unidos – A nova tática de Bush	53
Guantanamo completa cinco anos em atividade	56
2007, um ano crucial para a Comunidade Européia	57
Praticamente conformado o quadro das eleições francesas	58
Notícias do Oriente Médio	59
Darfur	60
Somália	61
O próximo quadro eleitoral na África do Sul	62
Primeiros passos do novo secretário-geral da ONU	63
O Relatório da ONU sobre aquecimento global	64
Chirac propõe criação de nova organização ambientalista	65
O controle da internet e a União Internacional de Telecomunicações	66
Fórum Social Mundial em Nairóbi	67
PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 12 – MARÇO 2007	69
Acordo na Bolívia faz Constituinte avançar	69
Crise política na Colômbia	70
Plebiscito no Equador	70
No México: sem <i>maíz</i> não há país!	71
Acordos bilaterais entre Argentina e Venezuela	72
A visita de Bush à América Latina	73
Estados Unidos – A adiantada briga pela Casa Branca	74
A despenalização do aborto em Portugal	76
Prodi	76
Campanha eleitoral na França	78
Sérvia livre das acusações de genocídio	79
Rússia aumenta o tom com o Ocidente	80
Oriente Médio	81
Darfur e as primeiras ações do Tribunal Penal Internacional	82
As eleições no Senegal	83
Testes de “Uma única ONU” e a formação de nova equipe	84
Problemas na posição da OMS com relação aos genéricos	85
A preocupação da OMC com o meio ambiente	86
Queda na Bolsa de Xangai assusta o mundo	87
PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 13 – ABRIL DE 2007	89
Equador	89
Colômbia	90
Venezuela	91
Argentina	92



Parlamento do Mercosul	92
Estados Unidos e as dificuldades de George W. Bush	93
Eleições no Québec	95
O aniversário de 50 anos da União Européia	97
Eleições parlamentares na Finlândia	99
Eleições francesas se aproximam	99
Oriente Médio com poucas perspectivas de paz. Irã poderá ser atacado ..	101
Referendo constitucional no Egito	102
Zimbábue	104
Congo	105
Aprovada lei que estabelece a propriedade privada na China	105
Eleições no Timor Leste	106
Renovado o Fundo do Banco Mundial para redução de emissões de CO ₂	107
PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 14 – MAIO DE 2007	109
A Cúpula Energética da América do Sul	109
Presidente da Colômbia continua sob suspeita	110
Estados Unidos – Um cenário difícil para os republicanos	111
Blair anuncia data da renúncia	113
Direita vence as eleições presidenciais na França	114
As indefinições existenciais da Turquia	117
Rússia – Problemas diplomáticos e o futuro de Putin	118
Crise no governo israelense	120
A aproximação de Japão e China – A visita de Wen Jiabao a Tóquio...	121
As eleições no Nepal	123
Eleições presidenciais no Timor Lorosae	124
Eleições na Nigéria	124
Wolfowitz e o escândalo no Banco Mundial	126
Terceiro relatório do IPCC sobre mudanças climáticas – Propostas para ação	128
PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 15 – JUNHO DE 2007	131
Iniciado o processo eleitoral argentino	131
Uribe tenta mudar a agenda política na Colômbia	132
Os cem primeiros dias do governo Correa no Equador	134
Eleições gerais na Guatemala	135
Liberdade de imprensa na Venezuela	136
Estados Unidos – Bush <i>rides again</i>	137
As eleições parlamentares na França	140



Periscópio Internacional – Notícias do mundo

Eleições parlamentares na Irlanda	141
A disputa geopolítica entre Estados Unidos e Rússia	142
Prossegue a conflagração no Oriente Médio	143
O Banco Mundial e a nova escolha de Bush	145
China e o Programa Nacional de Mudança Climática	147
A reunião do G-8 na Alemanha	148
A 96ª Conferência da OIT	150
A 37ª Sessão da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos	151
PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 16 – JULHO DE 2007	153
Campanha eleitoral argentina	153
Constituinte boliviana	154
33ª Cúpula do Mercosul no Paraguai	154
Estados Unidos – Pesquisas pressionam Bush	155
Novo ministro britânico assume a liderança do país	158
Conferência de Paris discute a situação em Darfur	159
Cúpula da União Européia com o Brasil	161
Congresso de fundação do Partido de Esquerda alemão	161
Poucos avanços nas negociações entre Rússia e Estados Unidos	162
Realizada a Cúpula da União Africana	163
Palestina dividida	164
Retomada a disputa política no Timor Lorosae	164
As tentativas de desnuclearização da península coreana	165
ONU – Brasileiro é escolhido para chefiar o Escritório para Assuntos de Desarmamento	167
ONU – Relatório sobre o avanço das Metas do Milênio	168
ONU – Relatório sobre o estado da população mundial em 2007	169
Reforma trabalhista na China	170
PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 17 – AGOSTO DE 2007	171
Trabalho da Constituinte avança na Bolívia	171
Colômbia e paramilitares, outra vez	172
Peru – Cai a popularidade de Allan Garcia	173
Nova Constituição na Venezuela	173
Estados Unidos – As origens da teimosia de Bush com relação ao Iraque	174
Neoconservadores definem a política externa norte-americana	175
Eleições parlamentares da Turquia	178
Prossegue a tensão no Líbano	181



Periscópio Internacional – Notícias do mundo

O impasse iraniano	181
A situação no Iraque	182
Israel e Palestina	183
Japão – Apesar da derrota eleitoral, Abe se agarra ao cargo	183
Paquistão – O general Musharraf e as eleições gerais	185
Índia – A eleição da nova presidenta	187
Negociações na OMC	189
PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 18 – SETEMBRO DE 2007	191
Bolívia – Constituinte no impasse	191
Peru – o ditador corrupto voltou	191
Equador – população elege sua Assembléia Constituinte	192
Colômbia – eleições estaduais e municipais	193
Guatemala – o resultado das eleições presidenciais	193
Estados Unidos – Apesar dos resultados pífios no Iraque, o Congresso aprova bilhões adicionais para a guerra	194
França – Sarkozy começa a mostrar as garras	196
Grécia – Eleições parlamentares seguram governo conservador, mas enfraquecido	198
Líbano dividido tentará eleger novo presidente	198
Paquistão – Musharraf e a eleição presidencial	200
Japão – A escolha do novo primeiro-ministro, o oposto de Abe	201
Mianmá – Mobilizações populares se mantêm	202
Coreia do Norte – Processo de desnuclearização em curso, mas sem data para acabar	203
Crise financeira nos Estados Unidos preocupa o mundo	205
Aberta a 62ª Sessão da Assembléia Geral da ONU	206
ONU – Países renovam compromisso para redução das emissões de gases poluentes	207
ONU – Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas é aprovada	208
PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 19 – OUTUBRO DE 2007	209
Cristina Kirchner vence as eleições presidenciais na Argentina	209
Resultado das eleições estaduais e municipais na Colômbia	210
Colom será o novo presidente da Guatemala	210
Honduras recebe soberania de ilhas no Caribe e muda suas fronteiras	211
Realizadas eleições municipais em Cuba	211
Lançamento do Banco do Sul	212
Haiti – ONU renova permanência da Minustah no país	212
Estados Unidos <i>versus</i> Irã	213





Periscópio Internacional – Notícias do mundo

Congresso do SPD alemão reelege direção e se distancia do CDU	215
Direita xenófoba avança na Suíça	216
Mudança de governo na Polônia	217
Eleitores ucranianos fortalecem aproximação com a União Européia ..	217
Turquia – Pioram as relações com o Iraque e o mal-estar com os Estados Unidos	218
Paquistão – O retorno de Benazir Bhutto e mais um golpe	220
Congresso do Partido Comunista da China aprova a estratégia de desenvolvimento para os próximos anos	221
Al Gore e o IPCC da ONU recebem o prêmio Nobel da Paz de 2007	222
PERISCÓPIO INTERNACIONAL Nº 20 – NOVEMBRO DE 2007	225
Reformas constitucionais na América Latina	225
Uribe desfaz a mediação pela paz na Colômbia	227
Senado uruguaio aprova descriminalização do aborto, mas Tabaré poderá vetar a lei	228
Estados Unidos – A guerra e o futuro do país	228
Greves e revoltas na França	230
Decisões do Congresso do SPD Alemão provocam mudanças no governo	231
Eleições parlamentares na Dinamarca	231
Putin reforça seu poder na Rússia	232
Turquia – Longe da União Européia e perto da guerra	233
Impasse no Líbano prossegue, mas há luz no fim do túnel	234
Conferência de Paz em Annapolis	235
Endurece a disputa pela presidência do CNA na África do Sul	235
Paquistão – Musharraf reempossado, eleições legislativas confirmadas, mas o cenário ainda é incerto	236
A reaproximação das duas Coreias e as eleições na Coreia do Sul	237
Protestos em Mianmá continuam	239
Trabalhistas vencem eleição parlamentar na Austrália	239
ONU – Realização da Conferência sobre Mudanças Climáticas em Bali	240
LISTA DE SIGLAS	241



Apresentação

O desafio de continuar oferecendo informações com um mínimo de análise sobre os acontecimentos internacionais prosseguiu em 2007, por intermédio do *Periscópio Internacional – Notícias do mundo*, editado por mim, coordenado pelos responsáveis internacionais do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Fundação Perseu Abramo (FPA) e com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo (RLS).

O presente livro é, portanto, uma continuidade de *Um olhar sobre o mundo*, publicado no início de 2007, reunindo e reproduzindo os boletins mensais publicados pelo site da FPA em 2006, com o objetivo adicional de ser utilizado como um instrumento a mais para o programa de formação em relações internacionais de militantes do Partido dos Trabalhadores.

Ele pode, inclusive, ser lido a partir dos elos que unem a conjuntura no curto e médio prazos, se olharmos, por exemplo, alguns dos fatos ocorridos em 2006, como a posse de Evo Morales na presidência da Bolívia logo no início daquele ano e a situação atual, quase dois anos depois, de algumas de suas principais medidas, como a tentativa de elaborar uma nova Constituição e seus impasses.

Podemos também examinar alguns acontecimentos que ocorreram em 2007 devidamente registrados e comentados, com início, meio e fim, a partir de várias edições do *Periscópio* como a posse do presidente Rafael Correa no Equador e todo o processo subsequente de neutralizar a ação dos deputados da direita no Parlamento equatoriano, aprovar a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e eleger uma maioria de membros comprometidos com as mudanças políticas necessárias e o progresso social. Ou ainda o processo eleitoral francês desde a definição das candidaturas, a realização dos dois turnos eleitorais para a presidência e o Parlamento e o resultado geral.

Portanto, o objetivo destas publicações não é realizar um apanhado dos principais fatos do ano como fazem algumas revistas semanais no



final de dezembro, mas de oferecer um registro permanente de acontecimentos em todo o mundo, cuja escolha tampouco surge de avaliações jornalísticas tradicionais.

Claro que tanto a escolha dos conteúdos quanto os comentários estão sujeitos a erros e imperfeições de responsabilidade exclusiva do editor. Mesmo assim, espero contribuir com mais informações para o debate da política internacional cada vez mais necessário neste mundo globalizado.

Kjeld Jakobsen





Periscópio Internacional nº 10

janeiro de 2007

AMÉRICA LATINA

BOLÍVIA

O primeiro novo presidente a assumir o governo de um país em 2007 foi Evo Morales na Bolívia, em janeiro. Em maio ele tomou a iniciativa de nacionalizar o gás e o petróleo. Apesar das polêmicas, foi possível a realização de acordos com todas as empresas multinacionais, inclusive a Petrobrás, para que a posição boliviana fosse cumprida.

No dia 2 de julho de 2006 foram eleitos os deputados para compor a Assembléia Nacional Constituinte da Bolívia, principalmente para definir o domínio sobre os recursos naturais, a estrutura administrativa do país e a incorporação dos povos originários a todos os aspectos cidadãos. De um total de 255 cadeiras, o Movimiento Al Socialismo (MAS) do presidente Evo Morales obteve 139, o equivalente a 50,7% dos votos; o Podemos obteve 15,3% e 62 cadeiras; a Unión Nacional, 7,2% e sete cadeiras; outros partidos, 26,8% e 47 constituintes.

O MAS conseguiu, sob protestos da direita, que a aprovação de cada item da nova Constituição será por maioria de 50% mais um e não de dois terços, como queria a oposição. Este quórum maior valerá apenas para a votação final do conjunto da Carta Magna, além do referendo popular ao qual também será submetida. No dia 2 de julho realizou-se a eleição para compor a Assembléia Nacional Constituinte da Bolívia, bem como o referendo sobre a autonomia departamental.

A polêmica sobre o quórum da Constituinte e a tentativa do governo do MAS de regulamentar o funcionamento dos governos provinciais, cujos governantes eram nomeados até há pouco tempo, estão neste momento sendo objeto de manifestações nas províncias onde a direita é mais forte, como Pando, Tarija, Santa Cruz e Beni, inclusive com ameaças de proclamação de governos autônomos.





CHILE

Michelle Bachelet é a quarta representante da Concertacion – coalizão governamental chilena formada pelos partidos Democrata Cristão, Socialista e Radical – a ser eleita desde que as eleições presidenciais diretas foram reintroduzidas no país depois da derrota da ditadura de Augusto Pinochet no plebiscito de 1988, que pretendia aprovar uma nova Constituição e prorrogar seu mandato por mais alguns anos. Bachelet tomou posse em março.

Os dois primeiros presidentes da Concertacion eram democratas cristãos. O terceiro foi o socialista Ricardo Lagos, e durante seu mandato o lado mais corrupto do governo Pinochet se revelou, além do que já se conhecia no tocante à violação dos direitos humanos. Bachelet compôs seu ministério com dez mulheres e dez homens e vem enfrentando a tarefa de desmontar a estrutura de Estado privado operada pela ditadura, principalmente nas áreas de educação, saúde e previdência social.

O final do mês de maio marcou a ocorrência de uma grande mobilização de estudantes secundaristas no Chile. Eles tomaram as ruas, com o apoio de seus colegas universitários, de professores e de várias associações de pais, e chegaram a realizar passeatas em todo o país, que reuniram 1 milhão de pessoas. Os protestos eram contra a legislação educacional chilena e reivindicavam mais verbas, particularmente para beneficiar os estudantes mais pobres.

No dia 10 de dezembro de 2006 faleceu o ex-ditador, ironicamente na data da celebração do Dia Internacional dos Direitos Humanos, sem que chegasse a cumprir as possíveis penas de prisão que receberia pelo envolvimento em prisões arbitrárias, torturas e assassinatos de opositores durante o seu governo, sem mencionar a então recém-descoberta de que possuía recursos aplicados no exterior, resultado de propinas e corrupção em geral.

No Chile, assim como na Argentina e no Uruguai, há uma série de medidas em apreciação para revogar a anistia implementada pelos respectivos regimes militares dos anos 1970 e 1980.

EL SALVADOR

No mês de março houve eleições municipais em El Salvador, e a grande questão era como a Frente Faribundo Marti de Libertação Nacional (FMLN) se sairia após o mau resultado obtido nas últimas eleições presidenciais e algumas cisões internas no partido.

A Frente manteve o mesmo nível de votos da eleição municipal anterior, em torno de 700 mil. Perdeu em algumas cidades e ganhou em outras.



Permaneceu porém no poder na capital San Salvador, apesar de a direita ter jogado pesado na disputa e de o atual prefeito, Carlos Zamora, ter deixado o partido. A nova prefeita passou a ser Violeta Menjívar.

HAITI

Também em março tomou posse o presidente eleito no Haiti, René Préval, que já governara o país de 1996 a 2001. É do partido Fanmi Lavalas, o mesmo do presidente Bertand Aristide, que renunciou ou foi destituído em 2003 – a distância entre os dois conceitos neste caso é muito estreita.

NICARÁGUA

Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), venceu as eleições presidenciais da Nicarágua em outubro por aproximadamente 38% dos votos contra 29% do segundo colocado, Eduardo Montealegre, da Aliança Liberal Nicaragüense (ALN), partido de direita.

Pela legislação eleitoral daquele país, vence no primeiro turno aquele que alcançar no mínimo 40% dos votos ou então 35%, desde que, neste caso, haja uma diferença mínima de 5% em relação ao segundo colocado. Foi esta segunda alternativa que ocorreu na eleição de Ortega.

O resultado significa a volta da FSLN ao poder após 17 anos, quando o mesmo Daniel Ortega não foi reeleito no pleito presidencial de 1989. No entanto, o retorno se dá sob circunstâncias muito diferentes daquelas em que deixou a presidência.

Não há mais guerra fria nem conflitos armados na América Central, porém o país está ainda mais pobre, e neste aspecto só perde no continente para o Haiti. O próprio Ortega moderou suas posições políticas para atrair o eleitorado de centro, mas, apesar deste esforço dos sandinistas, o novo embaixador dos Estados Unidos, Paul Trivelli, nomeado em 2005, afirmou à imprensa no início do processo eleitoral que faria todos os esforços para unir os partidos de direita, os quais ele chama de democráticos, em torno de um candidato único, que para os norte-americanos era Eduardo Montealegre.

EQUADOR

Candidato presidencial da esquerda no Equador pela coalizão Alianza País (AP), Rafael Correa venceu as eleições no segundo turno, realizado no dia 26 de novembro. Ele venceu Álvaro Noboa, o “Magnata das Bananas”, por 57% a 43%.

Correa conseguiu reunir praticamente toda a esquerda em torno de sua candidatura no segundo turno. Sua vitória foi muito importante, pois aponta um novo rumo para o Equador, uma vez que ele anunciou durante a cam-





Notícias do mundo

panha que não assinaria o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, que não renovará o convênio de cessão da base militar de Manta com os norte-americanos e convocará um referendo para consultar a população sobre a conveniência ou não de elaborar uma nova Constituição.

VENEZUELA

O presidente Hugo Chávez Frias, conforme esperado, foi reeleito presidente da Venezuela no dia 3 de dezembro de 2006 para mais um mandato de seis anos. Ele obteve 63% dos votos válidos e derrotou o candidato da oposição, Manoel Rosales, que obteve 36,7%.

No início da campanha presidencial apresentaram-se 22 candidatos, mas quase todos, com exceção de Rosales, desistiram. Este é governador do estado de Zulia e membro da Aliança Democrática (AD), o partido socialdemocrata venezuelano que inicialmente havia considerado não lançar candidatura e prosseguir em sua posição de não reconhecer o processo político do país.

Ao lado destas vitórias, tivemos outras eleições, cujos resultados devem ser analisados de forma distinta: Canadá, Costa Rica, Peru, Colômbia, México.

COSTA RICA

Oscar Sanches Árias, do Partido da Libertação Nacional (PLN), foi o vencedor das eleições presidenciais em fevereiro na Costa Rica. Ele já havia sido presidente de 1986 a 1990. Disputou as eleições de 2006 com uma plataforma totalmente neoliberal, de defesa da privatização das empresas públicas costa-ricenses e da assinatura do Tratado de Livre Comércio da América Central (Cafta).

No entanto, Árias derrotou seu oponente principal, Ottón Sollis, por uma margem de apenas 1,1% dos votos. Este fora ministro de Planejamento de seu primeiro governo, mas renunciou na época por discordar do plano de ajuste estrutural implementado por Árias sob orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI). Candidatou-se pelo Partido da Acción Ciudadana (PAC), que foi criado em 2002 e já surpreendera naquela ocasião ao eleger 24 deputados federais. Sua ascensão ao segundo lugar rompeu uma tradição de disputa bipartidária entre o PLN e o democrata cristão Partido da Unidade Social Cristã (PUSC), ambos desgastados por sucessivos escândalos de corrupção.

PERU

No Peru, a disputa principal deu-se em junho de 2006, entre Ollanta Humala, militar da reserva e candidato pela coalizão partidária Unión Por

el Peru (UPP), e Alan Garcia, que já presidira o país na década de 1980 pelo Partido Aprista.

Humala apresentou-se com uma plataforma nacionalista e de promoção dos direitos sociais que lhe deu a maior votação no primeiro turno, embora insuficiente para vencer as eleições. No segundo turno, o apoio dos partidos de direita a Garcia deu a este a maioria de votos: 54%.

Enquanto Alan Garcia venceu com folga na capital e nas províncias próximas, Ollanta Humala triunfou nas 16 províncias do interior, principalmente nas regiões mais pobres. Sua coalizão partidária é a mais representativa no Parlamento, com 36%, seguida pela Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA) com 30%, embora seu posicionamento político e programático ainda não esteja muito claro. Os partidos de esquerda, como o socialista (PSP), o comunista (PCP) e o Pátria Roja, tiveram juntos apenas 1,5% dos votos no primeiro turno e ficaram sem representação parlamentar por não superarem a cláusula de barreira de 4%.

COLÔMBIA

Na Colômbia, o presidente Álvaro Uribe foi reeleito no primeiro turno em maio com 62,2% dos votos. Porém, o Pólo Democrático Alternativo (PDA) alcançou o segundo lugar, com a candidatura de Carlos Gavéria, superando o Partido Liberal e tornando-se uma alternativa real de governo no país. Este avanço eleitoral da esquerda deve-se também a um processo de acúmulo das lutas sociais, da construção de unidade do PDA, bem como de suas alianças locais e do sucesso obtido em governos municipais e estaduais conquistados em 2003, por exemplo, o governo municipal de Bogotá e o estado do Valle.

Uribe detém a maioria no Parlamento desde as eleições parlamentares realizadas em março de 2006, e vem levando adiante seu programa neoliberal, que inclui a realização de um acordo de livre comércio com os Estados Unidos. Aliás, o governo colombiano tem sido um dos aliados mais importantes dos interesses norte-americanos na América Latina. Apesar da maioria de direita, o PDA avançou também no Parlamento ao obter em março quase 1 milhão de votos num país onde o voto é facultativo e a abstenção, tradicionalmente alta.

Recentemente o governo Uribe vem sendo abalado pela acusação da Suprema Corte da Colômbia de que o ex-diretor geral, Jorge Noguera Cates, do Departamento Administrativo de Seguridad (DAS), órgão equivalente à nossa Polícia Federal, possui ligações com os paramilitares e com o narcotráfico. Além das acusações contra ele, até o momento também foram presos três parlamentares pelo mesmo motivo.



MÉXICO

No México houve uma das campanhas eleitorais mais disputadas do ano. O candidato do Partido da Revolución Democrática (PRD), Andrés Manoel Lopez Obrador, esteve na dianteira praticamente todo o tempo, enfrentando uma duríssima campanha caluniosa e anticomunista que partia das demais candidaturas e era apoiada pelo governo Fox e pelos grandes meios de comunicação.

Embora na reta final o candidato do Partido de la Acción Nacional (PAN), Felipe Calderón, tivesse subido nas pesquisas, ainda assim dificilmente venceria as eleições. No entanto, no dia 6 de setembro o Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário Federal (TRIFE) do México o declarou vencedor da eleição presidencial ocorrida em 2 de julho, por uma diferença de apenas 243 mil votos (0,58%), num total de 41 milhões de votos.

A coligação que apoiou Obrador apontou a ocorrência de irregularidades em cerca de 50 mil urnas, de um total de 132 mil, ou seja, colocou quase 38% dos votos sob suspeita.

O PRD articulou um processo de recursos judiciais e de mobilizações para pressionar o TRIFE a recontar todos os votos. Esta mobilização incluiu, por quase dois meses, a realização de grandes assembléias no centro da Cidade do México, normalmente acompanhadas por mais de 1 milhão de pessoas e por um acampamento de simpatizantes no Zócalo, a praça central da cidade, bem como pelo bloqueio das avenidas principais da capital.

No dia 16 de setembro os apoiadores de Lopez Obrador deliberaram pela suspensão da mobilização mantida até então, aprovando um movimento de desobediência civil e de não-reconhecimento das instituições mexicanas, a começar pela não-legitimação do novo presidente da república. Esta assembléia o proclamou presidente eleito e decidiu empossá-lo como tal e como dirigente de um governo paralelo no dia 20 de novembro, uma data simbólica, pois marcou o início da Revolução Mexicana em 1910.

Até mesmo setores esquerdistas, que haviam pregado o voto nulo – pois para eles o PRD e a candidatura de Lopez Obrador não representavam diferenças fundamentais em relação aos demais partidos e candidatos –, reconheceram que a participação eleitoral do PRD, o questionamento radical do sistema eleitoral mexicano e a assembléia de 16 de setembro que decidiu estabelecer um governo paralelo representaram as ações políticas mais importantes dos últimos anos.

Lopez Obrador não foi empossado como presidente de direito, porque a direita o combateu ferozmente, primeiro com a tentativa de impedir que se candidatasse, seguida pela campanha torpe e caluniosa e culmi-





nando com a fraude. A campanha pelo voto nulo e que todos eram “farinha do mesmo saco” ajudou a direita a dar posse a Calderón, que ocorreu no Congresso mexicano no dia 1º de dezembro, rapidamente, sem maiores festejos e sob veementes protestos dos parlamentares da oposição. A eleição mexicana de 2006 confirmou a decadência do Partido Revolucionário Institucional (PRI) e reafirmou o PRD como a segunda força política atual e alternativa de governo.

Além da acirrada disputa eleitoral que envolveu todo o país, no estado de Oaxaca há um movimento popular mobilizado desde julho em luta pela destituição do autoritário e corrupto governador Ulisses Ortiz Ruiz, do PRI. No entanto, este vem sendo defendido com unhas e dentes por meio de forte repressão à população pelo governo federal, que não quer a provável eleição de um candidato do PRD para substituí-lo, além de sua permanência ser uma condição para assegurar a aliança PAN/PRI que dará a maioria a Calderón no Congresso. Até o momento há vários mortos e muitos feridos e presos.

UMA LIGEIRA AVALIAÇÃO DO PROCESSO POLÍTICO LATINO-AMERICANO ATÉ AQUI

Este ciclo de eleições presidenciais, que deve se encerrar com a disputa na Argentina em 2007, consolidou e inclusive ampliou o leque de governos progressistas e de esquerda na América Latina, e demonstrou que a maioria da população de nosso continente quer seguir o caminho das mudanças e não continuar sob hegemonia neoliberal.

Para as forças progressistas do continente, o balanço dos resultados eleitorais foi muito positivo. Além dos governos de Cuba, Venezuela, Brasil e Argentina, foram eleitos presidentes do campo progressista e/ou de esquerda no Equador, na Bolívia, no Panamá, no Uruguai e na Nicarágua, e mantida a posição no Chile com a eleição de Michelle Bachelet. A direita ganhou na Colômbia, mas o Pólo Democrático Alternativo tornou-se a segunda força política naquele país, assim como o PRD no México.

As forças tradicionais de esquerda foram mal no Peru, pois não elegeram um parlamentar sequer. No entanto, o candidato classificado pela mídia como de esquerda foi Ollanta Humala, que chegou em segundo lugar, embora sua coalizão Unión por el Peru tenha elegido a maior bancada do Parlamento peruano.

Os partidos de direita, a mídia e as forças econômicas em nossa região tentaram apresentar este quadro de forma totalmente diferente, como uma vitória das forças de mercado que barraram o “populismo de esquerda no Peru, na Colômbia e no México”.





Notícias do mundo

Aliás, chamar nossos governos de populistas é uma maneira de tentar estigmatizar sua política. Quando Lula ou Chavez visitam bairros ou implementam programas sociais é populismo, mas quando FHC (Fernando Henrique Cardoso) monta num jegue, usa chapéu de cangaceiro e come buchada de bode, como fez em 1994, é simples campanha eleitoral.

Um outro truque, que partiu do ex-ministro de relações exteriores do governo Fox, Jorge Castañeda, é classificar os governos progressistas entre esquerda moderna e esquerda atrasada. No primeiro grupo estariam Kirchner, Tabaré Vazques, Lula e Bachellet, e no segundo Fidel Castro, Chavez e Evo Morales. O problema é que isto vem ao encontro de alguns maniqueísmos que existem também do nosso lado, pois muitas vezes não se consideram a realidade e os processos históricos de cada país e se deseja que tudo se transforme da mesma maneira e com a mesma rapidez, o que é uma perspectiva inexistente.

A imprensa também tem jogado pesado contra a esquerda nas eleições, e os exemplos mais recentes foram no México, no Brasil e na Venezuela, países em que fez campanhas descaradas e partiu para ataques e difamações, sem admitir que tinha preferências. Porém, notou-se um fato interessante: a perda de credibilidade e de influência dos meios de comunicação sobre o eleitorado em comparação com eleições passadas.

MERCOSUL

Há um tratado assinado há vários anos por Argentina e Uruguai definindo a administração compartilhada do rio Uruguai na fronteira entre os dois países, inclusive quanto aos cuidados com sua preservação ambiental. Em 2004, foi anunciado o investimento de cerca de US\$ 1,8 bilhão de duas grandes empresas multinacionais de papel e celulose, respectivamente a finlandesa Botnia e a espanhola Ence, para construir suas fábricas à beira do rio no lado uruguaio no município de Fray Bentos.

O problema maior do ano na região foi o questionamento argentino em relação à construção destas fábricas no Uruguai, sob a alegação de causar danos ambientais ao rio. A população de Gualeguaychu, do lado argentino, mobilizou-se e com o apoio do governador da província de Entrerios vem promovendo freqüentes bloqueios à passagem de veículos na ponte que une os dois países; até o momento não há solução para esta controvérsia.

O assunto, que aparentemente seria de fácil solução, foi “politizado” e se transformou em causas nacionais, gerando enorme impasse, não somente entre os dois países, mas para o Mercosul (Mercado Comum do Sul) como um todo. A percepção da sociedade uruguaia é que os grandes países da





região, Argentina e Brasil, não se preocupam com o desenvolvimento dos países menores e dificultam o recebimento de investimentos. Além disso, estes têm reduzido as importações de bens uruguaios e paraguaios.

Ambos os países passaram por alguns dissabores em relação ao tema no final do ano de 2006. O Uruguai porque durante a Conferência Ibero-Americana realizada em Montevideu, em novembro, o presidente da Argentina solicitou unilateralmente a mediação do rei Juan Carlos da Espanha; e a Argentina porque o Banco Mundial aprovou um empréstimo de US\$ 170 milhões para que uma das empresas em questão, a finlandesa Botnia, conclua suas obras, que já estão em 60%. Além disso, declarou que ela operará segundo os mais altos padrões internacionais e cumprirá as normas ambientais e sociais exigidas pelo banco.

A outra empresa, a espanhola Ence, que também previa construir uma fábrica na mesma localidade que a Botnia, a cidade de Fray Bentos no Uruguai, como praticamente não havia iniciado a construção decidiu levar o projeto para outra região do país.

A grande novidade da 30ª Reunião ordinária de Cúpula do Mercosul e países associados, realizada no dia 21 de julho na cidade de Córdoba, na Argentina, foi a participação da Venezuela já com *status* de membro pleno. No entanto, tem um prazo para adequar suas tarifas externas de acordo com a Tarifa Externa Comum (TEC), já existente entre os quatro países que originalmente formam o bloco.

As demais decisões tiveram basicamente por objetivo: impulsionar a integração energética da região por meio do Gasoduto do Sul, ao qual aderiram também Bolívia, Paraguai e Uruguai; avançar na definição de um código aduaneiro do Mercosul; realizar as transações comerciais regionais com as moedas locais e não com o dólar norte-americano; definir as regras de funcionamento do Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM); lançar um programa de erradicação da aftosa da região; assinar um acordo de complementação econômica com Cuba, que envolve cerca de 3 mil linhas tarifárias; e assinar um protocolo que prevê a negociação de um acordo de livre comércio com o Paquistão.

Em novembro realizou-se em Belo Horizonte, no Brasil, o III Fórum Educacional do Mercosul, que além de reunir representantes governamentais desta área dos países-membros, também promoveu um encontro internacional paralelo de entidades sociais ligadas à educação nestes mesmos países.

Em dezembro, já sob a presidência *pro-tempore* do Brasil, instalou-se o Parlamento do Mercosul, que inicialmente contará com a participação de 18 deputados nomeados pelos Parlamentos dos países-membros. A partir





Notícias do mundo

de 2010, eles serão eleitos diretamente. Na reunião da Comissão Mercado Comum, neste mesmo mês, foi aprovado o ingresso da Bolívia como país-membro e não mais apenas associado, como antes.

Devido à realização em dezembro da reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN), a Cúpula de Presidentes do Mercosul foi adiada para 18 e 19 de janeiro de 2007, quando também deverá ser instalado o Conselho Consultivo de Estados e Municípios.

A PRESENÇA DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA LATINA

No dia 4 de abril, um representante do Departamento de Estado norte-americano deu depoimento ao Congresso dos Estados Unidos sobre as iniciativas do governo para combater “lavagem de dinheiro” nos três países que compõem a região da Tríplice Fronteira - Argentina, Brasil e Paraguai -, por meio da criação de Unidades de Transparência Comercial, para verificar a origem e o destino das transações comerciais, informando os governos, inclusive o norte-americano, de distorções que poderiam representar possíveis fraudes, lavagem de dinheiro ou financiamento de terrorismo.

Como de costume, os norte-americanos sugerem que a Tríplice Fronteira está sem controle e que, portanto, caberia a eles esta missão, o que além de ser um inaceitável atentado à soberania das três nações permitirá que monitorem o fluxo de comércio do Mercosul, obtendo informações estratégicas para sua própria política comercial internacional.

O relatório anual de avaliação do departamento sobre atividades terroristas no mundo, publicado em meados de 2006, concluiu que o governo brasileiro “condena vigorosamente o terrorismo, mas não provê o suporte material e político necessário para fortalecer as instituições antiterror”. Embora elogie o aperfeiçoamento do banco de dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), “com ajuda norte-americana”, como um instrumento importante para combater lavagem de dinheiro, ao mesmo tempo, critica o fato de o Brasil reconhecer o Hamas e o Hezbollah como partidos políticos.

O que o governo norte-americano pretende é que todos os governos do mundo modifiquem sua legislação para adaptá-las às regras de segurança nacional que ele adotou depois do atentado de 11 de setembro de 2001, seguidas por muitos de seus aliados mais ou menos incondicionais, como a Inglaterra, por exemplo.

Com uma declaração descuidada, o novo comandante das operações avançadas dos Estados Unidos da base aérea de Manta, o general do exército norte-americano Javier Delucca, trouxe à tona a discussão sobre a instalação



de bases militares na América Latina ao afirmar que a localização da base de Manta, no oeste do Equador, era de grande utilidade para o Plano Colômbia de combate ao narcotráfico. Delucca provocou reações de grupos políticos, sociais e organismos de direitos humanos por considerar que a existência deste aparato envolve diretamente o Equador no Plano Colômbia.

Há ainda outra base militar norte-americana que está sendo colocada em operação na América Latina, a de Mariscal Estigarribia, no Paraguai. A aproximação dos Estados Unidos com o Paraguai resultou na assinatura de um acordo que se transformou na Lei 2594/05, por meio da qual se permite o ingresso de tropas norte-americanas no país, por um período de 18 meses, de julho de 2005 a dezembro de 2006, as quais terão imunidade para atuar no país.

A fim de minimizar esta presença militar norte-americana na região, o governo brasileiro anunciou a criação de um Centro de Inteligência para a Tríplice Fronteira, que será operacionalizado com a Argentina e o Paraguai.

FIDEL CASTRO SE LICENCIA DA PRESIDÊNCIA DE CUBA

Devido à sua internação para realização de uma intervenção cirúrgica no final de julho, Fidel Castro se licenciou da presidência do país e até o momento não reassumiu suas funções. Foi substituído interinamente por Raul Castro como presidente do país.

O episódio foi festejado por seus inimigos, particularmente os do governo norte-americano e os membros da comunidade cubana que vive em Miami. Receberam a notícia como se houvessem alcançado o desmoronamento do regime cubano, que é o que eles vêm tentando provocar, sem sucesso, há tantos anos.

A imprensa recheou-se de “achismos políticos” que chegaram ao absurdo de afirmar que Raul Castro coordenaria uma transição rumo a uma mudança radical do sistema político cubano, mas durante o processo o governo, a população e as instituições cubanas mantiveram-se sólidas. Raul Castro tem exercido seu mandato discretamente e as diferentes instâncias político-administrativas do país têm funcionado como sempre funcionaram.

O ANO DE 2006 PARA OS ESTADOS UNIDOS

O ano de 2006 viu o retorno do Partido Democrata ao controle do Congresso e do Senado norte-americanos depois de 12 anos em mãos republicanas.

A votação de 7 de novembro, para eleição de todos os assentos do Congresso, um terço do Senado e 36 dos 50 governos de estado, modificou o panorama político no país. Até então, o Partido Republicano tinha 15 as-



Notícias do mundo

sentos a mais que os democratas no Congresso e cinco a mais no Senado. Agora, os democratas têm a maioria nas duas casas e no conjunto dos governos estaduais, conforme demonstra o quadro abaixo:

Ano	Partido	Câmara	Senado	Estados
2004	Republicano	229	55	28
	Democrata	201	44	22
2006	Republicano	196	49	22
	Democrata	229	51	28

O presidente do Senado é o vice-presidente Dick Cheney, que não é contabilizado no quadro.

Contudo, um acidente pode fazer que a vitória nas urnas não seja colocada em prática. O senador democrata Tim Johnson (Dakota do Sul) sofreu um derrame no início de dezembro, e caso não se recupere sua vaga, de acordo com as regras nos Estados Unidos, pode ser ocupada por um republicano indicado pelo vice-presidente Cheney.

O congresso permanece com vantagem democrata e a futura líder Nancy Pelosi já tem avançado em sua agenda de levantar a bandeira da ética, solicitar um controle maior dos serviços de inteligência do país etc. Mas o Senado, que antes tinha 51 votos democratas contra 49 republicanos, agora pode ficar empatado e facilitar que o governo Bush continue a aprovar medidas de seu interesse, uma vez que o desempate nas votações é feito pelo vice-presidente, segundo a Constituição norte-americana.

De qualquer forma, os próximos dois anos serão difíceis para George W. Bush. A corrida presidencial de 2008 já está iniciada e a guerra que o elegeu foi responsável pela vitória democrata nas eleições de 2006 e deve pautar o trabalho do novo Congresso e do Senado para a retirada das tropas norte-americanas do Iraque.

Finalmente, os meios de comunicação nos Estados Unidos começam a admitir que a situação no Iraque é análoga a uma guerra civil, e acumula-se pressão sobre o governo para encontrar uma saída para o fim do conflito e a estabilização do Iraque sem as tropas estrangeiras.

Ainda assim, o presidente Bush diz que somente apresentará seu novo plano para o Iraque em janeiro, “quando poderá mostrar que as tropas vão completar sua missão”. Uma das dúvidas é se Bush vai tomar a decisão de

enviar mais tropas ao país em uma tentativa de restaurar a ordem. Isso iria contra as recomendações do Iraq Study Group (ISG).

Os assessores de Bush dizem que ele tem estudado o relatório do grupo (<www.usip.org/isg/>) e analisado a questão a partir de outros relatórios e informes, incluindo solicitações de mais recursos dos generais que se encontram no Iraque com a intenção de investir no aparelhamento do exército. Parece estar inclinado a aceitar os pedidos de aumento das capacidades do exército e da marinha, mas quer ouvir a opinião de Robert Gates, o novo secretário de Defesa que substituiu Donald Rumsfeld – a primeira grande baixa pós-eleitoral –, que já declarou querer estudar como estão espalhadas pelo mundo as forças norte-americanas e como seria possível realocá-las para o território iraquiano.

O Iraq Study Group é uma comissão bipartidária presidida pelo ex-secretário de Estado James Baker e pelo ex-chefe do Comitê de Inteligência do Congresso, Lee Hamilton. O relatório do grupo definiu a situação no Iraque como grave e em deterioração, e fez 79 recomendações para a melhoria das condições no país. Embora tenha evitado estabelecer qualquer calendário de retirada das tropas do solo iraquiano, o texto afirma que no primeiro trimestre de 2008 é possível ter a maioria das tropas de combate dos Estados Unidos fora de lá. O relatório foi muito criticado pelo governo iraquiano, que alegou que as recomendações minam a soberania do país.

A má administração da guerra no Iraque, os efeitos do furacão Katrina, o vazamento do nome da espã Valerie Plame – casada com o diplomata que negava a compra de urânio do Níger por Saddam Hussein, mostrando que a motivação para a guerra fora construída –, o debate sobre a tortura e os sucessivos escândalos envolvendo o Partido Republicano foram peças fundamentais para as mudanças trazidas pelas eleições de 7 de novembro nos Estados Unidos.

A estratégia de Bush de fortalecer seu partido mediante uma agenda voltada para as questões de segurança havia sofrido inicialmente um revés com a reação do Senado à sua proposta de lei sobre as detenções militares. A chamada Lei da Tortura, na qual o presidente define quem é “combatente inimigo”, por quanto tempo ficará detido e as formas de interrogatório às quais poderá ser submetido, desde que não causem danos físicos ou psicológicos permanentes, proíbe que a Convenção de Genebra seja desrespeitada “gravemente” e impede que os réus aleguem durante o julgamento que ela foi desrespeitada. A possibilidade de *habeas corpus* foi suspensa para os detentos militares. Estas propostas foram aprovadas no senado por 65 a 34 votos, e após uma votação com percentuais semelhantes também passaram na Câ-



mara dos Deputados, e a seguir encaminhadas para sanção presidencial. Foi uma tentativa de mostrar aos eleitores que os republicanos são os defensores do país contra o terrorismo, ao contrário dos democratas.

Foi justamente em função deste esforço que Bush confirmou a informação de que o governo tem mantido prisioneiros em prisões secretas no exterior administradas pela CIA (Central Intelligence Agency, em português Agência Central de Inteligência), e que pretende transferi-los para Guantanamo. Bush e seus assessores esperavam que com isso aumentasse a simpatia da opinião pública pelos republicanos, mas o que ele conseguiu foi colocar uma saia justa em alguns de seus aliados europeus, que agora precisam explicar a seus respectivos cidadãos em que medida apoiaram estas atitudes ilegais dos norte-americanos.

Além disso, na tentativa de fortalecer sua base de apoio conservadora, o governo acabou por endurecer a política de imigração em 2006, aprovou a construção de um muro na fronteira com o México e a lei Sensenbrenner-King, que criminaliza emigrantes não-documentados. A aprovação desta lei resultou em grandes protestos organizados pela comunidade de origem latina, com a presença de centenas de milhares de participantes; o maior deles ocorreu no dia 1º de maio, “Um dia sem Mexicanos”.

Espera-se para o ano de 2007 que haja mudanças na política externa norte-americana. O isolamento de Cheney, sem seu parceiro Donald Rumsfeld, e o controle democrata no legislativo devem certamente afetar as relações comerciais com a América Latina, com a possibilidade de revisão dos tratados de livre comércio assinados com a América Central, o Peru e a Colômbia.

A Autoridade de Promoção de Comércio (TPA), que Bush conseguiu aprovar em 2002 por um voto de diferença, terá seu vencimento no início de 2007 e dificilmente será renovada. O mais provável é que os democratas queiram reduzir ao máximo o poder de Bush, principalmente numa área tão sensível. Isto não afetará o Brasil diretamente, mas sugere a hipótese de um acordo viável sobre agricultura na Organização Mundial do Comércio (OMC) para as “calendas”, além da tentativa de um setor dos democratas de ressuscitar o vínculo entre comércio e trabalho nos tratados comerciais.

CANADÁ

A direita mais conservadora venceu as eleições parlamentares no Canadá no final de janeiro, mas será um governo de minoria, o que poderá evitar a aprovação de medidas mais radicais, principalmente uma maior aproximação com a política externa dos Estados Unidos. O novo primeiro-ministro chama-se Stephen Harper e substituiu o liberal Paul Martim, cujo partido ocupou o cargo por 11 anos.





O Canadá possui um sistema parlamentarista em que convivem quatro partidos principais: Conservadores (Tories), Liberais, Bloco Quebequense e Novo Partido Democrático (NDP), normalmente apoiado pelos sindicatos. O número de cadeiras a partir desta recente eleição ficou distribuído da seguinte forma: conservadores, 124; liberais, 103; Bloco Quebequense, 51; NDP, 29. Foi eleito ainda um deputado independente, completando os 308 assentos do Parlamento.

O PROBLEMA DA ENERGIA

A questão energética e a dependência do mundo do abastecimento de petróleo, gás e carvão foram cruciais em 2006. Em 14 de julho, dois dias após o início do conflito entre Israel e Líbano, o preço do petróleo atingiu sua maior marca desde 1980, US\$ 78,40 o barril.

Os reajustes dos serviços de energia elétrica e gás têm se tornado cada vez mais comuns na Europa, e em alguns países, por exemplo a Holanda, já ultrapassaram os 50% ao longo dos últimos três anos. A privatização de serviços públicos básicos, como eletricidade, gás e água, nos países industrializados do hemisfério norte tem produzido um novo paradigma de custo de vida para seus cidadãos e mais um ataque ao Estado de bem-estar social, particularmente na Europa.

Apesar de seu alto custo e dos riscos para o meio ambiente, o primeiro-ministro Tony Blair anunciou a renovação dos reatores nucleares na Inglaterra até 2025, quando serão responsáveis por até 20% da geração de eletricidade no país.

Não é somente na América do Sul que o debate sobre a exploração de gás natural tem sido acirrado. Com o preço do petróleo cada vez mais alto devido à especulação, o gás tornou-se a energia alternativa mais viável a médio prazo. O problema é que 43,4% das reservas conhecidas estão na Rússia (27,8%) e no Irã (15,6%).

Um quarto do gás que a Europa Ocidental consome vem da Rússia, e o governo Putin tem constantemente usado a interrupção do fornecimento de gás para conter os vizinhos, como a Ucrânia e a Geórgia, que questionam suas políticas, e tem investido sobremaneira na construção de gasodutos para os países onde quer manter alguma influência, como a Turquia, por exemplo.

Existe uma ofensiva dos Estados Unidos e da União Européia (UE) para tentar reduzir o atual poder da Rússia, que se tornou menos dependente do apoio ocidental com o bom desempenho de sua economia nos últimos anos, devido principalmente a seus recursos naturais.





Notícias do mundo

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos começaram a pressionar a Índia para não construir o gasoduto que lhe possibilitaria acessar o gás proveniente do Irã. Isto ajuda a explicar a contradição do acordo que fizeram no primeiro semestre para que a Índia possa construir mais usinas nucleares, oferecendo-lhe tecnologia nuclear em troca da permissão de inspeções internacionais em parte de suas instalações atômicas.

No entanto, a Rússia é uma potência nuclear e membro do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) com poder de veto. O fato de ser um supridor fundamental de gás natural para a Europa também tem tido influência. A nova primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, já suavizou muito suas posições em relação ao governo Putin, e o ex-chanceler alemão Gerard Schroeder assumiu a presidência de um consórcio empresarial russo-germânico de transmissão de gás natural.

O Irã, que havia suspenso seu projeto de aquisição da tecnologia de enriquecimento de urânio, decidiu retomá-lo no início do ano, apesar da oposição dos Estados Unidos e da União Européia, que levaram o tema para ser debatido no Conselho de Segurança da ONU sem, no entanto, obter na prática as sanções que queriam para forçar o país a abandonar seu programa.

Por um lado, o acordo com a Índia representou uma postura de dois pesos e duas medidas, pois o Irã tem declarado que somente busca esta tecnologia para fins pacíficos, o que é um direito legítimo. Além do mais, este país, ao contrário da Índia, é signatário do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), o que implica a possibilidade de inspeções regulares por instituições internacionais, como a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Por outro lado, o argumento das grandes potências do risco da nuclearização do Oriente Médio caiu por terra em dezembro com o reconhecimento inédito do primeiro-ministro Ehud Olmert de que Israel possui armas nucleares.

EUROPA

Dia 9 de abril houve eleições legislativas na Itália. O mau desempenho da economia nos últimos anos, a mudança de leis trabalhistas que retirou uma série de direitos dos trabalhadores, o aumento da idade de aposentadoria e o envolvimento da Itália na Guerra do Iraque contribuíram para a derrota do governo Silvio Berlusconi, embora por pequena diferença (25 mil votos – 0,1%).

A composição da Câmara deu 348 deputados a Romano Prodi e 281 a Berlusconi, e no Senado foram respectivamente 158 a 156 senadores para cada bloco. Foram os votos dos italianos residentes no exterior que deram a



maioria à coalizão de Prodi no Senado, pois sua coalizão, a Unione, elegeu quatro dos cinco senadores que podiam ser eleitos pelo exterior.

Para presidir a Câmara foi eleito o presidente do partido da Rifundazione Comunista, Fausto Bertinotti, e para o Senado o ex-secretário geral da Confederazioni Italiana Sindacati Lavoratori (CISL, uma das centrais sindicais italianas), Franco Marini, por um partido oriundo da antiga democracia cristã. Esta se desmantelou como o maior partido da Itália no final dos anos 1990, após a descoberta pela Operação Mãos Limpas de que vários de seus líderes estavam envolvidos com corrupção.

O novo presidente da Itália chama-se Giorgio Napolitano, com 81 anos, e é originário do antigo PCI e depois da Democratici de Sinistra (Democracia de Esquerda). Até então, era senador vitalício. Massimo D'Alema, um dos líderes da Democratici e que havia disputado a indicação para candidato a primeiro-ministro com Prodi antes das eleições, foi indicado para ser vice-presidente e ministro das Relações Exteriores.

Com o término definitivo da contagem de votos advindos, pela primeira vez, do exterior, confirmou-se a eleição de um senador ítalo-brasileiro, Edoardo Pollastri, presidente da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria.

Chamaram a atenção a virulência e a falta de escrúpulos da campanha de Berlusconi, que abusou do fato de possuir a maior rede de comunicações da Itália, usando-a diversas vezes a seu favor, à revelia da lei. Utilizou-se de linguagem de baixo calão para referir-se às pessoas que votavam na oposição e para atacar a presença do partido da Rifundazione Comunista na coalizão de Prodi. Chegou a dizer que os comunistas chineses, na época de Mao Tse-tung, “cozinham bebês para fazer adubo”.

ESPAÑA

O agrupamento clandestino Euzkadi Ta Askatasuna (ETA – Pátria Basca e Liberdade), criado em 1953, anunciou em março o cessar-fogo permanente e que estaria disposto a prosseguir sua luta pela autonomia do País Basco por outros meios. Embora não reconhecido oficialmente, tudo indica que está em curso uma negociação entre o ETA e o governo socialista da Espanha com o objetivo de assegurar a deposição das armas e a integração desse grupo à via política institucional.

O desejo de autonomia de regiões como a Catalunha e o País Basco é um fato político real. Os habitantes destas regiões têm culturas milenares e idioma próprio, e à medida que suas economias se fortalecem esta vontade aumenta. Com o fim das ações armadas do ETA ampliam-se as chances de que este processo ocorra de forma democrática e negociada.



Notícias do mundo

A revisão dos estatutos das 17 regiões autônomas espanholas foi uma das promessas do primeiro-ministro José Luis Rodríguez Zapatero quando assumiu o governo, e a negociação com o ETA está em pauta desde março passado. A aprovação do Estatuto de Autonomia da Catalunha e o eminente início das negociações com o intuito de dar cabo à violência no País Basco fortalecem o governo do socialista Zapatero.

INGLATERRA

O partido trabalhista (Labor) de Tony Blair sofreu uma derrota fragorosa nas eleições municipais no dia 5 de maio. O partido conservador (Tories) alcançou 40% dos votos, contra 26% dos trabalhistas e em torno de 30% para o partido liberal (Whigs). Tony Blair anunciou que este seria seu último mandato. Se mantiver esta posição, o seu sucessor na direção do partido deverá ser o atual ministro das Finanças, Gordon Brown.

UNIÃO EUROPEIA

Na Cúpula realizada este ano entre os países-membros da União Européia decidiu-se adiar por dois anos uma possível implantação da Constituição Européia. Sua implantação entrou em crise devido à decisão de dois referendos, na França e na Holanda, de rejeitá-la, pois o entendimento da maioria da opinião pública destes países foi de que a Constituição ampliaria demasiadamente os poderes das instituições comunitárias em detrimento das legislações nacionais.

SUÉCIA

Fredrik Reinfeldt, o líder da oposição sueca, viu sua aliança de centro-direita sair vitoriosa nas eleições gerais do país, pondo fim a doze anos de governo socialdemocrata. Sua principal bandeira de campanha foi a proposta de diminuir impostos e aparar o sistema de bem-estar social como forma de combater o desemprego, atualmente uma das maiores preocupações do eleitorado.

Reinfeldt e o bloco de oposição liderado por seu Partido Moderado tiveram uma pequena margem de vantagem sobre o primeiro-ministro socialdemocrata Goran Persson e seus aliados do Partido Verde e do Partido Comunista (48,1% dos votos para os moderados contra 46,2% para os socialdemocratas).

ALEMANHA

Angela Merkel experimentou uma dura derrota nas eleições regionais alemãs, ocorridas em 17 de setembro. Sua popularidade na esfera internacio-



nal não foi traduzida em votos internos. Seu partido, CDU (União Democrata Cristã), teve o pior resultado desde a fundação em 1949, ficando nove pontos percentuais atrás dos socialdemocratas do SPD.

De acordo com as pesquisas de opinião, a popularidade do CDU caiu de forma drástica, reflexo do plano de aumento de impostos duramente criticado por empresários e do plano de reforma do sistema de saúde alemão.

FRANÇA

As prévias do Partido Socialista Francês realizaram-se em 16 de novembro, e Ségolène Royal foi escolhida candidata às eleições presidenciais de 2007 por 60,62% dos votantes, contra dois outros candidatos, Dominique Strauss-Kahn, com 20,83%, e Laurent Fabius, com 18,54%.

HOLANDA

Na votação de 22 de novembro, o Partido Democrata Cristão (CDA) holandês foi o mais votado nas últimas eleições, mas não obteve a maioria. O CDA assegurou 41 dos 150 assentos, enquanto o trabalhista PvdA (Partido Trabalhista) obteve 33. Os socialistas vieram em terceiro com 26 cadeiras, seguidos pelo Partido Popular pela Liberdade e Democracia (VVD) com 22. O Partido pela Liberdade (PvdV) ganhou nove assentos e a Esquerda Verde ficou com sete, enquanto os quatro outros partidos obtiveram seis ou menos cadeiras.

UM ANO DE PROFUNDA CRISE NO ORIENTE MÉDIO

Primeiro foi a publicação de caricaturas do profeta Maomé pelo jornal dinamarquês *Jylands Posten*, que gerou protestos em vários países muçulmanos contra instalações diplomáticas ou de empresas dinamarquesas e de outros países europeus onde elas foram reproduzidas, provocando algumas dezenas de mortes devido à repressão policial contra os manifestantes.

Em seguida houve a divulgação de novas fotos de torturas e violações de direitos humanos praticadas por militares norte-americanos na prisão de Abu-Ghraib, no Iraque, além do relatório da Anistia Internacional, que também denunciou prisões arbitrárias e a prática de torturas naquele país. Os conflitos internos no Iraque entre curdos, xiitas e sunitas acirraram-se depois da explosão de uma mesquita xiita em fevereiro.

O novo presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, ao contrário da política de distensão e retomada de diálogo com os países ocidentais de seu antecessor, Mohammad Khatami, retomou a retórica antiamericana e antieuropéia dos aiatolás mais ortodoxos. Por um lado, contribuiu para au-



Notícias do mundo

mentar a tensão, mas, por outro, ampliou a influência iraniana na região por meio dos partidos políticos ligados aos setores xiitas, como no Iraque e no Líbano.

Em abril tomaram posse o novo Parlamento palestino e o novo governo de maioria formado pelo Hamas (Movimento de Resistência Islâmica). Este resultado eleitoral foi embaraçoso para os Estados Unidos e a União Europeia, pois o pleito foi democrático e ninguém pôde questionar sua legitimidade. Mesmo assim, ambos impuseram condições para reconhecer o novo governo e manter a ajuda financeira para a região, principalmente o reconhecimento pelo Hamas do direito de existência de Israel. Este último, por sua vez, decidiu suspender os repasses dos impostos coletados na Faixa de Gaza para a Autoridade Palestina enquanto o partido vencedor das eleições não abandonar a luta armada e reconhecer os acordos existentes entre os dois países.

Em 28 de março houve eleições para compor o Parlamento de Israel. A abstenção de 37% foi considerada alta e não houve a tradicional polaridade entre o Likud e o Partido Trabalhista, uma vez que o primeiro se dividiu com a saída do ex-primeiro ministro Ariel Sharon e seu grupo, que criaram um novo partido político chamado Kadima (Avante). Os trabalhistas, por sua vez, substituíram Shimon Peres na presidência do partido pelo ex-presidente da central sindical israelense Histadrut, Amir Peretz. Os dois partidos se uniram com outros menores para compor o novo governo, e Peretz assumiu o Ministério da Defesa, o que se mostrou, posteriormente, desastroso para os trabalhistas.

A proposta principal na campanha do Kadima era a fixação unilateral das fronteiras de Israel com a Palestina, o que significaria incorporar definitivamente ao seu território uma parte expressiva da Cisjordânia onde se encontram as colônias israelenses mais populosas e também a totalidade da cidade de Jerusalém. Em novembro, o movimento Paz Agora denunciou que as terras ocupadas pelas colônias haviam sido tomadas de proprietários árabes privados, ao contrário da afirmação do governo de que eram devolutas.

Ao se instalar o novo impasse entre o governo de Olmert, em Israel, e o primeiro-ministro palestino Ismail Haniya, do Hamas, personalidades conhecidas do Al Fatah e do próprio Hamas, que se encontram numa prisão israelense, lançaram uma idéia conjunta do que seria uma proposta para constituir o Estado palestino a partir das fronteiras de 1967, e que os palestinos deveriam focalizar a resistência nesta área. Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Palestina, concordou com a iniciativa, mas um porta-voz do Hamas a rejeitou alegando que um dos princípios do grupo é o não-reconhecimento de Israel.





Os novos deputados palestinos, cuja maioria é deste partido, assumiram seus mandatos no dia 29 de março. Alguns que vivem na Cisjordânia tiveram que participar da cerimônia de posse por meio de videoconferência, uma vez que as autoridades israelenses não os deixaram cruzar seu território para chegar à Faixa de Gaza.

Por sua vez, ampliou-se a tensão entre o Hamas e o presidente Mahmoud Abbas, pois, apesar de o primeiro possuir a maioria parlamentar que lhe permite nomear os ministros de governo, o segundo tem o poder de destituir o primeiro-ministro e é também quem coordena as forças de segurança. O Hamas tentou criar uma milícia própria e paralela, o que acabou provocando algumas escaramuças armadas entre os dois grupos.

Abbas propôs a realização de um plebiscito em julho para a população expressar sua posição em relação à proposta dos prisioneiros e sobre o reconhecimento do Estado de Israel. Foi um movimento para colocar o Hamas politicamente na defensiva, pois havia pesquisas que indicavam que mais de 70% da população palestina apoiariam o reconhecimento. Isto permitiria também retomar a ofensiva diplomática sobre Israel.

No entanto, uma série de disparos de mísseis, a partir da Faixa de Gaza, por alguns grupos palestinos menores que não aderiram à trégua em vigor levou o governo israelense a retomar a política de assassinatos dirigidos por meio de disparos de mísseis e de artilharia. Num destes ataques, uma família inteira que fazia piquenique numa praia de Gaza morreu, causando grande comoção e levando o Hamas e outros grupos a anunciar a suspensão da trégua.

Este fato, além de seu aspecto criminoso, fez estragos políticos por todos os lados, pois o ministro de Defesa israelense, o trabalhista Amir Peretz, agora indiretamente responsável por um massacre de inocentes. Além disso, a convocação de um plebiscito para reconhecer Israel e propor negociações de paz nestas circunstâncias seria inviável e foi descartada.

Em julho, Israel invadiu a Faixa de Gaza sob a justificativa da ação de um grupo de palestinos que havia atacado um posto de vigilância do exército israelense, matando dois soldados e prendendo outro. Esta retaliação causou a morte de dezenas de civis; centenas de pessoas, entre elas ministros da Autoridade Palestina, foram presas e várias instalações de serviços públicos, como a subestação central de Gaza, foram destruídas, interrompendo o fornecimento de luz e água e deixando a população em situação ainda mais precária do que o normal.

Logo em seguida aconteceu o ataque ao Líbano, sob a justificativa de uma incursão de militantes do Hezbollah no norte de Israel, que prenderam dois soldados israelenses, e do lançamento de foguetes sobre cidades no





Notícias do mundo

norte de Israel. Os bombardeios indiscriminados por ar, mar e terra, que duraram mais de 30 dias, destruíram a maior parte da infra-estrutura do país e causaram a morte de aproximadamente 1.500 pessoas, das quais 80% eram crianças, mulheres e portadores de deficiências e dificuldades. Entre as vítimas havia também funcionários da Cruz Vermelha e da ONU.

Os israelenses, porém, não atingiram seus objetivos. Enfrentaram uma feroz resistência, perderam soldados e equipamentos, não conseguiram libertar os dois soldados, não derrotaram o Hezbollah nem ocuparam a faixa de 20 quilômetros que pretendiam no sul do Líbano para neutralizar o disparo de foguetes sobre seu território. Como afirmou a chamada de capa da revista *The Economist*, “O Hezbollah ganhou a guerra”, e a ONU intermediou um acordo de cessar-fogo.

Em Israel, as pesquisas de opinião pública após a derrota demonstraram que a atual coalizão governamental não se reelegeria se as eleições fossem naquele momento. Seria substituída pela direita representada pelo Likud, possivelmente em composição com a extrema direita do partido Yisrael Beiteinu (Israel Nosso Lar), liderado por Avigdor Lieberman. Este, porém, acabou por se unir à atual coalizão governamental, eliminando qualquer perspectiva de uma política centrista e somando 11 deputados ao governo, que assim ficou com uma maioria de 78 deputados de um total de 120 no Parlamento. Lieberman, no entanto, tornou-se conhecido por defender a expulsão dos cidadãos árabes de Israel e a condenação à morte de quem se dispuser a dialogar com o Hamas palestino ou com o Hezbollah libanês. O Partido Trabalhista, que no início se opunha, acabou por se conformar.

Mesmo assim, foi alcançado um frágil acordo de cessar-fogo entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina, que estabelece que esta tentará controlar as atividades das diferentes facções palestinas que têm atacado Israel em troca da retirada das tropas israelenses da Faixa de Gaza.

A nova tentativa dos palestinos de romper o isolamento imposto por Israel, Estados Unidos e União Européia, inclusive com o bloqueio financeiro da Autoridade Palestina, foi anunciada por seu presidente, Mahmoud Abbas, e seria um governo de coalizão da Al Fatah com o Hamas. Porém, o premiê, Ismael Haniyeh, disse que não participaria de um governo que reconhecesse o Estado de Israel. Chegaram posteriormente a encontrar um candidato de consenso para o cargo, mas as negociações se deterioraram, houve uma série de provocações, assassinatos de militantes, e hoje os dois grupos encontram-se na iminência de iniciar um conflito armado. O último movimento foi a convocação, sob protestos do Hamas, de novas eleições legislativas e presidenciais por Abbas.





Neste mesmo período, o Iraque se encontrava à beira de uma guerra civil, de acordo com a avaliação de discretos relatórios de militares britânicos e norte-americanos no Iraque. O mês de julho foi o mais mortífero desde o início da guerra. Aproximadamente 3.500 civis foram mortos, apesar da inauguração de um novo plano de segurança pelo atual governo, o que representou em média 110 mortes por dia.

Este número cresceu 10% em relação ao mês de junho, e representou o dobro das ocorrências dos primeiros meses do ano. Esta contagem foi feita a partir dos registros de hospitais e serviços funerários e apontou Bagdá como o local onde se concentrou a maioria das mortes.

No Iraque está em execução um processo de divisão do país entre curdos, muçulmanos xiitas, muçulmanos sunitas e cristãos segundo o qual os dois primeiros ocuparão territórios melhores e ricos em petróleo, enquanto os demais ficarão confinados a locais com poucas possibilidades de desenvolvimento. Enquanto isso, a guerra civil recrudescer: em média, morrem 50 iraquianos por dia, e o número de soldados norte-americanos mortos já superou a cifra de 3 mil.

A violência na região prosseguiu nos meses seguintes em níveis muito elevados, e em apenas um dia do mês de novembro morreram 202 pessoas. No entanto, o resultado da eleição parlamentar norte-americana, que infligiu uma derrota contundente ao Partido Republicano, aparentemente tem provocado algumas iniciativas para mudar um pouco a política do governo Bush, uma vez que a continuidade de sua política para o Oriente Médio, exatamente nos termos atuais, seguramente levaria a nova derrota nas eleições presidenciais de 2008.

É neste contexto que foi apresentado o plano elaborado por James Baker, ex-secretário de Defesa de “Bush Pai”, e outros (o ISG), que propõem um acordo dos Estados Unidos com a Síria e o Irã para que a influência deles sobre algumas das facções políticas no Iraque amenize o conflito, de modo que o governo americano possa entregar o controle da segurança às forças armadas iraquianas e se retirar do país o mais breve possível.

LÍBANO

No Líbano há um acirramento dos conflitos entre as diferentes comunidades e os diversos partidos que compõem o governo, que tiveram início logo depois do fim da última intervenção israelense no país e foram alimentados pelas ingerências externas. Uma delas vem do governo norte-americano e de Israel, que exigem o desarmamento do Hezbollah, posição que é apoiada no Líbano pelo primeiro-ministro sunita Fuad Siniora, pela Falange Libanesa, composta por uma parcela dos cristãos, e pelo Partido Socialista, que representa a comunidade drusa.





Notícias do mundo

Esta não é a posição dos cristãos da Frente Patriótica do ex-general Michel Aoun, da chamada Terceira Força do ex-primeiro-ministro Sellim Al Hoss, do partido xiita Amal e, óbvio, do próprio Hezbollah.

Contra a posição de Siniora, os xiitas passaram a reivindicar maior espaço no ministério para ampliar sua influência sobre o governo. Como não foram atendidos, os ministros do Amal e do Hezbollah renunciaram a seus cargos, o que teve como resposta a aprovação da instalação de um tribunal especial para investigar e eventualmente julgar os responsáveis pelo assassinato do ex-primeiro-ministro Rafik Hariri, ocorrido em 2005, para constranger os xiitas que são apoiados pelos governos da Síria e do Irã.

Lideranças sunitas e da Falange apontam os sírios como responsáveis tanto pela morte de Hariri, no ano passado, como agora do assassinato do cristão e ex-ministro da Indústria, Pierre Gemayel, ocorrido no dia 21 de novembro. Embora nenhuma hipótese deva ser descartada no complexo tabuleiro libanês, os que menos têm a ganhar com essas mortes são a Síria e seus aliados. O reinício de uma guerra civil tampouco interessa aos xiitas em geral e ao Hezbollah em particular, pois já ampliaram seu espaço político com a recente vitória sobre o exército israelense e o apoio à reconstrução do país, e precisam mantê-lo.

Uma multidão de aproximadamente 800 mil pessoas compareceu à praça dos Mártires no centro de Beirute no dia do enterro de Pierre Gemayel para protestar contra seu assassinato. No dia 1º de dezembro ocorreu outra manifestação, ainda maior, promovida pelos partidos xiitas, pela Frente Patriótica e por outras organizações para solicitar a renúncia do governo e a realização de novas eleições. Este grupo afirmou que manterá a mobilização até atingir seus objetivos.

ÁSIA

FILIPINAS

Menos de um dia após a celebração do aniversário de 20 anos do movimento popular que derrubou a ditadura de Ferdinand Marcos no dia 24 de fevereiro de 1986, a presidenta das Filipinas, Gloria Arroyo, com o apoio do exército, decretou estado nacional de emergência, visando neutralizar toda a oposição, desde a política expressa no Parlamento e nas ruas até a oposição armada do grupo comunista Exército do Povo, que após um razoável período de retração de suas atividades voltou à cena.

NEPAL

No Nepal ocorreu uma greve geral contra o governo ditatorial do rei Gyanendra, coordenada pelas centrais sindicais e pelos principais partidos





de oposição. As várias semanas de manifestações no país e uma greve geral de cinco dias obrigaram o rei a recuar e reabrir o Parlamento, fechado desde o golpe militar de 2005, além de autorizar o funcionamento dos partidos políticos. A repressão policial à mobilização causou 14 mortes.

ÍNDIA

Há dois anos o Partido do Congresso retornou ao poder na Índia numa coalizão com outros 23 partidos chamada Aliança Progressista Unida, na qual o principal e decisivo é o Partido Comunista da Índia (Marxista) [CPI(M)]. Na eleição ocorrida em 10 de maio em cinco estados indianos, Assam, Bengala Ocidental, Kerala, Pondicherry e Tamil Nadu, o CPI(M) foi reeleito pela sétima vez em Bengala Ocidental, que governa ininterruptamente desde 1977, e conquistou o governo de Kerala, deslocando o Partido do Congresso.

INDONÉSIA

Na mesma época, o promotor geral da Indonésia decidiu retirar as acusações de corrupção contra o ex-presidente Suharto sob a justificativa de sua idade avançada, 84 anos, e de seu deteriorado estado de saúde.

TIMOR LESTE

Em junho ocorreu a demissão de aproximadamente 600 membros das forças armadas do Timor Leste, quase metade do exército de 1.400 homens, por terem feito greve contra os baixos soldos e alegadas discriminações nas promoções. A decisão foi do primeiro-ministro Mari Alkatiri.

Forças leais ao primeiro-ministro reprimiram com violência uma manifestação dos soldados demitidos, que se refugiaram nas montanhas prometendo iniciar um movimento de guerrilhas para depô-lo. Posteriormente, um grupo de soldados abriu fogo contra policiais desarmados que estavam sendo escoltados por forças de paz da ONU, e dez deles morreram. Remanescentes das milícias e outras gangues originadas da pobreza que persiste no país também se envolveram e a violência se generalizou. Após a renúncia do primeiro-ministro, foi escolhido para sucedê-lo o ex-chanceler e prêmio Nobel da Paz José Ramos Horta. Ele também acumulará a pasta da Defesa.

CHINA

A China ultrapassou o Reino Unido no ano de 2005 e foi alçada ao posto de quarta maior economia do mundo, segundo dados do Banco Mundial. Estados Unidos, Japão e Alemanha ocupam os três primeiros lugares do *ranking*, respectivamente.



Notícias do mundo

JAPÃO

No aniversário de 61 anos da rendição japonesa aos aliados na Segunda Guerra Mundial, o primeiro-ministro Junichiro Koizumi prestou sua homenagem aos mortos visitando o Templo Yasukuni, visto por China e Coréia como símbolo do militarismo japonês. O governo sul-coreano divulgou a seguinte nota em referência à sua visita ao templo: “O Japão deveria olhar para a história de forma direta e ganhar a confiança de seus vizinhos se pretende agir de forma responsável e contribuir para a paz e a co-prosperidade da região”.

Seu mandato terminou em setembro, e a chave para a solução desta crise, ou o agravamento dela, depende de Shinzo Abe, que sucedeu Koizumi no cargo. Contudo, enquanto os outros candidatos ao cargo se distanciam de qualquer associação com o templo, Abe tem declarado que no próximo ano também visitará Yasukuni e que espera contar com a compreensão da China e da Coréia do Sul.

TAILÂNDIA

A Tailândia era praticamente o único país da Indochina que dispunha de uma democracia no estilo ocidental. Esta acabou de ser rompida com um novo golpe que depôs o primeiro-ministro Thaksin Shinawatra no dia 19 de setembro, quando ele participava da inauguração da Assembléia Geral da ONU.

O novo “homem forte”, que já conta com o apoio do rei, é o chefe das forças armadas, general Sondhi Boonyaratkalin. A justificativa para o golpe seria o incremento da corrupção durante o governo Shinawatra, que é um empresário milionário, e suas posturas centralizadoras e arrogantes, que lhe trouxeram grande antipatia nos meios urbanos do país.

CINGAPURA

A reunião conjunta do FMI e do Banco Mundial deste ano foi realizada em Cingapura. Os costumeiros protestos foram sufocados pelo governo, que até mesmo impediu a entrada no país de ativistas e representantes de ONGs (Organizações Não Governamentais), inclusive de alguns convidados pelos organizadores das reuniões. A alternativa foi promover uma reunião paralela em Batam, na Indonésia.

CORÉIA DO NORTE

No mês de outubro a Coréia do Norte detonou uma bomba atômica de baixa potência em seu subsolo e tornou-se membro do Clube Nuclear, porém não sem receber pressões de todos os lados, inclusive da China, um dos poucos aliados que possui.



O Conselho de Segurança da ONU, por unanimidade, aprovou uma série de sanções econômicas e políticas contra a Coreia do Norte, o que tenderá a agravar a situação de um país que é pobre, embora capacitado tecnologicamente, como se pode ver.

ÁFRICA

Darfur é uma região do Sudão ocidental que faz fronteira com o Chade e onde há um conflito armado entre diferentes grupos políticos e étnicos que já causou a morte de mais de 200 mil pessoas e transformou cerca de dois milhões de sudaneses em refugiados, ao longo dos últimos anos. Esta situação causou comoção mundial e incentivou diversos artistas e personalidades a se engajarem numa campanha humanitária para arrecadar assistência aos refugiados e reivindicar negociações de paz.

Houve um acordo de paz entre o governo central e as principais facções guerrilheiras em janeiro de 2005, porém o conflito prosseguiu e em dezembro a ONU decidiu enviar uma missão para observar a situação.

ÁFRICA DO SUL

A revolta de Soweto em junho de 1976 contra o ensino obrigatório do idioma dos opressores brancos, o *africaans*, e que custou a vida de diversos estudantes secundaristas completou 30 anos em 2006.

CONGO

Em meados de novembro foi anunciado o resultado do segundo turno das eleições presidenciais na República Democrática do Congo (RDC): 58,05% dos votos foram para Joseph Kabila, atual presidente, e 41,95% a Jean Pierre Bemba, atual vice-presidente. Embora observadores internacionais, como os representantes do Centro Carter, neguem a possibilidade de fraudes, Bemba recusou-se a admitir o resultado, o que poderá reacender conflitos armados no país.

ÁFRICA E CHINA

Este ano os chineses comemoram o cinquentenário do estabelecimento de relações diplomáticas com o primeiro país africano, o Egito do governo de Gamal Abdel Nasser, em 1956.

Vários outros países, como Tanzânia e Zâmbia, também puderam contar com algum tipo de apoio chinês após sua independência. Durante estes 50 anos, cerca de 18 mil africanos de mais de 50 nacionalidades estudaram na China, e em torno de 16 mil médicos, engenheiros, técnicos e oficiais militares trabalharam em diversos países africanos.



Notícias do mundo

Angola e Guiné Equatorial vendem aproximadamente um terço de sua produção de petróleo para a China. Em 2005, a África exportou aproximadamente US\$ 17 bilhões para a China, enquanto importou quase US\$ 15 bilhões; comparado com o ano anterior, esse fluxo comercial cresceu em torno de 38%, e deve aumentar.

COMÉRCIO, ECONOMIA E MULTILATERALISMO

Como previsto, as negociações na OMC que tinham prazo para terminar em abril, a partir dos encaminhamentos da V Conferência em Hong Kong, nada resultaram e o mesmo ocorreu nas datas posteriores para negociação.

O provável é que a Rodada de Doha esteja definitivamente enterrada assim que se iniciar o processo eleitoral para a presidência da França e quando se extinguir o mandato do atual TPA norte-americano, que dificilmente será renovado para favorecer a redução de subsídios agrícolas domésticos naquele país, um dos problemas para se chegar a um acordo hoje.

Os países em vias de desenvolvimento querem a redução substantiva dos subsídios domésticos e dos subsídios à exportação dos produtos agrícolas dos países desenvolvidos. Estes, por sua vez, não querem reduzi-los e pressionam os países em desenvolvimento para abrir seus setores de serviços e reduzir suas tarifas de bens não-agrícolas de forma significativa.

No início de novembro, o Vietnã foi aprovado pelo conselho da Organização Mundial do Comércio para ingressar na instituição e tornar-se o 150º membro. Desde 1995 o país prepara seu ingresso na OMC, e desses 11 anos, oito foram gastos em negociações com países-membros e com o grupo de trabalho especial da instituição, que se reuniu 14 vezes para discutir com os representantes vietnamitas.

Pelo acordo de integração, o Vietnã concordou com as atuais tarifas e cotas para subsídios agrícolas e, em alguns casos, com a programação de implementação gradual dos cortes. O país também assinou um documento no qual descreve em quais mercados de serviços permitirá a participação de empresas estrangeiras de serviços, assim como quaisquer condições adicionais, incluindo limites de participação estrangeira no controle de empresas.

A reunião anual do G-8 (grupo formado por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia) este ano foi em São Petersburgo, na Rússia, entre os dias 15 e 17 de julho, e como de costume contou com a presença de alguns países convidados, como Brasil, Índia e Congo, entre outros, mas sua agenda e suas resoluções formais também não trouxeram grandes novidades, embora a reunião tenha se realizado em seguida a mais um fracasso das instâncias da OMC em definir uma conclusão





para a Rodada Doha e ao início da escalada dos ataques de Israel ao território libanês.

A III Conferência União Européia–América Latina ocorreu nos dias 11 e 12 de maio em Viena, capital da Áustria. Suas resoluções foram genéricas e trataram de assuntos que vão desde as drogas até a emigração, basicamente reafirmando os acordos já existentes.

O governo norte-americano anunciou em outubro que a partir de 2009 dará autonomia total para que uma organização não-governamental norte-americana gerencie os domínios de internet. Esta, na verdade, continuará sendo a International Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN), baseada na Califórnia e criada pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos, em 1998.

A proposta não atende às exigências de Brasil, Índia, Irã e outros países de que a ONU deveria assumir o controle da internet, mas pelo menos abre a possibilidade de um “modelo de cooperação” intermediário, que é defendido pelos países europeus e permite maior transparência, além de atribuir maior responsabilidade ao ICANN.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) prepara outro Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) para os países em desenvolvimento. Este acordo, agora denominado Quadro Político para Investimentos, esteve disponibilizado no site da organização entre janeiro e fevereiro para comentários dos interessados.

Diferentemente das negociações do AMI que fracassaram em 1998 por falta de consenso entre os países industrializados em sua tentativa de estabelecer um tratado internacional no âmbito da OCDE, agora se está oferecendo um pacote de propostas de aplicação “voluntária” para os países em desenvolvimento.

Essas propostas abordam dez eixos temáticos relativos à facilitação de investimentos: política de investimentos, promoção e facilitação de investimentos, política comercial, política de competição, política fiscal, gestão corporativa, responsabilidade social empresarial, desenvolvimento de recursos humanos, desenvolvimento de infra-estrutura e serviços financeiros e gestão pública.

No início do mês de abril houve a reunião de governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na cidade de Belo Horizonte, no Brasil. Foram debatidos vários temas, em particular o direcionamento e as condições para sua carteira de empréstimos, inclusive para o setor privado.

Um tema candente foi a proposta de perdão da dívida de US\$ 3,5 bilhões dos países mais pobres do continente com o banco – trata-se de Haiti, Honduras, Nicarágua, Guiana e Bolívia. Todos estão de acordo desde que o



Notícias do mundo

Banco recupere este dinheiro de outra forma, por exemplo com contribuições extras dos países desenvolvidos.

Nos dias 9 e 10 de setembro realizou-se uma reunião do G-20 (países em desenvolvimento que buscam um acordo sobre o acesso ao mercado agrícola dos países desenvolvidos) no Rio de Janeiro. Além de seus membros, foram convidados também os coordenadores de diversos outros grupos que atuam no interior da OMC em defesa de interesses específicos, que tanto podem ser permanentes, como as negociações agrícolas, como pontuais, caso da eliminação dos subsídios ao algodão.

Além deles, compareceram também representantes governamentais de Estados Unidos, Japão e União Européia, além do diretor geral da OMC, Pascal Lamy. O objetivo era discutir a retomada das negociações na OMC.

Entre os dias 11 e 16 de setembro realizou-se em Havana, Cuba, a XIV Conferência do Movimento dos Países Não Alinhados. Esta associação internacional de países reúne hoje 117 membros de Ásia, África, América Latina e Caribe. O único país europeu que participa, ainda assim da Europa do Leste, é Belarus.

A ONU EM 2006

O ano de 2006 termina com a posse de um novo secretário-geral para a Organização das Nações Unidas, o sul-coreano Ban Ki-moon, que se torna o oitavo líder da entidade multilateral, substituindo Kofi Annan, que permaneceu à frente da ONU por dez anos.

De acordo com seu discurso de posse, no dia 14 de dezembro, o diplomata sul-coreano apóia a expansão do Conselho de Segurança e declarou que seu maior desafio será construir maior confiança na ONU. Na coletiva de imprensa após a posse, fez questão de deixar claro que não concorda com a posição de seu antecessor com relação aos Estados Unidos. A crítica de Ban foi feita a partir das declarações de Annan de que a diplomacia norte-americana não levava em conta o multilateralismo.

Lembrando que o sul-coreano foi eleito com forte apoio dos Estados Unidos, fica clara sua posição de defesa do papel norte-americano na instituição e no cenário internacional, quando ele declara que “gostaria de reforçar a importante contribuição dos Estados Unidos à paz e à prosperidade da comunidade internacional”. Fora sua simpatia pelos Estados Unidos, pouco se sabe sobre as nomeações que fará e seus planos para a organização.

O último documento elaborado por Kofi Annan antes do fim de seu mandato foi o relatório apresentado à Assembléia Geral com propostas para a reforma da ONU e com a sugestão de incluir quatro novas metas no conjunto das Metas do Milênio desenvolvidas em 2000.



De acordo com Annan, a medição dos níveis de pobreza e de desenvolvimento no mundo só estaria completa com a inclusão do conceito de trabalho decente, cuja importância já foi defendida no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), a avaliação do acesso ao tratamento de HIV/AIDS e a tratamento pré-natal, e a medição da perda de biodiversidade.

A avaliação que se busca atualmente de cada país membro da OIT é em relação a seu déficit de trabalho decente, e esta foi a discussão principal da Conferência Regional Latino-Americana da OIT realizada em Brasília no final de junho, que concluiu que o Brasil, por exemplo, teve significativa evolução no combate ao trabalho infantil e escravo.

Em setembro, além da abertura da Assembléia Geral, cerimônia tradicionalmente feita pelo presidente brasileiro, o presidente Lula participou em Nova York do lançamento da Central Internacional de Compra de Medicamentos (Unitaid), fruto de esforços do governo brasileiro e dos governos da França, da Noruega e do Chile. Com a participação neste debate e com a divulgação dos bons resultados do investimento em políticas sociais no país, o Brasil alcançou um lugar de destaque no cenário internacional com relação aos mecanismos alternativos de financiamento para o desenvolvimento e de combate à fome e à miséria.

Outra mudança importante colocada em curso nas Nações Unidas neste ano foi o início dos trabalhos do novo Conselho de Direitos Humanos em substituição à antiga Comissão de Direitos Humanos. A primeira sessão, aberta em 19 de junho, com duração de duas semanas de jornada para os 47 países envolvidos nos trabalhos, entre outras coisas estabeleceu o *modus operandi* do conselho.

Nas discussões acerca de energia, um importante acontecimento neste ano foi a realização da reunião sobre mudanças climáticas ocorrida no Quênia de 6 a 17 de novembro, que terminou sem ter estabelecido um cronograma sólido para o corte das emissões de CO₂ e metano depois que expirar o Protocolo de Kyoto.

De acordo com o protocolo, de 1997, da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), 35 nações industrializadas estariam obrigadas a reduzir suas emissões de gases poluentes, combinadas, em 5% abaixo dos níveis medidos em 1990 até 2012, quando expira o documento. Até agora, a UNFCCC foi assinada por 189 países, dos quais apenas 165 o ratificaram. A reunião conseguiu acertar o início das discussões para a revisão do protocolo para 2008.

Com os problemas advindos das mudanças climáticas percebidas cada vez mais nos últimos anos e com os problemas crescentes de acesso à água, o tradi-





Notícias do mundo

cional relatório de Desenvolvimento Humano, publicado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), neste ano centrou-se na questão dos serviços de água e saneamento básico em 177 países.

O relatório de 2006 mostra que quase 2 milhões de crianças morrem todos os anos por falta de acesso a água e esgoto. O texto recusa a idéia de que a crise mundial da água é resultado da escassez e defende que a pobreza, o poder e as desigualdades é que estão no âmago do problema. O relatório aponta que, no ritmo atual, as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relacionadas a saneamento e água não serão cumpridas no prazo.

Apresentaram-se dois candidatos do continente latino-americano para compor o Conselho de Segurança da ONU para os dois próximos anos: Guatemala e Venezuela. O primeiro, com apoio integral dos Estados Unidos, e o segundo, apoiado pelo Brasil e por outros países do continente. Apesar de quase 20 votações nenhum deles alcançou os dois terços de votos necessários e, com o apoio do Grupo de Países da América Latina e Caribe (GRULAC) ambos desistiram da candidatura, e um terceiro país, o Panamá, apresentou-se como candidato de consenso do continente, e foi eleito.

A doutora Margaret F. C. Chan, especialista em SARS – gripe aviária –, foi nomeada nova diretora geral desta agência da ONU. A Doutora Chan foi eleita numa sessão especial da organização e será a primeira chinesa a liderar uma agência das Nações Unidas desde a sua criação.

NOTÍCIAS DO MUNDO DO TRABALHO

No mês de março, a sede da Organização Regional Americana do Trabalho (ORIT) mudou-se de Caracas, Venezuela, para o quarto andar do nº 367 da rua Formosa, no centro da cidade de São Paulo.

Grandes mobilizações de estudantes e trabalhadores ocorreram na França contra a proposta de reforma da legislação trabalhista do primeiro-ministro Dominique de Villepin. Uma das principais divergências dizia respeito à política de emprego para os jovens. Pela proposta, as empresas que contratarem trabalhadores com até 26 anos de idade receberão um subsídio governamental, porém poderão demiti-los sem aviso prévio, o que estimulará as empresas a lançar mão dessa modalidade de contratação em detrimento de empregos estáveis, pois o custo será menor.

Os estudantes e trabalhadores franceses derrotaram o governo. Três semanas de greves e grandes manifestações de rua obrigaram Villepin a propor um novo projeto de Contrato de Primeiro Emprego ao Parlamento.

Na Alemanha teve fim uma longa greve nacional de servidores públicos. O motivo foi a intenção do governo, nas três esferas, de ampliar sua jornada





de trabalho de 36,5 horas semanais para 40 horas, sem aumentar salários. A greve terminou com a aceitação dos servidores de aumentar a jornada semanal em uma hora a mais, passando para 37,5 horas.

No final do ano passado, a Câmara de Deputados norte-americana aprovou o projeto de lei Sensenbrenner-King sobre imigração nos Estados Unidos, de autoria destes dois parlamentares republicanos. Se fosse aprovada no Senado e sancionada por George Bush, transformaria os 11-12 milhões de imigrantes não documentados naquele país, inclusive mais de um milhão de brasileiros, em criminosos, assim como aqueles que os ajudassem de alguma forma.

A perspectiva de uma decisão final no Senado levou principalmente a população latino-imigrante a organizar contra essa lei grandes mobilizações, com centenas de milhares de participantes que coloriram as ruas de Los Angeles, Dallas, Chicago e muitas outras cidades. Estas manifestações foram as maiores no país desde a campanha pelos direitos civis e os protestos contra a Guerra do Vietnã nos anos 1960-1970.

A comemoração do 1º de Maio no México foi denominada “Un día sin gringos”, em apoio aos imigrantes nos Estados Unidos e chegou a reunir uma passeata de mais de 200 mil pessoas, segundo o presidente da Unión Nacional de Trabajadores (UNT) e do Sindicato dos Telefônicos do México, Francisco Hernández Juárez. Também houve celebrações representativas do 1º de Maio em outros países, como Indonésia, Brasil e Cuba.

Em meados de agosto, John Sweeney, o presidente da maior central sindical dos Estados Unidos, a AFL-CIO (American Federation of Labour-Congress of Industrial Organizations – Federação Trabalhista Americana-Congresso de Organizações Industriais), assinou um acordo de parceria com a Rede Nacional de Organizações de Diaristas. Esta é uma rede que conta com mais de 140 “centros” que procuram organizar os trabalhadores diaristas, isto é, aqueles que trabalham informalmente fazendo “bicos” de toda ordem em troca de pagamentos normalmente diários. A Rede desempenhou papel fundamental na mobilização dos emigrantes no mês de maio.

O DEBATE SOBRE A QUESTÃO DA IMIGRAÇÃO

Enquanto nos Estados Unidos continua acirrado o debate sobre a construção de um muro para separar a fronteira com o México, na França pós-distúrbios foi aprovada em junho uma nova legislação mais dura contra os imigrantes, considerada racista pelos grupos franceses de defesa dos direitos humanos.

A proposta da nova lei, desenhada pelo ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, tido como forte candidato da direita às eleições presidenciais





Notícias do mundo

de 2007, traz novas exigências para o recebimento da permissão de residência, dificultando a permanência de migrantes sem formação e abolindo o direito dos imigrantes ilegais de receber permissão de residência mesmo após dez anos vivendo na França.

O Compromisso de Montevidéu, aprovado na XVI Cumbre Iberoamericana, realizada em novembro, incluiu três princípios em relação ao tema que trata dos direitos dos emigrantes, a sua não criminalização e a facilitação da regularização de sua estadia nos países que os acolheram. Além disso, foi aprovada por unanimidade uma condenação à proposta norte-americana de construção de um muro na fronteira com o México para tentar impedir o fluxo migratório da América Latina para os Estados Unidos. (ver “Periscópio nº 8”¹)

NOTÍCIAS DO MOVIMENTO SOCIAL

Entre os dias 24 e 29 de março realizou-se o Fórum Social Mundial em Karachi, no Paquistão, como parte do processo policêntrico. Não foi possível que ocorresse na mesma data que os eventos de Bamako e Caracas devido ao terremoto que assolou o país em 2006, atrasando toda organização. Foi um evento importante, com muitos debates voltados principalmente para a denúncia da militarização mundial e a promoção dos processos de paz. Participaram cerca de 30 mil pessoas.

O Fórum Social Europeu realizou-se pela quarta vez entre os dias 5 e 6 de maio em Atenas, na Grécia. Também ocorreu o evento paralelo à Cúpula da União Européia, o Enlaçando Alternativas 2, em Viena.

Durante os meses de dezembro e janeiro ocorrem três atividades muito importantes, organizadas pelo movimento social. Duas delas já aconteceram em dezembro, a Cumbre Social de Cochabamba, durante a reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN), e a Cúpula Social do Mercosul, apesar do adiamento da reunião da Cúpula Presidencial do Mercosul em Brasília. O terceiro evento será a sétima edição do Fórum Social Mundial, que ocorrerá em Nairóbi, no Quênia.

¹ Os “Periscópios” de números 1 a 9 podem ser lidos em *Um olhar sobre o mundo*, do mesmo autor (São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2007) e também estão disponíveis no site da Fundação Perseu Abramo (<www.fpabramo.org.br>).



Periscópio Internacional nº 11

fevereiro de 2007

POSSE DE NOVOS PRESIDENTES NA AMÉRICA LATINA

Além do presidente Lula, que iniciou seu segundo mandato em 1^a de janeiro, entre os dias 10 e 15 também tomaram posse, respectivamente, Hugo Chávez na Venezuela, Daniel Ortega na Nicarágua e Rafael Correa no Equador – os dois últimos são os mais novos integrantes entre os governantes progressistas e de esquerda no continente.

Para assegurar a continuidade deste processo de avanço político na região falta ainda a obtenção de um resultado positivo nas eleições presidenciais argentinas, que deverão se realizar no segundo semestre de 2007. O próprio presidente Nestor Kirchner ou Cristina Kirchner, eleita senadora dois anos atrás, deverão disputar esta eleição com a direita.

Chávez tomou posse prometendo que tomará medidas para a implantação de um regime socialista na Venezuela a partir de seu terceiro mandato, que termina em 2013. Suas primeiras propostas de ação compõem a estratégia que pretende adotar para prosseguir na transformação da realidade venezuelana.

A Venezuela é o quinto maior país exportador de petróleo e possui uma impressionante concentração de renda e uma quantidade enorme de pessoas vivendo em condição de pobreza. Como na maioria dos países exportadores de petróleo, sua economia não é diversificada e baseia-se quase exclusivamente no petróleo.

Os partidos políticos de direita estão desmoralizados e a esquerda tradicional fragmentou-se entre apoio e oposição a Chávez. Os sindicatos tradicionais foram em sua maioria para a oposição e perderam sua capacidade de intervenção social e política, pois antes eram extremamente dependentes do Estado. Isto sem mencionar que a maioria da população está na informalidade e nunca foi representada por eles.

Até o momento, a plataforma de Chávez para o novo governo pressupõe os seguintes eixos:



Notícias do mundo

- fortalecimento das políticas sociais já em implementação, como aquelas nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, habitação, economia solidária, as “mesas” de discussão popular, entre outras;
- estatização dos serviços de energia elétrica e telecomunicações;
- criação de um novo partido político, o Partido Socialista Unificado da Venezuela, e autorização do Congresso para governar por decretos por 18 meses em várias áreas, como a da estatização de empresas. Esta autorização, denominada Lei Habilitante, foi aprovada no dia 31 de janeiro;
- continuidade da política externa, privilegiando as relações sul-sul e com os países exportadores de petróleo.

A direita e a mídia internacional têm tratado a proposta de estatização dos dois setores mencionados como algo extremamente grave, além de afirmarem que Chávez pretende governar por decretos em regime de partido único.

A política externa, além de reforçar o viés nacionalista de seu governo, também visa responder à preocupação de Chávez de impedir uma queda demasiadamente brusca dos preços do petróleo cru, uma vez que estes representam a fonte que financia as políticas sociais internas na Venezuela e o apoio que presta a alguns outros países, como Cuba, por exemplo. Avalia-se até mesmo a possibilidade da cobrança de preços diferenciados nas bombas de gasolina a depender do tamanho e da idade do automóvel. O problema é que isto reforça os problemas decorrentes da dependência da exportação de um único produto primário, sem falar nas conseqüências para outros países que são, por sua vez, dependentes da importação de petróleo.

De qualquer maneira, independentemente da gritaria da direita, teremos que esperar para ver se será possível a implementação de um regime no qual a economia estatal prevaleça sobre o mercado e a organização política popular tenha hegemonia sobre o Estado. O desafio principal é diversificar a economia e, por conseqüência, construir um tecido de organização social mais amplo.

Ortega e Correa iniciam seus mandatos sob circunstâncias muito mais difíceis. O primeiro por assumir a presidência do segundo país mais pobre da América Latina em aliança com setores da direita nicaragüense e sem possuir maioria no Parlamento, além de ter que lidar com a presença norte-americana, que sempre foi mais forte na América Central que no restante do hemisfério. Diante destas circunstâncias, Daniel Ortega apresentou um programa de governo moderado, cuja eficácia para atender às expectativas do eleitorado ainda está para ser confirmada.

Rafael Correa, por sua vez, reiterou em seu discurso de posse as posições políticas e econômicas que defendia durante a campanha, particularmente sua intenção de convocar uma Assembléia Constituinte para definir uma nova Constituição para o país. Para a situação política equatoriana, na qual





predomina a direita por intermédio do Parlamento e do poder Judiciário, a Constituinte é uma grande necessidade para democratizar e modernizar o país e tem apoio de 75% da população.

A coalizão política que elegeu Correa optou no primeiro turno por não apresentar candidatos ao Parlamento, aproveitando o desgaste desta instituição junto à opinião pública para fortalecer a justificativa para a convocação da Constituinte. Portanto, não tem representantes no Parlamento, com exceção de uma única deputada aliada do Partido Socialista que o apoiou no segundo turno.

A maioria do congresso (PRIAN – Partido de la Renovación Institucional-Acción Nacional – e PSC – Partido Social Cristiano) se opõe à convocatória da Constituinte, exceto o PS e os deputados da Frente Patriótica do ex-presidente Lucio Gutierrez, estes últimos vistos como um estorvo por Correa, porque este partido foi fundado sob a bandeira de convocar uma Assembléia Constituinte, depois abandonada e agora retomada oportunisticamente.

Por isso sua aposta é contar com o desgaste dos partidos, instituições e políticos tradicionais para conseguir uma forte mobilização popular que convença o Parlamento a convocá-la sem restrições. Por enquanto está funcionando, mas se esta convocatória falhar aparentemente não existe um plano B.

ESTARIA SURGINDO UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA NO PARAGUAI?

O Paraguai é um dos poucos países da América do Sul em que a esquerda praticamente nunca teve expressão eleitoral. A única experiência prática foi o mandato de Carlos Fillizola, ex-dirigente sindical da Central Unitaria de Trabajadores (CUT) no setor da saúde, como prefeito de Assunção em meados dos anos 1990, embora tenha exercido um mandato muito pragmático.

A história do desenvolvimento do país tem como fatos importantes: 1) a guerra que lhe moveram seus dois grandes vizinhos no final do século XIX, e que lhe custou caríssimo; 2) ser um país eminentemente agrícola que não passou pelo modelo econômico de substituição de importações; 3) ter assinado os tratados de Yaciretá e de Iguazu, com a Argentina e o Brasil respectivamente, para a construção de duas usinas hidrelétricas, tratados estes que estabeleceram que o país não tem controle sobre as tarifas; e 4) ter sido um dos últimos países da região a se redemocratizar após uma ditadura brutal de 35 anos, que só terminou em 1989.

A ditadura Stroessner possuía um partido político de sustentação, o Partido Colorado, profundamente entranhado na máquina do Estado e no serviço público, e que é até hoje o partido hegemônico no país. Os partidos que eventualmente se posicionam na oposição, como o liberal e o *febrerista*,



Notícias do mundo

nunca conseguiram superá-lo. Quando há disputas fortes entre candidatos às eleições nas diferentes esferas de governo no Paraguai, geralmente são entre membros do próprio Partido Colorado.

Existe, no entanto, um movimento na sociedade civil, chamado Resistência Cidadã, que envolve sindicatos, organizações camponesas, organizações de sem-terra, ONGs, setores da Igreja católica, entre outros, que vem tentando se articular e se constituir como uma alternativa de poder.

Pela primeira vez começa a surgir a possibilidade de um candidato presidencial com chances reais de disputa que representa estes setores sociais, o progressista ex-bispo católico de San Pedro Sula, Fernando Amindo Lugo Mendez, à frente de um movimento denominado País Possível.

Ele vem sendo pressionado pela direita e pela cúpula da Igreja católica, inclusive pelo próprio papa, para não deixar a vida clerical. No entanto, no início de janeiro, Lugo Mendez anunciou que deixaria a batina para disputar as eleições em 2008 e tentar promover um governo de justiça social. De acordo com pesquisas, teria hoje a preferência de 42,5% dos eleitores, contra 37,3% do atual presidente paraguaio, Nicanor Duarte, que não pode se candidatar a um segundo mandato, embora tenha falado em mudar a Constituição para permitir a reeleição.

Podem ser o início de uma disputa importante, que deverá contar com o acompanhamento e o apoio da esquerda latino-americana.

O FORO DE SÃO PAULO

Realizou-se entre os dias 12 e 14 de janeiro, em El Salvador, o XIII Foro de São Paulo, reunindo partidos de esquerda de 33 países da América Latina e Caribe, bem como alguns convidados de outros continentes.

Os debates realizados por meio de seminários e plenárias partiram de um documento-base que contemplava quatro eixos principais: formulação de política antineoliberal; luta contra o colonialismo, a ingerência imperialista e pela solução dos conflitos armados; luta contra a militarização; relação entre partidos políticos e movimentos sociais.

Houve importante debate político sobre a atual conjuntura latino-americana e caribenha, que concluiu que o neoliberalismo ainda mantém sua hegemonia, embora ameaçada pela ascensão das lutas populares e pelos resultados eleitorais que favoreceram a esquerda e setores progressistas no continente, não somente nas esferas federais, mas também nos estados e municípios.

Também foram destacados os temas relacionados a gênero e etnia, em particular a preocupação com a violência contra as mulheres e a defesa dos direitos e da integridade dos povos indígenas.





Foi manifestado apoio unânime à revolução cubana, bem como repúdio ao bloqueio que este país vem sofrendo de parte dos Estados Unidos.

No plano de ação aprovado constam iniciativas como a criação de um boletim eletrônico mensal, de uma escola continental de formação política e de um observatório eleitoral, além da organização de um festival político-cultural. Aprovou-se também que os membros do Foro devam ter políticas dirigidas à juventude e à promoção da arte e da cultura. A partir da discussão sobre a relação com os movimentos sociais, realizada com representantes da Aliança Social Continental durante a Cumbre Social de Cochabamba, no ano passado, e novamente em El Salvador, surgiu a proposta de solicitar a inclusão do Foro no Comitê Internacional do Fórum Social Mundial, sob o *status* que for possível – observador ou membro pleno, já que se trata de uma rede de partidos.

O evento foi encerrado com um ato público num estádio em San Salvador em homenagem a Shafik Handal, importante dirigente da FMLN que disputou a última eleição presidencial do país e faleceu no ano passado.

A CÚPULA DO MERCOSUL

A Cúpula se realizou nos dias 18 e 19 de janeiro, no Rio de Janeiro, e havia uma expectativa da aprovação de duas medidas importantes: a incorporação da Bolívia como Estado parte do Mercosul e a eliminação do dólar norte-americano como referência para o câmbio nas trocas comerciais entre os países.

Não houve consenso para que a Bolívia mudasse seu *status* de Estado associado para Estado parte antes que suas tarifas externas sejam compatibilizadas com a Tarifa Externa Comum (TEC), apesar do precedente do ingresso da Venezuela também sem a adequação tarifária. Como encaminhamento, foi criado um grupo de trabalho para tratar a questão.

No caso do câmbio direto entre as moedas locais, as discussões entre Brasil e Argentina estão bastante avançadas, e decidiu-se implantar este novo sistema, que deverá eliminar um custo do comércio, inicialmente de modo bilateral, para depois estendê-lo a outros membros do bloco.

Foi dado informe do estado avançado das negociações visando a conformação de acordos comerciais do Mercosul com o Panamá e também com o Conselho de Cooperação do Golfo, que representa vários países do entorno do golfo Pérsico.

Os presidentes reforçaram seus compromissos de cooperação nas áreas de direitos humanos, educação e para superação das assimetrias, principalmente econômicas, entre os países menores e maiores do bloco. Deverá



Notícias do mundo

ocorrer uma reunião específica para tratar deste último tema no próximo mês de abril. Também foram aprovados os primeiros projetos a ser financiados pelo Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul (FOCEM), em particular um programa para combater a febre aftosa na região.

Antes de se iniciar a reunião dos presidentes foi instalado o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul. Esta iniciativa vem a substituir a anterior Reunião Especializada de Municípios e Intendências (REMI) e poderá se tornar um espaço relevante de participação de autoridades locais na construção do Mercosul, principalmente para os governos municipais que se organizam na Rede Mercocidades.

As resoluções aprovadas na Cúpula Social do Mercosul, realizada em dezembro, em Brasília, foram apresentadas na reunião pelo presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil, Artur Henrique dos Santos, e bem recebidas pelos presidentes, que manifestaram seu compromisso com a realização das cúpulas sociais durante as próximas cúpulas presidenciais.

A próxima presidência *pro-tempore* será exercida pelo Paraguai. Aliás, foi aprovado também na reunião que o guarani, idioma falado por 80% dos paraguaios, passa a ser mais um idioma oficial do Mercosul.

MÉXICO

Calderón inicia mal o seu governo. Aparentemente para compensar sua falta de legitimidade, resolveu governar de forma autoritária e vem dando maior impulso aos ajustes neoliberais que seu antecessor Vicente Fox.

A última medida foi aumentar o preço da farinha de milho, principal ingrediente para elaboração das *tortillas*, alimento básico do povo mexicano. A produção de milho mexicano foi arrasada após a entrada em vigor do Nafta em 1994, pois não conseguiu enfrentar a concorrência com a importação de milho norte-americano devido aos subsídios agrícolas praticados nos Estados Unidos. Com isto o governo mexicano teve que intervir com recursos para evitar o encarecimento exagerado das *tortillas*, valor agora reduzido.

Já houve iniciativas de alguns sindicatos de promover mobilizações para protestar contra a medida.

Enquanto isso, a comissão de investigação da violação de direitos humanos em Oaxaca concluiu que 23 pessoas foram mortas durante o conflito e não apenas os 11 reconhecidos oficialmente, além de dez terem sofrido ferimentos graves e/ou estupros. Além disso, constatou que houve o envolvimento de gangues civis no apoio à repressão.



O governador Ruiz mantém-se à frente do governo de Oaxaca exatamente devido ao apoio que recebe do governo federal, particularmente por meio de suas forças policiais.

ESTADOS UNIDOS – A NOVA TÁTICA DE BUSH

Como mencionado nas edições 9 e 10 do Periscópio Internacional, o Iraq Study Group (ISG) fez recomendações a respeito de como contornar os problemas causados pela guerra no Iraque baseadas em diplomacia e na diminuição das tropas norte-americanas no território iraquiano.

Contudo, apesar da troca do secretário de Defesa, de Donald Rumsfeld por Robert Gates, que fez parte do ISG, o presidente George W. Bush, em pronunciamento feito à nação no dia 10 de janeiro, anunciou sua decisão de aumentar as tropas norte-americanas no Iraque com o envio de 20 mil novos soldados. Sua tática política é ampliar a escalada da guerra, inclusive envolvendo o Irã.

Mesmo entre os que apóiam a guerra, a medida é considerada errônea, uma vez que, segundo os analistas militares, 20 mil soldados é um número baixo perto das dificuldades encontradas no Iraque para o controle da atual situação de guerra civil.

Entretanto, o Congresso, de maioria democrata, conseguiu aprovar apenas uma moção, sem efeito prático, condenando a medida anunciada por Bush. Segundo justifica o senador Chuck Schumer (democrata – Nova York), este é o primeiro passo para que num outro momento os senadores e deputados que apóiam Bush e que apoiaram a guerra anteriormente sejam convencidos a agir de forma mais enérgica.

Um dia antes do tradicional discurso “State of the Union address”¹, proferido pelo presidente Bush no dia 23 de janeiro, segundo a CBS News, a popularidade de Bush havia alcançado um novo recorde negativo: apenas 28% da população aprovam sua gestão. Além disso, 66% declararam ser contra o envio de mais soldados ao Iraque e 33% acreditam que o maior problema enfrentado pelo país hoje é a guerra.

Enquanto isso, as tensões entre os Estados Unidos e o Irã estão aumentando. No final de janeiro foi revelado que o presidente Bush, há alguns meses, autorizou o uso de “força letal” contra agentes iranianos no Iraque. E

¹ O “State of the Union address” (O estado da nação) é proferido pelos presidentes norte-americanos todo mês de janeiro, normalmente em uma sessão conjunta do Congresso. Desde 1966 existe a tradição de que o partido opositor profere uma resposta/comentário oficial.



Notícias do mundo

uma semana antes do pronunciamento forças norte-americanas invadiram um escritório de representação do Irã no norte do Iraque.

A maior parte da mídia nos Estados Unidos tem concentrado sua cobertura nas declarações controversas feitas pelo presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad sobre Israel e o Holocausto, bem como na especulação sobre as ambições nucleares do Irã. Entretanto, alguns repórteres investigativos têm concentrado sua visão nos claros sinais de que a administração Bush quer a guerra com o Irã.

Em janeiro de 2005 e também em abril de 2006, Seymour Hersh, repórter da revista *New Yorker*, escreveu sobre as operações secretas no território iraniano por parte das forças norte-americanas baseadas no Afeganistão. Além disso, também chamou a atenção para preparativos em curso no Pentágono, em cooperação com Israel, para desenvolver operações de estudo de possíveis alvos militares no Irã, apoio a grupos de oposição ao atual governo, bem como a possibilidade de um ataque aéreo aos locais nos quais o Irã desenvolve seu programa nuclear.

Hersh escreveu motivado pelo fato de que estas tarefas, normalmente levadas a cabo pela CIA, estão sendo planejadas e executadas por “forças especiais” e, portanto, não é necessário que o Congresso seja informado, como, em tese, ocorreria no caso de operações da CIA (Agência Central de Inteligência).

Além de Hersh, muitos outros jornais, revistas e blogs na internet estão debruçados sobre esta questão. O repórter investigativo Raw Story publicou uma linha do tempo atualizada sobre a relação entre a administração Bush e o Irã. Embora Bush tenha incluído o Irã como parte do “eixo do mal” já em 2002, acusando-o de apoiar o terrorismo e por suas intenções de adquirir armas nucleares, os esforços para gerar um conflito com este país se iniciaram há mais tempo.

A reportagem mostra que já em 1992 um grupo que incluía o vice-presidente Dick Cheney (na época secretário de Defesa de Bush Pai), Paul Wolfowitz (atual presidente do Banco Mundial) e Zalmay Khalilzad (atual embaixador dos Estados Unidos no Iraque e cotado para ser o novo embaixador do país junto à missão norte-americana na ONU) redigiu um documento secreto que proclamava que os Estados Unidos teriam que ser a única superpotência do mundo, especificando a necessidade de prevenir e bloquear a existência de competidores regionais, incluindo o Irã.

Esta doutrina foi atualizada em 2000 em um documento intitulado “Reconstruindo as Defesas dos Estados Unidos”, publicado pelo *think tank* neoconservador Project for a New American Century (PNAC). Este grupo foi criado em 1997 com o objetivo de promover a liderança dos Estados Unidos no mundo, e a guerra no Iraque é vista como o primeiro passo para o início desse processo.



Antigos membros do PNAC foram indicados para cargos-chave na administração Bush. Além dos mencionados Dick Cheney, Wolfowitz e Khalilzad, também John Bolton, ex-embaixador dos EUA na ONU, Francis Fukuyama, membro do conselho de bioética do presidente, Donald Rumsfeld, ex-secretário de Defesa, e muitos outros em posições ligadas à área militar e diplomática.

Em março de 2006, o último documento de Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos apresentava o Irã como a ameaça número um aos Estados Unidos, não somente pelas armas nucleares, que ainda não existem, mas também devido à acusação de Bush de que este país seria o maior apoiador mundial do terrorismo. A administração Bush tem tido o cuidado de repetidamente ligar o Irã aos ataques de 11 de setembro e acusa ainda o país de dar asilo a pessoas e organizações envolvidas no ataque.

Em “O estado da nação”, o presidente Bush deixa clara sua posição, como nestas declarações:

“Recentemente, ficou claro que enfrentamos um aumento do perigo proveniente das ações dos xiitas, hostis aos Estados Unidos e determinados a dominar o Oriente Médio.

Sabe-se que muitos deles recebem orientações do regime do Irã, que financia e fornece armas a grupos terroristas como o Hezbollah, segundo grupo depois da Al-Qaeda em número de extermínio de vidas norte-americanas.

Os extremistas xiitas e sunitas são duas faces da mesma ameaça totalitária. Não importa que *slogans* cantem quando matam inocentes. Eles têm o mesmo propósito: querem matar norte-americanos, querem matar a democracia no Oriente Médio e coletar armas para matar em uma escala ainda mais assustadora. No sexto ano após o ataque a nossa nação, desejaria informar-lhes que o perigo acabou. Mas este não é o caso.

Assim sendo, permanece a política deste governo de usar todas as ferramentas de inteligência, diplomacia, cumprimento da lei e ação militar apropriadas, permitidas por lei, a fim de cumprir nosso dever de encontrar estes inimigos e proteger o povo norte-americano”.

Caso o Congresso não haja de forma firme e anule as autorizações para que o presidente inicie uma ação militar (fornecidas em setembro de 2001





Notícias do mundo

e outubro de 2002) e vote contra o aumento no orçamento militar que acaba de ser apresentado pelo Executivo, a administração Bush se sentirá com autoridade para ampliar a intervenção no Iraque e iniciar ações militares contra o Irã mesmo sem aprovação do Legislativo, para mais uma guerra cuja justificativa foi artificialmente construída.

GUANTANAMO COMPLETA CINCO ANOS EM ATIVIDADE

Talvez a data tenha sido escolhida de forma aleatória, mas o anúncio do envio de novas tropas ao Iraque foi feito pelo presidente Bush no mesmo dia em que a prisão da base militar norte-americana em Guantanamo, Cuba, completou cinco anos de atividade.

Construída em 2001 e colocada em operação em 2002, a prisão já confinou 775 suspeitos acusados pelo poder Executivo norte-americano de ter ligações com Al-Qaeda ou Taliban e classificados como combatentes inimigos e sem direito aos cuidados fornecidos pelas Convenções de Genebra. O recolhimento a Guantanamo é feito sem qualquer acompanhamento jurídico, e segundo várias denúncias os prisioneiros são submetidos a vários atos de torturas física e psicológica.

De acordo com dados de novembro de 2006, dos 775 presos, 340 foram liberados, e 435 pessoas são mantidas ali, das quais 110 já foram consideradas prontas para a libertação – e apenas 70 terão direito a julgamento. As 250 restantes estão presas indefinidamente até segunda ordem.

O novo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, se pronunciou contra a prisão e declarou que Guantanamo deve ser fechada. Diversas manifestações pelo mundo registraram o triste aniversário.

Segundo a Anistia Internacional, a base

“passou a simbolizar a hipocrisia das promessas feitas pelos Estados Unidos como resposta aos atentados de 11 de setembro de 2001, na qual deveria residir o respeito à dignidade humana e ao Estado de direito. A tortura, a humilhação, a discriminação, a fraude nos tribunais e o desrespeito às suas obrigações contraídas em virtude dos tratados, tudo acontece com quase completa impunidade”.

A Anistia Internacional tem uma página especial de seu site com informações sobre a prisão e as campanhas para o seu fechamento. A página está disponível em <<http://web.amnesty.org/pages/guantanamobay-index-eng>>.





2007, UM ANO CRUCIAL PARA A COMUNIDADE EUROPÉIA

No período entre 1º de janeiro e junho de 2007, a presidência da União Européia estará nas mãos da Alemanha, que se propôs como grande desafio reavivar a Constituição européia assinada em outubro de 2004 pelos países-membros e até dezembro passado ratificada por Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo e Malta. Somente na Espanha e em Luxemburgo foi aprovada por voto popular.

Com a entrada de Bulgária e Romênia no bloco a partir do início deste ano, a União Européia passa a ter 27 países-membros.

Muitos analistas estão vendo a tarefa auto-imposta pela Alemanha como uma missão impossível. O processo de ratificação pelos países-membros foi deixado de lado após o fracasso das consultas populares ocorridas em 2005 na Holanda (1º de junho) e na França (29 de maio).

A principal crítica ao documento é que não trataria de desafios reais e concretos que a Europa enfrenta em questões como aquecimento global, globalização e imigração. Os que advogam que a Constituição Européia seja mais forte do que o atual documento propõem ainda que o presidente do Conselho Europeu seja eleito e que haja um ministro de Relações Exteriores para o bloco, a fim de facilitar a intervenção nas situações de crise internacional.

Além disso, a UE enfrenta o desafio de consolidar a participação dos dez novos membros que ingressaram em 2004 e também concentrar esforços na adequação de Romênia e Bulgária ao grupo antes de aprovar o ingresso de novos países ao bloco.

A Turquia está em negociações desde outubro de 2005 para ingressar na UE, embora analistas digam que dificilmente o país terá chances antes de 2015, em virtude das grandes e significativas reformas econômicas e sociais que necessita completar. Além disso, há resistências causadas pelo fato de ocupar uma faixa territorial de Chipre e em razão de que apenas 3% de seu território são considerados território europeu. O recente assassinato de um jornalista armênio pelo grupo nacionalista turco de extrema direita Lobos Cinzentos tampouco ajuda.

A Croácia também é considerada candidata ao ingresso na UE, e segundo projeções isso será possível apenas em 2010, apesar de o fim das negociações estar previsto para 2008 ou 2009. O último país a ser considerado candidato é a República da Macedônia, contudo existem reservas por parte da Grécia.

Além da Constituição, outras prioridades da gestão de Angela Merkel na presidência da UE serão crescimento econômico, geração de empregos, pro-





moção da igualdade de gênero, a questão das mudanças climáticas e as políticas de imigração e concessão de asilo a estrangeiros.

A novidade na articulação da presidência alemã foi negociar com Portugal e Eslovênia, os dois próximos líderes do bloco, a criação de um programa conjunto que pudesse ter continuidade após a gestão de Merkel.

Além da presidência da UE, a Alemanha acumula a liderança no G-8 em 2007, e um alemão foi eleito para estar à frente do Parlamento Europeu. O cristão conservador Hans-Gert Poettering, do CDU – mesmo partido de Merkel –, recebeu 450 dos 715 votos no pleito realizado em janeiro de 2007.

Assim sendo, este será um ano decisivo para Merkel, que enfrentou queda de popularidade em 2006 traduzida em derrota nas eleições locais alemãs.

Não se espera que o tema da Constituição seja resolvido antes de 2009, mas há grandes expectativas em torno dos passos que dará a gestão alemã para reavivar o debate.

PRATICAMENTE CONFORMADO O QUADRO DAS ELEIÇÕES FRANCESAS

O Partido Socialista francês definiu nos últimos meses de 2006 que sua candidata às eleições presidenciais de 2007 será a deputada Ségolène Royal e o Partido Nacional (extrema direita), como de costume, deverá apresentar a candidatura de Le Pen se ele conseguir superar um problema legal ocorrido na prestação de contas de sua última campanha eleitoral.

A Unidade por um Movimento Popular (UMP – direita) escolheu Nicolas Sarkozy por meio de uma recente prévia com candidato único, embora tenha havido a abstenção de um terço dos membros, inclusive do atual presidente Chirac.

Os partidos mais à esquerda tentaram construir uma candidatura única em torno dos setores políticos franceses que fizeram campanha pelo “não” à Constituição europeia, que foi vitoriosa na França. Houve uma discussão em torno do lançamento do nome de Jean Luc Melanchon, ex-ministro de Formação Profissional do governo de Leonel Jospin e liderança de uma das tendências internas do PS que fez campanha contra a aprovação da Constituição, apesar da posição oficial do partido na ocasião, que era favorável a ela.

No entanto, alguns não resistiram à tentação de lançar candidaturas, que, embora sem probabilidades de vitória, lhes possibilitam participar do debate político e divulgar seus partidos. Já se lançaram candidatos com este objetivo Olivier Besancenot, da Liga Comunista Revolucionária, Arlete Laguillier, da Luta Operária, Gerard Schivardi, do Partido dos Trabalhadores, Marie-George Buffet, pelo PCF, e José Bové, pela Aliança Antiliberal, o



último a anunciar a candidatura. Todos juntos representam pouco mais de 10% da atual intenção de votos, mas poderão ser decisivos para a candidatura Ségolene num segundo turno, que é quase inevitável.

A diferença entre as intenções de voto de Ségolene e Sarkozy é pequena. Ele tende a arrebanhar os votos da extrema direita de Le Pen num eventual segundo turno, que hoje representariam cerca de 18%, o que lhe daria vantagem sobre a candidata do PS, que ficaria com os votos mais à esquerda. Porém, tudo depende de em que grau a população francesa irá se empolgar com a eleição e comparecer para votar, principalmente o eleitorado de esquerda, de Ségolene.

As candidaturas definitivas deverão se oficializar no mês de abril, desde que cumpram alguns requisitos legais, como o apoio por escrito de no mínimo 500 prefeitos, o que eventualmente poderá dificultar a candidatura Bové, por ser avulsa.

NOTÍCIAS DO ORIENTE MÉDIO

A rigor, dizer que a situação no Oriente Médio se agrava é uma repetição de comentários de “Periscópios” anteriores. Cada vez o cenário oferece menos saídas a curto prazo, principalmente em virtude da política norte-americana de ampliar a escalada da guerra no Iraque e se possível envolver também o Irã.

Em apenas um atentado ocorrido dia 3 de fevereiro no Iraque morreram 135 pessoas numa região habitada por xiitas, o que leva a crer que os autores podem ter sido sunitas, que era a comunidade politicamente hegemônica no governo de Sadam Hussein.

Sadam foi enforcado no dia 30 de dezembro de 2006, após passar por um julgamento eivado de irregularidades que o condenou à morte pelo massacre de um grupo de xiitas quando era presidente. A sentença foi rapidamente confirmada por um tribunal superior que deu um prazo de 30 dias para ser cumprida.

Embora ele ainda devesse ser julgado por outros crimes, como os ataques e as mortes de milhares de curdos com armas químicas, havia uma decisão política de executá-lo o mais rapidamente possível. Ele estava sob custódia norte-americana e foi entregue aos órgãos de segurança iraquianos, controlados pelos xiitas, que o enforcaram.

O horror da cena do enforcamento e dos insultos dos carrascos percorreu o mundo quase em seguida, e se a intenção era eliminar a referência para um dos setores rebeldes e reduzir seu ímpeto revoltoso, o efeito foi o inverso. A violência somente tem aumentado.



Notícias do mundo

Na Palestina também prossegue o conflito entre os membros do Hamas e do Al Fatah. O primeiro tem maioria parlamentar e o segundo tem a presidência da Autoridade Nacional Palestina. Houve tentativas de estabelecer um governo de coalizão, que falharam. A ameaça feita pelo presidente Mahmoud Abbas de convocar novas eleições parlamentares foi respondida com violência e o número de mortos e feridos tem aumentado.

O impasse no Líbano também permanece. Há quase dois meses ocorrem protestos diários organizados pela oposição contra o governo do primeiro-ministro Fuad Seniora, solicitando a realização de eleições parlamentares para recompor o governo. Durante alguns protestos houve conflitos com vítimas fatais.

Por fim, caiu ainda mais a popularidade dos principais membros do governo israelense, como o primeiro-ministro Olmert, do partido Kadima, e o ministro da Defesa, o trabalhista Amir Peretz. Nem a inclusão da extrema direita no governo ajudou a superar a situação de impopularidade causada pela derrota na incursão militar ao Líbano, sem falar nos problemas sociais gerados por ajustes neoliberais anteriores que não foram atacados até o momento.

Além da falta de confiança popular no governo, o presidente de Israel Moshe Katsav, que ocupa um cargo quase decorativo, é acusado por quatro ex-funcionárias de prática de estupro e assédio sexual. Foi afastado do cargo e deverá ir a julgamento. Olmert rapidamente propôs que ele fosse substituído por um veterano na política, o trabalhista Simon Peres, em mais uma tentativa de buscar aliados.

Ou seja, há falta hoje de atores com a devida capacidade de lidar com conflitos de tal dimensão.

DARFUR

As atrocidades na região de Darfur, no Sudão, continuam apesar das negociações e de várias tentativas de acordo no final do ano passado entre o governo e os grupos guerrilheiros das etnias não-árabes. Não somente prosseguem as ações dos *Janjaweed* contra a população não-árabe como também os bombardeios da aviação do governo federal sobre suas aldeias.

O acordo fechado anteriormente entre o governo central e o Movimento Popular pela Libertação do Sudão (MPLS), que agia no sul do país havia muitos anos, tinha se tornado uma boa referência, inclusive porque o principal líder do MPLS, Dr. John Garang, por força daquelas negociações de paz, tinha se tornado primeiro-ministro adjunto e poderia contri-





buir para um acordo também em Darfur. No entanto, ele faleceu num acidente aéreo no ano passado.

Houve tentativas para aprovar resoluções na ONU condenando o governo sudanês, porém interesses comerciais de vários países, particularmente da China, evitaram que fosse aprovada alguma resolução mais relevante. A decisão da ONU foi somente autorizar o aumento da presença de tropas da União Africana e promover uma nova investigação sobre as ocorrências, apesar de fartamente denunciadas e de haver até o momento cerca de 200 mil mortos, 2 milhões de refugiados e 3 milhões de pessoas dependendo diretamente de ajuda internacional.

Em função destes fatos, o presidente do Sudão, Omar Hassan al-Bashir, foi preterido pela segunda vez para a função de secretário-geral da União Africana. Na recente reunião realizada em Addis Abeba, na Etiópia, foi eleito o presidente de Gana, John Kufuor.

SOMÁLIA

Somália, Etiópia, Djibuti e Eritreia compõem a região conhecida como o “Chifre da África”. A Somália foi colonizada pela Inglaterra e pela Itália. É um país historicamente dividido em regiões onde predominam diferentes etnias, embora a maioria siga a religião islâmica.

A independência foi alcançada na década de 1960, e o coronel Siad Barre tornou-se presidente do país, função que ocupou até 1991 graças a um regime autoritário de partido único. Durante a primeira metade de seu governo, a Somália aliou-se ao bloco socialista, porém, quando atacou a Etiópia em 1976 para tentar ocupar a região de Ogaden, onde a maioria da população é somali, o país vizinho recebeu apoio de conselheiros militares soviéticos e tropas cubanas. Com a derrota, Barre rompeu a aliança com o bloco.

O fim do governo de Siad Barre em 1991 foi também o fim de um governo centralizado no país. Passaram a predominar governos locais, inclusive com disputas armadas entre si, a partir das diferentes etnias e clãs. Seus líderes ficaram conhecidos como os “Senhores da Guerra”. Durante o governo Clinton nos Estados Unidos, houve uma intervenção de tropas norte-americanas sob justificativas humanitárias que não durou muito depois de 17 *marines* terem sido mortos num único evento e de o mundo ter assistido à cena de seus corpos sendo arrastados pelas ruas da capital do país, Mogadíscio.

O período de ausência de governo central foi praticamente de 15 anos, e há pouco tempo alguns clãs começaram a se unir em torno dos princípios do islamismo mais ortodoxo e criaram uma coalizão chamada



Notícias do mundo

Cortes Islâmicas, que conseguiu dominar várias regiões do país, incluindo a capital.

Essa coalizão, no entanto, foi considerada pelo governo Bush um potencial aliada da Al-Qaeda, e articulou-se então uma outra aliança entre os principais Senhores da Guerra (anteriormente inimigos dos norte-americanos), que com o apoio de tropas etíopes conseguiram deslocar as forças armadas das Cortes de Mogadíscio e instalar um novo governo central. Aviões norte-americanos chegaram a intervir a favor desta coalizão bombardeando regiões do sul do país.

Entretanto, a situação não está resolvida. Os Senhores da Guerra não têm suficiente unidade entre si e nem legitimidade para governar todo o país, e não podem contar com a presença permanente das tropas etíopes. As Cortes Islâmicas se retiraram taticamente da capital, mantiveram seu poder militar e contam com o apoio externo da Eritreia, arquiinimiga da Etiópia, contra quem lutou por anos para conquistar a independência, bem como, discretamente, do Egito.

Além disso, existe uma região importante do país chamada Somalilândia, que durante o período de ausência de poder central articulou um sistema de governo democrático e autônomo que não tem nenhuma relação com os atuais grupos em conflito. É uma região que possui desenvolvimento econômico mais avançado que o resto do país e que certamente não abrirá mão pacificamente dessa conquista.

O PRÓXIMO QUADRO ELEITORAL NA ÁFRICA DO SUL

O Congresso Nacional Africano (CNA) é a grande frente/partido que hoje governa o país. Possui a maioria no Parlamento, todos os governos provinciais e a presidência do país. Foi fundado em 1912 e posteriormente tornou-se a principal referência na luta contra o *apartheid*. Aliou-se com o Partido Comunista Sul Africano e com a COSATU, a principal central sindical do país, e assumiu o poder a partir da eleição de Nelson Mandela para presidente em 1994.

Este ano realizará sua conferência anual que assume particular importância, pois é um momento importante na preparação das próximas eleições presidenciais de 2009. Quem for escolhido presidente do CNA poderá também ser o candidato presidencial do partido ou, no mínimo, exercer forte influência sobre o processo de escolha.

O presidente do CNA desde 1987 é Thabo Mbeki, que foi eleito sucessor de Mandela em 1999 e agora se encontra em mais da metade de seu segundo mandato. De acordo com a Constituição é permitida somente





uma reeleição consecutiva, mas há setores no partido que defendem a possibilidade de um terceiro mandato, o que implicaria uma mudança constitucional, o que teoricamente não seria difícil, pois o CNA sozinho tem mais de dois terços dos votos necessários no Parlamento. Porém, para encaminhar uma mudança dessa envergadura seria necessário um alto grau de consenso interno, o que atualmente seria bem mais difícil. Já se apresentam três candidaturas para a sucessão de Mbeki na presidência do CNA, uma delas a do atual vice-presidente da república, Jakob Zuma, também candidato a substituí-lo na presidência do país.

Muitos consideram que Zuma poderia fazer um mandato mais à esquerda, mas pesa contra ele uma acusação de estupro que lhe rendeu uma ação judicial concluída por falta de provas. As duas candidaturas repercutiram inclusive no congresso da COSATU no ano passado levando a disputas entre candidatos dos dois campos aos cargos de sua direção executiva.

Os demais nomes que concorrem à presidência do CNA são Tokyo Sexwale, um empresário, e Cyrill Ramaphosa, hoje também atuando como investidor no meio financeiro, mas de qualquer maneira uma figura histórica do partido e da luta *antiapartheid*. Em 1997 ele perdeu a indicação para presidente do partido para Mbeki.

Aguardemos os desdobramentos, pois são importantes para o continente africano e também para nós, em virtude do estreitamento de relações que vem ocorrendo entre a África do Sul e o Brasil.

PRIMEIROS PASSOS DO NOVO SECRETÁRIO-GERAL DA ONU

Como mencionado na última edição do *Periscópio*, Ban-Ki moon foi empossado no final de 2006 para substituir Kofi Annan à frente da Organização das Nações Unidas.

O oitavo secretário-geral da ONU realizou sua primeira viagem internacional, desde que assumiu esta posição, no final de janeiro, a fim de reunir-se com líderes da União Européia em Bruxelas. A discussão sobre temas globais abarcou o debate sobre os Balcãs, as crises em Darfur no Sudão, na Somália e na Costa do Marfim, mudanças climáticas e direitos humanos.

Em seguida, Ban-Ki moon realizou sua primeira visita à África desde a posse, ocasião na qual declarou que a situação em Darfur é uma de suas maiores prioridades no momento.

Em sua visita à República Democrática do Congo, o secretário-geral encontrou-se com o presidente eleito, Joseph Kabila, e elogiou o processo





Notícias do mundo

eleitoral do país, antes de participar da Cúpula da União Africana na Etiópia, onde ele se encontrou com o presidente sudanês, Omar el-Bashir.

Contudo, apesar de seu primeiro comprometimento público com os problemas em Darfur, não há expectativa de que ele aja com rigor em mobilizar forças de paz da ONU em maior número ou ainda comprometer países-membros da organização com ações locais.

Ban-Ki moon é um diplomata de carreira da Coreia do Sul, conhecido por seu perfil reservado; além disso, nesse início de mandato dificilmente tomará decisões de peso fora da esfera interna da organização.

A única proposta concreta realizada até o momento pelo secretário-geral envolve a reformulação da área de manutenção da paz da ONU em virtude do aumento das missões. A sugestão de Ban-Ki moon é separar o departamento em duas divisões distintas. Ainda não há maiores detalhes disponíveis sobre a proposta.

O RELATÓRIO DA ONU SOBRE AQUECIMENTO GLOBAL

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgou no início de fevereiro o quarto relatório das avaliações conduzidas pelo grupo desde que foi instaurado em 1998 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) numa parceria com a Organização Meteorológica Mundial (WMO), também parte da ONU.

Este quarto informe chamou a atenção pelo teor mais alarmante utilizado para tratar do tema das mudanças climáticas e do papel do homem na ampliação do efeito estufa e no conseqüente aumento da temperatura do planeta, que, segundo o documento, deverá aumentar em até quatro graus centígrados até o final deste século.

No relatório de 2007 afirma-se ainda que as atividades humanas têm 90% de probabilidade de ser a principal causa de aquecimento nos últimos 50 anos. No terceiro informe, divulgado em 2001, a ação humana era vista como responsável pelas mudanças numa probabilidade de 66%.

O primeiro relatório foi completado em 1999 e desempenhou um papel importante no estabelecimento de um comitê negociador para que a Assembleia Geral da ONU criasse a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), adotada em 1992 e colocada em vigor em 1994. O segundo relatório, trazido a público em 1995, produziu elementos-chave para a discussão do estabelecimento do Protocolo de Kyoto em 1997.

Espera-se que a divulgação do atual documento sirva para que os países formulem políticas públicas que enfrentem principalmente a questão do



aumento do uso de combustíveis fósseis, o maior responsável pelas emissões de gás que resultam no aquecimento global.

O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, apesar de estar extremamente ligado à indústria petroleira, afirmou que seu país deverá diminuir em 20% o consumo de gasolina nos próximos dez anos, investindo na produção de biocombustíveis, a exemplo dos programas já desenvolvidos com sucesso pelo governo brasileiro.

O IPCC está aberto à participação de todos os países-membros da WMO e do PNUMA. Atualmente participam das análises conduzidas pelo grupo cerca de 2.500 cientistas de 30 países, que revisam material científico produzido sobre o tema. Além disso, também participam dos trabalhos do IPCC organizações internacionais, ONGs, e órgãos governamentais.

Os trabalhos estão divididos em quatro grupos:

Grupo 1 – base científica

Grupo 2 – efeitos, adaptação e vulnerabilidade

Grupo 3 – mitigação

Grupo 4 – equipe especial de inventário das emissões de gás causadoras de efeito estufa

O grupo 4 é coordenado pela brasileira Dra. Thelma Krug, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e pelo japonês Dr. Taka Hiraishi.

CHIRAC PROPÕE CRIAÇÃO DE NOVA ORGANIZAÇÃO AMBIENTALISTA

O presidente da França, Jacques Chirac, anunciou em dezembro passado uma proposta para que seja criada uma nova organização ambiental no âmbito da ONU cujo nome seria United Nations Environment Organization (UNEO).

A proposta foi apresentada após uma reunião de Chirac com o comitê organizador da Conferência Internacional sobre Governança Ambiental que o governo francês receberá em fevereiro próximo.

De acordo com Chirac, esta conferência, que deve contar com a participação de representantes de cerca de 60 países e muitas organizações internacionais não-governamentais, deve apresentar um “inventário da situação global do meio ambiente e sua degradação alarmante, e apresentar propostas políticas prioritárias que sejam internacionalmente aceitas”. Ainda segundo ele, a Conferência de Paris servirá de palco para que “muitos países possam declarar que querem a UNEO com recursos materiais necessários para agir e assegurar o respeito a certas regras essenciais para a conservação da biosfera”.

Contudo, segundo relatos, África do Sul, China, Índia e Brasil seriam contra a criação da nova organização. Além disso, muitos acreditam que a





proposta está sendo feita neste momento para que tenha reflexo nas eleições gerais na França, que ocorrerão em abril e maio próximos.

Embora sua proposta date de 2002, o mandato da nova organização nunca foi claramente explicitado em qualquer momento, além de existirem tarefas já desenvolvidas por organizações como o PNUMA, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas e vários outros secretariados que monitoram os acordos multilaterais ambientais, como o Protocolo de Kyoto.

Ainda que Chirac já tenha sido eleito presidente em 1995, reeleito em 2001 e possa concorrer novamente, dificilmente teria chances de vencer o pleito, não só pela idade, 76 anos, mas também por sua baixa popularidade. Além disso, seu partido já apontou Nicolas Sarkozy como candidato às próximas eleições presidenciais.

Apesar da motivação eleitoral e das críticas à falta de detalhamento da proposta, alguns ativistas vêem a idéia como um passo importante para as iniciativas de conservação do meio ambiente. Segundo Susan George, do Transnational Institute, em entrevista à agência de notícias IPS, “o PNUMA nada mais é do que um órgão mediador, sem os meios financeiros e mandato para agir de forma concreta. Cedo ou tarde, uma organização global para lidar com o meio ambiente terá que ser criada”.

O CONTROLE DA INTERNET E A UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

O novo secretário-geral da União Internacional de Telecomunicações (UIT), Hamadoun Touré, anunciou em meados de janeiro, logo após sua posse, que sua agência não tem qualquer intenção de administrar a internet e retirar seu controle da ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers), empresa sem fins lucrativos, mas que se reporta ao Departamento de Comércio do governo norte-americano.

Touré foi eleito em novembro passado, quando derrotou o engenheiro brasileiro Roberto Blois, e assume o lugar do japonês Yoshio Utsumi na direção da agência, que possui 191 países-membros e cerca de 640 membros provenientes do setor privado.

Sua declaração vem em resposta à proposta feita por Brasil, Índia, China, Irã, Cuba e outros países em desenvolvimento para que o controle da internet fosse democratizado e passasse a ser feito por uma entidade internacional no âmbito da ONU, como a UIT.

A proposta brasileira surgiu em 2003 e foi objeto de um extenso debate na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, realizada na Tunísia em 2005. Diante da pressão contrária dos Estados Unidos, a ONU criou um



grupo de trabalho que em sua primeira reunião, em novembro de 2006, não chegou a discutir o tema.

Touré afirmou que sua organização não seria o fórum adequado para tal papel, pela falta de recursos necessários e também pela falta de definição do que seria governança da internet. De acordo com ele, sua gestão na UIT será centrada em concentrar esforços na segurança do ciberespaço e em facilitar o acesso à rede a fim de diminuir a lacuna entre países pobres e ricos.

O tema da segurança é uma discussão levantada pelos Estados Unidos com a alegação de que a internet também pode virar uma ferramenta para organização e ação de grupos terroristas.

Desde 26 de março de 2003, seis dias após o início da guerra contra o Iraque, sites iraquianos, entre eles os sites oficiais do governo e da missão da ONU no país – todos devidamente registrados na ICANN –, foram retirados do ar sem que nenhuma explicação fosse dada.

Uma página do novo governo apoiado pelos Estados Unidos, com conteúdo em árabe e inglês, está disponível em: <<http://www.iraqigovernment.org/index.EN.htm>>.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL EM NAIRÓBI

O VII Fórum Social Mundial realizou-se na capital do Quênia, Nairóbi, entre os dias 20 e 25 de janeiro. A escolha do continente africano tinha vários objetivos, como o de ampliar a participação do movimento social africano no processo. Apesar de um dos vértices do fórum policêntrico de 2006 ter sido a cidade de Bamako, no Mali, era necessário também envolver mais a África Oriental, pois as diferenças políticas e culturais entre os países francófonos e anglófonos do continente são muito grandes.

Certamente, a presença africana se ampliou, porém em grau menor do que o esperado. Alguns atribuíram este fato ao custo da inscrição, que apesar de ser de apenas US\$ 5 para os participantes africanos foi considerado alto, e ao preço das passagens de avião entre os países do continente, absolutamente proibitivo. Somem-se a isto os conflitos nas fronteiras de alguns países vizinhos, como a Somália e o Sudão, que também impediram a chegada de delegações que eventualmente poderiam vir por terra.

Houve participação de aproximadamente 40 mil pessoas e, apesar de alguma precariedade das instalações, como a falta de som e o corte da energia às 19h, o evento se desenrolou num formato semelhante aos anos anteriores. Uma novidade foi a realização de quase uma vintena de assembleias no programa do dia 24 com o objetivo de construir iniciativas de ação relativas aos diferentes temas.



Notícias do mundo

As controvérsias ficaram por conta do marketing realizado pelos organizadores locais para ajudar a financiar a atividade, como o comércio de cartões telefônicos, da alimentação e do artesanato. A segurança foi feita pela polícia local, que, ao contrário da população queniana, nem sempre demonstrava gentileza.

Percebeu-se também uma crise, que até poderia ser de crescimento, mas que provavelmente é algo maior que isso. O sintoma visível foi a indefinição sobre “o que fazer” em 2008, uma vez que o VIII FSM (Fórum Social Mundial) somente acontecerá em 2009, em lugar ainda a ser definido. Falou-se em mobilizações, que no entanto não têm data e nem causa definidas. O Comitê Internacional deverá discutir o assunto em reunião a se realizar durante o encontro de junho do G-8 na Alemanha.

Os problemas menos visíveis, mas que geram outras tensões, são vários: a medida da combinação entre debates e ações no processo; a relação do movimento social com governos e partidos políticos; o financiamento do FSM; a incapacidade dos organizadores de envolver os setores mais pobres do movimento social real, como os quilombolas no Brasil, os sem-teto de qualquer lugar, entre outros que literalmente não têm recursos para participar dos eventos; a dificuldade de construir uma síntese Ocidente–Oriente na organização do Fórum e de seus desdobramentos – por exemplo, será que o formato nascido em Porto Alegre atende à realidade africana?

Algumas organizações, como a Via Campesina, já decidiram por sua conta priorizar as atividades que dizem mais diretamente respeito aos seus problemas, e tiveram uma presença pequena em Nairóbi.

Aparentemente, estão faltando novos mecanismos para promover o debate sobre o futuro do Fórum, que esperamos sejam encontrados, pois a iniciativa é importante demais para simplesmente esvair-se.



Periscópio Internacional nº 12 março de 2007

ACORDO NA BOLÍVIA FAZ CONSTITUINTE AVANÇAR

Após um longo período de quase paralisia nas discussões sobre a nova Constituição da Bolívia, devido ao impasse sobre o quórum de aprovação de cada item, se com dois terços dos votos ou com 50% + 1, chegou-se a um acordo entre o partido do governo (MAS) e os partidos de oposição.

A aprovação será por dois terços dos votos para cada item a ser votado. Caso o quórum não seja atingido, haverá uma tentativa de resolver o impasse por intermédio de uma comissão de redação, que buscará uma formulação de consenso a ser novamente submetida a votação. Na persistência de impasse, o item em questão será submetido a referendo popular.

A data para aprovar a nova Constituição é o mês de agosto de 2007, um prazo que muitos duvidam ser possível cumprir, já que nada foi realmente aprovado até agora.

Os últimos meses, a partir de dezembro, foram os mais difíceis até agora para o governo Evo Morales. Além do enfrentamento com os partidos de centro e de direita tradicionais, que atuaram principalmente a partir da discussão sobre a autonomia das regiões e do quórum para aprovação da Constituição, o governo teve que lidar também com algumas organizações populares que se mobilizaram e o criticaram pela esquerda, como os mineiros da Corporación Minera de Bolivia (Comibol) e o Comitê Cívico de Camiri.

Os primeiros promoveram manifestações e tentativas de expulsar trabalhadores informais das áreas mineiras, anteriormente de concessão estatal, o que acabou por gerar mortos e feridos. O Comitê Cívico promoveu o bloqueio, por uma semana, de uma estrada que dá acesso à Argentina, em protesto contra a política de “nacionalização” do governo Evo, que não consideraram efetiva, uma vez que não desapropriou as empresas estrangeiras.

As regiões onde o MAS tem apoio popular, como em El Alto e Cochabamba, têm se mobilizado algumas vezes em defesa do governo e contra as tentativas



Notícias do mundo

autonomistas da direita. Isso tem ajudado o governo a negociar em melhor situação, tanto à esquerda, com os *camireños*, para desbloquear a estrada, quanto à direita, para desbloquear a discussão da Constituinte.

CRISE POLÍTICA NA COLÔMBIA

A prisão do senador Álvaro Araújo, da bancada parlamentar que apóia o governo Uribe, no dia 15 de fevereiro por envolvimento com grupos paramilitares deu fôlego à crise política iniciada em 2006 e levou à renúncia da ministra de Relações Exteriores, Maria Consuelo Araújo, sua correligionária e irmã.

Desde o ano passado o Supremo Tribunal de Justiça da Colômbia vem promovendo uma série de investigações sobre as ligações de membros do governo e parlamentares com as Autodefensas Unidas de Colombia (AUC), os grupos paramilitares de extrema direita no país, principalmente quanto ao financiamento de campanhas e outros apoios eleitorais.

As acusações de vínculos do governo com este setor já eram apresentadas quando Uribe foi eleito para cumprir seu primeiro mandato, porém agora há investigações concretas, e ao todo seis senadores e três deputados já foram detidos.

Dois dos principais chefes das AUC, Salvatore Mancuso e Vicente Castaño, declararam que possuem o controle sobre 30% a 35% do Congresso colombiano, o que, se verdadeiro, significaria algo em torno de 30 senadores e 60 deputados, e portanto o número de presos até o momento seria pequeno. Mesmo assim, não há clima para se votar coisa alguma, nem sequer os assuntos de interesse do governo, como o Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos.

PLEBISCITO NO EQUADOR

No dia 13 de fevereiro o Congresso equatoriano aprovou a convocação de um plebiscito a ser realizado em 15 de abril, quando a população decidirá se quer a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Esta decisão foi encaminhada à Suprema Corte do país para que tome as providências para a realização do plebiscito.

A decisão foi considerada uma vitória do novo presidente, Rafael Correa, que havia proposto o plebiscito durante sua campanha eleitoral. No entanto, dos cem deputados existentes no Congresso, apenas 58 compareceram para decidir, e a maioria votou a favor. Ao final de janeiro já houve uma mobilização popular para pressionar os congressistas a apoiar o plebiscito, e





alguns que se encontravam no recinto do Congresso acabaram sendo expulsos pelos manifestantes.

Apesar dessa vitória e da popularidade de Correa, que segue alta, com 84% de opiniões favoráveis, há um bom caminho pela frente, pois o quórum parlamentar foi baixo, o que demonstra a oposição sistemática do atual Congresso ao governo.

No entanto, o questionamento que o principal partido opositor, o PRIAN, fez à convocação do plebiscito chocou-se com a Suprema Corte. Esta havia acatado a decisão para realizar o plebiscito, mas uma sessão do Congresso cassou o mandato de quatro juízes e o PRIAN apresentou um recurso contra a decisão do dia 13 de fevereiro. A reação da Corte foi cassar o mandato de todos os deputados desse partido e convocar seus suplentes para assumir os seus lugares, sob o argumento de obstrução à justiça.

Ponto para Correa. A questão a ser verificada, uma vez convocada a Constituinte, é se a mobilização popular, que até agora tem ajudado o novo presidente, também se converterá em uma maioria de deputados afinados com a necessidade de mudanças no país.

Uma outra decisão de Correa durante sua campanha foi não renovar o convênio que cede a base militar de Manta aos Estados Unidos até 2009. Entre os dias 5 e 9 de março ocorrerá em Quito uma conferência internacional sobre a abolição de bases militares estrangeiras, uma iniciativa que amadureceu no Fórum Social Mundial de Nairóbi ao ser constituída uma rede de quase 300 organizações sociais preocupadas com esse tema. Os organizadores mencionam a existência de 737 bases militares estrangeiras no mundo, das quais 95% seriam norte-americanas.

O evento conta com o apoio do prefeito de Quito, Paco Moncayo, do partido Izquierda Democrática, que nas eleições presidenciais equatorianas apoiou o candidato Jaime Roldós no primeiro turno e Rafael Correa no segundo.

NO MÉXICO: SEM MAÍZ NÃO HÁ PAÍS!

Maíz significa milho em espanhol, e a frase acima é o mote dos protestos dos mexicanos contra o governo Calderón em razão da alta dos preços do milho e, conseqüentemente, da *tortilla*, base da alimentação da população. A origem deste problema é o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), que inundou o mercado mexicano de milho norte-americano barato, por ser subsidiado, e que, por conseqüência, quebrou a agricultura deste produto do México. Numa suprema ironia, tornou o país, que tinha uma agricultura forte, dependente da importação de grãos dos Estados Unidos.





Notícias do mundo

Os Estados Unidos, além de exportar milho para o México, também o utilizam, entre outras finalidades, para produzir etanol. Com o recente anúncio do governo Bush de que pretende substituir 20% da gasolina consumida nos Estados Unidos por etanol, o preço do milho subiu expressivamente, o que afetou novamente o país vizinho.

O governo Calderón tem reagido com truculência diante dos protestos e tem dificuldades em tomar medidas, pois é um árduo defensor do Nafta, do livre comércio e de outras medidas neoliberais, assim como seu partido, o PAN, e seu antecessor na presidência, Vicente Fox.

Tudo indica que este fato trará um novo desgaste para o governo, já questionado pela forma como foi eleito e que insiste em fortalecer políticas que já não encontram mais respaldo na maioria dos países do continente.

ACORDOS BILATERAIS ENTRE ARGENTINA E VENEZUELA

Os presidentes desses dois países, Kirchner e Chávez, realizaram uma reunião na cidade de Puerto Ordaz, na Venezuela, de onde saíram com uma série de entendimentos bilaterais, em particular a assinatura de um memorando de entendimento para criar o Banco do Sul. Esta proposta havia sido apresentada pelo presidente Hugo Chávez algum tempo atrás. O seu argumento a favor tem muita lógica: “Por que colocar os recursos de nossas reservas cambiais nos bancos dos países desenvolvidos em vez de aplicá-los aqui no nosso próprio desenvolvimento?” “Venezuela, Argentina e Brasil têm reservas de US\$ 150 bilhões, e é perfeitamente viável que destinem vários bilhões de dólares à nova entidade regional.”

O Banco nasce desta iniciativa bilateral, tem 120 dias de prazo para se estabelecer e captar recursos e estará aberto a adesões de outros países. Um dos primeiros projetos a ser financiados seria o trajeto Bolívia–Argentina do Gasoduto do Sul.

Para Kirchner a idéia é que o Banco do Sul apóie “todos aqueles investimentos que visem a reconversão produtiva, a inclusão social, a integração física” da América do Sul e “o desenvolvimento global de projetos estratégicos”. Ele ainda acrescenta que devem ter acesso ao banco “o mais forte e o menor”, pois a entidade não deve ser seletiva, mas “solidária”, e se for “apenas uma entidade financeira a mais, terá sido um fracasso”.

As relações bilaterais entre Argentina e Venezuela têm se estreitado politicamente e também por meio do crescimento do comércio entre os dois países, bem como por outras relações econômicas. Em outubro de 2006, o governo venezuelano comprou US\$ 337 milhões de títulos da dívida externa argentina, acrescidos recentemente por outros US\$ 649 milhões.



Foi um bom negócio para ambos. Para a Argentina porque está com pouco acesso a créditos internacionais. Para a Venezuela porque está com muita liquidez devido às reservas acumuladas com os altos preços do petróleo. O governo Kirchner está propondo que a Venezuela compre mais US\$ 3 bilhões este ano, o que lhe ajudaria a saldar uma dívida de US\$ 5 bilhões com o FMI que vence em 2007.

A VISITA DE BUSH À AMÉRICA LATINA

O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, realizou no início de março uma visita a cinco países da América Latina: Brasil, Uruguai, Colômbia, Guatemala e México. A iniciativa chamou razoável atenção internacional, pois este continente nunca esteve entre as prioridades da política externa de seu governo, desde que tomou posse de seu primeiro mandato no começo de 2001. A razão da visita, a escolha do roteiro e os assuntos oficiais tratados têm várias justificativas, mas poucas propostas concretas.

No segundo mandato de Bush houve uma reestruturação no manejo da política externa, pois ele dispensou tanto o secretário de Estado, Colin Powell, mais moderado, como alguns auxiliares mais radicais, como Paul Wolfowitz e Donald Rumsfeld. Tais mudanças também repercutiram na estrutura do Departamento de Estado, responsável pelas relações com a América Latina, onde assumiu o subsecretário Thomas Shannon, mais pragmático que seu antecessor, o extremista de direita Roger Noriega. A própria Condoleezza Rice, ex-assessora para assuntos de segurança nacional e nova secretária do Departamento de Estado, encontra-se numa posição intermediária entre Powell e o grupo fundamentalista que tradicionalmente orientava Bush em sua política externa.

A visita teve como objetivos principais melhorar a imagem internacional de Bush, severamente prejudicada pela invasão do Iraque e pela recusa de assinar o Protocolo de Kyoto, e fortalecer-se internamente por intermédio da discussão sobre o aumento da produção de etanol, no caso dos Estados Unidos produzido a partir do milho. A possibilidade de substituir em seu país parte do consumo de gasolina por álcool também seria bem recebida diante da preocupação mundial com o aquecimento global, pelo qual um dos maiores responsáveis são os Estados Unidos. Por último, o propósito era também fortalecer sua política externa voltada para a América Latina.

Neste sentido o roteiro tinha muita lógica: dialogar pessoalmente com os governos de esquerda do Brasil e do Uruguai para mostrar sua abertura; estabelecer um protocolo com o Brasil para parcerias na produção de etanol, embora não pretenda facilitar a exportação brasileira de álcool; visitar a Co-



Notícias do mundo

lômbia, seu aliado principal na América andina e cujo governo enfrenta uma séria crise política; da mesma forma na Guatemala – América Central –, onde haverá eleições presidenciais este ano; e, por fim, o México, que além de ser o parceiro comercial principal no continente tem atualmente um governo com dificuldades de se estabelecer e adquirir respeito internacional.

No caso do Uruguai, em que existe a possibilidade de ser implementado um tratado de investimentos com os Estados Unidos, o governo brasileiro tomou a iniciativa de organizar uma visita do presidente Lula, antes da de Bush, para discutir com o presidente Tabaré Vasques algumas medidas para melhorar a posição deste país no Mercosul, já que as relações comerciais entre os dois países são deficitárias para o Uruguai, que além disso recebe hoje pressão da Argentina para interromper a construção da fábrica de papel e celulose Botnia às margens do rio Uruguai.

ESTADOS UNIDOS – A ADIANTADA BRIGA PELA CASA BRANCA

Algumas pesquisas sobre a campanha para a eleição presidencial nos Estados Unidos, a ser realizadas em 2008, foram divulgadas nos últimos dias de fevereiro. Em comum, todas traziam boas notícias para Barack Obama, um dos candidatos à nomeação do Partido Democrata para concorrer à presidência da república.

Recente matéria publicada no *Washington Post* comentou que houve um crescimento das intenções de voto em Obama por parte da população negra em 9% acima do apoio a Hillary Clinton, a outra pré-candidata de maior expressão dos democratas. Há um mês, era Hillary que estava com 40% de votos a mais que Obama na comunidade afro-americana.

Estes números vêm demonstrar o resultado de um esforço específico dele para conquistar votos entre a população negra num momento em que o movimento negro norte-americano discute a representatividade que ele teria, bem como seu compromisso com a comunidade afro-descendente, por ser filho de africano com mãe branca e não um descendente de escravos africanos trazidos para o continente norte-americano.

Esta discussão tem sido amplamente divulgada pela mídia norte-americana com o intuito de diminuir o favoritismo de Obama e enfraquecê-lo numa disputa que ainda durará ao menos um ano antes que o partido Democrata escolha seu representante na briga pela Casa Branca.

Além de dar muito espaço aos argumentos de que Obama não seria afro-descendente, de acordo com a classificação do movimento negro, houve ainda um episódio em que a rede de TV Fox News, de Rupert Murdoch, noticiou que ele havia estudado numa escola islâmica na infância, passada





na Indonésia. O fato foi desmentido pela CNN alguns dias após o grande alarde, com imagens da escola laica e sem nenhum elemento islâmico.

O elemento religioso tem sido muito presente na campanha de outro dos candidatos republicanos, o senador Mitt Romney, de Utah. Ele é membro de uma família tradicional tanto na política como na religião mórmon em seu estado. Seus bisavós eram polígamos, mesmo após a prática ter sido extinta dos regulamentos mórmons e proibida pela Constituição dos Estados Unidos.

A mesma Fox News tem declarado em seus programas que a divulgação destas informações são parte de uma conspiração da mídia liberal para minar uma candidatura com boas chances de sucesso. Contudo, os assessores de Romney têm trabalhado muito para criar a imagem de um cidadão responsável, pai de família e casado com a mesma mulher por mais de 40 anos, a fim de não gerar mais resistência ao candidato no movimento evangélico, principal base de apoio do partido Republicano.

Porém, no site de Janet Parshall, uma das apresentadoras de rádio mais populares no movimento evangélico, foi realizada uma pesquisa em que 48% dos participantes declararam que a opção religiosa de Romney afetará seriamente sua candidatura.

Outros republicanos com boas chances na disputa pelas primárias do partido são o ex-prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani, e o senador John McCain, do Arizona, derrotado nas internas do partido em 2004 por Bush. McCain anunciou no programa de David Letterman, de 27 de fevereiro, que sua campanha seria iniciada no mês de abril. Este anúncio já era esperado, uma vez que desde o ano passado McCain tem declarado que não vê razões para não concorrer à vaga republicana para a disputa presidencial.

Do lado democrata, além de Barack Obama e Hillary Clinton, também está na disputa o ex-senador John Edwards, que foi candidato a vice-presidência na chapa de John Kerry nas eleições de 2004. Al Gore, por enquanto, somente acompanha a distância, embalado no sucesso de seu filmdocumentário sobre o aquecimento global.

Contudo, vale lembrar que as primárias para escolha dos candidatos de cada partido ocorrerão somente a partir do primeiro semestre de 2008, com bastante tempo para que surjam novos concorrentes e que os atuais desistam ou sejam forçados a sair do páreo.

As estocadas já começaram, mas o que está em jogo neste momento é a arrecadação de fundos para a campanha, e este por enquanto é o único valor das pesquisas. Neste sentido, Obama também conseguiu a adesão de ex-apoiadores dos Clinton, como o grande empresário de cinema David Geffen, que junto com seus sócios na DreamWorks em Hollywood, Steven Spielberg





e Jeffrey Katzenberger, organizou um coquetel para arrecadação de fundos em que o ingresso custava US\$ 2.300 por pessoa.

A DESPENALIZAÇÃO DO ABORTO EM PORTUGAL

Em 11 de fevereiro em 2007 Portugal tomou um passo histórico ao decidir em plebiscito pela despenalização da realização de abortos naquele país de maioria católica.

No ano de 1998 uma consulta havia sido realizada e o “não” venceu por 50,91%, com uma abstenção de 68,06% dos 8,7 milhões de eleitores, o que invalidou o processo formalmente, já que de acordo com a legislação portuguesa apenas tem validade o plebiscito que conta com a participação de mais de 50% dos eleitores registrados.

Neste ano, a pergunta da cédula de votação foi a seguinte: “Você está de acordo com a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez se ela for realizada por opção da mulher, nas primeiras dez semanas e em um estabelecimento de saúde legalmente autorizado?”

Apesar de menor que no plebiscito anterior, houve novamente uma abstenção de mais de 50% dos eleitores, no caso 56,3%. Porém, apesar de este plebiscito também não ter validade formal devido ao quórum, desta vez a vitória do sim, e por 59,2% dos votos, animou um grupo de partidos a propor modificações na legislação.

A atual legislação portuguesa, de 1984, impõe penas de até três anos à mulher que se submeter a aborto ilegal e de dois a oito anos ao médico que o pratique, mas permite o aborto nas primeiras 12 semanas em caso de estupro ou de risco para a vida ou a saúde da mãe.

Após a consulta, o PS (Partido Socialista), o PCP (Partido Comunista Português), o PEV (Partido Ecologista Os Verdes) e o Bloco de Esquerda (BE), juntaram-se para propor ao Parlamento português uma nova lei em substituição à anterior. A apresentação deste novo texto foi feita no final de fevereiro e o governo terá 60 dias para regulamentar a lei, segundo um decreto que legaliza a interrupção da gravidez até a décima semana.

De acordo com a proposta subscrita pelos quatro partidos portugueses, o Código Penal incluirá mais uma situação em que o aborto não será punível: “por opção da mulher, nas primeiras dez semanas de gravidez”.

PRODI

O primeiro-ministro italiano Romano Prodi compareceu ao Senado e à Câmara de Deputados algumas semanas antes do carnaval para submeter seu





plano de governo a aprovação. O plano foi derrotado no Senado por um voto, apesar de sua coalizão de governo possuir a maioria de um voto sobre a coalizão da direita. Os votos de “não” da coalizão da Unione que se somaram aos votos da direita foram de um senador do Partido da Rifondazione Comunista (PRC) e de um “verde”, embora por motivos diferentes daqueles.

A direita votou contra o programa de governo porque é oposição e não está de acordo com o programa de Prodi em termos gerais. O voto dos senadores dissidentes se deveu a dois pontos da política externa incluídos no programa: a manutenção das tropas italianas no Afeganistão e a ampliação da base norte-americana de Vicenzo.

O PRC é uma dissidência do PCI de quando este se transformou no Partido Democratici de la Sinistra (PDS), agora simplesmente DS. Havia apoiado o primeiro governo Prodi, em 1996, quando este foi eleito pela coalizão “Olivo”, mas em 1998 votou contra sua proposta orçamentária e Prodi caiu, dando lugar a Massimo D’Alema, da DS, como primeiro-ministro. Posteriormente, D’Alema também perdeu a maioria no Congresso e novas eleições foram convocadas, estas vencidas por Berlusconi, que reassumiu o cargo, que voltaria a perder no ano passado. Ele havia governado de 1994 a 1996.

A participação do PRC na atual coalizão governamental foi fruto de um longo debate interno e assumida como forma de derrotar a direita mais extremada, representada por Berlusconi. Embora o partido não estivesse totalmente de acordo com o plano de governo posto em votação no Parlamento, havia decidido manifestar suas discordâncias, mas votar a favor para evitar uma crise que pudesse favorecer o retorno de Berlusconi em caso de convocação de novas eleições. O senador dissidente, Franco Turigliatto, teve sua filiação partidária suspensa, pois os estatutos do PRC permitem a manifestação de discordâncias, mas exigem dos parlamentares o apoio às decisões tomadas.

O ministro de Relações Exteriores é Massimo D’Alema, um dos líderes da Democratici de la Sinistra (DS), o ex-PCI. Ele considera correto retirar as tropas italianas do Iraque, mas defende a manutenção das que estão no Afeganistão com o sutil argumento de que neste caso a coalizão está a cargo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), majoritariamente composta por países europeus, e retirar-se seria abandonar os europeus e não os Estados Unidos, como no caso do Iraque.

A reforma da base de Vicenzo seria um gesto positivo para os Estados Unidos, e de toda forma a base será devolvida em algum momento.

De toda forma, a reação de Prodi foi renunciar ao cargo, o que deixou ao presidente da Itália, Giorgio Napolitano, a decisão de reconduzi-lo ao car-





go ou simplesmente convocar novas eleições. Sua posição foi propor a continuidade de Prodi como chefe de governo, desde que conquistasse um voto de confiança no Senado e na Câmara.

Prodi discutiu com os membros de sua coalizão uma lista de 12 pontos a ser levados adiante com prioridade pelo governo. Também ficou definido que em caso de polêmicas futuras que não sejam resolvidas internamente a decisão final caberá a ele. Desta forma foi alcançado o número de votos necessários nas duas casas.

O problema de Prodi não é com a esquerda da coalizão, mas com os setores de direita que participam dela, principalmente os oriundos da antiga democracia cristã, embora ele tenha também esta origem. Neste caso, as questões divergentes dizem respeito aos aspectos econômicos e sociais do plano de governo, à distribuição de cargos e à amplitude da formação do novo partido político na Itália a partir da DS e outros setores situados politicamente mais ao centro da coalizão.

De toda forma, Prodi conseguiu se fortalecer, e a crise que se instalaria em caso contrário bem como o provável retorno de Berlusconi ao governo foram afastados. Por enquanto.

CAMPANHA ELEITORAL NA FRANÇA

Está praticamente desenhada a disputa eleitoral para a presidência da França no primeiro turno, a realizar-se no dia 22 de abril. O segundo turno será no dia 6 de maio. Apresentaram-se em fevereiro as candidaturas de Dominique Voynet pelo Partido Verde (esquerda), Jean-Marie Le Pen pelo Partido Nacional (extrema direita) e François Bayrou pela União para a Democracia Francesa (UDF – centro).

Para concorrer, os candidatos necessitam colher no mínimo 500 assinaturas de representantes políticos eleitos em não menos que 30 departamentos do país (prefeitos e parlamentares), o que usualmente não é uma tarefa das mais difíceis para os partidos que possuem alguma estrutura. Com este critério se viabilizaram 14 candidatos entre os 40 que manifestaram intenção de disputar a última eleição em 2001. Portanto, só podem ocorrer alterações nas candidaturas apresentadas se houver desistências ou se algum deles não conseguir as assinaturas necessárias.

Além dos candidatos mencionados acima, concorrem também Nicolás Sarkozy, da Unidade por um Movimento Popular, Ségolene Royal, do Partido Socialista, Olivier Besancenot, da Liga Comunista Revolucionária, Arlette Laguillier, da Luta Operária, Gerard Schivardi, do Partido dos Trabalhadores, Marie-George Buffet, do PCF, e José Bove, da Aliança Antiliberal.



Além das candidaturas houve também a apresentação de seus programas. Os que tiveram maior cobertura da imprensa foram os quatro candidatos mais bem colocados nas pesquisas de intenções de voto, por ordem decrescente, Sarkozy, Ségolene, Bayrou e Le Pen.

Ségolene Royal, a candidata pelo Partido Socialista, organizou uma ampla consulta pela internet sobre os pontos a ser incluídos no seu programa de governo, depois apresentados numa série de reuniões antes de serem consolidados.

Tudo indica que Ségolene já conseguiu unificar em torno de sua campanha os candidatos que disputaram as prévias com ela, incluindo o ex-primeiro-ministro Leonel Jospin, que não as disputou mas chegou a ser considerado um possível candidato.

Ségolene está em segundo lugar nas pesquisas, poucos pontos atrás de Sarkozy. Além de arregimentar apoios internos no partido, há um novo fator que prejudica a campanha do primeiro colocado. Nicolas Sarkozy, além de ministro, é também prefeito do distrito de Neuilly, em Paris, onde comprou um apartamento de luxo por um preço até 35% inferior ao de mercado, em torno de 876 mil euros. Além do desconto, o dono anterior teria oferecido uma reforma gratuita cujo valor, somado ao desconto anterior, lhe teria proporcionado uma economia de aproximadamente 300 mil euros. No ano passado, o apartamento foi vendido por 2 milhões de euros, o que lhe teria proporcionado um alto lucro. Apesar de suas veementes negativas, a transação sugere que ele possa ter sido favorecido pela construtora do imóvel.

Por isso e pela arrogância do candidato, o que também poderia ser prejudicial, parece que a direita tem um “plano B”, que seria a candidatura de Bayrou, que atua como uma alternativa com discurso não-ideológico, acima da direita e da esquerda. Há pesquisas que indicam que ele poderia ser a alternativa da direita para o segundo turno, pois sua preferência tem crescido na última semana, embolando-o com as candidaturas da UMP e do PS.

Aparentemente, o discurso da alternativa entre a tradicional disputa da direita com a esquerda, hoje apelidada de “Segô–Sarkô”, tem lhe trazido possibilidades. Há que se esperar a confirmação de todas as candidaturas em 1º de abril e a disposição do eleitorado francês de comparecer às urnas antes de termos um melhor prognóstico.

SÉRVIA LIVRE DAS ACUSAÇÕES DE GENOCÍDIO

A Corte Internacional de Justiça da ONU, por 13 votos a dois, considerou a Sérvia isenta da acusação de ter promovido genocídio e atos de “limpeza étnica” durante a guerra na Bósnia, entre 1992 e 1995, a partir das análises





Notícias do mundo

das queixas apresentadas pelo governo bósnio. Caso tivesse sido considerada culpada, isto proporcionaria a solicitação de milhares de indenizações.

No entanto, a decisão do Tribunal não nega que o genocídio ou a “limpeza” tenham ocorrido, pelo contrário, reafirmam-nos, particularmente quanto à execução de cerca de 8 mil homens e meninos muçulmanos em Srebrenica, mas aponta militares sérvios como os responsáveis e não o governo sérvio, uma vez que não considerou haver evidências de que este soubesse do ocorrido ou o tivesse determinado.

No entanto, o Tribunal Penal Internacional continua solicitando ao governo sérvio que detenha alguns dos responsáveis por estes delitos, como o dirigente Radovan Kardzic e o comandante militar Ratko Mladic, ainda foragidos.

RÚSSIA AUMENTA O TOM COM O OCIDENTE

No dia 10 de fevereiro, na Conferência Internacional sobre Segurança, realizada em Munique, na Alemanha, o presidente Putin, da Rússia, fez um discurso crítico e em tom duro contra a política externa dos Estados Unidos.

O tom surpreendeu, embora seja fácil entender as reclamações russas. Em primeiro lugar, os Estados Unidos são considerados responsáveis pelas mudanças ocorridas no início dos anos 1990 com o fim do “socialismo real” nos países do Leste europeu, e estas mudanças retiraram diversos países da órbita de influência soviética/russa. Além disso, oito desses países já se integraram à União Européia, e alguns deles ao sistema de segurança ocidental, a OTAN, que tem como membro mais influente os Estados Unidos.

Hoje, a UE faz fronteira direta com a Rússia e alguns de seus países aliados em vários pontos, como no Báltico, na Europa Central e nos Bálcãs, o que tem ampliado sua influência política sobre países como Ucrânia, Geórgia e outros que têm demonstrado interesse em se tornar menos orientais e mais europeus.

Embora a Rússia considere isso uma ameaça a sua segurança, a UE em si não tem tanto poder, pois até hoje não conseguiu estabelecer uma política de segurança efetiva e relevante. Sua concordância em atacar a Sérvia devido ao conflito de Kosovo por intermédio da OTAN e não por meio da ONU, pois isso seria vetado pela Rússia e pela China, jogou qualquer plano de uma política de segurança comum para as “calendas”.

Por outro lado, se a UE não estabelecer uma política de segurança comum, isso a deixará sempre dependente da política de segurança dos Estados Unidos.

A gota d'água para os russos foi a recente decisão norte-americana de instalar mísseis na Polônia e na República Checa, supostamente para interceptar ataques provenientes de países do Oriente Médio, como o Irã.





Do ponto de vista russo, as ações de retirar estes dois países de sua área de influência, agregá-los à União Européia, associá-los à OTAN e ainda por cima instalar mísseis norte-americanos em seu território passaram dos limites.

O endurecimento do discurso também está relacionado à campanha eleitoral presidencial russa do ano que vem, na qual Putin pretende fazer seu sucessor.

ORIENTE MÉDIO

Com a guerra civil no Iraque ainda em escalada, o governo dos Estados Unidos está cada vez mais interessado nas atividades do país vizinho, o Irã. Na questão nuclear, os Estados Unidos tentam convencer o Conselho da Segurança da ONU a aprovar novas sanções contra o país até que ele abandone o projeto de desenvolvimento de tecnologia nuclear.

Os norte-americanos vêm também acusando o Irã de interferir na guerra fornecendo agentes e armando as milícias xiitas do país vizinho. No dia 27 de fevereiro, o chefe da inteligência norte-americana, Mike McConnell, deu um testemunho ao Senado no qual acusou o Irã de fabricar armas, transportá-las ao Iraque e treinar militares iraquianos no uso delas, adicionando que uma ligação entre essas atividades e a liderança do país era “provável”.

Desde o começo do ano, o presidente norte-americano, George W. Bush, declarou que iranianos no Iraque podiam ser presos pelo exército norte-americano, e uma embaixada iraniana no norte do Iraque foi invadida e cinco iranianos levados presos. Informações coletadas nessa operação foram citadas no testemunho de McConnell. Além disso, em 2006 foi estabelecida uma estação de escuta em Dubai para funcionar como embaixada norte-americana para iranianos exilados.

O jornalista norte-americano Seymour Hersh, famoso por ter relatado dois dos maiores escândalos militares norte-americanos das últimas décadas, o massacre de My Lai no Vietnã e a tortura na prisão iraquiana Abu Ghraib, escreveu na última edição da revista *New Yorker* que a Casa Branca está mudando sua estratégia no Oriente Médio para enfrentar Irã, Síria e as organizações xiitas da Hezbollah, no Líbano, e o exército Mahdi de Muqtada al-Sadr (xiita) no Iraque.

O vice-presidente norte-americano, Dick Cheney, o vice-assessor para assuntos de segurança nacional, Elliott Abrams, o antigo embaixador dos Estados Unidos no Iraque, Zalmay Khalilzad, e o príncipe saudita Bandar bin Sultan são apontados pelo jornalista como os responsáveis pela mudança. A secretária de Estado Condoleezza Rice, em sessão do Senado norte-americano em janeiro, confirmou “um novo alinhamento estratégico no



Notícias do mundo

Oriente Médio”. Ela destacou a divisão da região em dois grupos de países: reformistas e extremistas, que deverão receber tratamento diferenciado.

Inclusos no primeiro grupo estão os Estados sunitas do Egito, da Jordânia e da Arábia Saudita. Os Estados Unidos contrataram paramilitares sunitas da Arábia Saudita para combater a Hezbollah no Líbano, segundo o jornalista.

Enquanto Bush aparentemente dobra sua aposta apontando o dedo também para o Irã e aumentando a presença militar norte-americana no Iraque com mais 21 mil soldados, o primeiro-ministro Tony Blair anuncia a redução da presença militar inglesa no país e que poderá haver uma retirada total até 2008.

Isto está relacionado com as próximas eleições parlamentares inglesas, possivelmente também em 2008, quando não seria nada bom para o Partido Trabalhista que os soldados do país ainda estivessem no Iraque, causa extremamente impopular na Inglaterra. Além disso, apesar do alinhamento com os Estados Unidos, Blair percebeu que ocorrerão mudanças na política norte-americana no Iraque com a atual maioria democrata no Congresso e possivelmente a partir do resultado das próximas eleições presidenciais. Ele não pretende ficar a reboque.

DARFUR E AS PRIMEIRAS AÇÕES DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Apesar de o Sudão, assim como outros países – Estados Unidos, por exemplo –, não ser membro do Tribunal Penal Internacional (TPI), a crise humanitária no país africano recebeu uma menção importante nos trabalhos do órgão.

Segundo um dos procuradores do TPI, Luis Moreno Ocampo, um dos ministros de Estado, Ahmed Muhammed Harun, aliado próximo do presidente Omar al-Bashir, é suspeito de auxiliar no recrutamento, no armamento e no financiamento do grupo de milícia Janjaweed.

As alegações contra o ministro, atual responsável pela pasta de Assuntos Humanitários e anteriormente titular do ministério do Interior, responsável pela região ocidental do Sudão que compreende Darfur, formam um documento de 94 páginas. Além de Harun, o líder dos Janjaweed, Ali Mohammed Ali Abd-al-Rahman, também conhecido como Ali Kushayb, também é apontado como responsável por um total de 51 acusações de crime de guerra e crimes contra a humanidade. Apenas 10 das 51 acusações não nomeiam os dois suspeitos. Estes são os “peixes grandes”, mas espera-se para breve o indiciamento de mais suspeitos.

O documento afirma que há evidências suficientes para que Harun e Kushayb sejam responsabilizados legalmente pelos crimes, que envolvem assassinatos, estupro, tortura e perseguição.



Sua apresentação foi feita após uma investigação de 21 meses realizada em Darfur, e comemorada como um passo importante a fim de que os suspeitos possam ser julgados pela Corte Internacional de Justiça de Haia.

Contudo, a corte, que não tem poder de polícia, enfrenta dificuldades em conseguir a custódia dos acusados. O ministro de Justiça do Sudão, Mohammed Ali al-Mardi, rejeitou as alegações e afirmou que o governo não entregará os suspeitos às autoridades de Haia. Harun é membro do círculo de amigos do presidente Bashir e um dos líderes do partido governista National Party Congress.

Desde 2004, o Human Rights Watch tem documentado a responsabilidade do governo sudanês pelos crimes cometidos em Darfur. No documento “Entrenching Impunity”, é descrita a estratégia do governo no uso de civis e militares para recrutar, apoiar e coordenar as milícias Janjaweed.

AS ELEIÇÕES NO SENEGAL

O Senegal tornou-se independente da França em 1960. Um dos artífices da independência, o poeta Leopold Senghor, foi o primeiro presidente, sucessivamente reeleito até 1981, quando foi substituído por Abdou Diouf.

Durante seus sucessivos governos somente era permitido o funcionamento de três partidos políticos: o Partido Socialista Senegalês (PSS), de Senghor e Diouf, o Partido Democrático Senegalês (PDS), liberal democrático, cujo principal líder era Abdoulaye Wade, e o Partido Africano pela Independência (PAI), marxista-leninista. Posteriormente foi introduzido um sistema multipartidário com a principal intenção de dividir a oposição.

Existe um enclave no Senegal que foi colonizado pelos ingleses, chamado Gâmbia, que se tornou independente em 1965. Houve diversas tentativas de unir os dois países e chegou-se até a escolher o novo nome: Senegâmbia. Porém, na prática, principalmente por oposição de dirigentes da Gâmbia, este plano nunca foi adiante.

O PSS governou por 40 anos e o candidato PDS, Abdoulaye Wade, foi eleito presidente pela primeira vez em 2000 depois de passar 26 anos tentando. Agora foi reeleito em primeiro turno na votação realizada no dia 25 de fevereiro, descrita pelos observadores da ECOWAS (Comunidade Econômica dos Estados do África Ocidental) como problemática mas livre de fraudes. Wade, de 80 anos, recebeu a maior parte dos votos em 13 dos 35 condados que compõem o país e obteve 56,08% dos votos válidos.

Desde sua primeira eleição, Wade perdeu muitos aliados, alguns dos quais foram enfrentados nas urnas. Dois deles, Moustapha Niasse e Idrissa Seck, serviram como primeiro-ministros de sua administração. Outro



opositor, Ousmane Tanor Dieng, foi primeiro-ministro do presidente anterior, Abdou Diouf, do PSS.

TESTES DE “UMA ÚNICA ONU” E A FORMAÇÃO DE NOVA EQUIPE

A gestão do secretário-geral Ban Ki-moon inicia-se com reformas em vista. Um novo modelo de gestão das agências da ONU deve ser colocado em teste em oito países a partir deste ano.

Albânia, Cabo Verde, Moçambique, Paquistão, Ruanda, Tanzânia, Uruguai e Vietnã foram os países que se ofereceram para testar os desafios da unificação do trabalho das diversas agências da ONU; em cada local passa-se a operar com um programa e um orçamento únicos. Uma avaliação da experiência será realizada em 2008 pelo UNDG (Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento), e caso os resultados sejam positivos a intenção é fazer que outros países adotem este modelo.

Em princípio, as agências envolvidas no teste são o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), o Programa dos Voluntários das Nações Unidas (UNV) e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS). Outras agências, fundos e programas também devem ser agregados.

A iniciativa, cujo objetivo é evitar a redundância de projetos e reduzir os custos de operação das agências, está sendo chamada de “Uma única ONU” e tem como base o documento “Delivering as One”, algo como “Trabalhando em equipe”, datado de novembro do ano passado, produto de discussões realizadas desde 2005 pelo sistema ONU, doadores e o governo do Vietnã, o primeiro a aceitar fazer parte do teste.

Além dos testes com a estrutura da organização, Ban Ki-moon decretou o fim do período de transição entre o mandato de Kofi Annan e seu mandato, nomeando, no final de fevereiro, o diplomata norte-americano Lyn Pascoe para o posto de subsecretário para assuntos políticos.

O ex-embaixador dos Estados Unidos na Indonésia substituirá o nigeriano Ibrahim Gambari num dos cargos de maior expressão dentro da ONU. Além da Indonésia, onde estava desde 2004, Pascoe esteve nas missões de seu país na antiga União Soviética, na China e como diretor do Instituto Americano em Taiwan.

O anúncio foi feito pelo chefe de gabinete de Ki-Moon, o indiano Vijay Nambiar, que aproveitou a ocasião para divulgar outras nomeações para os altos postos da organização, que segundo ele foram escolhas feitas a partir





das capacidades de cada um e levando em conta questões de gênero e distribuição geográfica.

Além do norte-americano, também foi nomeado o chinês Sha Zulang para a vaga antes ocupada pelo colombiano José Antonio Ocampo na Subsecretaria-geral para Assuntos Políticos e Sociais. Sha era o representante especial do governo da China no escritório da ONU em Genebra, e a maior parte de sua experiência profissional se centrou em assuntos de desarmamento e nos campos de desenvolvimento econômico e social, especialmente no marco da Conferência da ONU para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad).

O japonês Kiyotaka Akasaka ocupará o cargo deixado pelo indiano Shashi Taroor como subsecretário para o Departamento de Informação e Comunicações da ONU. E o egípcio Muhammad Shaaban se transformará no subsecretário-geral para a Assembléia Geral e Gestão de Conferências. Shaaban era o coordenador nacional para as Iniciativas de Reformas no Oriente Médio e assessor do Ministério de Assuntos Exteriores do Egito.

Essa foi a primeira vez que um norte-americano foi indicado para um alto cargo político na ONU. A escolha de Pascoe se deu a partir de indicação do presidente norte-americano e já havia vazado antes do anúncio oficial. O posto mais alto antes ocupado por um norte-americano na estrutura da ONU foi na área administrativa e mantido durante 15 anos.

A administração Bush abriu mão desta posição na expectativa de assegurar o controle do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (Department of Peacekeeping Operations), que supervisiona 100 mil homens das Forças de Paz da ONU e um orçamento de quase US\$ 5 bilhões.

Ban Ki-moon, apesar de muito alinhado aos Estados Unidos, garantiu a permanência do atual diretor da unidade, Jean-Marie Guehenno. Mas já declarou que, caso a Assembléia Geral aprove, ele pretende dividir o departamento em dois para que a logística seja coordenada por outro subsecretário-geral, em cargo a ser criado.

PROBLEMAS NA POSIÇÃO DA OMS COM RELAÇÃO AOS GENÉRICOS

A Dra. Margaret Chan, diretora da Organização Mundial da Saúde eleita em novembro passado (ver “Periscópio Internacional nº 9”), em apenas dois meses no cargo tem recebido duras críticas de organizações da sociedade civil e organizações humanitárias por suas posições com relação às drogas genéricas.

A forte reação é uma resposta aos comentários feitos pela Dra. Chan, primeira chinesa a liderar uma agência da ONU, nos quais ela defende que





Notícias do mundo

os países sejam cautelosos em oferecer licenças compulsórias a fim de assegurar drogas genéricas mais baratas, até que seja encontrado um equilíbrio entre qualidade e quantidade.

As implicações do comentário da Dra. Chan, somadas às outras ocasiões nas quais ela declarou sua admiração pelas indústrias farmacêuticas, falham em expressar o apoio aos países em desenvolvimento que estão lutando pela quebra das patentes de drogas como as usadas para o tratamento de HIV/Aids. Para os ativistas, isso seria fundamental para trazer peso político às reivindicações.

As licenças compulsórias para quebra de patente são reconhecidas pela OMC desde 2001, e os países têm a permissão de emití-las para cobrir as demandas de uma emergência de saúde pública. Contudo, aos olhos dos movimentos sociais, a OMS parece cada vez mais próxima das indústrias farmacêuticas, principalmente por imposição do governo norte-americano.

No ano passado, antes de ter início o mandato da Dra. Chan, os Estados Unidos criticaram duramente a organização por ter sido parte de uma publicação que criticava as políticas comerciais do país, expondo maneiras de utilizar a flexibilidade presente nos acordos de propriedade intelectual da OMC (TRIPS) para ganhar acesso a medicamentos mais baratos.

Segundo os ativistas, a atual posição da diretora da agência vai contra todo o histórico da OMS de luta pelo acesso a medicamentos e busca de brechas nos TRIPS em benefício da saúde pública.

A PREOCUPAÇÃO DA OMC COM O MEIO AMBIENTE

Com o relatório da ONU sobre aquecimento global ainda recente, foi realizada no início de fevereiro em Nairóbi a reunião de ministros de Meio Ambiente de 90 países para o encontro do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A reunião foi acompanhada de perto por Pascal Lamy, diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), que declarou que sua organização está pronta para priorizar o meio ambiente na agenda de negociações.

Segundo Lamy, quando a OMC foi criada em 1995 a questão do desenvolvimento sustentável já estava posta, e as atuais negociações da Rodada de Doha introduziram pela primeira vez metas ambientais para o comércio multilateral. Para Lamy, a contribuição de Doha é permitir uma alocação mais eficiente de recursos, incluindo os recursos naturais, em uma escala global mediante a continuada redução das barreiras ao comércio (tarifas e subsídios).

Assim, ainda segundo ele, Doha permitiria uma melhor interação entre a OMC e os Acordos Multilaterais Ambientais (AMAs), na promessa de quebra





de barreiras para o comércio de tecnologias e serviços limpos, bem como na redução de subsídios à agricultura danosa ao meio ambiente. Lamy declara:

“O mundo deve progredir nestas negociações tão rápido quanto possível. Não porque a Rodada de Doha vá salvar o meio ambiente, mas porque é o muito modesto ponto de partida que a comunidade internacional acordou estabelecer para enfrentar os desafios pelo prisma do comércio”.

A OMC, em parceria com a OIT, também emitiu um estudo empírico sobre a relação entre comércio e emprego, o que foi muito bem recebido pelo movimento sindical internacional pelo fato de representar um reconhecimento de que os dois fatores estão relacionados do ponto de vista da economia. E se estão relacionados por que não retomar a idéia da relação entre comércio e direitos trabalhistas? É um tema que ainda dará muito que falar.

QUEDA NA BOLSA DE XANGAI ASSUSTA O MUNDO

Na última semana de fevereiro houve uma movimentação em várias Bolsas de Valores no mundo decorrente da queda das ações, iniciada na Bolsa de Valores de Xangai, na China, sugerindo a existência de problemas na economia chinesa.

O fato era que haveria uma reunião importante do Comitê Central do Partido Comunista Chinês (PCC) na semana seguinte e espalharam-se rumores de que este poderia adotar mudanças de rumo na economia para aplicar mais controles sobre o fluxo de capitais no país.

As decisões tomadas no Comitê Central não foram neste rumo, embora uma delas extinguisse a diferença de tratamento que havia entre investimentos nacionais e estrangeiros, até então favoráveis aos últimos. A maior parte das decisões foi para fortalecer o funcionamento do mercado interno chinês com o estabelecimento de novas regras que facilitam a criação de empresas privadas locais, aumentar os investimentos em políticas sociais e ampliar o orçamento das forças armadas, que em 2007 consumirão em torno de 2,2% do PIB (Produto Interno Bruto).

Na mesma data também houve manifestações do ex-presidente do Fed (Federal Reserve), o Banco Central norte-americano, Allan Greenspan, de que a economia norte-americana se aproximava de uma recessão devido ao baixo índice de crescimento do PIB, de 2,2%, que acabara de ser divulgado, apesar das expectativas originais mais positivas, contribuindo para aumentar a turbulência.



Notícias do mundo

Convém lembrar que a economia da China é mista e se move pelas forças de mercado até certo ponto, uma vez que o governo tem muito poder de interferência. Por exemplo, as reservas chinesas internacionais são hoje da ordem de US\$ 1 trilhão e comenta-se que 75% estão aplicados em títulos do governo norte-americano, o que mostra a relação entre as duas economias, além do volumoso e crônico déficit comercial dos Estados Unidos em relação à China, ou seja, o que acontece num destes países repercute no outro.

Uma iniciativa em estudo pelas autoridades chinesas é criar uma agência nacional de investimentos para administrar a aplicação destas reservas.

Porém, o problema maior é o volume de recursos hoje aplicado no mundo com base na especulação quanto aos ganhos futuros, e a Bolsa de Xangai é como qualquer outra. Ali se compram e vendem ações e tampouco há ausência de especuladores, e, nesse caso, utilizando os rumores mencionados, alguns deles começaram a vender freneticamente certas ações com bons lucros para forçar a queda em seus valores e eventualmente comprá-las de volta a preços menores, para ganhar duas vezes.

Nada muito diferente, em princípio, dos ataques especulativos contra o *peso* mexicano em 1994 ou contra o real brasileiro em 1998, embora agora se trate de ações na Bolsa. A repercussão foi grande porque ocorreu na China – pela primeira vez –, mas é a virtualidade dos capitais especulativos que deixa a economia mundial fragilizada e à mercê deles.



Periscópio Internacional nº 13

abril de 2007

EQUADOR

O enfrentamento entre o presidente Rafael Correa e os partidos políticos de direita parece pender favoravelmente ao primeiro. Após a aprovação pelo Congresso Nacional, embora numa sessão boicotada por quase metade dos deputados (42%), da realização de um plebiscito para consultar a população equatoriana se esta quer ou não a eleição de uma Assembléia Constituinte para aprovar uma nova Constituição para o país, o Supremo Tribunal Eleitoral marcou a data para que isso ocorra.

Os partidos e parlamentares de direita tentaram reverter a decisão cassando o mandato de alguns juízes, uma vez que estes são nomeados pelo Congresso. A reação do poder judiciário foi cassar o mandato dos 57 deputados que haviam votado a favor daquela decisão, acusando-os de tentar impedir ilegalmente o funcionamento do poder Judiciário, e convocar seus suplentes para assumir os mandatos.

Um grupo de deputados que havia sido cassado forçou o acesso ao Congresso e ocupou o plenário para tentar impedir a posse dos suplentes. No entanto, pouco a pouco estes foram se apresentando e tomando posse, e hoje o Parlamento tem condições de funcionar.

Isso não significa, porém, que os deputados estejam facilitando a vida do governo. Não estão, e os deputados da Frente Patriótica, partido do ex-presidente Lucio Gutierrez, e os ainda mais à direita do PRIAN e do Partido Social Cristão tentam de tudo para atrapalhar o governo e preservar seus privilégios.

O resultado do plebiscito realizado em 15 de abril foi a aprovação, com mais de 80% dos votos, da convocação da eleição da Assembléia Nacional Constituinte, que contará com 130 membros. Os votos contrários foram pouco mais de 12% apenas, e os brancos e nulos em torno de 6%. Portanto, uma importante vitória do presidente.



Notícias do mundo

A dúvida, no entanto, é sobre a composição política da Constituinte, uma vez que Correa, a exemplo de Evo Morales na Bolívia, não conta com uma estrutura partidária forte.

Aparentemente, ele conta com sua alta popularidade, que supera 60%, e o desgaste dos atuais parlamentares, que contam com apenas 5% de apoio, para obter uma composição congressual capaz de mudar a Constituição do país para assegurar as transformações necessárias na economia e na sociedade equatoriana, bem como extinguir o mandato dos atuais deputados e eleger novos parlamentares.

COLÔMBIA

No “Periscópio nº 12” comentamos as investigações da Suprema Corte de Justiça que levaram às prisões de nove parlamentares da coalizão governamental do presidente Álvaro Uribe envolvidos com grupos paramilitares e à destituição da ministra de Relações Exteriores, Maria Consuelo Araújo, irmã do senador Álvaro Araújo, um dos presos.

Agora, uma denúncia, supostamente vazada pela CIA a um jornal norte-americano, acusou também o comandante do exército colombiano, general Mario Montoya, de envolvimento com os paramilitares. Ele teria feito um acordo com o principal chefe paramilitar de Medellín, Diego Murillo, para eliminar grupos de esquerda na região. O resultado foi o desaparecimento de 14 pessoas, inclusive alguns sindicalistas e ativistas da área de direitos humanos.

Cada vez mais se evidencia a forte ligação destes grupos com os partidos políticos que apóiam Uribe. Com o envolvimento também de pessoas do governo, não seria de estranhar que mais cedo ou mais tarde viesse à tona o envolvimento do próprio presidente.

Para ilustrar ainda mais este entrelaçamento da direita armada colombiana com instituições governamentais e empresas, uma recente sentença de um tribunal dos Estados Unidos condenou a Chiquita Brands International a pagar uma multa de US\$ 25 milhões por haver entregue US\$ 1,7 milhão a grupos paramilitares por intermédio de sua subsidiária na Colômbia, a Chiquita Banana. Poucos anos atrás, a Coca Cola já havia sido acusada de contratar paramilitares para combater o sindicato dos trabalhadores em bebidas e pelo desaparecimento de dois dirigentes sindicais.

Diante desta crise governamental, a oposição deu um passo importante, o estabelecimento de uma aliança política entre o Pólo Democrático Alternativo e o Partido Liberal. Embora o governo tenha maioria no Parlamento colombiano, estes dois partidos somados representam quase 40% do total





de votos das eleições realizadas em 2006 e podem exercer uma atuação legislativa importante.

VENEZUELA

Além das iniciativas tomadas pelo presidente Hugo Chávez no campo econômico, como a proposta de criação do Banco do Sul (ver “Periscópio nº 12”), desde a sua reeleição em dezembro do ano passado ele vem trabalhando também para criar um partido político que unifique os diferentes agrupamentos que apóiam seu governo e ofereça a base para seu projeto de socialismo do século XXI.

Entre os 20 partidos ou frações que hoje o apóiam, praticamente todos já se integraram ao Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), com exceção dos partidos Por la Democracia Social (Podemos), Pátria Para Todos (PPT) e do Partido Comunista da Venezuela (PCV). Estes querem promover um debate interno maior sobre sua eventual dissolução e integração ao novo partido, apesar da pressão que vêm recebendo para decidir o mais rapidamente possível.

Chávez tem dito que “lhes abro as portas porque quero fazer uma verdadeira revolução para que deixemos de estar amarrados ao sectarismo, ao partidarismo e ao clientelismo político que tanto dano têm feito a este povo”.

O Podemos é um partido que tem origem no Movimiento al Socialismo (MAS), e o PPT representa uma cisão da Causa Radical (Causa R). Tanto o MAS como a Causa R apoiaram Chávez no início de seu primeiro mandato e depois romperam com ele, gerando as duas dissidências que hoje apóiam o governo.

A discussão já gerou divisões no Podemos, com a ida do governador de Yaracuy, Carlos Gimenez, e cinco deputados para o PSUV, e algo semelhante está acontecendo no PPT.

Por ser um partido mais disciplinado, o PCV ainda promove seu debate interno sem que as divergências tenham vindo a público. O congresso extraordinário realizado em março aprovou uma resolução que enaltece a unidade das forças de esquerda venezuelanas em torno da liderança de Chávez, mas que afirma ainda querer aguardar para ver a conformação política do novo partido. Nas entrelinhas da resolução percebe-se que há dúvidas de que este se torne marxista-leninista. De qualquer maneira, seja qual for a decisão que venha a ser tomada pelo PCV, a cisão será inevitável.

De acordo com o resultado eleitoral de dezembro, está claro que o presidente Hugo Chávez tem o apoio da maioria da população e que conseguiu construir uma aliança política com viés de esquerda para governar. No en-



Notícias do mundo

tanto, a insistência em ter em torno de si o apoio não de um “partido unido” mas de um “partido único” sugere que já não vê as alianças e o debate político permanente com as forças políticas e a população venezuelana como algo tão importante quanto era no passado. É lamentável.

ARGENTINA

Uma greve de professores do ensino público por aumento salarial na província de Neuquén, no sul da Argentina, acabou por se tornar uma questão político-eleitoral em relação às eleições presidenciais agendadas para outubro deste ano.

A polícia de choque matou um professor, Carlos Fuentealba, durante a repressão ordenada pelo governador provincial, Jorge Sobisch, contra uma manifestação realizada no dia 4 de abril. Este foi atingido na cabeça pelo disparo à queima-roupa de uma granada de gás lacrimogêneo.

Diante da repressão e em apoio aos colegas de Neuquén, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Ensino da República Argentina (CETERA) decidiu convocar uma greve geral, e agora na província a reivindicação, além do aumento salarial, é pela renúncia do governador.

O ocorrido deverá prejudicar a candidatura de Sobisch à presidência da república pela ala direita do Partido Justicialista (PJ – peronista), bem como a de seu aliado Mauricio Macri, novamente candidato à prefeitura de Buenos Aires. Macri é presidente do popular time de futebol Boca Juniors e já se candidatara nas eleições municipais de 2003, quando foi derrotado pelo então prefeito Aníbal Ibarra, com origem na Frente País Solidário (Frepasso) e apoiado no segundo turno pelo presidente Kirchner.

Na legislação eleitoral argentina são permitidas as sublegendas, o que permite que candidatos de posições políticas diferentes disputem as eleições pelos mesmos partidos, como já ocorreu também em 2003, entre Menem e Kirchner, ambos do PJ.

PARLAMENTO DO MERCOSUL

Uma reunião que acabou de ser realizada em Brasília decidiu que o Parlamento do Mercosul será instalado no dia 7 de maio de 2007 em sua sede em Montevideú.

Por enquanto os 18 parlamentares que representarão cada um dos membros plenos do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela – serão indicados entre os atuais deputados e senadores nacionais, e a partir de 2010 todos deverão ser eleitos em número proporcional à população de cada país.





Até o momento, Argentina, Paraguai e Uruguai foram os únicos que indicaram seus representantes.

A reunião também decidiu pela instalação de três grupos de trabalho intergovernamentais para deliberar, respectivamente, sobre a cerimônia de inauguração do Parlamento, seu organograma e seu orçamento, bem como sobre suas competências e seu regimento interno.

Em relação ao último, a preocupação principal é definir a forma de relacionamento da nova instituição com as já existentes, em particular com o Grupo Mercado Comum, a instância executiva superior do Mercosul composta pelos cinco presidentes. Também deverá ser definida a relação dos parlamentares de cada país com seus respectivos poderes legislativos nacionais.

Estas decisões representam passos positivos no aprofundamento da integração regional na medida em que o Parlamento adquira algum grau de poder decisório no desenho institucional do Mercosul.

OS ESTADOS UNIDOS E AS DIFICULDADES DE GEORGE W. BUSH

A edição da primeira semana de abril da revista *The New Yorker* traz em sua capa tanques e aviões de guerra, feitos de origami, utilizando o formulário da declaração de imposto de renda dos Estados Unidos, cujo prazo de entrega é 17 de abril próximo. A crítica ao aumento de gastos e ao aumento das tropas solicitados pelo presidente George W. Bush e aprovados pelo poder Legislativo também marcam o aniversário de quatro anos da guerra no Iraque, que se torna cada vez mais impopular.

No início apenas uma pequena parcela da população, bem como do Congresso e do Senado, foi contra a ofensiva militar no Iraque, e provavelmente, se a invasão tivesse sido vitoriosa, a maioria continuaria a dar seu apoio à guerra. No entanto, diante dos custos astronômicos da operação, da morte de mais de 3 mil soldados, das manobras na política interna a fim de garantir a permanência no Oriente Médio, da perda de aliados e do aumento considerável do antiamericanismo, os norte-americanos têm alimentado dúvidas e insatisfação com relação à política externa desenvolvida pelo atual governo.

Uma pesquisa realizada tradicionalmente pelos *think-tanks* Public Agenda e Council on Foreign Relations em conjunto com sua publicação *Foreign Affairs*, apoiada pelas Fundações Ford e William and Flora Hewett, para medir o nível de confiança da população norte-americana na política externa dos Estados Unidos, revelou níveis alarmantes, segundo seus organizadores.

O índice medido em março de 2007 alcançou 137 pontos dos 200 possíveis, quando 150 significariam uma crise. A pontuação alcançada demonstra a alta ansiedade e o aumento do ceticismo dos norte-america-



Notícias do mundo

nos com relação ao uso do poderio militar e uma percepção da necessidade de maior inclinação a posturas diplomáticas. Seis em cada dez entrevistados acreditam que o governo não está sendo honesto com relação a sua política externa, um aumento de 10% comparado à consulta realizada há seis meses. Ainda foi constatado que 67% acreditam que o país está no caminho errado, contra 58% da última consulta, e 70% querem que as tropas norte-americanas sejam retiradas do território iraquiano nos próximos 12 meses.

No entanto, na contramão de qualquer consulta ou apelo, George W. Bush tem intensificado os esforços para manter suas tropas no Iraque e aumentar os recursos destinados à tentativa de estabilização do país. Além de ter solicitado em janeiro o envio de mais de 20 mil homens adicionais para as tropas presentes no Iraque e no Afeganistão, pediu oito mil novos soldados no início de abril e, para surpresa de todos, anunciou que a este novo contingente se juntarão 12 mil homens da Guarda Nacional, que devem embarcar no início de 2008, sinalizando mais uma vez para a continuidade das operações nos dois países.

No dia 22 de março, dois dias após o aniversário de quatro anos do início da guerra, foi votada no Congresso uma proposta de lei da líder dos democratas, Nancy Pelosi (Califórnia), aprovada por pequena margem, 218 a 212 votos, definindo a data para a retirada das tropas norte-americanas do Iraque até agosto de 2008.

O problema com o texto desta lei, além de postergar a remoção das tropas por 17 longos meses, é que deixa margens para que sejam mantidas as operações levadas a cabo atualmente. O texto diz: “as tropas que permanecerem no Iraque após a remoção poderão somente ser utilizadas para proteção diplomática, operações antiterrorismo e treinamento das forças de segurança iraquianas”.

O Senado também aprovou uma proposta de lei, por 51 a 47 votos, com teor ainda mais moderado, mas que propõe o início da retirada para março de 2008.

Bush declarou que utilizará seu poder de veto em ambas as propostas de lei. O comentário do presidente com relação às resoluções foi a de que “uma estratégia que encoraja que nossos inimigos esperem nossa retirada é perigosa. É perigosa para nossas tropas, é perigosa para nossa segurança e, portanto, não se tornará lei”.

Além dos problemas relacionados à guerra no Iraque, o presidente Bush está às voltas com dificuldades em seu próprio gabinete.

Nos meses de fevereiro e março foi levado a cabo o julgamento de Lewis “Scooter” Libby, ex-chefe de gabinete do vice-presidente dos Estados Unidos, Dick Cheney, responsabilizado juridicamente pelo vazamento da identidade da ex-agente da CIA Valerie Plame, e que deverá ser condenado.



Agora, sem que a poeira baixasse, foi revelado o envolvimento de Alberto Gonzalez, o procurador-geral da República, na demissão de oito procuradores estaduais por questões políticas, uma vez que não apoiavam sistematicamente as políticas e prioridades de Bush. Gonzáles ficou conhecido por formular os “fundamentos jurídicos” para não aplicar os ditames da Convenção de Genebra a prisioneiros acusados de terrorismo, bem como por autorizar a aplicação de torturas contra eles. Mesmo alguns republicanos declararam publicamente ser favoráveis à dispensa de Gonzalez em virtude de sua perda de credibilidade.

Os procuradores estaduais são indicados para o cargo pela afinidade política com o presidente, e casos de demissão no meio do mandato são raros. Gonzalez continua defendendo que as demissões foram causadas pela baixa performance dos indicados. Seu esclarecimento perante o Senado está agendado para 17 de abril próximo.

Enquanto isso, a campanha para 2008 continua em marcha, com a briga dos pré-candidatos democratas. Um integrante da equipe de Barack Obama produziu um anúncio de televisão chamado “Vote Different” (Vote diferente) no qual Hillary aparece como o “Grande Irmão” do livro *1984*, de George Orwell. Segundo a assessoria do candidato, o anúncio foi feito sem seu consentimento e, portanto, ele não pode ser responsabilizado.

John Edwards, outro candidato forte dentro do Partido Democrata, anunciou que sua mulher, Elizabeth Edwards, voltou a ter câncer, mas que nem por isso ele abandonará a corrida.

Contudo, mesmo com toda a divisão interna do partido, os democratas conseguiram um feito histórico ao ultrapassar os republicanos no levantamento de fundos para as campanhas. Hillary Clinton anunciou ter coletado US\$ 26 milhões, Obama US\$ 25 milhões e John Edwards US\$ 14 milhões. No lado republicano, Mitt Romney foi a grande surpresa, arrecadando US\$ 21 milhões, contra US\$ 15 milhões de Giuliani e US\$ 12,5 milhões de John McCain.

A divulgação desses números aponta para duas conclusões. A primeira é que as eleições de 2008 devem ser as mais caras da história dos Estados Unidos. A segunda é que o sistema de financiamento público das campanhas, colocado em prática depois do escândalo de Watergate na década de 1970, está com seus dias contados, já que todos os principais candidatos estão se preparando para rejeitar recursos públicos atrelados a limites de gastos.

ELEIÇÕES NO QUÉBEC

Québec é uma das dez províncias do Canadá, e devido à colonização francesa a única em que a maioria da população fala francês e é católica.





Notícias do mundo

Devido às diferenças culturais com o restante do país e à histórica relação política desigual desta província com o governo central, existe há muitos anos um forte sentimento separatista entre uma parcela importante da população. Num plebiscito realizado em 1995, o não à independência de Québec ganhou por uma pequena margem de 50.000 votos.

A conformação dos partidos políticos na província reflete fortemente este fato. Os partidos nacionais, como o Conservador, o Liberal e o Novo Partido Democrático, disputam votos no Québec, mas alguns partidos que atuam na província não disputam votos no resto do país, mas compõem o Bloco Quebequense no Parlamento canadense.

Os três principais partidos de Québec são o Partido Liberal do Québec (PLQ), de direita e contra a independência, a Ação Democrática do Québec (ADQ), também de direita e favorável a uma autonomia maior, porém sem romper com a federação, e o Partido Quebequense (PQ), que tem origem no movimento pela independência dos anos 1960. Por este motivo o PQ se apresentava como um partido progressista, fortemente vinculado aos interesses da população, porém quando esteve no poder provincial ao longo dos anos 1980 aplicou uma série de medidas de cunho neoliberal que o desgastaram fortemente.

A votação ocorrida em 26 de março de 2007 trouxe uma surpresa. Pela primeira vez, em um século, o Québec terá um governo de minoria, liderado pelo PLQ.

Apesar de ter vencido as eleições, o PLQ recebeu um apoio bem menor que na votação anterior e ficou com apenas sete deputados a mais que o segundo partido mais votado, o ADQ. Os resultados indicam que o PLQ terá 48 dos 125 deputados da Assembléia Nacional, o Parlamento provincial. Serão 24 a menos que na legislatura passada.

Politicamente, o vencedor foi o conservador ADQ, liderado por Mario Dumont. O partido obteve 31% dos votos e passou de cinco deputados para 41. Sua principal bandeira é a demanda de maior autonomia para a província, e de fato poderá conquistar maior apoio por parte do governo federal e maiores poderes, desde que a província continue a ser parte do Canadá.

O segundo partido mais votado nas eleições anteriores, o Partido Quebequense, de Andre Boisclair, terminou em terceiro lugar, com 28% dos votos e 36 deputados, nove a menos que antes.

O ADQ soube capitalizar o descontentamento do eleitorado quebequense com os dois partidos tradicionais da província e quebrou o bipartidarismo que caracterizava seu sistema político, além de seguir a tendência que também resultou num governo de minoria conservadora em nível nacional no ano passado.



É a primeira vez desde 1878 que a província será governada por um partido que não conta com a maioria absoluta no Parlamento. Também pela primeira vez o Partido Quebequense não conseguiu superar a barreira dos 30% dos votos. Foi ainda o pior resultado para os liberais em décadas. Apesar da pequena diferença entre as bancadas dos três partidos, pela tradição política canadense é quase impossível pensar num governo de coalizão. O primeiro-ministro do Quebec, Jean Charest, deverá ser o encarregado de formar o próximo gabinete.

Apenas 71% dos 5,6 milhões de eleitores da segunda maior província do Canadá votaram nesta eleição. É a segunda taxa de participação mais baixa desde 1976, segundo dados da Rádio Canadá.

O ANIVERSÁRIO DE 50 ANOS DA UNIÃO EUROPÉIA

O mês de março de 2007 marca o aniversário de 50 anos da constituição da União Européia, com a Alemanha, atual presidente do bloco, como anfitriã.

Apesar de o primeiro passo para a integração europeia no pós-Segunda Guerra Mundial ter sido dado pelo Tratado de Paris de 1951, criando uma zona de livre comércio para o carvão e o aço, o marco institucional da integração é considerado o Tratado de Roma, assinado em 25 de março de 1957 por França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, estabelecendo a Comunidade Econômica Européia.

Aproveitando-se da comemoração, os presidentes e primeiros-ministros reunidos em Berlim apresentaram uma declaração de três páginas com os feitos da União Européia e suas aspirações para o futuro. Angela Merkel, primeira-ministra da Alemanha, Hans-Gert Pötering, presidente do Parlamento Europeu, e José Manuel Durão Barroso, presidente da Comissão Européia, foram os únicos signatários do documento, que tem o cuidado de não mencionar explicitamente a perspectiva de reavivar a Constituição Européia, como queria o governo alemão.

No entanto, há uma referência velada a este esforço no texto da Declaração de Berlim: “estamos unidos em nosso objetivo de colocar a União Européia em uma renovada base comum antes das eleições para o Parlamento Europeu em 2009”.

Enquanto Romano Prodi, primeiro-ministro italiano, e Angela Merkel declararam sua crença na necessidade de uma rápida aprovação da Constituição, o presidente checo Vaclav Klaus afirmava que a pressa em aprová-la vai contra a tradição europeia. Além disso, Klaus reforçou que todo o segredo feito em torno do conteúdo da Declaração de Berlim mostra uma tendência perigosa dentro da UE a fazer que um debate apropriado seja suprimido do processo.





Notícias do mundo

A Constituição – ratificada por 16 dos 27 Estados-membros – foi, no entanto, rejeitada por cidadãos franceses e holandeses em referendos realizados em 2005, o que reduziu bastante a legitimidade do documento.

No interior do Parlamento alemão, a oposição manifestou-se diante da Declaração de Berlim com a crítica de que a UE como está constituída hoje é um projeto neoliberal que não possui a necessária dimensão social.

Segundo Gregor Gysi, líder do Partido do Socialismo Democrático (PDS), da oposição, precisaria ser construído um texto mais curto e com intenções mais claras para que a Constituição pudesse garantir o aumento dos direitos dos cidadãos; além disso, somente deveria ser aceita após referendos em todos os países do bloco. Aí sim o documento teria efeito e traria melhorias para o processo democrático dentro do bloco.

Ainda na oposição alemã, Renate Künast, a líder do Partido Verde, declarou que o problema é a UE continuar reproduzindo um modelo que defende os interesses industriais de curto prazo, em vez de propor que os próximos 50 anos sejam utilizados para construir uma Europa ecológica e social.

Contudo, todos os partidos concordam que é necessária uma base legal para a Europa, entre outras coisas, garantir uma identidade europeia, diante da possibilidade de que suas fronteiras estejam definidas.

A Declaração de Berlim diz que a partir de agora a divisão não-natural no continente foi superada e o sonho da unificação tornou-se realidade, mostrando que o processo pode estar completo.

Porém, além da palavra “abertura”, não houve nenhuma menção a novos ingressos, e os candidatos oficiais a também se tornarem membros do bloco, como a Turquia e a Croácia, não foram sequer convidados para a celebração.

Além da celebração do aniversário do Tratado de Roma, os dirigentes da União Europeia já haviam anunciado anteriormente que trabalharão para a redução em 20% da emissão de gás carbônico até 2020, de modo que neste ano as emissões atinjam índices menores do que os de 1990. Merkel declarou que poderá se comprometer com um esforço maior se outros países desenvolvidos, como os Estados Unidos, também o fizerem.

Este anúncio é uma consequência do recente relatório do Painel Internacional de Mudanças Climáticas (IPCC) e se apóia também no relatório Stern, coordenado pelo ex-ministro da Economia do Reino Unido, Nicholas Stern, que calcula que, se as emissões de gases prosseguirem na atual proporção, o mundo estará gastando cerca de 20% de seu PIB em 2050 somente para combater as consequências do “efeito estufa”.



ELEIÇÕES PARLAMENTARES NA FINLÂNDIA

As eleições parlamentares realizadas dia 18 de março na Finlândia confirmaram a atual tendência política conservadora da Escandinávia, com exceção da Noruega. O Partido Socialdemocrata, que tradicionalmente obtinha a primeira ou a segunda posição em número de votos e nos 200 assentos do Parlamento, agora caiu para a terceira posição.

A organização que cresceu foi o Partido da Aliança Nacional, de direita, que chegou em segundo lugar, com 22,3% dos votos. O Partido do Centro caiu um pouco, mas ainda foi o mais votado, com 23,1%, e o Partido Socialdemocrata obteve 21,4%.

A composição do governo que está terminando seu mandato era uma coalizão do Partido do Centro com os socialdemocratas e o pequeno Partido do Povo Sueco. Este último alcançou 4,5% nas atuais eleições e, portanto, a coalizão hoje representa apenas 49% dos votos, exigindo a adesão de mais um partido para ter maioria para compor um governo.

Em tese, os verdes ou a lista de esquerda poderiam proporcionar essa maioria, mas não é certo que tenham tal disposição e nem que o partido de centro os aceite. Este último poderá também buscar composições à direita.

O atual primeiro-ministro, Matti Vanhanen, conduzirá as conversações informais para compor um novo governo que deverá tomar posse em 17 de abril, mas ele já admitiu que as negociações serão muito difíceis.

ELEIÇÕES FRANCESAS SE APROXIMAM

Doze foram os candidatos que conseguiram cumprir as formalidades para disputar as próximas eleições presidenciais na França até o prazo final de 1º de abril. São oito homens e quatro mulheres: François Bayrou (UDF), Olivier Besancenot (LCR), José Bové (Aliança Antiliberal), Marie-George Buffet (PCF), Arlete Laguiller (Luta Operária), Jean-Marie Le Pen (Frente Nacional), Frédéric Nihours (Partido da Caça, Pesca, Natureza e Tradições – CPNT), Ségolène Royal (PSF), Nicolas Sarkozy (UMP), Gerard Schirardi (PT), Phillipe de Villiers (Movimento pela França – MPF) e Dominique Voynet, candidata pelos verdes.

Apenas Nihours e Villiers, ambos candidatos de extrema direita, não foram mencionados anteriormente pelo *Periscópio* como potenciais candidatos (ver “Periscópio nº 11”). Jacques Chirac, o atual presidente, anunciou que não se candidataria e declarou apoio a Sarkozy, que, no entanto, não era inicialmente o candidato de sua preferência.



Notícias do mundo

Quanto aos aspectos ideológicos temos a seguinte conformação dos partidos mais tradicionais que estão disputando as eleições:

- Esquerda: LCR, Luta Operária e PT, trotskistas; PCF, comunista; e os verdes.
- Centro Esquerda: PS, socialdemocrata.
- Centro Direita: UMP, sucessor do antigo partido gaullista Rassemblement pour la République e que foi criado em 2002 para disputar as eleições parlamentares; UDF, de origem democrata-cristã.
- Direita e/ou extrema direita: Frente Nacional, CPNT e MPF, cujo mote principal é a xenofobia.

As últimas pesquisas apontam o mesmo quadro de preferências eleitorais das últimas semanas: Sarkozy da UMP em primeiro lugar, seguido por Ségolène Royal do PS, Bayrou da UDF e Le Pen do FN. Pouco mais de 12% separam o primeiro do quarto candidato. Sarkozy teria em torno de 29% e Le Pen, 16%. As alterações têm se dado com percentuais para cima ou para baixo para cada um deles neste quadro, no qual também deve ser considerada uma margem de erro de até 2%. Os demais candidatos se situam entre menos de 1% até 3%. Os seis candidatos mais à esquerda poderiam todos juntos alcançar em torno de 10% dos votos.

No entanto, além da evolução da campanha, a confirmação destes números depende principalmente da disposição do eleitorado de comparecer às urnas, uma vez que o voto é facultativo.

Os temas que têm sido mencionados com mais ênfase por todos os candidatos são imigração e segurança, em relação aos quais particularmente Sarkozy assume posições mais incisivas e direitistas, propondo inclusive a criação de um Ministério da Imigração e Identidade, proposta de forte conotação xenófoba. Ele não está preocupado com a radicalização e a divisão da população em torno do tema da imigração.

De acordo com o jornal de esquerda *Liberation*, o ex-membro das Brigadas Vermelhas da Itália, Cesare Battisti, preso no Brasil em março, foi uma vítima da candidatura Sarkozy. Battisti esteve refugiado na França entre os anos 1980 e 2004, pois o ex-presidente François Mitterrand adotou uma política que recusava a extradição de italianos condenados por razões políticas, desde que abandonassem a violência. No entanto, em 2004, a Suprema Corte da França julgou favoravelmente sua extradição, e possivelmente Battisti se encontra foragido no Brasil desde então.

Ségolène tem buscado desenvolver uma campanha que recupera tradicionais bandeiras do Partido Socialista e propostas para enfrentar as dificuldades econômicas francesas, mas é também obrigada a se posicionar sobre a





questão dos imigrantes que vivem na França e tem lidado com o tema utilizando um discurso que ressalta o patriotismo e os valores nacionais.

Já Bayrou tem buscado ocupar o espaço da ponderação e da unificação de todos em torno do que ele considera os interesses da França.

Até o momento a única certeza é que haverá segundo turno em maio.

ORIENTE MÉDIO COM POUCAS PERSPECTIVAS DE PAZ. IRÃ PODERÁ SER ATACADO

O registro dos quatro anos da invasão do Iraque pela coalizão liderada pelos Estados Unidos, além do debate na opinião pública norte-americana, não inclui qualquer avanço em termos de paz e estabilidade para o país. Prossegue o morticínio diário e a marca de meio milhão de iraquianos que deixaram o país já foi superada. Durante a visita do novo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, a Bagdá, um foguete explodiu, enquanto ele fazia seu discurso, a menos de 50 metros do local onde se encontrava.

A estratégia do governo Bush é ampliar o conflito enviando mais tropas para o Afeganistão e o Iraque, além de provocar o Irã. Há rumores de que o plano de ataque a este último já estaria pronto, e esta seria a razão pela qual os Estados Unidos buscam criar um ultimato contra o Irã no Conselho de Segurança da ONU devido ao seu programa nuclear, para gerar “legitimidade e alianças para o ataque”, embora até o momento só tenham sido aprovadas sanções. Não há dúvida de que o poderio aéreo de Israel faz parte da estratégia.

O governo iraniano, por sua vez, anunciou que já possui capacidade para enriquecer urânio no valor e na quantidade necessários para usar como combustível nuclear e também para fins bélicos, embora tenha reiterado que seu programa tem fins pacíficos. Há, no entanto, dúvidas por parte de especialistas se esta capacidade foi alcançada.

O outro fato que elevou a temperatura na região foi a detenção pelos iranianos de 15 militares ingleses que patrulhavam o canal de Chat-el-Arab, que separa o Iraque do Irã. De acordo com os iranianos, eles violaram seu território várias vezes durante a patrulha, o que foi reconhecido por alguns dos detidos, embora tenha sido negado posteriormente.

Eles foram libertados antes da Páscoa, aparentemente como resultado de uma negociação cujo conteúdo não é conhecido, embora um iraniano que estava detido pelas forças norte-americanas no Iraque tenha sido libertado no mesmo momento, indicando uma possível troca de prisioneiros.

De toda maneira, parece que os ingleses têm mais bom senso do que seus aliados norte-americanos. Além de lidar com a questão iraniana de forma diferente, também estão reduzindo gradualmente sua presença no





Notícias do mundo

Iraque e transferindo o controle sobre a região de Basra para as forças de segurança iraquianas.

Na Palestina a novidade é o estabelecimento de um governo de unidade nacional entre o Fatah e o Hamas. Esta intenção foi anunciada ainda no ano passado, mas fracassou naquele momento devido a uma série de divergências entre os dois partidos, expressas inclusive em enfrentamentos armados. O acordo alcançado mantém Mahmoud Abbas como presidente da Autoridade Nacional Palestina e Ismail Haniya como primeiro-ministro, redistribuiu alguns ministérios e lança novas tentativas de busca de um acordo de paz com Israel.

O governo saudita acabou de reapresentar uma proposta de acordo, existente desde 2002, que reconhece o Estado de Israel, retorna às fronteiras de 1967, propõe o retorno dos refugiados para a Palestina e reconhece o Estado palestino com capital em Jerusalém Oriental.

O primeiro-ministro de Israel declarou que, se a Arábia Saudita reunisse dirigentes árabes moderados e o presidente da Autoridade Nacional Palestina, ele compareceria para discutir a proposta e apresentar a opinião israelense. Apesar de ser uma postura mais aberta, é de conhecimento geral que Olmert não tem cacife político em Israel para bancar um acordo, e ele seria na verdade contrário à capital palestina em Jerusalém e também ao retorno dos refugiados.

Sobre a primeira questão ele já deu inúmeras declarações contrárias quando foi prefeito desta cidade, e quanto aos refugiados os israelenses temem ficar em minoria étnica ainda mais expressiva do que a atual. Há ainda o caso do soldado israelense capturado pelos palestinos em meados do ano passado, bem como o dos milhares de palestinos mantidos em prisões israelenses.

O fim do governo de Olmert significaria o retorno do Likud ao poder, que tenderia, pelo menos num primeiro momento, a atender ao sentimento belicista da população, acirrado pela derrota israelense na tentativa de ocupação do sul do Líbano no ano passado, embora seja também importante lembrar que foi este partido que negociou a normalização das relações com o Egito.

Tudo depende de como os Estados Unidos e a União Européia se portarão em relação à região.

REFERENDO CONSTITUCIONAL NO EGITO

A reforma constitucional do Egito foi aprovada por 75,9% dos votos válidos no referendo realizado em 26 de março passado, embora apenas 27,1% dos 35 milhões de egípcios aptos a votar tenham participado. Além disso, o conteúdo da reforma está recebendo extensivas críticas por parte da





União Européia, dos Estados Unidos, de organizações de direitos humanos e da principal oposição no país, encabeçada pela Irmandade Muçulmana.

A reforma foi colocada em votação apenas seis dias após sua aprovação no Parlamento e inclui sugestões do presidente Hosni Mubarak para nada menos do que 34 artigos constitucionais que segundo ele deverão ampliar os direitos democráticos dos egípcios.

Algumas das medidas estão até sendo bem vistas, como o maior controle do Parlamento sobre os gastos do governo e o aumento dos poderes do primeiro-ministro, embora o ocupante deste cargo seja hoje indicado pelo presidente. Contudo, o conjunto de emendas servirá principalmente para que o Estado egípcio limite as liberdades política e de expressão.

A reforma, entre outras, traz uma emenda ao artigo 88 que reduz drasticamente o papel de juízes na supervisão das votações, que serão substituídos por uma comissão eleitoral cuja composição será definida em futura lei. A medida vem como resposta à alegação dos juízes eleitorais de que no pleito de 2005 houve fraudes.

No artigo 179, outra mudança controversa. Nos 25 anos em que Mubarak está no poder, foi instituída uma lei de emergência conferindo poderes extraordinários às suas forças de segurança e a responsabilidade para justificar o uso de tortura. Essa lei foi anulada, mas será substituída por uma outra lei antiterrorista cujo conteúdo ainda é desconhecido e que poderá sobrepor-se a outros três artigos que garantem a proteção das liberdades civis. Em teoria, esta lei seria aplicada somente nos casos ligados a terrorismo, mas o temor é de que ela seja usada para lidar com a oposição ao governo, da mesma maneira antes era utilizada a lei de emergência.

As emendas também formalizaram o banimento de partidos religiosos e prepararam o terreno para a construção de um sistema eleitoral baseado em listas, o que provavelmente excluirá do Parlamento a única oposição real, os 88 membros da Irmandade Islâmica que foram eleitos como independentes em 2005 e preparavam a construção de um partido. Este grupo representa um quinto do Parlamento egípcio, tem sido o grande opositor de Mubarak e inclusive boicotou o referendo.

A Anistia Internacional descreveu o conjunto de medidas aprovadas no referendo como a maior erosão de direitos humanos nos últimos 26 anos, uma vez que “as emendas constitucionais retiram proteções básicas contra violações dos direitos dos egípcios de privacidade, liberdade individual, segurança pessoal e domiciliar”.

O principal reflexo deste novo conjunto de medidas é que o Parlamento pode ser extinto e novas eleições convocadas. Diante das novas regras, os principais opositores do atual governo têm poucas chances.





ZIMBÁBUE

O anúncio do presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, de que convocará eleições parlamentares e presidenciais para o mês de março de 2008 e de que se apresentará mais uma vez como candidato à presidência agitou a região do sul da África.

Mugabe ainda mantém algum prestígio na África e junto a uma parte da população do Zimbábue por ser considerado o herói da guerra de libertação nos anos 1970 e por ter promovido a reforma agrária no país. Esta culminou ao longo dos últimos anos com a desapropriação das terras dos agricultores brancos ainda existentes, distribuídas aos veteranos da guerrilha que ele comandou contra o governo racista de Ian Smith e que chegou ao poder em 1980 por intermédio do Exército da Unidade Nacional do Zimbábue (ZANU), que depois se tornou seu partido político.

No entanto, atualmente ele se sustenta com base numa forte política repressiva que vitima qualquer demonstração oposicionista, em particular o partido da oposição Movimento pela Transformação Democrática (MDC) e o Congresso dos Sindicatos de Zimbábue (ZCTU).

O presidente do MDC, Morgan Tsvangirai, ex-presidente do ZCTU e que foi o candidato derrotado por Mugabe nas últimas eleições presidenciais, consideradas no mínimo irregulares pelos observadores internacionais, encontra-se neste momento em tratamento médico na África do Sul devido às agressões que sofreu durante uma recente detenção pela polícia política do Zimbábue.

O país vem sofrendo um boicote de muitos países desenvolvidos devido ao ocorrido nas últimas eleições, o que contribuiu para uma expressiva piora na economia. O ZCTU organizou uma greve geral de 48 horas entre os dias 4 e 5 de abril, reivindicando mudanças na política econômica do país diante de uma inflação que já alcança 1.730% ao ano e uma taxa de desemprego de 80%, num país que, ao lado da África do Sul, já foi considerado o celeiro da região.

O MDC acabou de anunciar que só participará das eleições no ano que vem se as regras forem democráticas. Enquanto isso, os países da região do sul da África que impediram o isolamento completo do Zimbábue ao longo dos últimos anos agora incentivam Mugabe, há 27 anos no poder, a não se candidatar novamente e abrir um diálogo com a oposição para negociar uma transição mais tranquila.

Contam para tanto com o apoio de partidários do velho líder de 83 anos que têm a pretensão de substituí-lo e que não querem disputar o governo de um país falido. No entanto, Mugabe tentou adiar as eleições para 2010,





possivelmente para alcançar um acordo que lhe permitisse candidatar-se mais uma vez, com a promessa de renunciar no meio do mandato, o que não se viabilizou, simplesmente porque ninguém acredita que ele cumpriria este compromisso.

Recentemente ele contratou cerca de 3 mil mercenários angolanos para cuidar de sua segurança. Ou seja, mesmo com o aumento das dissidências, ele lutará até o fim.

CONGO

Jean Pierre Bemba, derrotado por Joseph Kabila nas eleições presidenciais no ano passado, consideradas regulares pelos observadores internacionais, além de não aceitar o resultado naquele momento, há alguns meses vem enfrentando o novo governo com a utilização das forças armadas que controla, com o risco de reacender a guerra civil que abalou o país durante vários anos até que se realizassem as eleições.

No entanto, suas incursões levadas a cabo na capital do país, Kinshasa, foram enfrentadas por tropas leais ao governo e forças da ONU. Bemba acabou se refugiando na embaixada portuguesa e agora aguarda um salvo-conduto para viajar a Portugal sob a alegação de necessidade de tratamento de saúde, embora pese sobre ele uma ordem de prisão.

APROVADA LEI QUE ESTABELECE A PROPRIEDADE PRIVADA NA CHINA

A China manteve políticas de incentivo ao mercado por mais de 25 anos e alcançou taxas recordes de crescimento econômico. Agora, o Congresso Nacional Popular da China aprovou no dia 16 de março a primeira lei que protege, de forma explícita, a propriedade privada. Ela recebeu votos a favor de 2.799 delegados, contra 52 opositores e 37 abstenções.

A medida já estava em pauta desde o ano passado, mas demorou a ser votada em virtude da oposição de intelectuais e membros do Partido Comunista de posições mais à esquerda. Porém, seus apoiadores vêem a nova lei como uma forma de construir bases legais para proteger os bens adquiridos pela classe média urbana e pelos pequenos e médios empreendedores privados.

A privatização de moradias já havia sido feita na década de 1990, porém com a manutenção da propriedade coletiva da terra onde estavam construídos os imóveis.

Discutida desde 2002, a última versão da lei não foi apresentada publicamente, e a oposição recebeu pressões para silenciar qualquer protesto.





Notícias do mundo

Diversos acadêmicos declararam à imprensa que sofreram represálias por parte de suas universidades. A revista *Caijing*, que desafiou o veto do Departamento de Propaganda e publicou uma matéria e uma capa sobre o assunto, teve sua distribuição interrompida e foi obrigada a reimprimir a edição sem o dito artigo.

Ao longo dos seus 247 artigos, em 40 páginas, a lei estabelece que “todo tipo de propriedade está protegida pela lei e ninguém pode atentar contra ela”. Segundo a versão oficial, um dos objetivos é proteger o setor privado, responsável por cerca de metade da riqueza nacional. O outro é acabar com as freqüentes e polêmicas expropriações no meio rural, um perigoso fator de instabilidade para o país.

No campo, a propriedade é coletiva, e o Estado cede a terra aos camponeses em regime de usufruto durante períodos de até 70 anos. O sistema será mantido com a nova regulamentação, pois para o governo a zona rural ainda não está preparada para a privatização da terra, devido à falta de um sistema de seguridade social. A terra poderá ser expropriada “por razões de interesse público”, diz o novo texto, que entretanto garantirá o pagamento de “indenizações pela terra, subsídios para o realojamento, compensações pelos móveis, utensílios e colheitas”. Além disso, a lei restringe “a transformação da terra para a agricultura em terra para o desenvolvimento”, a fim de conter eventuais excessos das nem sempre honestas autoridades locais.

Além da histórica lei, a 10ª Sessão do CNP aprovou o imposto unificado, que aumenta as taxas cobradas das companhias estrangeiras. Elas agora serão iguais às pagas pelas empresas chinesas (25%). Os deputados também aprovaram o orçamento de 2007, que estabelece um aumento de 17,8% na despesa militar, iniciativa vista com reservas pelos Estados Unidos.

ELEIÇÕES NO TIMOR LESTE

O primeiro turno das eleições no Timor Leste está sendo ansiosamente aguardado, apesar de a metade dos oito candidatos ter declarado que estão em curso várias tentativas de influenciar o processo eleitoral. São as segundas eleições presidenciais desde sua independência da Indonésia em 2002, quando o eleito foi o principal líder da resistência timorense, Xanana Gusmão.

Os candidatos João Viegas Carrascalão, independente, Fernando “Lasama” de Araújo, do opositor Partido Democrata, Lucia Lobato, do Partido Socialdemocrata, e Francisco Xavier do Amaral, da Associação Democrática Social Timorense, alegaram num documento escrito que o candidato ofi-





cial, Francisco Guterres, presidente da Fretilin (Frente Revolucionária do Timor Leste Independente), teria recebido tratamento diferenciado por parte dos observadores do pleito. Eles também denunciam que teriam recebido ameaças e intimidações.

Além deles, os demais candidatos incluem o atual primeiro-ministro e ganhador do prêmio Nobel da Paz, José Ramos-Horta, Avelino Coelho, do Partido Socialista, e o independente Manuel Tilman.

A avaliação corrente é de que a disputa real é entre Ramos-Horta, apoiado por Xanana Gusmão, e Francisco Guterres, apoiado pelo ex-primeiro-ministro Mari Alkatiri. É a continuidade da disputa política que se explicitou no ano passado. A promessa é de que o resultado oficial seja apresentado em 15 dias, e se nenhum candidato atingir 50% mais um dos votos haverá segundo turno no dia 8 de maio. (ver “Periscópios nºs 4 e 5”)

RENOVADO O FUNDO DO BANCO MUNDIAL PARA REDUÇÃO DE EMISSÕES DE CO₂

Os governos da Irlanda e da Espanha, a Syngenta Foundation for Sustainable Agriculture, a companhia ZeroEmissions Carbon Trust e o Banco Mundial iniciaram discussões para o desenvolvimento da segunda fase do Fundo BioCarbon. A primeira fase foi iniciada em 2004 e envolveu US\$ 53,8 milhões em recursos.

O Fundo é uma parceria público/privada que fornece financiamento para projetos de redução das emissões de gases causadores do efeito estufa, criado com o objetivo de abrir o mercado de carbono para atividades florestais e agrícolas.

A segunda fase apoiará projetos de restauração de ecossistemas que seqüestram, ou conservam, gás carbônico nas florestas e em agroecossistemas, com uma forte ênfase na redução da pobreza e no desenvolvimento socioeconômico (melhoria no modo de vida rural) em países em desenvolvimento, assim como em países com economia em transição. Os projetos serão desenvolvidos de maneira que as comunidades locais se beneficiem direta ou indiretamente.

Esta fase terá duas janelas para apresentação de projetos. A primeira focará em certificados elegíveis sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL – florestamento e reflorestamento) ou sob a Implementação Conjunta do Protocolo de Kyoto. A segunda buscará canalizar recursos para atividades como restauração e conservação de florestas, revegetação e manejo agrícola em países em desenvolvimento, já que estas ações, em particular o desmatamento, são responsáveis por cerca de 20% das emissões anuais de gases que provocam o efeito estufa.



Notícias do mundo

Este segmento do mercado de carbono ainda é pouco desenvolvido, com uma fatia de apenas 1% do mercado, devido principalmente às regras que foram determinadas para a negociação de créditos florestais e agrícolas no MDL e à exclusão de tais créditos na primeira fase do esquema de comércio de emissões da União Européia.





Periscópio Internacional nº 14 maio de 2007

A CÚPULA ENERGÉTICA DA AMÉRICA DO SUL

No dia 16 de abril realizou-se a I Cúpula Energética da América do Sul, na Ilha de Margarita, na Venezuela, que reuniu 12 presidentes do continente para discutir a política de integração a partir da matriz energética disponível.

Havia grande expectativa em torno da reunião pela importância do tema e pela polêmica causada pela manifestação de Hugo Chávez e Fidel Castro contra a expansão da produção de etanol de cana-de-açúcar defendida pelo Brasil, que ganhou muita publicidade com as discussões entre os governos brasileiro e norte-americano sobre a possibilidade de cooperação mútua nesta área.

A declaração, no entanto, foi positiva e menciona a decisão da Comunidade Sul-americana de Nações de explorar uma integração energética a partir da matriz composta por petróleo, gás, indústria petroquímica, usinas hidrelétricas, termelétricas, biocombustíveis e hidrovias, sempre preservando a compatibilidade entre geração de energia e produção agrícola, preservação do meio ambiente e adequadas condições trabalhistas.

Decidiu-se também criar um Conselho Energético da América do Sul, composto por um representante de cada um dos 12 países, que terá a responsabilidade de apresentar uma proposta de diretrizes para a política energética integrada para a II Cúpula da Comunidade Sul-americana de Nações, a realizar-se em dezembro deste ano na Colômbia. Foi consensual chamar a iniciativa de integração de Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR).

Ao lado deste debate há também a discussão sobre a criação do Banco do Sul, que, no entanto, não alcançou ainda o necessário consenso no continente. Haverá uma reunião técnica em Quito no Equador no dia 15 de maio para prosseguir o debate sobre sua viabilidade.

De algumas outras reuniões envolvendo alguns dos países participantes saíram outras propostas, como, por exemplo, a tentativa dos países que integram a Alternativa Bolivariana das Américas (Alba), composta por Venezuela,



Cuba, Nicarágua e Bolívia, de estender este modelo de relação entre os países para o conjunto do continente também por meio da criação do Banco do Sul, que seria uma espécie de Banco Central da região, além de uma moeda comum, que Evo Morales sugeriu que deveria se chamar *pacha* (Terra).

PRESIDENTE DA COLÔMBIA CONTINUA SOB SUSPEITA

O dado mais recente sobre as acusações do envolvimento do presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, com os paramilitares vem da acusação do senador do Pólo Democrático Alternativo, Gustavo Petro, de que quando Uribe foi governador da província de Antioquia grupos paramilitares utilizavam duas fazendas da família do presidente como bases para suas incursões.

Embora o senador não pudesse agregar provas documentais à sua afirmação, os fatos demonstram que foi durante o governo de Uribe em Antioquia que os grupos paramilitares mais cresceram naquela província, e é notório que ele promoveu pessoalmente a criação de um grupo de autodefesa chamado Convivir, que posteriormente, assim como a maioria desses grupos, se integrou às ações paramilitares.

Diante da acusação que circula nos Estados Unidos de que o chefe do estado-maior das forças armadas da Colômbia, general Mario Montoya, estaria envolvido, em conluio com os paramilitares, com o desaparecimento de militantes de direitos humanos, Uribe resolveu visitar este país para tentar se explicar e desbloquear os recursos do Plano Colômbia que o Senado norte-americano está retendo devido a este fato.

Apesar dos eloqüentes elogios feitos a ele pelo presidente Bush, no mais foram somente constrangimentos. O senador democrata Patrick Leahy, de Vermont, que coordena a subcomissão do Senado responsável por decidir sobre a remessa de US\$ 55 milhões de ajuda à Colômbia, apesar das declarações de Uribe de que não há provas contra o general, mandou dizer que ele ainda não está convencido da inocência do homem e que, portanto, não aprovaria a liberação do dinheiro.

Em encontro com deputados democratas para discutir a aprovação do tratado de livre comércio entre Colômbia e Estados Unidos, eles disseram que não o aprovarão enquanto não cessarem os assassinatos de dirigentes sindicais e enquanto não forem incluídas provisões sobre a promoção de direitos trabalhistas e ambientais no tratado.

Por último, sem falar das manifestações de rua contra a visita, numa reunião com entidades de direitos humanos – em que também estavam presentes parlamentares norte-americanos –, ele perdeu totalmente as estribeiras ao tentar responder aos questionamentos sobre a grave situação colombiana.



ESTADOS UNIDOS – UM CENÁRIO DIFÍCIL PARA OS REPUBLICANOS

Apesar da opinião de 57% da população dos Estados Unidos de que enviar tropas ao Iraque foi um erro, ainda assim o orçamento militar requisitado pelo presidente George W. Bush ao Congresso foi o maior desde a Segunda Guerra Mundial, e apenas uma pequena parte destina-se à segurança interna. Ele solicitou um orçamento de US\$ 623 bilhões para gastos militares no ano fiscal de 2008, que se inicia em 1º de outubro próximo.

De acordo com estudos conduzidos pelo grupo Foreign Policy in Focus – projeto conjunto dos *think-tanks* de centro-esquerda Institute for Policy Studies e International Relations Centre –, os gastos militares compõem mais de 50% da parte do orçamento negociada entre o presidente e o Congresso.

O orçamento proposto para 2008, no item segurança nacional, aloca 90% dos fundos para despesas militares enquanto os programas preventivos recebem 4% e o Departamento de Segurança Interna (Homeland Security) recebe 6%. Os gastos militares representam hoje o dobro do que há apenas sete anos (conforme pode ser visto na tabela a seguir), e se o governo está propondo praticamente o mesmo valor deste ano para o ano que vem é porque prevê a continuidade da guerra no Afeganistão e no Iraque.

Orçamento para defesa nacional dos Estados Unidos
(em bilhões de dólares)

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
304,035	334,732	362,033	456,043	490,580	505,781	617,155	622,446

Fonte: Disponível em <<http://www.whitehouse.gov/omb/budget/fy2008/pdf/hist.pdf>>.

O orçamento submetido a aprovação em fevereiro ignorou as recomendações do Iraq Study Group (ISG) de promover uma transição na estratégia da política externa calcada na força militar para a diplomacia, e também as últimas pesquisas de opinião, que mostram como os norte-americanos acreditam que a política externa unilateral está piorando a imagem dos Estados Unidos na esfera internacional e deixando o país mais suscetível a ataques terroristas.

Por exemplo, o programa do caça aéreo F22 receberá um aumento nos fundos de mais de US\$ 600 milhões no ano fiscal de 2008. A mesma quantia poderia triplicar os planos dos Estados Unidos de cancelamento da dívi-



Notícias do mundo

da externa de países pobres, ou ainda poderia aumentar em 50% as contribuições norte-americanas aos programas de promoção da paz.

O uso de parte desses recursos ainda está sendo aprovado pelo Congresso e pelo Senado. No final de abril, ambos, Congresso e Senado, aprovaram a utilização de US\$ 124 bilhões extras para as operações militares dos Estados Unidos no exterior. Contudo, a utilização desses fundos, segundo o texto da lei aprovada nas duas câmaras, está atrelada a uma data de retirada das tropas do território iraquiano, 1º de outubro, o primeiro dia do novo ano fiscal.

Bush vetou a legislação alegando que não aceitou a proposta de lei porque “fixava uma data para o início da retirada das tropas imposta dentro de condições adversas para os comandantes das forças armadas”. Antes de Bush vetar a lei, alguns legisladores democratas já haviam afirmado que neste caso aprovariam uma proposta emergencial sem um cronograma para retirada das tropas. Esta medida, contudo, incluiria alguns critérios para os militares e algumas metas para o governo iraquiano, a fim de demonstrar se houvera algum progresso na reconciliação entre sunitas e xiitas.

Para ganhar tempo para os 28 mil soldados extras que foram enviados para o Iraque nos primeiros meses do ano mostrarem resultados, Bush pediu a seu comandante no Iraque, general David H. Petraeus, que faça um relatório do progresso das operações para o início de setembro.

Com isso os republicanos, que já estavam cansados de defender as dubiedades de Bush quanto ao desfecho da guerra, ganharam uma data e um fôlego para que o governo apresente indícios mais claros de eventual progresso militar e político no Iraque. Os democratas também contam com essa data como o próximo momento para, a partir do relatório de Petraeus, reiniciarem as tentativas de forçar a retirada das tropas.

A importância da retomada do debate em setembro, tanto para republicanos como para democratas, vem da proximidade da data com o início formal das campanhas para a eleição presidencial de 2008.

Porém, mesmo que fosse possível para o governo Bush apresentar qualquer resultado que lhe seja favorável, a situação política dos republicanos é difícil. Na última pesquisa de opinião realizada pela *Newsweek* entre 2 e 3 de maio, não importa qual seja o candidato republicano, mesmo o melhor colocado, ele seria derrotado por qualquer candidato democrata. Além disso, na mesma consulta a popularidade do presidente Bush apresentou-se como a mais baixa de qualquer mandatário norte-americano, ao se situar na casa dos 28%.

No partido republicano, o candidato mais bem colocado, Mitt Romney, vem sendo comparado a John Kerry numa série de piadas que dizem que o





partido agora apresenta um *flip flop*¹ de Massachusetts, que é como os republicanos o definiam nas eleições em que perdeu para George W. Bush. Romney vem sendo questionado por ter mudado de opinião em entrevistas recentes sobre a defesa da liberdade de escolha para as mulheres na questão do aborto quando foi eleito governador em 2002, por conta de pressões do partido para torná-lo mais palatável à ala cristã conservadora.

A diminuição do tom de disputa entre Hillary Clinton, Barack Obama e John Edwards no interior do Partido Democrata e os novos escândalos ligados ao GOP (Grand Old Party, como o Partido Republicano é conhecido) também reforçam a expectativa por notícias vindas do Iraque em setembro.

Em abril, além do testemunho de Alberto Gonzalez ao Senado, no qual o procurador-geral da República passou a maior parte do tempo declarando que não se lembrava das circunstâncias ligadas à demissão de oito procuradores por questões políticas, foi descoberto um sistema de e-mails privado do Partido Republicano que funcionava dentro dos escritórios na Casa Branca. Algumas das mensagens deste sistema podem provar que a demissão dos procuradores foi por motivação política e não por baixo rendimento, como alega o governo.

Este sistema duplo, segundo os democratas, também pode ter sido usado para esconder os contatos realizados com o lobista Jack Abramoff, que foi condenado por chantagem e está cumprindo pena por fraude. De acordo com eles, existem evidências de que o sistema foi utilizado para tratar de questões políticas e de temas do governo, numa violação à legislação de proteção dos arquivos federais.

Mais ainda, após as evidências de participação de Gonzalez na demissão dos procuradores, os democratas querem acesso ao sistema de comunicação dos republicanos na Casa Branca, que não era utilizado somente pelo escritório do assessor especial de Bush, Karl Rove, mas também por outros funcionários do alto escalão. Alguns republicanos acreditam que grande parte desses e-mails, muitos escritos com pressa e sem a preocupação de que poderiam se tornar públicos, podem conter informações internas com mais detalhes do que o esperado sobre as atividades políticas do governo Bush.

BLAIR ANUNCIA DATA DA RENÚNCIA

Cessou a resistência do primeiro-ministro trabalhista inglês Tony Blair às pressões de seu partido, o Labor, para que ele renunciasse à presidência do

¹ *Flip flop* significa porta de vaivém ou pisca-pisca. Neste caso, sentido figurado para alguém que está sempre mudando de opinião.





partido e ao cargo no governo. Ele finalmente anunciou que o fará no dia 27 de junho próximo. Quem deverá assumir seu lugar em ambas as funções é o atual ministro de Finanças, Gordon Brown, pois teria atualmente os votos da maioria da bancada trabalhista no Parlamento.

A saída de Blair estava negociada desde a última eleição parlamentar em 2004, quando o número de cadeiras dos trabalhistas se reduziu significativamente. As causas do declínio do Labor foram várias, entre elas a participação inglesa na guerra do Iraque, pois Blair enviou cerca de 45 mil soldados para o Oriente Médio, contra a opinião da maioria da população, e o ataque terrorista em Londres que provocou a morte de mais de 50 pessoas foi encarado como uma consequência do apoio do governo inglês à guerra de Bush.

Embora a economia tenha crescido em números superiores à média europeia nos últimos anos, a dívida social inglesa é grave. O ajuste neoliberal de Thatcher provocou uma grande queda na renda da maioria da população em virtude da flexibilização da legislação trabalhista, de cortes em benefícios sociais e do aumento dos preços dos serviços públicos.

Essa redução do bem-estar social não foi remediada por Blair, apesar de algumas políticas compensatórias. O próprio crescimento econômico dos últimos anos está muito relacionado ao desenvolvimento de um forte *boom* imobiliário, porém avalia-se que a população que investiu na casa própria possui hoje uma dívida de 1 trilhão de libras esterlinas.

O acordo para dar lugar a Brown havia sido discutido entre eles desde quando disputaram a presidência do Labor em 1994, e depois quando os trabalhistas reassumiram o poder em 1997, com Blair na liderança. Porém, apesar de sua relutância, a pressão do partido para sua saída aumentou depois das últimas eleições distritais e municipais, que representaram uma derrota para o Labor e um avanço político importante para o partido conservador (Tories).

A expectativa é de que a retirada gradual das tropas inglesas do Iraque, já anunciada, e a nova liderança governamental e partidária de Brown, que deverá explorar seu papel para a melhoria da economia, possam evitar uma derrota nas eleições do próximo ano. No entanto, as pesquisas de hoje dão o menor índice da história para os trabalhistas, 27%, e apontam para a vitória dos Tories liderados pelo deputado David Cameron.

DIREITA VENCE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA FRANÇA

O primeiro turno das eleições presidenciais francesas, realizado dia 22 de abril, apresentou o seguinte resultado, uma vez apurados 100% dos votos:



Candidato(a)	Partido*	Votos (%)
Nicolas Sarkozy	UMP	31,11
Ségolène Royal	PSF	25,84
François Bayrou	UDF	18,55
Jean-Marie Le Pen	FN	10,51
Olivier Besancenot	LCR	4,11
Philippe de Villiers	MPF	2,24
Marie-George Buffet	PCF	1,94
Dominique Voynet	Verdes	1,57
Arlete Laguiller	Luta Operária	1,34
José Bové	Aliança Antiliberal	1,32
Frédéric Nihous	CPNT	1,15
Gerard Schivardi	PT	0,34

* Ver "Periscópio nº 13" para identificação das siglas.

Em termos da ordem dos mais votados, o resultado confirmou a previsão das pesquisas eleitorais, com exceção de Le Pen, da Frente Nacional, que confirmou o quarto lugar, porém com o menor percentual de votos desde a eleição presidencial que disputou em 1988. Para quem chegou ao segundo turno em 2002, a eleição de 2007, que marcou sua despedida das disputas eleitorais devido à idade de 78 anos, ocorreu em clima de derrota política. Aparentemente o discurso antiimigração de Sarkozy lhe tirou votos. O comparecimento dos eleitores (85%) foi alto.

O resultado do segundo turno realizado no dia 6 de maio deu a vitória definitiva para Sarkozy por 53% dos votos contra 47% para Ségolène, uma



Notícias do mundo

diferença de 6%. Apesar da derrota, foi o melhor resultado para os socialistas desde a segunda eleição de François Mitterrand em 1988, ainda mais considerando que na eleição presidencial passada nem participaram do segundo turno.

Apesar dos esforços, o resultado do primeiro turno já mostrava que não seria uma tarefa fácil para os socialistas derrotar a direita e retomar a presidência do país. Se somarmos os votos alcançados por Sarkozy e os candidatos à sua direita, como Le Pen, Villiers e Nihous, estes representaram 45,01% contra um total de 36,46%, somando os 25,84% de Ségolène e os 10,62% dos candidatos à sua esquerda.

Supondo que houvesse uma transferência total de votos da direita para Sarkozy e da esquerda para Ségolène, ela teria que conquistar pelo menos dois terços dos votos do candidato de centro direita François Bayrou, o que seria muito difícil.

Embora ela tenha se saído bem e sido mais incisiva no debate ocorrido às vésperas da eleição, na prática quem levou vantagem foi Sarkozy, que adotou um estilo mais suave, que não é sua característica natural mas o ajudou a avançar no eleitorado do centro. Para tanto contou também com o apoio da maioria dos deputados da UpD, embora não tivesse conquistado o apoio de Bayrou. Este debateu com Ségolène pela televisão, disse que não votaria no candidato da direita, mas tampouco declarou apoiou à socialista.

Os países europeus encontram-se hoje majoritariamente governados pela direita, com exceção de Itália, Espanha, Noruega e Inglaterra. Porém, o equilíbrio do governo Prodi na Itália é delicado, e as pesquisas na Inglaterra apontam para a vitória dos conservadores nas eleições parlamentares de 2008. O governo finlandês que acabou de ser composto é uma coalizão do centro com a direita, ao contrário dos últimos anos, quando era do centro com o partido socialdemocrata.

A eleição presidencial francesa poderia ter alterado este quadro, mas não foi possível, e agora não há apenas uma sucessão de um presidente de direita como Chirac por outro chamado Sarkozy, mas a substituição de Chirac por um novo presidente muito mais próximo dos ideais defendidos por George W. Bush. Isso sem dúvida é um retrocesso.

Nos dias 10 e 17 de junho ocorrerão eleições parlamentares, pois as eleições legislativas na França também ocorrem em dois turnos. A expectativa é de manutenção da maioria parlamentar de direita. Bayrou, que se apresentou como candidato de centro, embora na verdade fosse o Plano B da direita, aproveitou sua campanha eleitoral e o resultado obtido para alavancar um projeto político de mais longo prazo, e seu partido acabou de mudar o nome de União pela Democracia Francesa para União pela Democracia e pretende formar uma ampla bancada de centro.





AS INDEFINIÇÕES EXISTENCIAIS DA TURQUIA

No passado a Turquia foi uma grande potência, o Império Otomano, que chegou a dominar todo o Oriente Médio, os Bálcãs e parte do norte da África. Ele foi sendo debilitado aos poucos pelo Império Russo e pelas potências ocidentais, notadamente França e Inglaterra. Reduziu-se ao que é hoje territorialmente quando foi derrotada na Primeira Guerra Mundial junto com a Alemanha e a Áustria-Hungria.

A resistência que um setor do exército, liderado por Kemal Atatürk, implementou contra as potências vencedoras entre 1920 e 1923 levou-o ao governo e possibilitou a renegociação do humilhante acordo de paz imposto por meio do Tratado de Sévres, que o sultão Mohamed VI havia assinado, evitando assim o desmantelamento total do território e as pesadas indenizações de guerra.

Atatürk instaurou a república e governou autoritariamente até 1938, quando morreu. Porém, instituiu a separação entre Estado e religião (islamismo), proibiu o funcionamento das escolas islâmicas (*madrassas*), introduziu o alfabeto latino e estimulou o abandono de uma série de costumes, como o uso do véu pelas mulheres e a proibição do consumo de bebidas alcoólicas, tudo com o intuito de “ocidentalizar” o país. Esta política representa o que se denomina hoje “secularismo” turco.

O exército continua influente na política até hoje. Desde 1960, já decretou três golpes de Estado, embora tenha mudado de uma postura de “direita nacionalista” para a adoção da doutrina militar norte-americana de segurança nacional. Foi um dos maiores aliados do Ocidente durante a Guerra Fria, e agiu duramente para reprimir os grupos de esquerda influenciados pela vizinha União Soviética.

Durante o último golpe, em 1980, cerca de 650 mil pessoas foram presas e milhares delas torturadas, banidas e executadas, isto sem falar do conflito já de longa duração com a população curda, que luta por sua independência. Este momento de forte repressão e o militarismo sempre presente explicam a atual debilidade da esquerda neste país, embora existam pelo menos dois partidos considerados socialdemocratas e o partido comunista, que foi legalizado somente em 2002.

Além da relação com os Estados Unidos, a Turquia construiu laços institucionais com a Europa, tornando-se membro da OTAN em 1952 e membro do Mercado Comum Europeu em 1963. Porém, não conseguiu ir além, e seu ingresso na União Européia ainda é muito incerto.

Este é o pano de fundo da atual crise política, que se expressou pela tentativa do Parlamento turco, onde o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP)





Notícias do mundo

tem maioria, de eleger um presidente considerado islâmico, o atual chanceler Abdullah Gul. Posto nestes termos, o presidente, cujo mandato expirou, Ahmet Necdet Sezer seria um político laico e assim haveria uma disputa entre a introdução dos valores islâmicos no país em detrimento do secularismo.

A primeira votação no Parlamento para eleger Gul foi boicotada pela oposição e ele não obteve os dois terços de votos necessários. A votação seguinte, na qual bastaria a maioria simples, foi anulada pela Suprema Corte sob alegação de falta de quórum, e o exército emitiu uma advertência contra o risco de extinção do secularismo.

O primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan, do AKP, resolveu propor novas eleições legislativas para o mês de junho e aventou a possibilidade de convocar um plebiscito para aprovar a introdução da eleição direta para presidente da república.

O partido de Erdogan já havia vencido as eleições em 1996, mas a ameaça de um golpe militar colocou-o na ilegalidade, e ele renunciou ao cargo de primeiro-ministro. Os partidos laicos de centro elegeram Sezer presidente, mas seu governo foi desmoralizado pela grave crise econômica de 2001, muito semelhante à brasileira e à russa de pouco tempo antes.

Em 2002, foram convocadas novas eleições e o AKP, que voltara à legalidade, elegeu em torno de 60% dos deputados, compôs o governo, saiu-se bem no tocante à economia e aumentou sua popularidade ao recusar apoio aos Estados Unidos para invadir o Iraque. Se as eleições forem antecipadas para junho próximo, a previsão é de que o AKP atinja a maioria absoluta dos votos.

A diferença ideológica entre o AKP e os partidos que tradicionalmente governaram este país de 62 milhões de habitantes não é grande. O que está em disputa é a hegemonia da elite ligada ao Ocidente, como os industriais, os altos oficiais do exército e a burocracia do Estado, e a elite composta por comerciantes, autoridades religiosas e setores da burguesia nacional que detêm o apoio da maioria da população, por sua vez muçulmana.

Apesar das advertências que partiram da UE, não se descarta a possibilidade de nova intervenção do exército turco sob a alegação da preservação do secularismo, como ocorreu em 1991 na Argélia, quando a Frente Islâmica de Salvação venceu as eleições e houve um golpe de Estado que a colocou na ilegalidade até hoje, embora o tom das diferenças entre secularistas e islâmicos na Turquia seja muito mais moderado.

RÚSSIA – PROBLEMAS DIPLOMÁTICOS E O FUTURO DE PUTIN

O governo russo está exigindo que o Reino Unido extradite o milionário Boris Berezovsky para que ele seja julgado em seu país de origem por ter





declarado ao jornal britânico *The Guardian* que planeja uma revolução para destituir o presidente Putin do poder.

Embora Putin tenha declarado que ao término de seu segundo mandato, no final de 2008, deixará a presidência russa, Berezovsky afirma que “será necessário usar força para mudar este regime”.

Ele recebeu asilo no Reino Unido em 2003, com *status* de refugiado, escapando do julgamento pelas acusações de fraude e lavagem de dinheiro. Seu asilo foi concedido mediante informações repassadas ao governo inglês pelo ex-agente russo Alexander Litvinenko de que havia planos para que Berezovsky fosse assassinado.

Suas declarações estremeçaram ainda mais as relações entre Reino Unido e Rússia, já prejudicadas pelas acusações de dissidentes baseados em Londres de que o Kremlin estava por trás da morte por envenenamento do ex-agente Litvinenko em 2006.

Diante da saia justa criada pelo milionário refugiado, o governo britânico está sendo pressionado não só para permitir a extradição mas também para rever seu *status* jurídico. A lei britânica diz que é prerrogativa dos tribunais decidirem se Berezovsky deve ou não ser extraditado, mas um porta-voz do governo afirmou que estão todos analisando detalhadamente as declarações do russo “para que sua residência no Reino Unido não sirva de plataforma para que um governo soberano seja derrubado de forma violenta”.

A maioria dos eleitores russos apóia Putin e não tem muito interesse em revoluções, mas os comentários de Berezovsky tentam fortalecer os discursos da oposição para as eleições parlamentares de dezembro de 2007 e a eleição presidencial de 2008. O empresário russo tem oferecido sua “experiência e suas ideologias” a seus contatos na elite política russa, adicionando que “existem passos práticos a serem tomados, principalmente financeiros”.

Apesar deste empenho, as oposições que existem ao governo russo estão na extrema direita nacionalista e no Partido Comunista Russo de Guennady Ziúganov, embora relativamente fracos eleitoralmente. Por bem ou por mal, Putin já está recomposto com o novo empresariado russo.

No discurso anual de Putin diante do Congresso russo, no final de abril, ele repetiu os ataques feitos ao Ocidente, apontou para a interferência nos assuntos russos como parte de um tratamento de “estilo colonial” e ameaçou suspender o cumprimento do Tratado sobre Forças Convencionais na Europa (CFE).

Assinado em 1990 para limitar e realocar as armas pesadas convencionais na Europa, o CFE sofreu uma revisão em 1999 para refletir as mudanças causadas pela desintegração da União Soviética. A nova versão foi



Notícias do mundo

ratificada pela Rússia, mas os Estados Unidos e outros membros da OTAN se recusaram a fazer o mesmo até que Moscou retirasse suas tropas da Geórgia e de Moldova.

Ao anunciar que pretende decretar uma moratória no acordo de armas, Putin acentuou a crescente irritação da Rússia com o escudo antimíssil que os Estados Unidos pretendem instalar em suas vizinhanças com bases de lançamento na Polônia e radares na República Checa.

A questão de fundo para a Rússia é o avanço dos Estados Unidos e da União Européia para o leste, que ameaça a política de alianças e influência que os russos têm sobre a maioria dos países que pertenciam à ex-União Soviética. Por exemplo, hoje a Ucrânia e a Geórgia preferem se articular com o Ocidente do que com a Rússia.

A pressão russa e a elevação do tom dos discursos têm gerado certa preocupação na esfera diplomática internacional, particularmente de alguns países da União Européia, como a Alemanha, altamente dependente do fornecimento russo de gás. É aguardar para ver os desdobramentos.

A ameaça foi o destaque do último discurso anual de Putin, no qual descartou um terceiro mandato, mas frustrou expectativas de que apontaria um sucessor para a votação de janeiro de 2008. Segundo analistas, embora a constituição não permita um terceiro mandato, o presidente ainda não desistiu completamente da idéia de emendar a legislação para permanecer mais quatro anos no posto.

A emenda foi até mesmo sugerida pelo presidente do Senado russo a Putin em março passado, e de acordo com o jornal *Moscow News* 60% dos russos querem que ele permaneça no cargo, entre outras coisas em virtude de sua política externa muito mais assertiva e dura do que no passado, particularmente em comparação com o governo de seu antecessor, Boris Yeltsin, que faleceu agora, no mês de abril, aos 75 anos de idade.

CRISE NO GOVERNO ISRAELENSE

Quando o Parlamento israelense debateu o fiasco militar da invasão do sul do Líbano ocorrido em julho de 2006, uma das deliberações foi compor uma comissão parlamentar para fazer uma investigação sobre os fatos para posterior apresentação.

Esta comissão acabou de apresentar o chamado Relatório Winograd, que com todas as letras responsabiliza o primeiro-ministro Ehud Olmert, o ministro da Defesa Amir Peretz e o chefe das forças armadas Dan Halutz pela derrota, principalmente por terem determinado o ataque sem que o exército israelense estivesse preparado.



A popularidade de Olmert caiu para um nível extremamente baixo desde a retirada israelense, e hoje beira os 2%. O relatório gerou uma crise maior ainda, multiplicando-se os pedidos para que Olmert renuncie ao cargo. No entanto, ele tem resistido, pois sua coalizão tem maioria no Parlamento e conseguiu derrotar três moções diferentes de desconfiança apresentadas pelos partidos de oposição. A aprovação de qualquer uma delas significaria a convocação antecipada das eleições e a vitória do Likud, partido da direita, e a perda de muitas cadeiras para a coalizão Kadima–Partido Trabalhista.

Sua renúncia não implicaria novas eleições, mas tão-somente sua substituição como presidente do partido e primeiro-ministro pela atual ministra de Relações Exteriores, Tzipi Livni, que é vice-presidente do Kadima. Livni, que preservou sua popularidade, já declarou que Olmert deveria renunciar, e da mesma forma há movimentos no interior do Partido Trabalhista para retirar Amir Peretz da presidência, pois as perspectivas eleitorais dos trabalhistas são ainda piores após o desastroso desempenho de Peretz como ministro da Defesa.

A APROXIMAÇÃO DE JAPÃO E CHINA – A VISITA DE WEN JIABAO A TÓQUIO

Em uma rara visita de um líder chinês ao Parlamento do Japão, a primeira em 22 anos, o primeiro-ministro Wen Jiabao ressaltou a amizade entre os dois países, mas fez questão de solicitar que Tóquio peça desculpas pelas agressões de guerra com ações concretas.

O Japão nunca admitiu sua responsabilidade pela guerra do Pacífico, embora o premiê socialista Tomiichi Murayama tenha feito um pedido oficial de desculpas à China pela guerra em 1995. O Japão nunca promoveu um debate interno sobre seu grau de responsabilidade e nunca fez um esforço resolutivo para propagar uma narrativa alternativa a Yushukan, o museu militar instalado ao lado do templo de Yasukuni.

O templo e o museu, que glorificam o passado militarista do Japão, simbolizam o centro da discórdia e das dificuldades das relações do país com os países do entorno, notadamente China e Coréia do Sul. O ex-primeiro-ministro Junichi Koizumi visitou o templo anualmente durante sua permanência no cargo.

A fim de recuperar as relações com a China, em outubro de 2006, o então recentemente eleito primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, visitou Beijing. O passo foi retribuído por Wen Jiabao entre 11 e 13 de abril, a primeira visita de um líder chinês ao território japonês em sete anos.

Quanto ao templo de Yasukuni, que tem em Abe um visitante até mais freqüente do que Koizumi, os chineses acreditam no acordo tácito de que



Notícias do mundo

ele não visitará o local enquanto estiver no cargo de primeiro-ministro. Se este requisito mínimo for preenchido, o governo chinês parece determinado a construir uma nova parceria estratégica com o Japão, um movimento que poderá ser recíproco. O problema dos políticos japoneses é o nacionalismo vigente e as repercussões eleitorais caso coloquem este aspecto em segundo plano.

De todo modo, foi abordado um amplo leque de temas entre os dois países durante a visita, tais como a cooperação econômica e ambiental, mecanismos para diminuir as disputas territoriais no leste do mar da China (complicadas pela presença de gás e petróleo) e medidas para que haja o aumento da confiança entre as respectivas forças armadas.

A visita de Wen Jiabao formalizou um novo acordo de diálogo dos gabinetes para questões econômicas. Além disso, as empresas japonesas terão a chance de participar de concorrências para projetos de energia nuclear e também de partes de um projeto de construção de linhas de trem rápido ligando Beijing e Xangai, Beijing e Wuhan e Dalian e Harbin, na Manchúria. Seus investimentos e sua *expertise* poderão ser utilizados em projetos ambientais, incluindo os de eficiência energética.

A disputa com relação ao leste do Mar da China é potencialmente mais perigosa. Apesar de haver uma linha de fronteira entre os dois países, a China não a reconhece e já iniciou o trabalho de extração do gás de um campo localizado na linha fronteira.

Já foram realizadas sete rodadas bilaterais para a discussão do tema e os poucos avanços são no sentido de que a China aceitou que a solução do conflito não recaia sobre a disputa territorial e sim sobre como desenvolver os campos em disputa de forma conjunta.

A abertura das relações entre os dois países, no entanto, envolve alguns riscos. No Japão haverá eleições para o Senado dentro de alguns meses e o período a seguir será todo repleto de aniversários sensíveis relacionados a ações japonesas levadas a cabo durante a guerra contra a China. Qualquer um deles pode reavivar os sentimentos antinipônicos que levaram manifestantes às ruas chinesas em 2005.

A mídia chinesa enfatiza que 2007 é a celebração de 35 anos da normalização das relações com o Japão. Contudo, as pessoas devem lembrar-se do ano porque em 7 de julho a invasão japonesa à China completa 70 anos e em 13 de dezembro será lembrado o massacre de Nanjing, considerado a maior atrocidade japonesa em território chinês.

Apesar de toda a turbulência, o sucesso da visita de Wen Jiabao poderá ser capitalizado por Abe, já que a dissipação das tensões com a China foi o único sucesso de seus seis meses à frente do gabinete. Abe conta com baixa





aprovação entre os eleitores japoneses por conta de diversos escândalos em seu governo e pela percepção da população de que ele seria um líder fraco.

AS ELEIÇÕES NO NEPAL

No total, 41 partidos políticos do Nepal se registraram para participar das eleições para a Assembléia Constituinte, inicialmente propostas para 20 de junho e posteriormente desmarcadas. O prazo dado pela Comissão Eleitoral para os registros foi de 31 de março a 27 de abril.

Embora a nova data para o pleito não tenha sido escolhida, os maiores partidos políticos nepaleses realizaram sua inscrição a fim de garantir a participação no processo, entre eles o Congresso Nepalês, o Partido Comunista Nepal-Unificado, marxista-leninista, e o Partido Comunista do Nepal Maoísta (CPN-M).

Os oito principais partidos do país, incluindo o CPN-M, integram o Parlamento interino e o governo desde a derrubada do antigo regime em abril de 2006. Na ocasião, o rei Gyanendra foi obrigado a devolver o poder a um Parlamento eleito, diante dos enormes protestos da população. Um tratado de paz entre o governo e os maoístas foi assinado, finalizando um conflito armado de mais de dez anos.

Essa foi a primeira vez que o CPN-M registrou-se para uma votação desde 1996, quando abandonou a via política institucional e iniciou a luta armada no país. Contudo, em meio às incertezas sobre a definição de uma nova data para a realização das eleições para a Assembléia Constituinte, os maoístas estão oferecendo um ultimato a seus companheiros da coalizão do governo para que o país seja declarado uma República a partir de maio de 2007.

O Dr. Baburam Bhattarai, um dos principais líderes do CPN-M, acusou governos estrangeiros (sem dizer quais) de tentarem sabotar as eleições. Declarou também que o Parlamento interino falhou em dissolver a monarquia no Nepal e que caso isso não ocorra até a primeira semana do mês nepalês do Jeth, em 21 de maio, seu partido iniciará um novo movimento nas ruas, embora desarmado.

Quando os maoístas assinaram o acordo de paz em 2006, ambos os lados concordaram em realizar eleições a fim de decidir se o país manteria a monarquia ou seria transformado numa república. Entretanto, com a indefinição da nova data de votação pela Comissão Eleitoral, os ex-guerrilheiros estão pressionando seus aliados da coalizão para que transformem o sistema político do país através do Parlamento.

Uma nova cláusula afirma que a monarquia nepalesa, com seus 238 anos de existência, pode ser abolida se dois terços do Parlamento aprovarem a



Notícias do mundo

medida. Mas o plano conta com a oposição do primeiro-ministro Girija Prasad Koirala e seu partido, o Congresso Nepalês, o maior da aliança, que defende que a escolha deve ser feita através do pleito.

Enquanto os maoístas acusam Koirala de defender os interesses do rei, o Congresso nepalês acusa os ex-guerrilheiros de violarem o acordo de paz, extorquindo e intimidando a população. Além dos conflitos internos na coalizão, os territórios localizados no sul do Nepal, na planície de Terai, têm sido alvo de ações violentas e desde janeiro já contabilizam 70 mortes. Diversos grupos étnicos têm realizado protestos na região demandando Estados autônomos para as distintas comunidades.

Dois representantes do governo declararam recentemente que as eleições poderão ser realizadas em novembro próximo. Mas nada foi confirmado, apesar das grandes pressões internas e da pressão das Nações Unidas, que teme que medidas antidemocráticas sejam tomadas neste período pré-eleitoral.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO TIMOR LOROSAE

Concluído o segundo turno das eleições presidenciais no Timor Lorosae, o vencedor foi o candidato independente José Ramos-Horta, que obteve 69% dos votos contra o candidato da Fretilin, Francisco Guterres “Lu Olo”, que conseguiu apenas 31% dos votos, apesar de ter saído em vantagem no primeiro turno. Ramos-Horta conseguiu o apoio de quase todos os demais concorrentes do primeiro pleito, além de ter a preferência dos governos de países que ainda têm grande presença e influência no país, como a Austrália e os Estados Unidos, por sua postura política e pela herança dos tempos em que advogava a causa da independência do Timor Leste junto à ONU e outras organizações.

O importante foi que o processo se realizou sem a violência que tem caracterizado as disputas políticas no país nos últimos tempos. Em 30 de junho ocorrerão as eleições parlamentares. Entre os candidatos de 14 partidos e coligações partidárias, um dos principais será o atual presidente e ex-líder do movimento armado de libertação e atual presidente Xanana Gusmão, que tentará se eleger primeiro-ministro.

ELEIÇÕES NA NIGÉRIA

No dia 21 de abril realizou-se a eleição presidencial na Nigéria. É a terceira após o término da última seqüência de ditaduras militares, que durou de 1984 a 1999. A Comissão Eleitoral anunciou a vitória de Umaru Yar’Adua,





que era apoiado pelo atual presidente Olusegun Obasanjo e teria obtido 70% dos votos. Na semana anterior também houve eleições nos 36 estados, vencidas majoritariamente pelo partido do presidente, o Partido Democrático Popular (PDP), apesar das acusações de fraude feitas pela oposição.

Obasanjo, um general da reserva, havia governado o país no início dos anos 1970 com viés nacionalista. Além desta imagem que deixou, ele é cristão de origem ioruba, uma das etnias mais numerosas do país, o que lhe permitiu retornar ao poder pela via eleitoral em 1999 e ser reeleito em 2003. No ano passado, tentou aprovar uma mudança na Constituição para disputar um terceiro mandato, mas a manobra não prosperou.

O segundo colocado, com 18% dos votos, teria sido o general Muhammadu Buhari, também um ex-ditador, que governou entre 1984 e 1985, ficando conhecido como o responsável pela expulsão de 600 mil estrangeiros da Nigéria naquela época.

O terceiro colocado, com 7% dos votos, foi Atiku Abubakar, o atual vice-presidente, rompido com Obasanjo e que somente conseguiu o direito de participar da disputa por meio de decisão judicial, uma semana antes da eleição. Até então, um decreto governamental impedia os acusados de corrupção de concorrer. Os demais candidatos teriam alcançado 5% dos votos.

Os observadores internacionais que acompanharam o processo eleitoral declararam que a lisura foi comprometida por uma série de irregularidades, desde o desaparecimento de cédulas e urnas até a intimidação de eleitores pelos mesários nos postos de votação.

A Nigéria é o país mais populoso da África, com aproximadamente 140 milhões de habitantes, divididos em aproximadamente 250 etnias, entre as quais as dos *haussas* e *felanis* do norte do país, a dos iorubas do sudoeste e a dos *ibos* do sudeste são as mais numerosas.

Tornou-se independente da Inglaterra em 1960, mas conviveu com poucos anos de democracia ao longo de sua história, e um dos fatos marcantes foi a guerra da Biafra entre 1967 e 1970, quando os *ibos* tentaram separar o seu território do restante do país. Estima-se que morreram entre 500 mil e 2 milhões de *ibos* nesta guerra, devido a bombardeios, doenças e desnutrição.

O país é rico em petróleo e o oitavo produtor mundial, produção que advém majoritariamente da região do delta do rio Niger. No entanto, não possui refinarias e tampouco indústrias, sendo extremamente dependente de importações. É considerado pela organização Transparência Internacional um dos Estados mais corruptos do mundo, e 80% de sua população vivem na pobreza.

A principal organização social é a central sindical Nigerian Labor Congress (NLC), mas os sucessivos governos militares conseguiram alijar





Notícias do mundo

os partidos políticos progressistas e de esquerda da vida política do país. Em 1993, o governo do general Sani Abacha executou nove militantes de uma organização chamada Movimento pela Libertação do Povo Ogoni (MOSOP), entre eles o jornalista, dramaturgo e ambientalista Ken Saro-Wiwa, conhecido internacionalmente.

A exploração de petróleo e gás no delta por empresas multinacionais como Shell, Exxon, Agip, entre outras, tem provocado grandes danos ambientais, sem que elas ofereçam qualquer compensação por isso. Além disso, a lei determina que apenas 13% do arrecadado sobre os rendimentos do petróleo fiquem com os governos estaduais da região, o que é insuficiente para maiores investimentos sociais, mesmo se quisessem realizá-los.

Em substituição a movimentos como o MOSOP, que buscavam alterar esta situação politicamente, surgiram grupos armados na região do delta que vêm seqüestrando técnicos estrangeiros das empresas petrolíferas e sabotando suas instalações. Apesar dos nomes pomposos que ostentam, como Movimento pela Emancipação do Delta do Níger (MEND) e Forças Voluntárias do Povo do Delta do Níger (NDPVF), são na verdade gangues que extorquem as empresas por estes meios para fins privados.

Diante deste quadro, a disputa eleitoral somente representou a tradicional disputa entre as elites nigerianas e não um processo de transformação, pelo menos rumo a uma economia menos dependente de um único insumo.

WOLFOWITZ E O ESCÂNDALO NO BANCO MUNDIAL

Ironicamente, o arquiteto da Guerra do Iraque, alçado a presidente do Banco Mundial por indicação de seu amigo George W. Bush, Paul Wolfowitz gostaria que sua marca na instituição fosse o apoio às ações anticorrupção do banco. Contudo, após semanas de especulação, alguns proeminentes funcionários do Banco Mundial estão pedindo que Wolfowitz renuncie a seu cargo, alegando que a credibilidade da instituição está em jogo com a quebra das regras éticas da organização por ele perpetradas.

Wolfowitz concedeu um generoso aumento de salário à sua namorada, a funcionária do Departamento de Oriente Médio do banco, Shaha Ali Riza, antes que ela fosse cedida para trabalhar no governo norte-americano.

No início das repercussões do escândalo, Wolfowitz declarou: “Cometi um erro e peço desculpas”. Após duas semanas, ele reajustou sua retórica e disse que “as acusações de falta de ética são falsas e enganosas”.

No dia 4 de maio, o comitê de diretores do banco trabalhava em seu relatório sobre o caso envolvendo Wolfowitz e ponderava se devia repreendê-lo ou até mesmo removê-lo do cargo. Contudo, independentemente das delibera-





ções oficiais – que certamente serão afetadas por uma série de manobras internas e interesses individuais dos estados-membros –, o caso de Wolfowitz e Riza mostra mais uma vez o *modus operandi* do grupo de George W. Bush.

Diante de um “conflito de interesses” por ser o chefe de sua namorada, Wolfowitz negociou um acordo para que Riza permanecesse funcionária da instituição mas fosse cedida para trabalhar no Departamento de Estado do governo norte-americano. Isso não seria um problema caso ele não tivesse ignorado as políticas salariais do banco e garantido à sua companheira um aumento de 36%, de US\$ 136.660 para US\$ 180.000 ao ano, e reajustes anuais de 8% que elevaram seu salário para US\$ 193.000 em 2007.

O argumento do presidente do banco é que sua namorada estava prestes a receber uma promoção quando foi transferida para o governo dos Estados Unidos, fato negado pelo Departamento de Recursos Humanos do BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento). Além disso, o Departamento também alega que o aumento dela foi duas vezes o permitido pelas políticas internas.

De acordo com o trato realizado, caso Wolfowitz permanecesse no cargo por dez anos ela teria um salário acima de US\$ 400 mil em 2015, o que a levaria a uma aposentadoria alta, ao redor de US\$ 110 mil anuais. As regras do Banco Mundial estabelecem o valor da aposentadoria por meio da média do salário dos últimos três anos de serviço. Antes do acordo, ela receberia em torno de US\$ 50 mil a cada ano.

As negociações para a transferência de Riza foram finalizadas em setembro de 2005. Em outubro de 2006, Anwar Ibrahim, presidente da Fundação do Futuro, uma instituição privada, entrou em contato com Robin Cleveland, do alto escalão de assessores de Wolfowitz no banco, e solicitou a transferência de Riza do Departamento de Estado para a Fundação. Em dezembro, Cleveland fez o requerimento para que o diretor de recursos humanos da instituição aprovasse a transferência.

Ela recebeu a tarefa de desenvolver o plano de trabalho cujo foco seria a reforma do Oriente Médio e do Norte da África. A carta de Anwar e os outros documentos do banco relacionados ao caso não mencionam que ele é um amigo muito próximo de Wolfowitz, desde a década de 1980, quando Anwar era vice-primeiro-ministro da Malásia e Wolfowitz embaixador dos Estados Unidos na Indonésia.

Anwar e Riza selecionaram o conselho diretor da fundação e definiram a missão de “avançar e fortalecer a liberdade e as práticas democráticas nas nações do Oriente Médio e do Norte da África” através do apoio a reformas, mídia e grupos de direitos humanos nestes países. Apesar de não ser parte do governo norte-americano, a fundação recebeu US\$ 35 milhões em fun-



Notícias do mundo

dos daquele país e outros US\$ 20 milhões de outras fontes. Apesar disso, ainda não distribuíram uma única bolsa ou financiamento de projetos.

Embora haja suspeitas sobre o papel dessa fundação, o problema continua sendo a quebra das regras de ética do banco na relação entre Riza e Wolfowitz. Após admitir que cometeu um erro, agora Wolfowitz tem se defendido arduamente usando argumentos de que foi seu papel na guerra do Iraque que trouxe à tona a campanha de difamação. Mesmo assim, o Conselho Diretor do banco considerou que houve um conflito de interesses e que ele é culpado de ter administrado de forma errônea a questão.

Numa reunião realizada em 17 de maio o Conselho aprovou seu afastamento do cargo e ele anunciou que o deixará no dia 30 de junho.

TERCEIRO RELATÓRIO DO IPCC SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – PROPOSTAS PARA AÇÃO

A terceira e última parte do relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), considerado o mais importante documento sobre as mudanças climáticas, foi divulgado na Tailândia em 4 de maio passado. Seu conteúdo é importante porque este segmento dos estudos trata justamente das ações que podem minimizar os efeitos do aquecimento global.

O grupo formado por 190 cientistas e pesquisadores de todo o mundo preparou o documento apresentado em Bangkok a diplomatas que compuseram delegações de mais de cem países a fim de negociar o teor do documento final.

O relatório pede mudanças bruscas no padrão de uso da energia, sem as quais o crescimento das emissões crescerá ao menos 40% entre 2000 e 2020. As propostas passam pela mudança para combustíveis menos poluentes, diminuição das emissões na agricultura (provenientes do uso de defensivos químicos) e esforços no sentido de atingir maior eficiência energética, com edificações e iluminação de menor consumo de eletricidade. Além disso, o grupo também sugere a captura de carbono em usinas de carvão e uso de energias renováveis.

De acordo com os estudos, o custo das adaptações não seria grande, entre 0,2% e 3% do PIB mundial.

O grande desafio é como adequar a industrialização dos países em desenvolvimento para minimizar a poluição produzida pela geração de energia e pelos esforços de construção. Por enquanto, os países nesta categoria estão isentos de compromissos relacionados à diminuição das emissões, e nas negociações tentam manter as regalias adquiridas no Protocolo de Kyoto, que deve ser renegociado em 2012 e deve modificar esse *status*.



A fim de evitar as grandes críticas que tem recebido, na discussão desta parte do relatório do IPCC a China teve um papel crucial, apresentando a maioria das 1.500 propostas de modificação do rascunho. Ainda em 2007, a China deve ultrapassar os Estados Unidos como o maior emissor mundial de gases causadores de efeito estufa, já que grande parte de sua energia é gerada pela queima de carvão. Ambos os países estão alarmados com a possibilidade de estabelecer um teto para as emissões, o que poderia requerer limitações à sua atividade industrial.

Contudo, China e outros países em desenvolvimento defendem que seja incluída nos documentos a menção de que os países desenvolvidos foram responsáveis por 75% da emissão de poluentes, já que o crescimento e a consolidação de suas economias se deram com base na utilização de energias sujas.

O primeiro relatório do IPCC tratou de atribuir à ação humana a responsabilidade pelas mudanças climáticas, no segundo foram descritas as consequências das mudanças e neste terceiro apresentadas as recomendações.

As conclusões desta rodada de análises do IPCC serão discutidas na próxima reunião do G-8, que se realiza em junho na Alemanha, atual presidência do grupo.







Periscópio Internacional nº 15

junho de 2007

INICIADO O PROCESSO ELEITORAL ARGENTINO

A definição do quadro político argentino teve início no dia 3 de junho com a realização do primeiro turno das eleições municipais de Buenos Aires. O candidato da direita, Mauricio Macri, chegou em primeiro lugar, com 46,5% dos votos, e o peronista Daniel Filmus, apoiado pelo presidente Nestor Kirchner, chegou em segundo, com aproximadamente 25% dos votos. O atual prefeito Jorge Telerman, candidato a reeleição, ficou em terceiro lugar e, portanto, está fora do segundo turno.

Macri, empresário e também presidente do popular clube de futebol Boca Juniors, havia disputado a última eleição para prefeito da capital com Aníbal Ibarra, da Frepaso, em 2003, quando também chegou à frente no primeiro turno. Acabou perdendo, embora por pequena diferença. Posteriormente Ibarra foi destituído do cargo por decisão da Câmara Municipal ao ser responsabilizado politicamente pelo incêndio da boate Cro-Magnon, onde morreram dezenas de pessoas. Seu substituto foi Telerman, também do Partido Justicialista (PJ – peronista), embora de uma corrente política diferente da de Filmus. Macri foi partidário do ex-presidente Carlos Menem, também do PJ.

O segundo turno em Buenos Aires ocorrerá em 24 de junho, e derrotar a direita desta vez não será fácil. Todavia, as últimas pesquisas apontam uma diferença a favor de Macri de 8%, pois ele teria 48% da preferência dos eleitores contra 40% para Filmus a aproximadamente duas semanas da eleição, o que ainda permite considerar a possibilidade de uma virada.

A popularidade de Kirchner continua alta e sua reeleição para cumprir um segundo mandato sempre foi considerada provável. Porém, a eventual vitória de Macri, devido ao peso eleitoral da capital, animará a direita para a disputa da eleição presidencial em novembro, embora, independentemente deste resultado, ainda seja cedo para prognósticos, pois a continui-



Notícias do mundo

dade do bom desempenho da economia e das políticas progressistas continua favorecendo a reeleição de Kirchner.

Seu principal oponente deverá ser o ex-ministro da economia Roberto Lavagna, com o apoio de uma parte da Unión Cívica Radical (UCR), pois a outra parte apóia Kirchner. Elisa Carrió deverá se apresentar mais uma vez, embora com poucas chances.

Uma outra eleição argentina que vale a pena acompanhar de perto é a do governo da província de Santa Fé, em setembro, onde o atual deputado pelo Partido Socialista e ex-prefeito de Rosário, Hermes Binner, está em primeiro lugar nas pesquisas e enfrentará o PJ dividido entre dois candidatos, o que amplia suas chances.

URIBE TENTA MUDAR A AGENDA POLÍTICA NA COLÔMBIA

O presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, vem enfrentando forte desgaste há alguns meses devido a contínuas denúncias sobre o envolvimento de membros de seu governo, bem como de governadores e parlamentares aliados, com grupos paramilitares de extrema direita. (ver “Periscópios nºs 12, 13 e 14”)

O acordo que negociou com os comandantes das Autodefensas Unidas de Colômbia (AUC) para se entregarem e obterem penas de prisão mais brandas em troca da confissão de seus crimes acabou produzindo vasto material comprobatório para os tribunais. A Suprema Corte levou essas informações a sério e decretou a prisão de 12 parlamentares e dois governadores, além de provocar a renúncia da ministra de Relações Exteriores, cujo irmão era ligado às AUC.

Além desse escândalo, que já se tornou conhecido como “Paragate”, os parlamentares norte-americanos do Partido Democrata, hoje com maioria no Congresso, têm relutado em levar adiante a aprovação do Tratado de Livre Comércio (TLC) entre Colômbia e Estados Unidos, além de tentar reduzir as contribuições norte-americanas para o Plano Colômbia, particularmente o percentual previsto para ajuda militar.

O desgaste político de Uribe só não é maior porque a imprensa colombiana o defende com grande empenho e manipula as pesquisas de opinião.

Para tentar remover o Paragate da agenda política, ele agora vem gerando uma série de fatos para tentar conseguir a libertação de reféns sob controle das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), entre eles a ex-candidata presidencial Ingrid Bitencourt, seqüestrada há cinco anos. Como ela possui duas nacionalidades, colombiana e francesa, o governo do recém-eleito Sarkozy também tem apoiado as iniciativas de Uribe, a ponto de incluir uma menção ao



fato na recente declaração do G-8 na reunião realizada na Alemanha. Um objetivo colateral disso era fortalecer a imagem de Sarkozy na França.

As FARC exigem a desmilitarização de dois municípios, Pradera e Florida, que representam uma área de aproximadamente 800 km², para servir como eventual local de troca de prisioneiros e também como condição para iniciar eventuais conversações de paz.

Entretanto, Uribe desdenhou desta reivindicação e anunciou que libertaria, unilateralmente, 120 membros das FARC e que esperava que estas, em troca, libertassem as 56 pessoas que estariam sob sua custódia.

Como primeiro passo, o governo colombiano libertou Rodrigo Granda, que agora se encontra sob a proteção da nunciatura do Vaticano em Bogotá. Anteriormente ele era um dos representantes do grupo no exterior, mas foi preso em 2005 na Venezuela, sob circunstâncias que abalaram a relação entre os dois países. Gerou-se a versão de que Granda foi libertado para servir de intermediário nas negociações, o que ele negou.

O grupo guerrilheiro, por sua vez, agradeceu pelo fato de ser reconhecido como parte do conflito na declaração do G-8, mas declarou que não aceita imposições unilaterais. Tem lógica, pois, além de Uribe não querer estabelecer um diálogo formal, o que contrariaria o discurso duro que garantiu suas duas eleições para presidente, tampouco há qualquer garantia de que ele leve adiante as libertações dos prisioneiros.

Essa segunda preocupação é uma forte possibilidade, pois no momento que poderia ser crucial para algum tipo de acordo entre governo e FARC Uribe viajou para os Estados Unidos pela segunda vez em um mês.

O objetivo da viagem era mais uma vez fazer *lobby* junto aos democratas em favor do TLC, mas desta vez contou com o apoio de um escritório especializado em *lobby* junto aos democratas e de Shakira, uma cantora colombiana radicada nos Estados Unidos. O grande momento foi a realização de um jantar em homenagem ao ex-presidente Bill Clinton por ele ter iniciado o Plano Colômbia e a declaração de que havia “avanços na erradicação da produção de coca na Colômbia”, pois este marketing interessava ao governo colombiano.

Na prática foi um novo factóide. As lideranças democratas sugeriram que ele somente voltasse no ano que vem para que então se pudesse verificar se teria havido algum progresso no Colômbia quanto ao respeito aos direitos humanos e sindicais, condição que eles impõem para aprovar o tratado comercial.

Sem entrar no mérito dessa exigência, realmente os números são dramáticos. Somente em relação aos atentados contra a liberdade sindical, contabilizam-se 2.475 assassinatos de dirigentes e ativistas sindicais desde





Notícias do mundo

1986. No ano passado foram 72 e este ano foram dez, até o momento, de acordo com o monitoramento feito pela Escuela Sindical Nacional de Medellin.

De qualquer maneira, a pauta da imprensa colombiana mudou. Resta ver se o tema do “Paragate” retorna.

OS CEM PRIMEIROS DIAS DO GOVERNO CORREA NO EQUADOR

O presidente do Equador, Rafael Correa, acaba de ultrapassar o período de cem dias de governo e a avaliação é positiva. Ele obteve sucesso na primeira parte de sua principal estratégia: aprovar a eleição de uma Assembléia Constituinte para reformar a Constituição do país.

O Supremo Tribunal Eleitoral acaba de anunciar a realização da eleição dos deputados constituintes para setembro e sua posse e início dos trabalhos para outubro. O prazo que terão para elaborar a nova Constituição é de seis meses, prorrogáveis por mais três, quando o resultado será submetido a um referendo.

No entanto, como em todos os países onde as forças progressistas estão no governo, Correa vem sendo duramente pressionado pelos grandes meios de comunicação, pois estes não querem que ele se envolva na campanha eleitoral. A preocupação dos empresários, donos destes meios, é que a mesma visão e o apoio popular que sustentam o governo de Correa se tornem hegemônicos na composição da Constituinte.

Ele já declarou que vai fazer campanha a favor dos candidatos progressistas e também entrou com um processo judicial contra o dono de um dos maiores jornais do país devido à publicação de um artigo calunioso que este assinou. Claro que o acusado se escora na liberdade de imprensa para se defender e considera a ação judicial um ato ditatorial.

Além destas questões, Rafael Correa também tem adotado uma série de outras medidas que o diferenciam dos governantes anteriores, como a pressão sobre os bancos para que reduzam as taxas de juros, a instalação de uma Comissão da Verdade para investigar os abusos e violações de direitos humanos cometidos nos anos 1980 e 1990, a limitação do turismo para o arquipélago de Galápagos, devido ao atual precário equilíbrio ecológico nas ilhas, e o apoio à ação judicial que reivindica o pagamento de US\$ 6 bilhões da Chevron pela poluição causada na Amazônia equatoriana.

Ele também tem conseguido levar adiante uma política externa independente e cultivado boas relações com os países sul-americanos. Uma de suas negociações mais recentes é com a Petrobras, sobre a possibilidade de ela investir em exploração de petróleo equatoriano.



ELEIÇÕES GERAIS NA GUATEMALA

No início de maio, o Supremo Tribunal Eleitoral da Guatemala emitiu a convocatória para que fossem iniciados os procedimentos gerais para a eleição que se realizará no dia 9 de setembro próximo. A campanha guatemalteca será acompanhada por 20 observadores internacionais, e outros 150 delegados, representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA), chegarão ao país uma semana antes da votação.

Atualmente a Guatemala conta com 5 milhões e 600 mil eleitores que escolherão o presidente e o vice-presidente, os deputados do Congresso unicameral e os representantes locais (prefeitos e os equivalentes a vereadores). No total, serão eleitos cerca de 3 mil representantes.

Na última pesquisa de opinião divulgada na Guatemala, o candidato à presidência pela União Nacional pela Esperança, Álvaro Colom, encontrava-se à frente na disputa com apenas 20,6% das intenções de voto, seguido de Otto Perez Molina, do Partido Patriota, com 11,1%, Alejandro Giammattei, ex-diretor dos presídios guatemaltecos, da Grande Aliança Nacional, com 7,1% dos votos, e Rigoberta Menchu, pelo Encontro pela Guatemala, com 2,9% das intenções de voto. Havia em torno de 42% de indecisos.

Entretanto, as informações das pesquisas não são confiáveis, e a Guatemala, um dos países com maior número de partidos políticos inscritos na América Latina – 47 –, já conta com 15 candidatos à presidência e ainda pode receber inscrições para novas candidaturas até o dia 10 de julho.

A questão mais controversa do processo eleitoral até aqui foi a inscrição como candidato a deputado do ex-ditador Efraim Rios Montt. Seu governo durou de 1982 a 1983, quando foi derrubado por novo golpe militar. Ele comandou uma pesada repressão contra a guerrilha da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) e foi responsável pelo assassinato de aproximadamente 15 mil camponeses, em sua maioria indígenas, e pelo exílio em países vizinhos de outras 70 mil pessoas, bem como pela expulsão de quase meio milhão de guatemaltecos para as montanhas.

Porém, a participação dele no pleito lhe garantirá imunidade e, assim, impediria que viesse a ser extraditado para a Espanha – onde corre um processo semelhante ao que correu contra o ex-ditador chileno Augusto Pinochet – ou que seja julgado na Guatemala pelos crimes ocorridos durante seu governo.

Apesar de grande protesto das organizações sociais e de tentativas de bloquear o registro de sua candidatura, o Supremo Tribunal Eleitoral aceitou a inscrição, dizendo apenas que poderia vir a ser revogada em outro momento.





Notícias do mundo

Desde a deposição do governo reformista de Jacobo Arbenz em 1954, por um exército mercenário organizado pela CIA e pela empresa United Fruit, até 1985 a Guatemala foi governada por militares ou por seus prepostos. Entre o início da resistência armada contra eles em 1962 até a assinatura dos acordos definitivos de paz entre o governo e a URNG em 1996, morreram mais de 100 mil pessoas, e até hoje a Guatemala só perde em níveis de violência política na América Latina para a Colômbia.

É apenas o início do processo eleitoral, mas existe uma expectativa internacional de que Rigoberta Menchú, apesar de estar em quarto lugar nas pesquisas, por ser uma personalidade conhecida e respeitada na defesa dos direitos humanos, possa obter um bom desempenho. Seus oponentes mais bem colocados nas pesquisas são de direita e não expressam perspectivas de mudanças. Porém, sua candidatura não é de esquerda, embora haja muita torcida para que ela consiga ampliar seu arco de alianças políticas até o dia 10 de julho, de forma que esta eleição possa proporcionar algum avanço para este país, um dos mais pobres da América Latina. Porém, para isto é necessário também reduzir o índice de abstenção, normalmente superior a 50%.

LIBERDADE DE IMPRENSA NA VENEZUELA

O assunto do momento que envolve o governo Chávez na Venezuela é o fim da concessão a uma das redes privadas de televisão, a RCTV, que tem recebido críticas de várias origens, inclusive de pessoas bem-intencionadas. Internamente, a oposição tem se manifestado contra a medida por intermédio de uma parte do movimento estudantil venezuelano, particularmente oriundo de universidades privadas de Caracas.

Esta foi a forma dos políticos de direita se manifestarem sem aparecer diretamente, o que vincularia o movimento com as forças golpistas de 2004. No entanto, quem acompanha o que ocorre na Venezuela mais de perto percebe os interesses em jogo e que a parcela dos estudantes que está mobilizada é da classe média e alta tradicionalmente oposicionista.

O que está em debate não é a liberdade de imprensa e sim a “liberdade de empresa”, pois os canais de rádio e televisão funcionam na Venezuela por concessão, como em qualquer lugar do mundo.

Acabou de ser apresentado um estudo feito pelo presidente do Colégio de Jornalistas do Chile, Ernesto Carmona, em que ele comenta a revogação de 141 concessões de TV e rádio no período de 1934 a 1987 somente nos Estados Unidos, além de mostrar exemplos de outros países. Em cerca de 40 casos, o governo norte-americano nem mesmo aguardou o término das concessões, o que não foi o caso da RCTV.



Por exemplo, Margareth Thatcher cancelou a concessão de um dos maiores canais de TV na Inglaterra e argumentou simplesmente: “Só porque tiveram a estação por 30 anos eles deveriam ter o monopólio?”. A RCTV manteve a concessão por 53 anos e, obviamente, renovar sua concessão não era um direito adquirido. Mas, como tudo o que ocorre na vida política venezuelana polariza opiniões, este é mais um fato que passará.

ESTADOS UNIDOS – BUSH RIDES AGAIN

Após quatro anos desde a ocupação do Iraque e com todas as terríveis conseqüências do plano arquitetado por George W. Bush, Dick Cheney, Wolfowitz e outros altos oficiais do governo norte-americano, começa a tomar corpo a idéia de que a invasão do país tinha um outro propósito claro, além do acesso ao petróleo: permitir a instalação de bases militares no país do Oriente Médio.

No que tem sido chamado de “Modelo Coréia”, a estratégia seria aplicar no Iraque o mesmo modelo de ocupação usado na Coréia do Sul, onde os Estados Unidos mantêm tropas há seis décadas. O plano seria manter um contingente militar limitado fora das áreas urbanas, prontos para atacar a qualquer momento, um governo iraquiano alinhado com os Estados Unidos e talvez mais meio século de guarnecimento de forças militares.

Além de declarações do porta-voz da presidência norte-americana, Tony Snow, e do secretário de Defesa, Robert Gates, que defendem a idéia ao declarar que os Estados Unidos não retirarão as tropas com toda sua munição, como foi feito no Vietnã, o segundo homem do exército norte-americano em Bagdá, general Ray Odierno (comandante-adjunto do general David Petraeus), já declarou em entrevistas que crê que a ocupação da forma como foi feita na Coréia do Sul seria uma ótima solução para o Iraque. Existe uma recomendação para que, por enquanto, os oficiais do governo e aqueles envolvidos com o tema dentro da administração de Bush não façam declarações abertas. Mas quando perguntados a respeito demonstram a existência de um elaborado plano para que este tipo de iniciativa seja levada adiante. Dizem que seriam necessárias três ou quatro bases militares de grande porte, todas fora de áreas urbanas, onde o número de ocorrências e mortes tem aumentado muito. Seriam incluídas neste pacote as bases em Al Asad, a base aérea de Balad, localizada a 80 quilômetros de Bagdá, e a base aérea de Tallil, no sul do Iraque.

Críticos da ocupação argumentam que não existe paralelo histórico entre as guerras no Iraque e na Coréia e tampouco qualquer semelhança entre elas, a não ser o absurdo da ocupação. A analogia, uma simplificação extre-





ma da situação, serve somente para mostrar aos cidadãos norte-americanos que a administração Bush tem um plano para o desfecho da ocupação e para o Iraque.

Além da queda de popularidade devido à guerra no Iraque, o campo de atuação da administração Bush nos assuntos internos conta com apenas 32% de aprovação, e ele tenta salvar seu legado com a aprovação de uma nova lei de imigração.

A medida está sendo vista pelos assessores do presidente como a única chance de garantir que Bush seja inscrito na história norte-americana por algo além da guerra promovida no Iraque.

A reforma na legislação de imigração promete legalizar milhões de trabalhadores sem documentação nos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, fortalecer as fronteiras e organizar a oferta de trabalhadores temporários aos empregadores no país. A proposta de lei, redigida pela Casa Branca e por um grupo de 12 senadores democratas e republicanos, estabelece um sistema de mérito para avaliar as pessoas que procuram obter o visto de residência permanente (*green card*). Este sistema de pontos, um dos itens mais significativos da lei, estará no centro do debate para sua aprovação.

Funcionaria assim: um postulante ao *green card* poderá receber no máximo 100 pontos, dos quais 75 são preenchidos segundo suas aptidões profissionais e sua educação formal, 15 são destinados a medir a proficiência na língua inglesa e os 10 restantes para comprovar laços familiares com os Estados Unidos.

Os critérios apresentados favorecem profissionais com nível universitário e formação nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, mas já foi anunciado que haverá também espaço para pessoas que trabalham em ocupações de alta demanda, que segundo o governo são enfermeiras, babás e trabalhadores do ramo alimentício. Cônjuges e filhos também terão a imigração permitida, mas irmãos e filhos adultos serão submetidos à avaliação pelo sistema de pontos.

Bush e o grupo de senadores que participou da redação da proposta claramente estavam preocupados em garantir que houvesse uma seleção de imigrantes que pudessem contribuir, a longo prazo, para o avanço da economia norte-americana.

Contudo, principalmente dentro do Partido Democrata, surgem vozes de oposição apontando para o caráter de engenharia social e preconceito de classe inserido neste plano de imigração.

O debate certamente tem implicações para a economia norte-americana. Cerca de 23 milhões de trabalhadores (dos cerca de 145 milhões) é imigrante, e segundo o Departamento de Trabalho do governo, o país ainda





necessita de mão-de-obra externa para crescer e suprir a carência de profissionais em certas áreas.

A proposta de lei tem colocado pressão sobre os pré-candidatos às eleições presidenciais de 2008 para que se posicionem sobre o tema, o que deverá provocar inflamados debates internos nos dois partidos.

Após o anúncio do plano bipartidário para imigração, no início de junho, a senadora Hillary Clinton, considerada uma das favoritas à indicação do Partido Democrata para concorrer à presidência, e Rudolph Giuliani, ex-prefeito de Nova York, um dos principais candidatos do Partido Republicano, preferiram não se posicionar a respeito. Após uma semana, ambos declararam que estavam abertos a apoiar a iniciativa desde que sofresse alguns ajustes.

Nenhum pré-candidato apoiou a lei, a não ser o senador John McCain (Partido Republicano, Arizona). O posicionamento de McCain o coloca em embate direto com Mitt Romney, governador de Massachussets, que já declarou ser fortemente contra a proposta a fim de intensificar seu esforço para ganhar o apoio da ala conservadora do partido.

No Partido Democrata há um intrincado jogo de interesses. Não há consenso na posição dos sindicatos, mas existe a preocupação de que a lei criaria um sistema de regulamentação do trabalho temporário, sem garantir qualquer chance de cidadania a estes trabalhadores. Tanto John Edwards como Barack Obama demonstraram posições semelhantes, com cautela em relação ao programa de trabalhadores temporários.

Apesar da campanha eleitoral nos Estados Unidos ser iniciada oficialmente apenas em janeiro de 2008 – com a realização de eleições primárias estaduais em cada um dos partidos –, a movimentação dos pré-candidatos à nomeação de seus partidos continua a todo vapor.

No Partido Republicano já foram realizados três debates entre seus pré-candidatos, e no Partido Democrata dois. Os últimos debates – com os candidatos democratas realizado no dia 3 de junho, e com os republicanos dois dias após – foram mediados por Wolf Blitzer, âncora da rede de televisão norte-americana CNN.

Um dos candidatos que têm recebido muita atenção, apesar do pouco tempo que recebe em debates e dos poucos recursos arrecadados por sua campanha, é o ex-senador Mike Gravel (Partido Democrata, Alasca), cujo último mandato terminou em 1981.

Ele tem sido o único a tomar posições radicais com relação à Guerra do Iraque, pedindo a retirada imediata das tropas, e contra o possível embate com o Irã. Além de abordar outros temas, como a proposta para que o imposto de renda seja proporcional e o estabelecimento de plebiscitos e outros mecanismos de democracia direta.





Notícias do mundo

Nos dois debates ocorridos, Gravel confrontou os três principais candidatos do Partido Democrata com relação a seus posicionamentos diante de um possível ataque nuclear ao Irã. Todos os outros candidatos afirmam que “todas as opções estão sobre a mesa” quando tratam das sanções ao Irã e seu programa nuclear.

Gravel certamente não será eleito para representar seu partido nas eleições presidenciais de 2008, mas sua participação tem importância vital para melhorar o processo eleitoral dentro do partido.

AS ELEIÇÕES PARLAMENTARES NA FRANÇA

Sarkozy iniciou seu mandato como presidente “com a corda toda”. Teve muita presença midiática e moderou o discurso, com o intuito de inflar o desempenho eleitoral de seu partido, UMP, de direita, nas eleições parlamentares que tiveram seu segundo turno no dia 17 de junho.

A França possui 577 distritos eleitorais e cada um elege um parlamentar. Aqueles que obtêm mais de 50% dos votos no primeiro turno, desde que o comparecimento do eleitorado tenha alcançado 40%, estão eleitos. Quando, no mínimo, uma destas condições não é atingida, há um segundo turno, disputado pelos candidatos que tiveram pelo menos 12,5% dos votos. Normalmente isto possibilita várias negociações entre partidos com maior afinidade, quando um abandona a candidatura num dos distritos em troca do apoio ao seu candidato em outro.

O resultado do primeiro turno aparentava uma vitória arrasadora para a direita e a possibilidade de a esquerda reduzir sua presença no Congresso. O segundo turno não foi tudo isto, embora a UMP tenha elegido 324 deputados (56,2%). Porém, a melhor notícia foi para o PS, que elegeu 209 parlamentares (36,2%), 60 a mais do que na eleição passada. Os verdes elegeram quatro contra nenhum na legislatura anterior, os comunistas 15 contra os 21 de antes. O centro caiu de 29 para 25, divididos em duas legendas: o novo centro com 22 cadeiras e o Movimento Democrático de Bayrou que somente elegeu ele mesmo e dois outros candidatos.

O Partido Nacional, de Le Pen, e os dois outros partidos de extrema direita ficaram sem representação. O impopular ex-primeiro-ministro Allain Juppé, agora ministro do Meio Ambiente, não se elegeu e renunciou ao cargo de ministro.

Portanto, Sarkozy tem maioria no Congresso Nacional para aprovar suas políticas, mas ainda é cedo para avaliar se sua popularidade se manterá quando começar a propor as leis que sustentarão os ajustes neoliberais que, a deduzir de seu programa e suas declarações, ele tentará implantar.





ELEIÇÕES PARLAMENTARES NA IRLANDA

A Irlanda é uma república desde 1949, após muitos anos de luta contra o domínio britânico. A independência havia sido conquistada em 1922, porém apenas para os 26 condados de população majoritariamente católica situados no sul do país. Os seis condados restantes, que conformam a Irlanda do Norte, onde os protestantes são maioria, se mantiveram ligados à Inglaterra até hoje.

O conflito que se estabeleceu na Irlanda do Norte tem raízes históricas anteriores à independência da Irlanda, mas também se origina da tentativa dos católicos nos seis condados de conquistarem direitos civis e políticos a partir dos anos 1960.

A Irlanda foi durante muito tempo um dos países mais atrasados economicamente na Europa, e também extremamente conservador, devido à influência da Igreja Católica. No entanto, a partir dos anos 1990, com apoio dos Fundos para Desenvolvimento Regional da União Européia, investiu pesadamente na produção de informática e alcançou rapidamente um expressivo crescimento anual do PIB, a ponto de ser chamada de “Tigre Celta”.

Os partidos políticos mais importantes da Irlanda são Fianna Fáil (nacionalista conservador de centro-direita), Fine Gael (democrata-cristão vinculado aos proprietários de terra), Partido Trabalhista (centro-esquerda), Verdes, Sinn-Féin (“Nós Sozinhos”, socialista e ligado ao IRA – Exército Republicano Irlandês), Partido Democrata Progressista, Partido Socialista, Partido Comunista e outros menos representativos.

Na votação ocorrida em 24 de maio, 3 milhões de irlandeses foram às urnas para escolher o próximo governo. Foram selecionados os 166 membros que comporão o 30º Dáil Éireann, como é chamado o Congresso irlandês, que iniciaram o mandato em 14 de junho quando se reuniram para eleger o *Taoiseach*, o primeiro-ministro, e apresentá-lo para a aprovação da presidente Mary McAleese.

Mesmo com os ganhos obtidos pelo principal partido de oposição, o Fianna Gael, com 20 novos assentos, somando 51 ao todo, o partido de centro-direita Fianna Fáil preservou a maior representação, com 78 assentos no Parlamento, apesar das previsões anteriores à votação de que poderia perder até 20 deles.

Os partidos menores mantiveram o mesmo nível de representação anterior: 20 assentos para o Partido Trabalhista; seis assentos para o Partido Verde; o Sinn Féin confirmou apenas quatro de seus cinco assentos anteriores; os democratas progressistas caíram de oito para dois assentos e o Partido Socialista perdeu seu único representante.





Houve redução de 14 para cinco do número de candidatos independentes eleitos, em comparação com as eleições gerais de 2002.

Com os resultados obtidos, em parte graças ao discurso de que mudanças no governo poderiam afetar o bom andamento da economia do país, o mais provável é que o atual primeiro-ministro, Bertie Ahern, inicie seu terceiro mandato consecutivo. Contudo, pela primeira vez desde 1977, não obteve a maioria requerida para governar sozinho. A expectativa é que ele faça alianças com os independentes e com os democratas progressistas para formar sua coalizão de governo.

A DISPUTA GEOPOLÍTICA ENTRE ESTADOS UNIDOS E RÚSSIA

A insistência do presidente norte-americano George W. Bush em levar adiante seu projeto de instalar uma bateria de mísseis na Polônia e um radar para dirigi-los na República Checa foi provocando uma série de reações da Rússia. As últimas foram o teste de um novo míssil intercontinental mais poderoso que os já existentes em seu arsenal e também apontar alguns em direção à Europa.

O argumento de Bush é que os mísseis na Polónia serviriam para interceptar eventuais ataques de mísseis do Irã e da Coreia do Norte. É uma justificativa descabida, pois o Irã, apesar de toda a polêmica recente, não possui, pelo menos por ora, tecnologia nuclear para fabricar armas deste porte e dificilmente tomaria uma atitude agressiva como esta, e o caminho para a Coreia do Norte atacar os Estados Unidos não seria por cima da Europa.

A intenção dos Estados Unidos é afastar alguns países da região, vizinhos da Rússia, da esfera de influência do Kremlin, o que o governo Putin não tem como aceitar, pois busca manter e se possível ampliar sua hegemonia geopolítica, pois ainda mantém, apesar do desmantelamento da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), uma série de vantagens comparativas: um poderoso arsenal atômico, 20% das reservas mundiais de gás natural, acelerado crescimento econômico e um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, com direito a veto.

Além disso, haverá eleições parlamentares e presidenciais em breve na Rússia, e o discurso nacionalista é essencial para assegurar a continuidade do *status quo*, embora Putin, em princípio, não possa se candidatar novamente.

Durante a reunião do G-8 em Heiligendamm, o tema não estava na agenda, mas perpassava várias das reuniões paralelas. Putin fez uma proposta que colocou os norte-americanos na defensiva: ofereceu uma base de radar russa instalada no Azerbaijão como forma de colaborar com as preocupações referentes à segurança e sugeriu que os mísseis poderiam ser instala-





dos em qualquer outro país aliado dos Estados Unidos, como Turquia ou Iraque, mais próximos das rotas do suposto ataque.

Bush foi obrigado a dizer que estudaria o assunto, mas voltou à carga com novas provocações contra a Rússia ao propor a independência de Kosovo, antiga província da Sérvia e agora administrada pela ONU desde o fim da intervenção armada da OTAN naquele país. Este é outro tema delicado, pois a Rússia já não havia concordado com o bombardeio realizado sobre seu aliado, a Sérvia, e continua apoiando suas pretensões de manter Kosovo, onde a população albanesa é maioria, como seu território.

PROSEGUE A CONFLAGRAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO

Além dos impasses tradicionais no Oriente Médio, sobre os quais temos escrito mensalmente no *Periscópio*, neste período mais recente há três novos fatos que agravam a situação: o risco de uma guerra civil entre a população palestina, principalmente na Faixa de Gaza, o conflito armado no Líbano entre o exército e um novo grupo armado, o Fatah al Islam (Fatah Islâmico), que surgiu em campos de refugiados palestinos naquele país, e a pressão da Turquia sobre os curdos no norte do Iraque.

Apesar da composição de um governo de coalizão entre o Al Fatah do presidente Mahmoud Abbas e o Hamas do primeiro-ministro Ismail Hanieh no mês de março, houve dezenas de choques entre milícias dos dois grupos que culminaram em luta aberta na qual a milícia do Hamas conseguiu assumir o controle da Faixa de Gaza e expulsar as milícias do Al Fatah, que, no entanto, mantém a hegemonia política na Cisjordânia. Porém, esta região, ao contrário de Gaza, ainda conta com presença israelense.

Abbas, além de retirar o Fatah do governo de coalizão, dissolveu o governo palestino e nomeou um novo ministério, situação que o Hamas, obviamente, não reconhecerá.

A preocupação principal é que este conflito entre os dois partidos e suas milícias, que já custou mais de uma centena de mortos, não se transforme em guerra envolvendo o conjunto da população palestina. Para seus inimigos, seria um prato cheio e jogaria a possibilidade de constituir o Estado Palestino para ainda mais longe do que já está.

A manifestação dos Estados Unidos e da União Européia é no sentido de apoiar Abbas e isolar o Hamas, mas o fato é que eles são também responsáveis pelo que está acontecendo, uma vez que cortaram os recursos de apoio à Palestina quando o Hamas venceu as eleições parlamentares no início de 2006 para pressionar o grupo a reconhecer o Estado de Israel, provocando a sua reação radical. Foi uma das maiores manifestações de hipocrisia dos



Notícias do mundo

últimos tempos. Seu comportamento significou que somente aceitam os resultados que lhes convêm.

As condições sociais e políticas se deterioraram de maneira significativa desde então. Os 180 mil servidores públicos que não recebem seus salários quase um ano significam a penúria para aproximadamente 1 milhão de pessoas.

Além de ocupar ilegalmente o território palestino, Israel também contribuiu para acirrar a atual situação ao participar do boicote econômico a Gaza por meio da retenção de um grande volume de recursos provenientes de impostos devidos à Autoridade Palestina e ainda por cima bombardear a população civil e assassinar militantes dos grupos armados palestinos.

A justificativa também é o não-reconhecimento de seu Estado e os disparos de foguetes a partir de Gaza sobre a cidade de Sderot, sua vizinha.

Não está claro ainda de que maneira o governo israelense lidará com a questão, pois a margem de manobra do impopular primeiro-ministro Olmert é estreita. Seu principal aliado no Parlamento e no governo, o Partido Trabalhista, acabou de substituir seu presidente, Amir Peretz, pelo ex-primeiro-ministro Ehud Barak, que também o substituirá no cargo de ministro da Defesa.

Barak havia anunciado que os trabalhistas romperiam com o governo caso Olmert não renunciasse, mas talvez isto não ocorra, pois a maioria governamental acabou de eleger o trabalhista Shimon Peres como presidente de Israel, apesar de este cargo ser quase simbólico.

O problema é que, se a saída dos trabalhistas implicar a dissolução da atual coalizão governamental e a convocação de novas eleições, as pesquisas indicam que o Likud, de direita, venceria. Portanto é possível que haja alguma negociação que permita a substituição de Olmert pelo próprio Barak.

Mais ao norte, o exército libanês entrou em choque com um agrupamento armado, até então desconhecido, o Fatah al Islam. Os guerrilheiros da Organização pela Libertação da Palestina haviam deixado o Líbano na década de 1980 durante a guerra civil, mas milhares de refugiados palestinos continuaram vivendo em diversos campos de refugiados naquele país.

A vida nestes campos normalmente é de precariedade e miséria, um campo fértil para o surgimento de organizações como Al Queda e outras. Aparentemente é o caso deste grupo, e o governo decidiu destruí-lo pela força, embora depois de duas semanas ainda não tenha conseguido, o que demonstra que é um grupo mais organizado e maior do que parecia.

O Hezbollah, uma das facções políticas mais importantes no Líbano, advertiu que o governo deveria tentar negociar um acordo, pois o simples conflito armado, mesmo com vitória do exército, somente provocaria ressentimentos e atrairia a presença do Al Queda para o Líbano, piorando a situação.





Por fim, no Iraque, que já vive uma situação absolutamente caótica no seu dia-a-dia, há o risco de ser introduzido um novo elemento perturbador no norte do país, que é a região controlada pelos curdos.

Esta população atualmente é uma das maiores etnias no mundo que ainda não possui um Estado nacional autônomo, aliás uma promessa que foi frustrada devido à forma como as grandes potências dividiram o Império Otomano após a Primeira Guerra Mundial por intermédio do Tratado de Sévres, distribuindo esta população entre Turquia, Iraque, Síria e Irã.

Há um partido curdo que adotou a via armada para lutar pelo Estado nacional curdo, o Partido do Trabalho Curdo (PKK), enfrentando particularmente a Turquia, onde, juntamente com o Iraque, se localiza a maior parcela da população curda.

Possivelmente, os únicos beneficiários da invasão norte-americana do Iraque tenham sido os curdos, pois eram extremamente oprimidos pelo governo de Saddam Hussein e agora, além de participar do governo de coalizão, exercem controle sobre a região norte do Iraque, embora sem o *status* de território autônomo.

A Turquia se queixa de que os militantes do PKK têm atacado militares turcos a partir de território iraquiano e ameaça retaliar da mesma forma. Essa possibilidade traria um novo ator para o conflito e causaria ainda mais constrangimentos para os Estados Unidos, pois tanto a Turquia, que até o momento esteve formalmente neutra, como os curdos têm sido seus aliados indiretos em relação à ocupação do Iraque.

O BANCO MUNDIAL E A NOVA ESCOLHA DE BUSH

Com a renúncia de Paul Wolfowitz à presidência do Banco Mundial, o governo de George W. Bush selecionou um substituto, apesar dos crescentes questionamentos sobre a ocupação do cargo por mais um norte-americano após o fracasso de Wolfowitz devido à sua falta de experiência com os temas relacionados ao trabalho da instituição e ao favorecimento dado à sua namorada.

Nesta ocasião, mais do que em outras, foram reiterados os pedidos para que o processo seletivo do presidente do Banco fosse reformado. Em pesquisa realizada no final de maio, o *think tank* Center for Global Development informou que quase 85% dos 700 especialistas entrevistados condenavam o atual processo de seleção do banco, segundo o qual os Estados Unidos nomeiam o presidente com consultas informais a outros países. Um percentual semelhante se manifestou partidário de um processo de seleção baseado em méritos, sem importar a nacionalidade.



Notícias do mundo

Além da falta de experiência com os temas ligados a desenvolvimento, Wolfowitz também carregava o peso de ter sido o arquiteto da Guerra no Iraque, trabalhado nos últimos 28 anos em projetos ligados ao governo e ao grupo identificado como neoconservador do qual fazem parte Dick Cheney e Donald Rumsfeld. Se isso não bastasse, ele também serviu como embaixador de Reagan na Indonésia e foi um dos maiores apoiadores do general Suharto. Tanto que, quando foi escolhido para presidir o banco em 2005, diversos grupos de defesa dos direitos e da democracia na Indonésia organizaram protestos.

A nova escolha de Bush não é muito diferente. A indicação de Robert B. Zoellick deve ser confirmada pelo Conselho do banco no dia 30 de junho. Durante os ataques de 11 de setembro, Zoellick era o representante comercial dos Estados Unidos e aproveitou-se daquele momento delicado para fazer avançar sua agenda argumentando ao Congresso que a aprovação do *fast track* para as negociações comerciais deveria ser incluída no pacote de “luta contra o terrorismo”. O *fast track* permite que o presidente submeta novos acordos comerciais diretamente ao Congresso sem a possibilidade de que sejam realizadas emendas.

Zoellick chegou a insinuar que haveria uma ligação entre os terroristas de 11 de setembro e os movimentos antiglobalização. Em um discurso no Institute for International Economics, alguns dias após os ataques, Zoellick declarou:

“No despertar do choque de 13 dias atrás, muitos vão lutar para compreender por que os terroristas odeiam as idéias que os Estados Unidos capitanearam ao redor do mundo. Será inevitável que as pessoas se perguntem se existe alguma ligação intelectual com outros grupos que tenham usado de violência para atacar as finanças internacionais, a globalização e os Estados Unidos”.

A tática funcionou e a bandeira de “luta contra o terrorismo via comércio” transformou-se em uma lei aprovada por um único voto de diferença no Congresso, regulamentando o *fast track*, batizada Trade Promotion Authority.

Alimentando a paranóia pós-ataques, Zoellick ajudou a assegurar o financiamento para que 2.500 soldados e policiais fossem deslocados a Miami em 2003 durante a 8ª reunião ministerial da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) a fim de conter manifestantes.

Na mesma época, fez ataques a países em desenvolvimento que não concordavam em aceitar sua agenda comercial. Isso incluiu Brasil, Índia e outros países de médio porte, que nas palavras dele estavam “empregando uma retó-





rica de resistência e política de protestos” na Organização Mundial do Comércio, e os culpou, principalmente o Brasil, pelo colapso das negociações.

Após um ano e meio no papel de negociador-chefe para o comércio, Zoellick não conseguiu reavivar as negociações da OMC e, também sem concretizar as negociações da ALCA, deixou o posto na mesma semana da data-limite para conclusão do acordo da área de livre comércio hemisférica.

Além das críticas ao movimento antiglobalização e aos países em desenvolvimento, Zoellick foi alvo de preocupações devido à sua agenda comercial capitaneada pelos interesses das empresas.

Com a missão de combater a pobreza em âmbito global, o Banco Mundial terá novamente um presidente indicado pelos Estados Unidos – que fará uso de seu privilégio como maior contribuinte da instituição – pouco familiarizado com os temas de desenvolvimento.

Zoellick, hoje alto executivo da Goldman Sachs, ex-subsecretário de Estado e ex-representante de Comércio, se comprometeu a trabalhar para restaurar a confiança no Bird. Contudo, tanto os ativistas pela transparência e responsabilidade na gestão do Banco Mundial como as organizações de fomento ao desenvolvimento estão preocupados. Além de a escolha ter ocorrido a portas fechadas, Zoellick segue mantendo fortes vínculos com os círculos de poder político e empresarial dos Estados Unidos.

CHINA E O PROGRAMA NACIONAL DE MUDANÇA CLIMÁTICA

Às vésperas da reunião do G-8 e dos cinco países em desenvolvimento, cujo tema principal eram as discussões sobre mudanças climáticas, a China divulgou um plano ambiental denominado Programa Nacional de Mudança Climática, com o foco na redução do consumo e na ampliação do uso de energias renováveis a fim de diminuir a emissão de gases provocadores de efeito estufa até 2010.

O plano não propõe metas para a redução de emissão de gases poluentes e basicamente reafirma a posição chinesa – bastante defendida por sua ativa delegação no debate do último relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), ressaltando que a maior responsabilidade pelo combate do efeito estufa ainda cabe aos países desenvolvidos, que produziram o efeito até recentemente, não devendo assim haver comprometimento do crescimento dos países em desenvolvimento.

Com a maior população do mundo e dona de recordes de crescimento econômico nos últimos 27 anos, no passo atual até 2009 a China deve alcançar os Estados Unidos e superá-los como o maior emissor de gases provocadores de efeito estufa, fato que tem sido cobrado do país asiático na esfera internacional.



O Programa Nacional de Mudança Climática da China, detalhado num documento de 62 páginas, estabelece objetivos para 2010 baseado na situação encontrada em 2005. A fim de lograr o objetivo, o governo chinês pretende diminuir o consumo de energia em 20%, aumentar entre 7% e 10% o uso de fontes de energia renovável na matriz energética e reduzir as emissões causadas pelo plantio de arroz em razão da decomposição orgânica causada pelo tipo de cultivo.

Além disso, o programa inclui o tema da natalidade como um dos compromissos com relação ao clima, pois, segundo o documento, desde a década de 1970 o governo chinês evitou o nascimento de 300 milhões de pessoas e, portanto, a geração de 1,3 bilhão de toneladas de CO₂.

Se os objetivos do plano chinês forem atingidos, não serão emitidos na atmosfera aproximadamente 1,5 bilhão de toneladas de CO₂, o equivalente a 25% dos 6,1 bilhões de toneladas emitidos pela China em 2004.

Entretanto, a experiência recente mostra que o governo terá dificuldades para manter o crescimento no patamar atual e alcançar as reduções propostas. Em 2006 já havia uma meta oficial de redução de 4% no consumo de energia por unidade do PIB. A queda registrada foi de apenas 1,23%, e em grande parte pela resistência das províncias chinesas em sacrificar a expansão econômica. Atualmente, 70% da energia utilizada na China são provenientes de carvão, e a indústria chinesa utiliza sete vezes mais energia do que sua equivalente no Japão.

A REUNIÃO DO G-8 NA ALEMANHA

A recente Cúpula do G-8 (grupo formado por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia), realizada durante os dias 6 e 8 de junho, num *resort* na costa do oceano Báltico, terminou em promessas vagas e sem maiores compromissos com o apoio a maior ajuda humanitária para a África e negociações para um acordo internacional pós-Protocolo de Kyoto.

Os líderes dos países do G-8 deixaram Heiligendamm, o balneário alemão, sem qualquer acordo quanto à conclusão da Rodada de Doha e a eliminação dos subsídios para a agricultura no mundo industrializado.

Também não foi alcançado qualquer acordo para estabelecer novas regras para os altamente especulativos fundos *hedge* (investimento que teoricamente oferece garantias contra oscilação de preços) ou o *status* político da província sérvia de Kosovo. Os únicos acordos foram a redução, a médio prazo, da emissão de gases provocadores de efeito estufa e a renovação da ajuda à África, ambas consideradas compromissos fracos.





No dia 8, os líderes do G-8 concordaram em alocar US\$ 60 bilhões, “nos próximos anos”, para financiar a luta contra Aids, tuberculose e malária, e outros US\$ 500 milhões para o programa Education for All na África. Contudo, essas medidas foram consideradas por especialistas um passo atrás, se comparadas aos compromissos tomados pelo G-8 em 2005 na Cúpula de Gleneagles. Na Escócia, há dois anos, a promessa era dobrar a assistência para o desenvolvimento até 2010, o que significaria um aumento anual na faixa de US\$ 50 bilhões a partir de 2006.

De acordo com declarações da ONG inglesa Oxfam International, o novo montante destinado à África significa que na prática serão enviados apenas US\$ 3 bilhões extras até 2010. Antes da Cúpula de Heiligendamm, a Oxfam já havia divulgado dados que mostram que o G-8 não cumprirá a promessa feita em Gleneagles por uma margem de US\$ 30 bilhões, agora US\$ 27 bilhões com o novo anúncio.

Além da redução da quantia, também foi criticada a falta de estabelecimento de um cronograma real para a alocação dos novos fundos e de quanto desta soma seria na realidade assistência nova ou apenas reciclagem de outras iniciativas já em curso.

Para piorar, o novo compromisso de concentrar esforços na luta contra Aids, tuberculose e malária não cumpre sequer a meta estabelecida pela ONU para os países do G-8, que prevê um gasto de US\$ 15 bilhões ao ano, até 2010, apenas para lidar com a questão HIV/Aids. Na Alemanha foram definidos gastos de US\$ 12 bilhões para as três enfermidades.

O acordo para redução da emissão dos gases provocadores de efeito estufa também está sendo recebido como um discurso preparado para lidar com políticas internacionais de meio ambiente. A declaração do grupo considera e expressa sua preocupação diante dos relatórios do IPCC, que

“concluíram que as temperaturas globais estão subindo graças às atividades dos seres humanos e que devido ao aumento de temperaturas estão projetadas mudanças drásticas na estrutura e função dos ecossistemas, com conseqüências predominantemente negativas para a biodiversidade e os ecossistemas, como, por exemplo, quanto ao suprimento de água e alimentos”.

Entretanto, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, e o presidente da Rússia, Vladimir Putin, concordaram apenas em “considerar seriamente as decisões tomadas por União Européia, Canadá e Japão, que incluem reduzir pela metade as emissões globais até 2050”, de acordo com a declaração.





Notícias do mundo

O atual acordo abre caminho para que negociações sejam realizadas no âmbito da ONU contando com a participação dos Estados Unidos, não signatários do Protocolo de Kyoto. Mas a declaração do G-8 não propõe marcos reais e as negociações posteriores, que serão iniciadas na Framework Convention on Climate Change, da ONU, e na Conferência que será realizada em Bali, Indonésia, em dezembro próximo, serão o primeiro teste do compromisso dos Estados Unidos com o tema, bem como a chance de China e Índia também se envolverem mais profundamente no processo pós-Kyoto.

A novidade do encontro foi o convite para que os mandatários de África do Sul, Brasil, China, Índia e México participassem de discussões com o G-8 no chamado Processo de Heiligendamm, nos tópicos liberdade de investimentos, responsabilidade social empresarial, promoção e proteção de inovações, cooperação nos temas ligados a eficiência energética e tecnologia, e políticas para o desenvolvimento.

A idéia é que este grupo de países, que vem sendo chamado pela imprensa de G-5, acompanhe as atividades do G-8 e que os diálogos continuem por um período de dois anos, até a Cúpula de 2009 na Itália, onde os tópicos de cooperação seriam revisados e teriam seus resultados medidos. Porém, parece que os governantes de vários destes países não têm interesse em prosseguir como convidados do G-8 e sim em estabelecer sua própria agenda, incluindo mais países em desenvolvimento, mesmo que se reúnam ao mesmo tempo e no mesmo lugar.

Durante a conferência houve intensa mobilização social em protesto pelas atitudes do G-8 e contra a guerra no Iraque. Apesar do isolamento do local da reunião, mais de 20 mil ativistas se fizeram presentes e por várias vezes houve confrontos com a polícia, no caso a alemã, uma das mais violentas na Europa.

O encontro no próximo ano será sediado pelo Japão em Hokkaido.

A 96ª CONFERÊNCIA DA OIT

Realizada entre 30 de maio e 15 de junho, a Conferência Internacional do Trabalho da OIT contou com a participação de mais de 3 mil representantes de governos, trabalhadores e empregadores. Durante o encontro várias comissões se reuniram, entre elas a Comissão de Aplicação de Normas, a Comissão do Setor Pesqueiro, a Comissão de Empresas Sustentáveis, a Comissão do Fortalecimento da Capacidade da OIT, entre outras.

Após um impasse sobre a eleição do presidente da Conferência no dia 30 de maio, no dia 1º de junho foi eleito presidente da 96ª Conferência Kastriot





Sulka, do Ministério do Trabalho da Albânia, em detrimento do representante do Congo. Também foram eleitos vice-presidentes Carlos Antonio da Rocha Paranhos (representante dos governos), Michel Barde (representante dos empregadores) e Marc Blondel (representante dos trabalhadores). O embaixador Paranhos é representante permanente da Missão Brasileira em Genebra, Michel Barde é da Suíça e Marc Blondel é membro do Conselho de Administração da OIT, ex-secretário geral da Force Ouvrière e delegado dos trabalhadores franceses.

Na conferência tentou-se aprovar, por iniciativa dos trabalhadores, uma menção especial em relação à Colômbia para que a OIT realizasse um acompanhamento mais rigoroso das constantes e inaceitáveis violações da liberdade sindical naquele país. Porém, o grupo de empregadores boicotou o fórum no qual esta decisão poderia ser tomada, e os governos não se dispuseram a passar por cima da manifestação patronal – e tudo permanece como antes.

A 37ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Realizada no Panamá, de 3 a 5 de junho, a 37ª sessão da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) contou com uma agenda de mais de cem itens a ser discutidos, como o processo de paz na Colômbia, a questão das ilhas Malvinas, a questão marítima na Bolívia, o Ano Internacional das Mulheres das Américas, o apoio ao desenvolvimento do Haiti, entre muitos outros.

Contudo, o mais importante resultado da reunião foi a assinatura de uma declaração conjunta dos países do continente com relação ao desenvolvimento sustentável e o uso de energia proveniente de recursos renováveis. A chamada “Declaración de Panamá sobre Energía Para el Desarrollo Sostenible” pode ser vista na íntegra na página da OEA, disponível em <http://www.oas.org/OASpage/press_releases/press_release.asp?sCodigo=AG-24-07>.





Periscópio Internacional nº 16 julho de 2007

CAMPANHA ELEITORAL ARGENTINA

Apesar de o presidente argentino Nestor Kirchner ter afirmado várias vezes que não se candidataria a um segundo mandato, a expectativa de grande parte dos analistas sempre foi a de que no último momento ele se apresentaria, até mesmo porque seu governo teve um bom desempenho e sua popularidade está em alta.

Após a crise de 2001 que levou à renúncia de cinco presidentes e a forte retração na economia, ao longo dos últimos quatro anos o crescimento do PIB foi de 9% ao ano em média e o desemprego decresceu de 21% para cerca de 10%.

No entanto, no dia 1º de julho foi anunciada a apresentação do nome da senadora Cristina Kirchner como a candidata presidencial da sua corrente no Partido Justicialista (peronista).

A eleição se realizará no dia 28 de outubro e o processo eleitoral se inicia em 19 de julho, embora a inscrição oficial de candidaturas se encerre apenas no dia 8 de setembro.

Tanto Cristina como Nestor Kirchner vêm de vários anos de militância política com origem na esquerda. Enquanto ele ocupou o cargo de governador da província de Santa Cruz até 2003, ela era senadora da república.

De acordo com alguns levantamentos de opinião pública, Cristina Kirchner teria hoje de 50 a 60% dos votos para presidente, e para vencer no primeiro turno são necessários 45% do total de votos ou 40% se houver uma diferença de 10% em relação ao segundo colocado.

Porém, a direita está assanhada por ter vencido a eleição para a prefeitura de Buenos Aires com a candidatura de Mauricio Macri, que derrotou o candidato do peronismo apoiado por Kirchner, Daniel Filmus.

Além disso, há dois outros fatos que estão prejudicando o governo neste momento. O primeiro foi o dinheiro encontrado no banheiro do gabinete da ministra da Economia, Felisa Miceli, sem qualquer explicação coerente sobre sua origem e seu destino. A ministra foi demitida e substituída por Miguel Peirano.



Notícias do mundo

O segundo é uma crise energética, com falta de eletricidade e gás, em virtude do alto crescimento econômico nos últimos anos, sem que houvesse investimentos em novas fontes energéticas com a mesma rapidez, e um inverno mais rigoroso que o normal, demandando energia extra para aquecer as residências argentinas.

Deverão se apresentar vários concorrentes da oposição. O primeiro vem pelo centro e é Roberto Lavagna, ex-ministro da Economia de Eduardo Duhalde e confirmado no cargo por Kirchner, de quem foi ministro de 2003 a 2005. Ele é bem conceituado por ter administrado a transição da crise para a retomada do crescimento e deverá ter apoio de um setor expressivo da União Cívica Radical (UCR), dos peronistas liderados por Duhalde e possivelmente do Partido Socialista Argentino, se não houver acordo deste com Kirchner.

O outro é Ricardo Lopes Murphy, que foi ministro da Economia do governo Fernando de La Rúa por apenas oito dias. Ele uniu-se ao grupo de Mauricio Macri e juntos fundaram o partido Proposta Republicana, de direita, que poderá se aliar ao ex-presidente Menem. Murphy se candidatou a presidente em 2003, quando obteve em torno de 16% dos votos.

No campo progressista há também a candidatura de Elisa Carrió pelo partido Aliança por uma República de Iguais (ARI).

CONSTITUINTE BOLIVIANA

Os deputados da Assembléia Constituinte da Bolívia decidiram prorrogar o prazo para conclusão dos trabalhos, inicialmente previsto para o dia 6 de agosto, para 14 de dezembro.

Uma das razões é a dificuldade de chegar a acordos sobre vários temas para que o conteúdo do menor número possível de itens tenha que ser submetido a referendo. Os deputados da direita têm buscado manter o caráter conservador da Constituição atual, e são apoiados pelas mobilizações de seus correligionários em províncias como Santa Cruz, onde a campanha por autonomia administrativa é muito forte.

Mesmo assim, pelo menos vários aspectos relacionados à infra-estrutura e à economia estão sendo resolvidos, particularmente os acordos para exploração e venda de gás natural que elevaram as receitas do país de forma relevante. Entre os acordos alcançados está o realizado com a Petrobras.

33ª CÚPULA DO MERCOSUL NO PARAGUAI

Concluída em 29 de junho, suas principais resoluções estão relacionadas a medidas de redução das assimetrias entre os países-membros, principal-





mente Uruguai e Paraguai, que não vêm levando vantagens comerciais na atual conjuntura do Mercosul.

O presidente Lula levou ao Paraguai uma oferta específica para regular o funcionamento dos chamados “sacoleiros” que compram produtos do lado paraguaio da fronteira para vender no Brasil. Haverá a permissão para a movimentação deste comércio, num valor inicial entre 120 mil e 150 mil reais ao ano, com pagamento de impostos. A intenção é permitir que essa atividade comercial, da qual muitos dependem para viver, possa continuar sem prejudicar o comércio formal e a tributação.

As demais resoluções se referem: à criação de um fundo especial para estimular as pequenas e médias empresas, especialmente voltado para Paraguai e Uruguai; à aprovação de novos projetos a serem financiados pelo FOCEM; à instalação do Parlamento do Mercosul em Montevidéu; à instalação da sede do Instituto Social do Mercosul em Assunção; a avanços nas discussões sobre eliminação de assimetrias; à permissão para o Paraguai manter as atuais regras de origem até 2022 e à definição do prazo de 2009 para eliminar a dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) para produtos importados de fora do bloco.

O presidente Chavez, da Venezuela, não compareceu pessoalmente e chegou a ameaçar se retirar do bloco. Para que a Venezuela se torne um membro pleno e com todos os direitos, falta aprovação do Senado brasileiro e do Congresso paraguaio, e além disso a Venezuela terá que adaptar suas tarifas externas aos níveis e exceções da TEC, o que eventualmente pode ser o problema, pois as tarifas de alguns bens produzidos por este país são superiores à TEC.

Suas observações repercutiram muito na imprensa, mas em seguida os diplomatas venezuelanos esclareceram que continua havendo interesse venezuelano em se juntar ao bloco o mais rápido possível.

ESTADOS UNIDOS – PESQUISAS PRESSIONAM BUSH

O presidente Bush se isola cada vez mais ao defender sua política de guerra contra o Iraque. A Casa Branca prepara seu primeiro relatório de progresso para o Congresso, mas os republicanos, já cansados da guerra, estão concentrando seus esforços em proteger programas que não estejam relacionados com terrorismo, e os democratas pressionam por leis que ordenem a retirada das tropas.

Entre alguns republicanos cresce o sentimento de que a estratégia norte-americana está falhando e de que Bush deveria adotar uma nova política antes que os congressistas e senadores tenham que enfrentar seus eleitores durante as férias de agosto.





Notícias do mundo

O Senado iniciou em 9 de julho o debate sobre a legislação que autorizaria US\$ 649 milhões para os programas de defesa. Até o final da semana os senadores devem votar a emenda do senador Carl Levin (democrata, Michigan), que ordena o início da retirada das tropas já em novembro, completando a operação até maio. A votação deve acontecer alguns dias antes da entrega do relatório de progresso no Iraque, que deverá apontar para o sucesso em algumas áreas – como a redução da violência na província ocidental de Anbar –, mas que no fundo dirá que mais tempo é necessário para demonstrar resultados concretos.

O porta-voz da presidência, Tony Snow, tentou diminuir as expectativas que cercam o documento declarando que as tropas adicionais estão em solo iraquiano há pouco tempo e que seria irreal esperar avanços tão cedo.

Espera-se que os congressistas republicanos, incluindo a maior parte daqueles que estão pressionando por uma nova estratégia no Iraque, se oponham à proposta de Levin para definir um cronograma de retirada das tropas. Contudo, também é esperado que vários membros do Congresso proponham medidas alternativas, incluindo leis que forcem Bush a adotar algumas recomendações feitas pelo Iraq Study Group (ISG), que haviam apontado uma data para a retirada em abril/maio de 2008.

Até o momento, seis senadores do partido Republicano manifestaram apoio a esta alternativa, enquanto outros republicanos de estatura também declararam que os Estados Unidos devem iniciar a retirada das tropas.

Enquanto isso, os líderes republicanos ainda leais a Bush devem focar sua atenção em garantir a preservação dos programas antiterrorismo, incluindo a detenção de suspeitos na prisão de Guantanamo Bay, em Cuba. Porém, a nova lei de defesa deve expandir os direitos dos encarcerados nas prisões militares, e muitos democratas querem propor leis que finalizem as operações na base em território cubano.

Com o início do debate no Senado, o comitê democrata daquela casa colocou no ar uma campanha televisiva para pressionar os republicanos com relação à guerra. Os anúncios estão sendo veiculados em vários estados em que seus representantes no Senado enfrentam reeleição no próximo ano.

O aumento do número de soldados enviados ao Iraque, além das operações em andamento no Afeganistão, elevou os custos da guerra para US\$ 12 bilhões ao mês, deixando a conta, somente do Iraque, em meio trilhão de dólares, de acordo com o grupo apartidário Congressional Research Service, ligado à biblioteca do Congresso, que produz pesquisas e análises para os legisladores.

Os números desmentem a estimativa feita pelo Pentágono de que o aumento de tropas e a intensificação dos combates em Bagdá e na província de Anbar custariam apenas US\$ 5,6 bilhões até o fim de setembro.





Segundo dados do relatório anual do Instituto Internacional para as Pesquisas sobre a Paz de Estocolmo (SIPRI), divulgado em junho, os gastos militares dos Estados Unidos chegaram a US\$ 528,7 bilhões em 2006, valor que representa 46% do conjunto de todos os gastos militares no mundo.

Com a popularidade em baixa, o que foi comprovado por diversas pesquisas de opinião recentes, o presidente recebeu outro indicador de sua decrescente influência, desta vez dentro de seu partido. Na última semana de junho, foi colocada em votação a proposta de lei de Bush para a reforma na imigração, sendo recusada por 37 dos 49 senadores republicanos.

Numa recente votação que expôs a falta de apoio de senadores governistas, faltaram 14 votos para que se alcançasse o mínimo necessário de 60 votos para que o projeto avançasse. Resignado, Bush disse que se dedicará a outros projetos, como a redução do déficit fiscal.

A reforma da lei de imigração era uma ambição antiga de Bush. O projeto agora engavetado era fruto de um acordo bipartidário. Ele previa, entre outras medidas, o endurecimento da segurança nas fronteiras e a legalização de cerca de 12 milhões de imigrantes em situação irregular. Mas Bush não conseguiu superar a resistência de membros de seu próprio partido, que consideraram brandas as medidas para conter a entrada de imigrantes e criticavam a anistia prevista como uma recompensa aos ilegais.

Outra prioridade da administração Bush era renovar o *fast track*, que daria permissão ao presidente para submeter novos acordos comerciais diretamente ao Congresso sem a possibilidade de que fossem realizadas emendas. A autorização expirou no dia 29 de junho, com a liderança democrata declarando sua oposição aos acordos, agora pendentes de votação, com a Coreia do Sul e a Colômbia.

Se isso não bastasse, o *Washington Post* publicou na semana de 24 a 29 de junho uma série inédita de reportagens investigativas sobre o papel de Dick Cheney no governo, retratando o presidente como uma marionete do vice-presidente – algo que já havia sido compreendido pelos círculos de Washington, mas cujos detalhes operacionais nunca haviam sido revelados.

O assessor direto de Cheney, Lewis "Scooter" Libby, foi condenado por mentir aos investigadores federais no caso da identificação da agente secreta Valerie Plame, esposa de Joseph Wilson – diplomata norte-americano que desafiou os anúncios feitos pela administração de Bush de que armas de destruição em massa estavam sendo produzidas no Iraque, justificativa para o início da ofensiva militar. O julgamento ocorreu em junho e Libby foi condenado a 30 meses de prisão, liberdade condicional por dois anos e a uma multa de US\$ 250 mil.





Notícias do mundo

Contudo, Bush perdoou a sentença de Libby no dia 2 de julho, reforçando a impressão de que o presidente continua sendo um servo do vice-presidente e seus seguidores neoconservadores.

A série do *Washington Post* serviu para diminuir ainda mais a credibilidade de Bush. Seus índices de aprovação têm caído sucessivamente nas pesquisas de opinião e estão se aproximando dos números de Richard Nixon momentos antes de sua renúncia na onda dos escândalos de Watergate e seu provável *impeachment* em 1974.

A declaração de Cheney de que não precisaria submeter-se às regras de segurança de informações sigilosas impostas ao poder Executivo porque, por ser presidente do Senado, estava fora do poder Executivo jogou mais lenha na fogueira.

De fato, a aprovação de Cheney também tem caído expressivamente. Somente 28% dos entrevistados aprovam o trabalho desenvolvido por ele, segundo pesquisa realizada pela CBS News, contra 35% no início de 2006 e 56% em agosto de 2002.

A mesma pesquisa também mostra que o presidente tem apenas 27% de apoio. A aprovação de Bush caiu abaixo dos 50% na maioria das pesquisas logo após sua reeleição em novembro de 2004 e a posse em seu segundo mandato em janeiro de 2005. Embora a oposição veemente dos republicanos de direita à lei de imigração possa explicar a falta de popularidade, a questão do Iraque continua sendo o fator mais importante para os baixos números.

Com eleições presidenciais e para parte do Senado daqui a 16 meses, os legisladores republicanos estão cada vez mais cientes de que a dupla Bush/Cheney oferece risco a suas aspirações políticas. E com a aproximação do pleito a pressão por romper com a Casa Branca estará ainda maior do que o visto na consulta da reforma da lei de imigração.

NOVO MINISTRO BRITÂNICO ASSUME A LIDERANÇA DO PAÍS

Como previsto, com a renúncia de Tony Blair, Gordon Brown assumiu o lugar de primeiro-ministro inglês. A saída de Blair era pedida pelos deputados do Partido Trabalhista há algum tempo, e a pressão sobre ele começou a se tornar mais forte com a derrota do partido nas eleições municipais em maio de 2006. (ver “Periscópio nº 3”)

Haveria também um acordo político entre Blair e Brown sobre a divisão de poder quando ambos arquitetaram as mudanças do Partido Trabalhista em direção ao centro com vistas a retornar ao poder nos anos 1990, após quase 20 anos de governo dos conservadores (Tories). O problema é



que Blair resistiu bravamente ao acordo e à pressão e somente agora cedeu, pois o risco de derrota dos trabalhistas nas eleições parlamentares em 2008 é grande.

Brown é prestigiado por seu manejo da política econômica inglesa, que vem apresentando bons resultados em termos de crescimento ao longo dos últimos anos. Porém, tem pela frente o desafio de resolver a participação da Inglaterra na ocupação do Iraque, que tem oposição da maioria da população do país e é um dos motivos da queda de popularidade de Blair e do Partido Trabalhista.

A suprema ironia no final do episódio foi a União Européia nomear Tony Blair seu representante para a promoção da paz no conflito entre Palestina e Israel.

CONFERÊNCIA DE PARIS DISCUTE A SITUAÇÃO EM DARFUR

Foi realizada em 25 de junho passado na cidade de Paris, sob organização do novo governo francês, uma conferência internacional para discutir a situação em Darfur. O tema é considerado prioritário na agenda internacional do novo presidente francês Nicolas Sarkozy, particularmente porque afeta fortemente a estabilidade de Chade e República Centro-Africana, dois aliados franceses.

Participaram do encontro, além de França, os Estados Unidos, representados por Condoleezza Rice, a ONU, representada por seu secretário-geral Ban Ki-moon, a China, a Rússia e outros 13 países.

Não houve outros encaminhamentos para lidar com a questão além do apoio à ação de tropas da União Africana (UA) aliadas a tropas da ONU, em um total previsto de 20 mil soldados, proposta finalmente aceita pelo governo sudanês em meados de junho. Houve apenas o anúncio de aumento na doação de fundos para ajuda humanitária: US\$ 13 milhões da França e US\$ 36 milhões da UE.

Os governos da França e dos Estados Unidos chegaram a pressionar por sanções ao Sudão caso a missão de paz da UA e da ONU não receba permissão do governo para agir. Contudo, a China – maior importador do petróleo sudanês – recusou a adoção de sanções e ainda declarou que foi somente por meio de pressões por parte da China que o país africano aceitou receber a missão de paz em questão.

O governo sudanês boicotou a conferência, para a qual não foi convidado, dizendo que nada mais é do que duplicar os esforços já levados a cabo pela UA e pela ONU. A UA também se manteve de fora, desconfiada dos propósitos da reunião e por não ter sido convidada para os preparativos, e o





Notícias do mundo

Chade, que recebe milhares de refugiados, não foi sequer convidado. A ausência desses atores-chave na discussão do processo de paz em Darfur fez que muitos analistas questionassem a legitimidade da reunião.

O governo francês afirmou que a conferência tinha o propósito de mobilizar a comunidade internacional para um momento crucial no conflito que já dura quatro anos e no acordo do governo em aceitar o envio de tropas de paz da UA e da ONU à região.

Mais de 200 mil pessoas já morreram na região de Darfur, localizada no oeste do Sudão, e mais de 2 milhões tornaram-se refugiados, desde 2003, quando um grupo rebelde local pegou em armas contra o governo, acusando-o de décadas de descaso e negligência com a região. O governo sudanês nega, mas é acusado de responder ao levante com o envio de milícias Janjaweed.

A ONU e os países ocidentais pressionam o Sudão há meses para que aceite o plano de receber uma força de paz conjunta da UA e da ONU, em substituição à presença das tropas da UA compostas por apenas 7 mil homens. Em novembro de 2006, o país aceitou a oferta, mas a recusou em seguida, aceitando-a novamente no mês de junho. A expectativa era de que detalhes adicionais sobre a força de paz UA-ONU fossem sujeitos a discussões em Paris, como a composição das tropas, seu mandato e o cronograma para a atuação. Concretamente, pouco se avançou nas propostas.

O que tem causado preocupação a vários analistas é que a situação em Darfur, simplificada nas campanhas a fim de mobilizar a opinião pública, trará soluções que não remediarão os problemas em Darfur.

Na opinião de muitos, em vez de insistir em enviar tropas e forças de intervenção ao país, o melhor seria garantir que os grupos beligerantes se reagrupassem, se reorganizassem e iniciassem o diálogo, como sugere o ex-presidente do Médicos Sem Fronteiras (MSF), Rony Brauman.

Contudo, um dos fundadores do MSF, o chanceler francês Bernard Kouchner, declarou que a reunião organizada em Paris não era um esforço de manutenção da paz, mas um encontro para apoiar os esforços levados a cabo na esfera internacional, já que “somente o esforço humanitário não é suficiente”. De acordo com ele, os países precisam garantir que o esforço UA-ONU tenha recursos para seguir adiante com o plano no Sudão.

Entretanto, apesar do discurso, em 2006 a França doou US\$ 1.263.800 ao Fundo Central de Resposta a Emergências da ONU (CERF), ficando no 18º lugar, bem abaixo de diversas outras potências européias, tendência mantida para o ano de 2007, mostrando que o peso político dado à questão de Darfur pelo gabinete de Sarkozy ainda não foi revertido em ações concretas.



CÚPULA DA UNIÃO EUROPÉIA COM O BRASIL

Portugal assumiu a presidência da União Européia no dia 2 de julho anunciando a realização de uma Cúpula entre os países do bloco europeu e países africanos para discutir desenvolvimento e políticas de imigração.

O anúncio expressou dois dos eixos principais do programa português para o período: as relações com a África e a unificação das políticas de imigração da UE. Além deles, a presidência portuguesa também pretende renovar o tratado da União Européia e estender suas relações com o Brasil, agora considerado um parceiro estratégico do bloco.

Neste sentido realizou-se a Cúpula da União Européia e Brasil em Lisboa no dia 4 de julho, que celebrou a parceria estratégica da UE com o Brasil, o único dos BRIC (grupo composto por Brasil, Rússia, Índia e China) que ainda não contava com *status* especial com relação ao bloco europeu. Outros parceiros estratégicos do bloco europeu são Estados Unidos, Canadá e África do Sul.

A cúpula serviu para que o bloco e o Brasil assinassem uma parceria estratégica que tem por objetivo aprofundar os laços políticos e a cooperação nos campos de ciência e tecnologia, mudança climática, meio ambiente, educação e cultura.

No alcance destes temas encontram-se a questão dos biocombustíveis e a possibilidade de que a parceria traga “soluções inovadoras no tocante aos biocombustíveis”, como declarou o presidente Lula na ocasião.

A UE tem a meta de até 2010 substituir 10% de todo o combustível que consome por combustíveis renováveis, apresentando-se assim a oportunidade para o Brasil aumentar sua produção e suas exportações para a Europa.

Como o Brasil é o maior produtor mundial de biocombustíveis (ao redor de 17 bilhões de litros por ano), o presidente Lula também foi convidado a participar da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizada no dia 5 de julho na sede da União Européia em Bruxelas.

A UE aproveitou o momento para tentar reabrir as portas das negociações comerciais com o Mercosul, paralisadas desde 2004, além de insistir na possibilidade de fechar acordo na Rodada Doha da OMC, duas tarefas no entanto muito difíceis.

CONGRESSO DE FUNDAÇÃO DO PARTIDO DE ESQUERDA ALEMÃO

O congresso de fundação do Partido de Esquerda alemão – Die Linke – realizou-se em Berlim no dia 16 de junho de 2007 como resultado da fusão do PDS (Partido do Socialismo Democrático), originário do antigo Partido





Notícias do mundo

Socialista Unificado da República Democrática Alemã (RDA), com a WASG (Alternativa do Trabalho e da Justiça Social), formada basicamente a partir de dissidentes do SPD (Partido Socialdemocrata), liderados por Oscar Lafontaine, que chegou a ser ministro da Economia no início do governo Schroeder.

O congresso de fundação foi precedido, no dia anterior, pela realização de dois congressos separados de cada um dos antigos partidos, nos quais foram aprovadas a fusão de ambos e a formação do novo partido.

Estiveram presentes representantes de cerca de 70 partidos de esquerda de todo o mundo. Num quadro de derrota e desânimo da esquerda e da centro-esquerda europeias, registrado pelos principais oradores, o surgimento do Die Linke na Alemanha aparece como uma nova esperança para todos os setores de esquerda europeus.

As principais intervenções no congresso foram as dos dois presidentes eleitos para dirigir o novo partido, Lothar Bisky, ex-presidente do PDS, e Oscar Lafontaine, ex-presidente da WASG, além de Fausto Bertinotti, presidente do Partido de Esquerda Europeu.

POUCOS AVANÇOS NAS NEGOCIAÇÕES ENTRE RÚSSIA E ESTADOS UNIDOS

Vladimir Putin, presidente da Rússia, e George W. Bush, presidente dos Estados Unidos, entraram em um acordo, no início de julho, que a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) deveria estar envolvida na proposta norte-americana de instalação de um escudo antimísseis.

Contudo, não conseguiram diminuir suas diferenças com relação aos planos de Washington de instalar parte do sistema na Europa Central. O presidente russo expandiu sua proposta anterior de que os dois países deveriam cooperar no sistema de defesa, pedindo que outros países europeus e a OTAN estejam presentes em consultas sobre o projeto.

Em conversas realizadas na casa de verão da família Bush em Kennebunkport, no Maine, os dois líderes discordaram fortemente dos planos norte-americanos de colocar uma estação de radares na República Checa e uma base interceptadora de mísseis na Polônia. Para Putin, a alternativa viável seria utilizar a base de radares russos localizada no Azerbaijão. Ele ainda ofereceu a adaptação dos radares russos a fim de alcançar as exigências técnicas norte-americanas, ou ainda se propôs a construir um novo local com o mesmo intuito no sul da Rússia, caso fosse necessário.

A colocação de foguetes na Polônia e de uma estação de radares na República Checa estão sendo vistos pelo governo russo como uma afronta direta e uma ameaça a seu país por parte dos Estados Unidos e sendo chamada pelos oficiais do governo russo de “construção de um novo Muro de Berlin”.



A Rússia acredita que os planos dos Estados Unidos irão desequilibrar a balança de poder militar na Europa, mesmo com as insistentes ressalvas por parte do governo norte-americano de que a tecnologia é voltada para o Irã e não seria capaz de barrar mísseis russos. Em junho, Putin chegou a ameaçar redirecionar os mísseis russos para a Europa caso os Estados Unidos fossem adiante com seu plano, causando o momento de maior tensão entre a Rússia e o Ocidente desde a Guerra Fria.

O encontro realizado na casa de verão dos Bush, que foi chamado pela imprensa de Lobster Summit, ou Cúpula da Lagosta, foi palco de troca de gentilezas entre os dois presidentes, mas com poucos sinais de que haverá progressos em qualquer uma das questões tensas.

Além de pouco avanço nas questões nucleares, não houve menção alguma a Kosovo, a província sérvia que vem sendo administrada pela ONU e pela OTAN desde 1999, cuja independência é apoiada pelos Estados Unidos e que tem na Rússia uma grande opositora. O país ameaça vetar a independência do Kosovo na pauta do Conselho de Segurança.

A única medida concreta esperada para a Cúpula da Lagosta foi o anúncio de uma cooperação nuclear civil e um acordo para que sejam levantadas alternativas para substituir o Tratado de Redução de Armas Estratégicas, que expira em 2009.

REALIZADA A CÚPULA DA UNIÃO AFRICANA

A Cúpula ocorreu entre os dias 3 e 5 de julho na cidade de Accra, capital de Gana. A UA tem 53 Estados-membros, 30 dos quais estavam representados por seus dirigentes máximos.

O tema mais importante discutido foi a possibilidade da constituição de uma unidade econômica, social e política maior entre os países-membros ou, na pior das hipóteses, de uma espécie de coordenação política entre todos eles.

Os governantes manifestaram a importância da unidade como forma de melhor enfrentar a pressão externa e sua preocupação com a solicitação da União Européia de estabelecer tratados de livre comércio bilaterais na África.

Ao mesmo tempo, do lado de fora da reunião, havia representantes de mais de 150 ONGs pressionando pela aprovação de uma política de integração no continente que assegure a livre circulação de pessoas.

A declaração final propôs que os Estados Unidos da África sejam estabelecidos até 2015, representando uma integração e coordenação mais fortes do que a atual união e com vistas a maior poder para resolver os conflitos regionais.





PALESTINA DIVIDIDA

Conforme começamos a divulgar nas edições anteriores do *Periscópio*, uma série de incidentes armados entre militantes do Al Fatah e do Hamas na Faixa de Gaza levou a que este último grupo tomasse o controle daquele território e que o Fatah e o presidente da Autoridade Palestina fizessem o mesmo nos territórios da Cisjordânia.

Os poderes constitucionais já estavam de certa forma divididos entre eles, pois o presidente da Palestina Mahmoud Abbas é do Al Fatah, enquanto a maioria do Parlamento palestino é do Hamas e elegeu o primeiro-ministro Ismail Hanieh. Houve uma tentativa fracassada, mediada por Egito, Jordânia e Arábia Saudita, de compor um governo de coalizão, uma vez que os dois grupos mantiveram suas próprias forças de segurança.

Mahmoud Abbas destituiu o governo eleito no ano passado pelo Parlamento palestino e nomeou um novo gabinete coordenado por Salam Fayyad, ex-ministro da Economia, movimento que, obviamente, não foi reconhecido pelo Hamas.

Estados Unidos, União Européia e Israel em princípio ficaram do lado de Abbas, reconhecendo seu governo e liberando os recursos devidos à Palestina como forma de fortalecê-lo e mandar uma mensagem à população de que um governo mais afinado com as suas visões teria maiores facilidades. Porém, até agora não foi dado nenhum passo na direção de um acordo definitivo de paz e devolução dos territórios árabes ocupados e retorno à fronteira de 1967 – e isso não ocorrerá tão cedo.

O Hamas, por sua vez, ao intermediar a libertação de um jornalista britânico, aprisionado por um outro grupo armado palestino, também demonstrou que as soluções sobre os problemas na Faixa de Gaza passam por ele e que as forças internacionais têm que dialogar, mesmo que informalmente.

Aliás, a situação agora é que Abbas e Fayyad têm acesso a recursos, mas “governam” um território palestino ocupado pelas forças armadas israelenses, enquanto o Hamas “governa” um pequeno território sem a presença física dos israelenses, mas também sem dinheiro e vez ou outra sofrendo bombardeios.

A realidade é que se a solução para a Palestina era difícil antes, agora, com a divisão entre as lideranças, tornou-se ainda mais distante, pois nunca houve intenção de Israel de entregar os territórios ocupados definitivamente.

RETOMADA A DISPUTA POLÍTICA NO TIMOR LOROSAE

Nos dias 7 e 8 de julho realizaram-se as eleições parlamentares no Timor Lorosae. Quatorze partidos participaram da eleição, mas nenhum deles alcançou 51% dos votos sozinho.





Os quatro partidos que tiveram os melhores resultados foram a Frente Timorense de Libertação Nacional (Fretilin), com 29%, o Conselho Nacional pela Reconstrução do Timor (CNRT), que ficou com 23,5%, a Associação dos Socialdemocratas Timorenses (ASDT), que obteve 15,8%, e o Partido Democrata, com 11,4%.

A Fretilin é liderada pelo ex-primeiro-ministro Mari Al-Katiri e pelo candidato à presidência que ficou em segundo lugar nas eleições de 2006, Francisco Guterres “Lu Olo”, os quais declararam estar prontos para receber o convite do presidente José Ramos-Horta para montar o governo, mesmo sendo de minoria, e que não abrem mão disso.

Ao mesmo tempo Xanana Gusmão, ex-presidente da república e que lidera o CNRT, articulou uma coalizão com a ASDT e o Partido Democrata, somando 51% das cadeiras do Parlamento, e também se colocou à disposição para compor o governo.

Estes posicionamentos antagônicos se devem a interpretações diferentes do artigo 106 da Constituição timorense, a saber, se a maioria que por ele mencionada é por partido ou por coalizão, inclusive composta após a eleição.

Existe uma aliança entre Ramos-Horta e Xanana Gusmão, o que leva a crer que a coalizão que este formou deverá vencer a disputa. No entanto, poderão ou não ocorrer novos conflitos a depender de como isso vai se dar. Há grande animosidade entre Xanana e Al-Katiri desde os tempos da independência, situação que se agravou durante o incidente armado entre forças policiais e militares ocorrido no ano passado, que gerou cerca de 30 mortos e milhares de refugiados, além de à destituição de Al-Katiri do cargo de primeiro-ministro. (Leia mais no “Periscópio nº 14”)

AS TENTATIVAS DE DESNUCLEARIZAÇÃO DA PENÍNSULA COREANA

Foi anunciado no início de julho que a Coréia do Sul está preparando uma nova rodada da Cúpula das Coréias ainda para este ano, em meio ao progresso das negociações acerca de armas nucleares com a Coréia do Norte.

O ex-primeiro-ministro coreano Lee Hae-chan ainda afirmou que uma proposta já foi desenhada e que o presidente sul-coreano Roh Moo-hyun está estudando os itens que seriam incluídos na agenda de discussão dos líderes dos dois países. A primeira rodada da Cúpula das Coréias foi realizada em junho de 2000, quando o presidente sul-coreano Kim Dae-jung fez a viagem histórica a Pyongyang, no norte.

O presidente sul-coreano já havia declarado sua vontade de realizar uma segunda rodada de negociações com a Coréia do Norte caso o processo de desnuclearização da península coreana fosse levado adiante.





Notícias do mundo

A Coreia do Norte anunciou na primeira semana de julho que deixaria de operar seu reator nuclear em Yongbyon assim que recebesse a primeira parte das 50 mil toneladas de petróleo cru provenientes da Coreia do Sul, como acordado no Pacto de Desnuclearização assinado em fevereiro passado pelas duas Coreias, Rússia, Estados Unidos, China e Japão, conhecido como Six-Party Talk (Grupo dos 6).

O governo sul-coreano declarou que a primeira parte do montante prometido será entregue até meados de julho. O acordo de fevereiro prevê o recebimento de até 1 milhão de toneladas de petróleo, de todo o Grupo dos 6, para que a Coreia do Norte deixe de operar as plantas nucleares em Yongbyon, além de desmontá-las.

O acordo dava o prazo até 14 de abril para que o país finalizasse suas operações em Yongbyon, mas um impasse relativo a US\$ 25 milhões em fundos norte-coreanos, congelados em um banco de Macau, estava comprometendo o avanço das negociações.

Os fundos em questão serviram de ponto de controvérsia entre Washington e Pyongyang desde 2005, quando os Estados Unidos colocaram o banco de Macau em uma lista negra por lavagem de dinheiro norte-coreano. Embora o Departamento do Tesouro norte-americano tenha iniciado os procedimentos para liberar os fundos em março, os obstáculos burocráticos e a demora levaram a Coreia do Norte a se retirar das negociações que estavam sendo realizadas em Beijing.

Na última semana de junho, os fundos foram finalmente liberados e remetidos a um banco russo, de acordo com informações do Departamento do Tesouro da Coreia do Sul. Conforme prometido pelo governo norte-coreano, o país cumpriria com sua parte no acordo assim que os fundos fossem descongelados.

Com isso e o recebimento da primeira parcela de petróleo, a Coreia do Norte permitirá a inspeção do fechamento das plantas em Yongbyon por parte da Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA).

A primeira missão, desde 2002, foi aprovada pela agência da ONU a fim de auxiliar os procedimentos para o fechamento das plantas e a eliminação do arsenal norte-coreano, e só aguarda o sinal verde norte-coreano para iniciar seus trabalhos. Cerca de nove monitores da IAEA devem instalar câmeras nas plantas e selar parte de sua infra-estrutura para garantir a desativação. Dois deles permaneceriam por tempo indeterminado em Pyongyang, enquanto as negociações do Grupo dos 6 avança na desnuclearização na península coreana.

Contudo, há expectativas de que o processo de desarmamento norte-coreano seja longo e complexo.





Após expulsar inspetores da ONU do país em 2002, a Coreia do Norte também se retirou do Tratado de Não-Proliferação (NPT), instrumento que autoriza as atividades da IAEA. Em 2005, o país declarou que possuía armas nucleares, para testá-las um ano depois.

A inspeção da IAEA é somente um arranjo *ad hoc*, e não um regime de inspeções normal e completo. Isso terá que ser negociado adiante como parte de um novo acordo de salvaguardas a fim de trazer de volta ao NPT a Coreia do Norte.

Os analistas vêem a decisão norte-coreana de desistir de seu programa nuclear como uma estratégia de sobrevivência do regime de Kim Jong-Il. A partir deste passo, haverá interesse dos outros cinco componentes do Grupo dos 6 em mantê-lo no cargo para garantir o andamento das negociações.

ONU – BRASILEIRO É ESCOLHIDO PARA CHEFIAR O ESCRITÓRIO PARA ASSUNTOS DE DESARMAMENTO

O secretário-geral da ONU, Ki-moon, anunciou, no dia 2 de julho, a nomeação do embaixador brasileiro Sérgio de Queiroz Duarte para ocupar o cargo de alto representante para desarmamento.

Duarte chefiará o Escritório para Assuntos de Desarmamento, que tem sede em Nova York, e responderá diretamente a Ban Ki-moon. Segundo o Itamaraty, a nomeação é uma demonstração do comprometimento do Brasil com o desarmamento e a não-proliferação de armas de destruição em massa.

“A indicação do Embaixador Duarte para o mais alto cargo no âmbito do sistema das Nações Unidas em matéria de desarmamento e não-proliferação atesta sua extensa experiência diplomática no trato desses temas em foros multilaterais”, informou o Ministério na nota.

O carioca Sérgio de Queiroz Duarte, 73 anos, exerceu, entre outros, o cargo de embaixador do Brasil na Nicarágua (1986-1991), no Canadá (1993-1996) e na China (1996-1999), e seu posto internacional mais recente foi como representante permanente junto à Agência Internacional de Energia Atômica em Viena, entre 1999 e 2002.

O embaixador brasileiro substitui o japonês Nobuaki Tanaka, que havia sido nomeado para o cargo em abril do ano passado pelo ex-secretário-geral Kofi Annan.

Duarte já estava envolvido com as atividades do Escritório para Assuntos de Desarmamento, na sessão preparatória da Conferência de 2010 que revisará o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, ocorrida no final de maio passado em Viena. Uma segunda sessão preparatória será realizada em maio de 2008 em Genebra.



ONU – RELATÓRIO SOBRE O AVANÇO DAS METAS DO MILÊNIO

Com a chegada da metade do prazo entre a adoção das Metas do Milênio (MDG), em 2000 e sua data-limite em 2015, a ONU lançou em 2 de julho um relatório de progresso.

“Como previsto, os resultados são discrepantes”, diz o estudo, que aponta sucessos e falhas na alcance das Metas, focadas grandemente na redução da pobreza global e da fome em 50% até o ano de 2015. Outros objetivos incluem educação primária universal, promoção da igualdade de gênero, redução da mortalidade infantil em dois terços, diminuição da mortalidade materna em três quartos, combate ao avanço de HIV/Aids, malária e outras doenças, garantia à sustentabilidade ambiental e articulação de uma parceria global entre norte e sul em prol de desenvolvimento.

Na introdução ao estudo, o secretário-geral Ban Ki-moon aponta para a falta de aumento significativo nas ODA (Official Development Assistance, como são chamadas as doações realizadas pelo países da OCDE para fins humanitários) desde 2004, “tornando impossível, mesmo para países bem governados, cumprir as metas”. Segundo ele, os recursos adequados precisam ser disponibilizados pelos países de forma previsível para que seja possível planejar os investimentos nos setores compreendidos pelas MDG.

Em 2005, as ODA aumentaram, chegando ao valor recorde de US\$ 106,8 bilhões, devido primordialmente ao alívio de dívidas externas, principalmente para Iraque e Nigéria. Em 2006, o alívio das dívidas destes dois países saiu da equação, causando a queda do montante para assistência para US\$ 104 bilhões, o equivalente a 0,3% da renda nacional combinada dos países desenvolvidos.

Segundo o estudo da ONU, em termos reais, a ajuda humanitária caiu 5,1% em 2007, a primeira queda desde 1997. Os únicos cinco doadores que mantiveram ou aumentaram a meta de 0,7% do PIB para ODA – definida pela Assembléia Geral da ONU há 37 anos – foram Dinamarca, Luxemburgo, Holanda, Noruega e Suécia.

Contudo, o estudo diz que 16 dos 22 países da OCDE cumpriram suas metas para 2006, autodefinidas em 2002 na Conferência de Monterrey, para a assistência ao desenvolvimento. O maior doador, os Estados Unidos, disponibilizou US\$ 22,7 bilhões em 2006, uma queda de 20% em termos reais de acordo com os dados da OCDE. A queda é provavelmente fruto da prioridade que o país tem dado a sua ofensiva no Iraque, operação que já acumula gastos na ordem de US\$ 456 bilhões.

Apesar das dificuldades, a meta de redução da pobreza tem mostrado avanços reais. A proporção de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza –





com menos de US\$ 1 por dia – caiu de 1,25 bilhão em 1990 para 980 milhões em 2004. Segundo a ONU, caso essa tendência seja mantida, a meta será alcançada para o mundo e para a maior parte de suas regiões. Porém, há quem afirme também que a maior parte deste grupo é formada por chineses beneficiados pelo alto crescimento de seu país.

ONU – RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DA POPULAÇÃO MUNDIAL EM 2007

Em 2008, pela primeira vez na história, mais de 50% da população do mundo, 3,3 bilhões de pessoas, estarão concentrados em áreas urbanas. Para 2030 a previsão é de que 5 bilhões de pessoas estejam vivendo em cidades. Estes números fazem que principalmente os países em desenvolvimento devam planejar ações para lidar com este futuro problema, já que a expectativa é que 80% da população urbana em 2030 estarão concentrados nas cidades destes países.

No relatório anual do Fundo de População da ONU (UNFPA), lançado em 27 de junho passado, a organização afirma que, ao longo dos próximos 30 anos, a população das cidades africanas e asiáticas dobrará, num acréscimo de 1,7 bilhão de pessoas, mais do que as populações da China e dos Estados Unidos juntas.

“O destino das cidades da África, da Ásia e de outras regiões moldará nosso futuro comum”, afirma a diretora executiva do UNFPA, Thoraya Ahmed Obaid. “Devemos abandonar uma mentalidade contrária à urbanização e agir agora para iniciar um esforço global articulado no sentido de ajudar as cidades a desencadear seu potencial para fomentar o crescimento econômico e resolver os problemas sociais.”

Embora as megacidades (mais de 10 milhões de habitantes) devam continuar a crescer, a maioria das pessoas viverá nas cidades de 500 mil habitantes ou menos.

A urbanização – o aumento da parcela urbana da população total – é inevitável, segundo o relatório, e pode ser considerada um desenvolvimento positivo. Nenhum país na era industrial conseguiu atingir um crescimento econômico significativo sem a urbanização.

O “Relatório sobre a situação da população mundial em 2007” alega que, embora a maioria dos novos habitantes urbanos seja pobre, eles devem ser parte da solução. Ajudá-los a atender suas necessidades de habitação, atenção à saúde, educação e emprego também poderá desencadear o potencial dos moradores urbanos para promover o crescimento econômico.

“A batalha dos objetivos de desenvolvimento do milênio para reduzir a extrema pobreza pela metade até 2015 será ganha ou perdida nas cidades do





mundo em desenvolvimento”, afirma a Sra. Obaid. “Isso significa aceitar o direito das pessoas pobres de morar nas cidades e trabalhar com a criatividade delas para enfrentar os problemas potenciais e gerar novas soluções.”

De acordo com o relatório, as prefeituras e os planejadores urbanos devem priorizar o atendimento das necessidades de habitação dos pobres urbanos. Devem oferecer a propriedade segura de lotes com infra-estrutura básica, incluindo abastecimento de energia, água e saneamento. As pessoas que vivem em comunidades pobres devem ter acesso à educação e à atenção à saúde e ser incentivadas a construir suas próprias casas.

REFORMA TRABALHISTA NA CHINA

O Congresso do Povo da China aprovou em 29 de junho uma reforma na legislação trabalhista do país na tentativa de defender os direitos individuais dos trabalhadores mais desprotegidos diante dos empregadores, como, por exemplo, os trabalhadores imigrantes.

Existe uma legislação trabalhista desde os anos 1980 e início dos 1990 que prevê a obrigatoriedade de contratos de trabalho por escrito, por prazos determinados ou indeterminados, se esta for a reivindicação dos trabalhadores.

Estes contratos deveriam cobrir direitos relacionados a salários, jornada de trabalho, descanso, férias, saúde e segurança, entre outros.

Agora a lei ampliou o alcance desses direitos, instituindo salário mínimo regional, aposentadoria pelo sistema de contribuição e repartição, seguro-desemprego, negociações tripartites e mecanismo de solução de disputas.

Os sindicatos da Federação de Todos os Sindicatos Chineses (ACFTU), que anteriormente somente representavam os trabalhadores de empresas estatais, agora têm o monopólio da representação também nas empresas privadas.

Embora seja uma reforma ainda limitada, estimula o desenvolvimento da organização dos trabalhadores e do sindicalismo.



Periscópio Internacional nº 17

agosto de 2007

TRABALHO DA CONSTITUINTE AVANÇA NA BOLÍVIA

Há um razoável consenso de que o prazo para aprovar a nova Constituição da Bolívia tenha que ser adiado, pois os trabalhos não se concluíram até o dia 6 de agosto, prazo de um ano, conforme previsto inicialmente. Isto ocorreu principalmente pela paralisia dos trabalhos enquanto não se encontrava uma fórmula que permitisse aprovar os itens mais polêmicos da nova Constituição. É provável que o novo prazo seja 17 de dezembro. (Leia mais no “Periscópio nº 5”)

Até o momento foram apresentadas cerca de 700 propostas advindas das 21 comissões de trabalho da Constituinte, que deverão ser votadas e filtradas para que se determinem quais são os pontos que serão decididos por meio de referendo popular, que foi o acordo feito na ocasião para superar o impasse gerado após a sua instalação.

Os temas mais polêmicos que seguramente necessitarão ser submetidos a referendos dizem respeito à autonomia das províncias, terra e território, reeleição presidencial, entre outros.

A nacionalização do petróleo e do gás permitiu que o Estado boliviano controlasse atualmente cerca de 20% da economia, aumentando suas receitas. Encontrar uma solução adequada para o tema terra e território também é importante econômica e socialmente. Hoje é fundamental promover a reforma agrária e aumentar a participação da população na distribuição de terra, que é extremamente concentrada em mãos de criadores de gado, plantadores de soja e madeireiros.

A possibilidade de reeleição é uma proposta do MAS. Seus dirigentes vêm risco para a continuidade das transformações no país se Evo Morales não puder se candidatar novamente. Obviamente, este é um tema em que não há a menor possibilidade de consenso com a oposição.



Notícias do mundo

Já o tema autonomia recebe muita pressão da oposição de direita no sentido de que se torne a mais ampla possível, havendo ameaças, inclusive, de processos independentistas, como em Santa Cruz de la Sierra.

Estes grupos agora vêm defendendo que os temas constitucionais que tiverem que ser submetidos a referendos não devam apenas alcançar maioria nacional, como também maioria em todas as províncias, propondo assim mais um mecanismo que somente gerará impasses, já que a Constituição é nacional e não provincial.

Outro “bode na sala” que surgiu agora é quanto à mudança da capital de La Paz para Sucre. Esta última é atualmente a capital política e também jurídica do país, uma vez que ali estão os poderes Legislativo e Judiciário, enquanto o Executivo e toda a administração pública encontram-se em La Paz.

Esta proposta visa criar mais moeda de troca na negociação política no país, embora a localização da capital na Bolívia seja também um tema econômico.

COLÔMBIA E PARAMILITARES, OUTRA VEZ

A Procuradoria Geral da Colômbia solicitou que todo o processo judicial contra os políticos colombianos por envolvimento com os grupos paramilitares e narcotraficantes seja concentrado em Bogotá. A decisão foi bem recebida pelos grupos de defesa dos direitos humanos, inclusive porque isso ajudará a preservar a integridade das testemunhas.

Atualmente 13 parlamentares, seis ex-parlamentares, dois ex-governadores e um ex-ministro encontram-se presos, enquanto um parlamentar, um ex-governador e um ex-ministro estão foragidos.

Há rumores de que a Suprema Corte pedirá para ouvir o depoimento do presidente Álvaro Uribe sobre o Pacto de Ralito, assinado em 2001 por 30 de seus seguidores políticos e chefes de grupos paramilitares, que propunham “refundar nossa pátria” e “firmar um novo pacto social”, o que foi interpretado como uma tentativa de tomar o poder.

Ao mesmo tempo a empresa mineradora norte-americana Drummond foi considerada inocente num tribunal dos Estados Unidos da acusação de contratar paramilitares para assassinar dirigentes sindicais que atuavam na empresa. A promotoria irá recorrer da decisão.

Está cada vez mais difícil para Uribe provar que nunca esteve envolvido com os paramilitares, pois, além de dever explicações sobre o Pacto de Ralito, de todo o grupo citado anteriormente apenas um não faz parte de sua base política. É aguardar para ver os desdobramentos.



PERU – CAI A POPULARIDADE DE ALAN GARCIA

O presidente peruano Alan Garcia tenta implementar um programa de governo que em nada difere das políticas neoliberais dos presidentes anteriores, incluindo uma reforma da legislação trabalhista, já extremamente combatida pelas políticas introduzidas por Fujimori, e um pacto social sobre emprego e salários, prontamente rejeitado pelos sindicatos devido ao seu conteúdo de contenção salarial.

A resposta dos trabalhadores veio com uma greve geral no dia 11 de julho e uma grande manifestação em Lima, o principal lugar que garantiu a eleição de Garcia no segundo turno contra Ollanta Humala, em 2006.

O índice de sua popularidade, até então pelo menos empatado com o índice de críticos ao governo, agora se reduziu, pois Garcia começou a perder popularidade entre os que o elegeram, particularmente na capital Lima.

Suas promessas de solucionar uma série de problemas sociais, como os da saúde e da educação, até 2011, final de seu mandato, também não convenceram ninguém. Ele vem também fazendo esforços para convencer os norte-americanos a aprovar o TLC, o que dificilmente fará o Congresso, de maioria democrata.

NOVA CONSTITUIÇÃO NA VENEZUELA

O governo venezuelano vem promovendo uma discussão interna para modificar novamente a Constituição do país para ajustá-la ao seu projeto de Socialismo do século XXI. Dos 350 artigos existentes atualmente, cerca de 340 seriam alterados para mudar uma série de concepções econômicas e políticas.

A economia será mais controlada pelo Estado do que antes e o governo ainda mais centralizado. Haveria até mesmo a possibilidade de reeleição sem limites para presidente da República, enquanto no caso dos governadores e prefeitos ficaria como está.

A oposição à reforma, tanto dos partidos tradicionais de direita como dos partidos dissidentes de esquerda surgidos após a tentativa de enquadrá-los no Partido Socialista Unificado da Venezuela (PSUV), é muito grande, pois se ela passar da maneira proposta por Chavez qualquer oposição ficará por muito tempo sem a perspectiva de assumir o poder.

Nesse meio-tempo prossegue o trabalho da Comissão, e há que aguardar seu resultado, que, aparentemente, será submetido ao atual Congresso, que a oposição boicotou nas últimas eleições, pois o governo não está interessa-



do em convocar uma nova Assembléia Nacional Constituinte. Ao que tudo indica, teremos novas polêmicas na Venezuela em breve.

ESTADOS UNIDOS – AS ORIGENS DA TEIMOSIA
DE BUSH COM RELAÇÃO AO IRAQUE

Ainda utilizando a justificativa de que um relatório sobre o progresso das operações no Iraque será divulgado em setembro, o governo de George W. Bush continua a rejeitar qualquer sugestão para um cronograma que defina a retirada das tropas norte-americanas do Iraque.

O governo apresentou um informe preliminar em meados de julho, em que utilizava as palavras “complexo” e “desafio” para referir-se à questão da segurança no território iraquiano. Apesar de o governo se declarar otimista e afirmar que este relatório prova que houve avanços, das 18 categorias políticas e militares mencionadas oito são consideradas satisfatórias, oito não-satisfatórias e duas delas de avanço misto.

Contudo, as oito categorias não-satisfatórias são justamente as que tocam nos temas cruciais para a política iraquiana e a viabilidade do Estado iraquiano, na visão norte-americana. São elas: uma legislação que elimine o poder do partido Baath, que é uma referência forte para os seguidores do ex-presidente Saddam Hussein e da etnia sunita em geral; uma legislação que garanta uma distribuição justa da renda advinda do petróleo, sem levar em conta setor e etnia; organização de eleições provinciais; estabelecimento de um programa eficaz para o desarmamento das milícias; permissão para que o exército iraquiano possa lidar com a questão das milícias sem interferência política; garantia de que o exército e as forças policiais iraquianas façam que as leis sejam cumpridas; aumento do número de forças de segurança iraquianas capazes de operar de forma independente; e a garantia de que as autoridades políticas iraquianas não interfiram nas operações das forças de segurança do Iraque.

Contudo, na lei que obrigou a Casa Branca a apresentar este informe, está dito que “a estratégia dos Estados Unidos no Iraque deve estar condicionada ao progresso do governo iraquiano em atender às 18 categorias”. E mesmo no caso das categorias em que o governo norte-americano admite que não houve progresso o relatório nega explicitamente a necessidade de mudanças de estratégia.

Bush resistirá até o fim a retirar as tropas norte-americanas do Iraque, pois enquanto Washington discute os caminhos para o futuro deste país o comando norte-americano no Iraque prepara-se para agir nos próximos dois anos. O plano, que está sendo desenvolvido de forma confidencial, representa a estra-





tégia coordenada do general Petraeus e do embaixador norte-americano no Iraque, Ryan C. Crocker, que recomenda a restauração da segurança em Bagdá até julho/agosto de 2008. A chamada “segurança sustentável” deverá ser consolidada em âmbito nacional até julho/agosto de 2009, de acordo com as autoridades norte-americanas que conhecem o documento.

O chamado Plano de campanha conjunta, que sistematiza a nova estratégia de Bush para o Iraque, a partir do envio das novas tropas no início de 2007, significou uma mudança na estratégia anterior, que priorizava a transferência da responsabilidade pela segurança para os iraquianos.

No entanto, as metas expostas no documento parecem ser demasiadamente ambiciosas, tendo em vista a dimensão do desafio que é lidar com a aguerrida resistência sunita, com milícias de toda ordem e com os líderes iraquianos que fizeram pouco progresso rumo à reconciliação política.

NEOCONSERVADORES DEFINEM A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA

Enquanto o Senado norte-americano discute a estratégia para o Iraque, os neoconservadores, conhecidos como “neocons”, tentam ganhar o apoio de republicanos para a estratégia de Bush de manutenção de tropas extras em território iraquiano. O argumento é que a retirada dos 30 mil soldados adicionais enviados ao Iraque no início deste ano seria precipitada, pois eles ainda não tiveram tempo suficiente para a ação, e abandonar o terreno agora seria perder a guerra.

A recente deserção de alguns republicanos, antes leais a Bush, tem preocupado os estrategistas de seu governo e os neocons, já que a oposição à guerra está atingindo um grau de magnitude dentro do Legislativo que não pode mais ser ignorado pelo presidente.

Até mesmo os membros da administração Bush parecem estar divididos. O secretário de Defesa, Robert Gates, tem pressionado para colocar uma retirada gradual das tropas em marcha, em coerência com as recomendações do Iraq Study Group, do qual fez parte.

Já a Casa Branca, através de Stephen Hadley, assessor de Bush para segurança nacional, tem passado boa parte de seu tempo tentando evitar que os apoiadores da guerra passem para o outro lado, e os neocons aliados de fora da administração Bush têm adotado um tom mais duro. Um deles, editor do periódico *Weekly Standard*, escreveu que os senadores Richard Lugar, George Voinovich, Pete Dominici e John Warner, quatro republicanos que recentemente se declararam a favor de mudanças na estratégia com relação ao Iraque, “eram republicanos presos ao pré-11 de setembro, seguidores de opinião e não líderes”.





Em um editorial do *Wall Street Journal* (disponível apenas para assinantes), a opinião é de que “a divisão entre os republicanos fará que os esforços militares dos Estados Unidos sejam diminuídos enquanto buscam um comitê bipartidário para discutir a questão, mas apenas garantirá que o partido perca as eleições de novembro de 2008”.

Os dois “avisos” foram dados na primeira metade de julho, quando o Senado iniciava o debate relativo à lei que regulamenta o uso dos US\$ 650 bilhões destinados à defesa em 2008.

Em 17 de julho, um grande teatro foi montado, com uma sessão do Senado que durou a noite inteira. Os programas de televisão mostraram muitas imagens de camas de campanha sendo montadas nos saguões do Senado, carrinhos com entrega de pizzas e as diversas preparações para a votação.

Os democratas esperavam que realizando a sessão noturna conseguiriam colocar o Iraque na pauta de votações do dia 18 de julho. O medo era de que os senadores republicanos usassem o direito ao debate e gastassem o tempo regimental, impossibilitando que as propostas de lei fossem votadas antes do recesso parlamentar de agosto.

A sessão possibilitou que a proposta de retirada das tropas do Iraque 120 dias após sua aprovação fosse votada no dia seguinte, mas não conseguiu reunir o apoio de dois terços do senado, o número requerido para aprovação.

Os neocons também estão preocupados com uma outra emenda, produto do trabalho de vários democratas e republicanos centristas, que declara que as recomendações do Iraq Study Group deveriam ser o eixo da política oficial dos Estados Unidos.

As recomendações, que incluem a retirada das tropas norte-americanas até o fim de março de 2008, o estabelecimento de relações diplomáticas dos Estados Unidos com a Síria e o Irã, e a intensificação dos esforços para o estabelecimento dos dois Estados para solucionar o conflito Israel/Palestina, são consideradas impróprias e reprováveis pelos neocons, especialmente os apoiadores do Likud (partido de direita em Israel), que lançaram uma campanha contra as recomendações do Iraq Study Group antes mesmo da divulgação do relatório.

Os neoconservadores são parte de um movimento político nos Estados Unidos com raízes no anticomunismo da Guerra Fria e na reação aos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970. Em síntese, são a favor de uma política externa norte-americana agressiva e unilateral e acreditam que são as elites que protegem a democracia.

A ligação dos neocons com o Likud vem de um relatório que prepararam em 1996 para Benjamin Netanyahu, na época primeiro-ministro de Israel, num grupo liderado por Richard Perle, lobista neocon que participou da administração de Reagan e de George W. Bush nas políticas de defesa.



Este relatório, conhecido como “Clean Break” (algo como “Rompimento total”), trazia uma mudança de estratégia para os problemas de segurança de Israel no Oriente Médio, enfatizando os valores ocidentais e advogando uma política mais agressiva em oposição à diplomacia que estava sendo desenvolvida após os acordos de Oslo.

O relatório foi muito criticado por apoiar o avanço do sionismo de direita, e é visto hoje como um manifesto neoconservador norte-americano e israelense com propostas que, segundo o jornalista Jason Vest, representam “uma miniguerra fria no Oriente Médio, advogando o uso de exércitos mercenários para modificar regimes, desestabilizar e conter a região”.

Apesar da tentativa do governo israelense de colocar as recomendações do estudo em prática, as pressões da administração de Bill Clinton e da esfera internacional, naquela época, o compeliram a negociar com os palestinos.

Entretanto, nos Estados Unidos, muitos dos membros da equipe que escreveu o relatório vieram a ocupar posições-chave em Washington e foram os responsáveis pelo planejamento da guerra no Iraque. Na visão deles, baseada nas recomendações do “Clean Break”, o caos gerado pela guerra produziria um governo pró-Estados Unidos e pró-Israel. Além do Iraque, os redatores deste relatório também estavam preocupados com a Síria e o Irã.

Onze anos após seu preparo, a estratégia do “Clean Break” parece o guia da política externa dos Estados Unidos e de Israel na era de Bush e Cheney. Muitas das iniciativas lá mencionadas foram implementadas, tais como remover Saddam do poder, deixar de lado a fórmula de “terra pela paz” para resolver o conflito Israel/Palestina, o ataque ao Hezbollah no Líbano, todas com resultados desastrosos.

Ainda assim, os neocons continuam a defender um possível confronto com o Irã, na visão de que os obstáculos criados com a invasão do Iraque não são produto de suas políticas equivocadas e sim do fato de terem pensado pequeno e não terem elevado a guerra a um contexto regional, dando a entender que o Iraque não é o fim, mas o início de um processo.

Eric Alterman, jornalista que escreve regularmente para *The Nation*, listou os órgãos de imprensa e algumas outras esferas controladas por neocons nos Estados Unidos:

Commentary

The Weekly Standard

A maior parte do *National Review*

Metade do *The New Republic*





Notícias do mundo

City Journal
The New Criterion
The Washington Times
Insight
The New York Post
The New York Sun
O editorial do *Wall Street Journal*
60% dos colunistas do *Washington Post*
Colunas quinzenais no *New York Times*
Toda a Fox News
Grande parte da rede MSNBC
Parte da CNN
Uma parte crescente da rede pública PBS

E *think-tanks* e outras esferas de influência:

American Enterprise Institute
Heritage Foundation
Hoover Institution
Project for the New American Century
Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos
Departamento de Defesa dos Estados Unidos
Partes do Banco Mundial e do escritório do Embaixador dos Estados Unidos na ONU
Parte considerável do Departamento de Estado
Todo o escritório do vice-presidente Dick Cheney
E uma porcentagem desconhecida do que é chamado polidamente de “cérebros do presidente”

Outras fontes: Center for Media & Democracy (<<http://www.sourcewatch.org/index.php?title=Neo-conservatives/list>>); a agência de notícias IPS conta com um boletim especial e blog de Jim Lobe, jornalista da IPS, correspondente em Washington (<http://ipsnews.net/new_focus/neo-cons/index.asp> e <<http://www.ips.org/blog/jimlobe/>>).

ELEIÇÕES PARLAMENTARES DA TURQUIA

As eleições parlamentares da Turquia, ocorridas no último dia 22 de julho, conforme previsto, deram uma grande vitória para o primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan, do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), de direita e favorável aos usos e costumes islâmicos mais conservadores.

Resultado das eleições parlamentares na Turquia (2007)

Partido	2007	Número de assentos	2002	Número de assentos
AKP	46,7%	340	34,3%	363
CHP	20,9%	112	19,4%	178
MHP	14,3%	71	8,3%	-
DP	5,4%	-	9,6%	-
DTP	5,2%	23	6,2%	-
Independentes	5,2%	4	1%	9
Outros	7,5%	-	15%	
Total		550		550

Fonte: Disponível em <<http://www.parties-and-elections.de/>>.

Os 47% dos votos conseguidos reafirmaram o lugar do partido no panorama político turco e o colocaram na posição de um dos partidos mais poderosos da história do país, por ter alcançado um resultado ainda mais favorável do que o de 2002 (34,3% dos votos nacionais).

Embora Erdogan tenha declarado após a vitória que a “democracia tinha passado por um teste extremamente importante”, o país continua polarizado. Neste mesmo discurso, o primeiro-ministro turco garantiu a seus opositores, defensores do secularismo, que a disputa pela presidência do país seria resolvida sem tensões.

No entanto, se as ações recentes do AKP forem levadas em conta, torna-se difícil imaginar que as tensões que precipitaram a realização das eleições parlamentares simplesmente desapareçam.

Em abril passado, o partido tentou indicar o ministro das Relações Exteriores, Abdullah Gül, também de seu partido e pró-islamismo, para a presidência turca. A pronta rejeição do Parlamento à escolha do AKP e de Erdogan fez que as eleições originalmente marcadas para novembro fossem adiantadas.

A presidência turca é vista pela elite do país como um espaço exclusivo do secularismo, com referência direta ao primeiro presidente turco Mustafa



Notícias do mundo

Kemal Ataturk, no posto de 1923 a 1938 e que introduziu a separação entre Estado e religião. Longe de ser uma figura simbólica, o presidente tem poderes de veto para deter quaisquer ações que possam representar uma ameaça à república secular.

Erdogan tem insistido que fará concessões na escolha do novo presidente, mas não deixa claro de que forma e se correrá o risco de prolongar o confronto com os secularistas que têm o apoio do exército.

Além da presidência, há outros desafios para o novo governo. A questão curda está longe de uma solução política. O governo do AKP tem recebido intensa pressão do exército turco a fim de permitir que tropas ingressem no norte do Iraque para impedir que o Partido dos Trabalhadores do Kurdistan (PKK) possa formar um Estado independente na região da fronteira sudoeste da Turquia.

Contudo, até o momento, Erdogan tem resistido ao início de uma grande operação militar no Iraque, avaliando que há o risco de isso prejudicar as negociações com a União Européia e provocar um distanciamento maior dos Estados Unidos.

Para aumentar o problema, os políticos curdos independentes – apoiados pelo partido da Sociedade Democrática Curda (DTP), estabelecido a fim de garantir maiores direitos a esta população na Turquia – pela primeira vez em uma década reapareceram nas eleições. O DTP ganhou 23 dos 550 assentos do Parlamento turco e os políticos curdos devem se reagrupar nesta legenda quando o novo Parlamento se reunir.

Outro fator que deixou a questão curda ainda mais complexa foi a eleição para o Parlamento de membros da organização de ultradireita Partido da Ação Nacional (MHP). Com seus membros chamados de “neonazistas turcos” pelos partidos que se opõem a ele, o MHP recebeu 14,3% dos votos e assim terá direito a 71 assentos no Parlamento.

Em 2002, esse partido não conseguira eleger representante algum. Os analistas atribuem o crescimento da popularidade do MHP à percepção de que o AKP não está sendo forte o suficiente para conter a organização de militantes curdos no sul do país.

Dada esta nova composição política do Parlamento turco, o governo poderá ser muito pressionado a lidar com a questão curda. Contudo, o maior desafio que Erdogan e o AKP enfrentarão será alcançar certa harmonia entre os setores ideológicos contraditórios e conflituosos da elite turca. A ampla maioria dessa elite e da população do país é muçulmana, mas o conflito se apresenta como uma disputa entre os pró-governo islâmico e os chamados “secularistas”.

Como se pode perceber pelo resultado eleitoral, a sociedade está dividida.





PROSEGUE A TENSÃO NO LÍBANO

O exército libanês, embora com alguma dificuldade, conseguiu quase destruir a milícia Fatah-al-Islam, que havia surgido no tradicional campo de refugiados palestino Nahe el-Bared, próximo à cidade de Trípoli, ao norte da capital Beirute.

Trata-se de um grupo de sunitas que inicialmente se pensava ser ligado à Al-Qaeda ou, de acordo com a imprensa, financiado pela Síria. No entanto, de acordo com testemunhas do próprio campo de refugiados, mencionadas pelo jornalista Simon Hersh da revista *The New Yorker*, este grupo seria apoiado pela facção sunita do governo libanês, em particular pelo filho do ex-ministro Rafik Hariri, que hoje é deputado.

O objetivo inicial seria criar uma milícia capaz de fazer frente ao Hezbollah, o que não se viabilizou. Quando Rariri (Filho) desistiu deste plano, suspendeu os recursos para o grupo e eles então assaltaram um banco da família, o que levou, inicialmente, a polícia e depois o exército a reprimi-los, quando então se tornaram conhecidos internacionalmente.

Na eleição ocorrida em 5 de agosto para preencher as vagas de dois deputados também assassinados ao longo do ano, houve um empate entre os principais grupos políticos rivais no Líbano.

Uma das vagas foi preenchida por Mohammad Itani, ex-vice-prefeito de Beirute e partidário do atual primeiro-ministro, Fuad Siniora. A outra foi preenchida por Kamil Khoury, partidário do general cristão Michel Aoun, que faz oposição ao governo Siniora e que derrotou o também cristão Amin Gemayel, político tradicional no país e pai de um dos deputados mortos.

O IMPASSE IRANIANO

Apesar do acordo que o governo do Irã negociou com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para permitir a retomada das inspeções deste organismo nas instalações nucleares do país, os Estados Unidos e a União Européia não baixaram a guarda e mantêm as sanções políticas e econômicas que começaram a implementar no mês de abril passado.

Além disso, o governo Bush mantém a versão distorcida de que os iranianos estariam intervindo no conflito iraquiano como um dos supridores de armamentos para as milícias. Apesar de ter havido encontros diplomáticos, pela segunda vez, entre norte-americanos e iranianos em Bagdá, a versão de Bush tem conquistado alguma credibilidade doméstica.

Desta maneira, além de aumentar o tom de voz, Bush acabou de acertar um pacote de vendas de armas para os países árabes moderados – Egito,



Jordânia e Arábia Saudita – no valor de US\$ 20 bilhões e um programa de apoio militar a Israel que poderá chegar a US\$ 40 bilhões.

Esta iniciativa, além de produzir novos desequilíbrios na região, é mais uma provocação à Síria e ao Irã para que tomem alguma atitude mais incisiva que dê a justificativa para um ataque norte-americano.

A Síria tem mantido sua posição aparentemente “fleumática”, embora tenha muito preparo militar. O Irã prossegue com seu programa nuclear, mas tem também apertado a repressão aos setores de oposição interna ao regime, particularmente aos que buscam maior abertura e participação democrática.

A SITUAÇÃO NO IRAQUE

Além da violência crônica e da violação constante dos direitos humanos desde a invasão do Iraque há quase quatro anos, acaba de ser publicado um relatório da ONG inglesa Oxfam demonstrando a gravidade da situação social do país a partir da ocupação norte-americana e de seus aliados.

Entre os dados divulgados estão as informações de que 43% da população vivem abaixo da linha de pobreza, 15% dos iraquianos não comem regularmente, 70% não dispõem de água potável e 28% das crianças estão subnutridas.

A situação já era grave antes da guerra em virtude das sanções econômicas aplicadas contra o governo de Saddam Hussein depois do fim da primeira Guerra do Golfo. A subnutrição infantil já alcançava 19% e 50% da população não tinham acesso a água potável em 2003.

Hoje, aproximadamente 8 milhões do total da população de 27,5 milhões necessitam de alguma ajuda de emergência, inclusive os 2 milhões de deslocados de suas casas e regiões que se refugiaram nos países vizinhos, Síria e Jordânia.

Os serviços básicos do país estão em ruínas e a ajuda internacional vem diminuindo. Parte dela, inclusive, desaparece devido à corrupção desenfreada do governo, controlado pelos Estados Unidos, embora não o controle neste aspecto.

O que ocorreu e continua a ocorrer no Iraque é um crime de lesa-humanidade sem justificativa, por mais autoritário que fosse o regime de Saddam Hussein. Como afirma o ativista iraniano Emadeddin Baghi em referência à pressão internacional sobre o governo iraniano, do qual ele é dissidente: “A democracia não pode ser exportada. Ela deve florescer do próprio povo. Por isso, defendo o fortalecimento da sociedade civil, e é isso que o mundo deveria apoiar”.

Para piorar a situação do país, há uma tendência de a exploração de petróleo no país ser privatizada, bem como o seu refino, o que eliminaria de



vez qualquer perspectiva de recuperação do país a médio prazo, mesmo na hipótese de retirada das tropas estrangeiras.

ISRAEL E PALESTINA

O governo israelense tenta de todas as maneiras se aproveitar da divisão entre o Fatah e o Hamas. Hoje este último governa a Faixa de Gaza, enquanto o Fatah é hegemônico na Cisjordânia. Os passos mais recentes foram a libertação de 255 palestinos dos aproximadamente 5 mil que cumprem penas em prisões israelenses e a organização de um encontro entre o primeiro-ministro de Israel, Ehud Olmert, e o presidente palestino, Mahmoud Abbas.

O governo norte-americano prometeu contribuir para o processo de conversações entre as partes a culminar num encontro de cúpula em novembro próximo. No entanto, essa iniciativa de Bush é vista com ceticismo, pois alimentar o conflito tem sido parte de sua estratégia, e Olmert, com sua popularidade sempre em baixa, tem pouco apoio doméstico para oferecer qualquer coisa em troca da paz.

Ao mesmo tempo, para a Autoridade Nacional Palestina também seria difícil ceder em suas reivindicações tradicionais, por exemplo a volta às fronteiras pré-1967, fim da colonização israelense em terras palestinas e capital em Jerusalém. Estas colônias ocupam cerca de 5% da Cisjordânia, mas espalhadas por todo o território. Comenta-se que o novo presidente de Israel, Shimon Peres, estaria tentando articular uma proposta em relação a esse item.

Abbas se disse otimista com as conversações ocorridas, e ele é atualmente quem mais precisa apresentar resultados para justificar a dissolução do governo palestino em que o Hamas era maioria – seguramente, israelenses e norte-americanos se aproveitarão disso.

JAPÃO – APESAR DA DERROTA ELEITORAL, ABE SE AGARRA AO CARGO

O primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, quebrou um precedente ao insistir que não renunciará ao cargo mesmo após a grande derrota sofrida por seu partido nas eleições para o Senado ocorridas em 29 de julho.

Metade dos 242 assentos estava em disputa na votação que levou o partido de Abe, Partido Liberal Democrático (PLD), de direita, e seu partido coligado, o Komeito (Renovação), a ficarem com somente 103 assentos. Esta perda de 30 senadores para o partido que governou o Japão desde 1955, quando foi criado, teve grande impacto político no país.



Notícias do mundo

O Partido Democrático do Japão (socialdemocrata), de oposição, cresceu de 81 para 112 assentos. A partir de agora poderá obstruir a agenda legislativa e já elegeu seu presidente da oposição, Satsuki Eda.

No entanto, a escolha do primeiro-ministro é feita na Câmara, onde o governo continua com a maioria, e há uma movimentação discreta para convencer Abe a renunciar e possibilitar que o PLD indique um novo primeiro-ministro com a difícil tarefa de evitar a derrota eleitoral nas próximas eleições parlamentares.

Outros premiês que lidaram com o mesmo cenário no passado renunciaram ao cargo. Contudo, Shinzo Abe, sucessor de Junichiro Koizumi desde setembro de 2006, rejeitou todas as pressões da oposição e de muitos dos editoriais de jornais japoneses pedindo que abrisse mão de sua posição ou convocasse eleições gerais. Em resposta à pressão, Abe declarou que decidiu permanecer no cargo porque o país não poderia conviver com um vácuo político neste momento, mas em compensação prometeu reconstituir seu gabinete.

Segundo algumas análises, apesar de o desempenho da economia estar melhorando depois de muitos anos de estagnação, a derrota pode ser vista como uma reação dos eleitores por Abe ter concentrado sua atuação em transformar o Japão num país mais assertivo na esfera internacional e em reformar a Constituição, deixando o gerenciamento do dia-a-dia, especialmente na economia, ser atingido por escândalos de corrupção.

Desde sua posse, fruto de um acordo entre partidos e não do processo eleitoral, Abe usou a maioria parlamentar alinhada a seu governo para aprovar leis que aumentassem a disseminação do patriotismo nas escolas e revisar a Constituição pacifista do Japão para aumentar seu *status* militar.

Vários de seus ministros tiveram desempenho desastroso. O primeiro de uma série de eventos que feriram a imagem do governo foi a perda de 50 milhões de registros do fundo nacional de pensão, praticamente os dados de todos os aposentados e pensionistas japoneses, o que causou uma série de inconvenientes para todos eles.

Em seguida, o ministro da Agricultura, Toshikatsu Matsuoka, sob investigação por conta de doações eleitorais, cometeu suicídio. O ministro do Trabalho, Saúde e Bem-Estar Social, Hakuo Yanagisawa, causou um imenso mal-estar ao descrever o papel da mulher na sociedade como “máquina de fazer bebês”, e a ministra da defesa, Fumio Kyuma, deixou o cargo após justificar os bombardeios de Hiroshima e Nagasaki ocorridos em 1945.

Com a possibilidade de a oposição atrasar ou bloquear qualquer novo item da agenda parlamentar, Abe e seu partido deverão enfrentar muita dificuldade para recuperar a reputação arranhada pelos escândalos de

corrupção e pela ineficácia na gestão da segunda maior economia do mundo, o que, por outro lado, também dificultará promover as reformas neoliberais programadas pelo governo na área econômica.

Outro derrotado na eleição foi o ex-presidente peruano Alberto Fujimori. Com dupla cidadania, peruano e japonês, ele concorria ao Senado por outro partido de direita, Novo Partido do Povo, formado em 2005 por dissidentes do PLD.

Em prisão domiciliar no Chile, Fujimori esperava que a vitória o ajudasse a evitar sua extradição para Lima, requerida pelo governo peruano, embora ainda sem decisão definitiva. Contudo, sua campanha obteve pouca atenção no Japão e o ex-presidente peruano conseguiu apenas sete mil votos dos cerca de 100 milhões de eleitores japoneses.

PAQUISTÃO – O GENERAL MUSHARRAF E AS ELEIÇÕES GERAIS

Os mandatos do presidente, general Pervez Musharraf, do Parlamento e das assembleias provinciais do Paquistão se encerram em outubro próximo e a campanha para reeleição do general escolheu como estratégia o confronto com os terroristas islâmicos.

“Estamos em confronto direto com as forças extremistas. São moderados *versus* extremistas”, afirmou Musharraf em resposta a uma série de ataques realizados contra o exército paquistanês na província Fronteira Noroeste. O general também declarou que é candidato à reeleição – processo em que a escolha é feita de forma indireta, por meio do colégio eleitoral –, mas sem deixar o comando das forças armadas, pois afirma que um governo puramente civil nunca poderia controlar os extremistas.

Contudo, Musharraf tenta minimizar a possibilidade de que seu ato prejudicaria o estabelecimento de um governo democrático, negando que o Paquistão será colocado em estado de emergência e prometendo que as eleições gerais ocorrerão no início de 2008.

Ele é mais um dos generais que governaram o Paquistão desde 1947, quando o país obteve a independência da Inglaterra junto com a Índia e a antiga colônia britânica se transformou em dois Estados, inicialmente, e depois em três, quando o antigo Paquistão Oriental declarou sua independência em 1971 com apoio indiano e se transformou no atual Bangladesh.

Os partidos de oposição duvidam que o pleito, realizado sob os auspícios do general, possa ser livre e isento de fraudes. Além disso, apontam para o perigo da reação de Musharraf aos ataques feitos à Mesquita Vermelha em Islamad, no início de julho, para justificar a extensão de seu governo militar e da violência. A ação do exército nesta ocasião matou 102 pessoas, em núme-



ros oficiais, e segundo as teorias da conspiração a violenta reação ao ataque foi desenhada justamente com o propósito de fortalecer seu papel de defensor.

Um dos grandes problemas para Musharraf é sua forte ligação com os Estados Unidos, que o consideram uma peça-chave na guerra contra o terrorismo, pela proximidade com o Afeganistão. Em 2004, o Paquistão foi declarado o maior aliado dos Estados Unidos fora da OTAN, e apesar de Washington apoiá-lo fortemente desde os ataques de 11 de setembro, ultimamente o tem criticado por não ter conseguido neutralizar o Taleban e a Al-Qaeda, atuantes no território paquistanês, especialmente nas províncias da Fronteira Noroeste e no Baluchistão.

Desde o episódio da Mesquita, os ataques aos militares têm se intensificado e a violência está em escalada desde que as milícias pró-Taleban na província de Waziristão do Norte cancelaram a trégua com o governo, que já durava dez meses. Eles acusam as autoridades de violar o pacto.

O fim deste acordo é visto como um grande golpe na estratégia do general Musharraf com relação às regiões tribais do Paquistão. O acordo previa que o exército se retiraria da área ao redor de Miran Shah, passando o controle aos chefes tribais, que em contrapartida assegurariam que as forças do Taleban e da Al-Qaeda no Waziristão não entrariam no Afeganistão.

Cerca de 600 soldados paquistaneses morreram nas operações na fronteira, criando ressentimento com relação ao general entre a população civil e as forças armadas. Contra a orientação de sua cúpula militar, o general anunciou o envio de duas divisões de tropas para a região, por segurança, já que ele continua a declarar que pretende reconstruir o acordo com as milícias.

Não é só a aliança com os Estados Unidos que causa problemas políticos para o general, mas ele tem sido pressionado por um crescente movimento de oposição, criado após sua tentativa de demitir o juiz Iftikhar Mohammed Chaudhry da Suprema Corte, e por uma grande crise humanitária por que passa a região do Baluchistão, assolada por uma enchente que afeta 2,2 milhões de pessoas.

Em 17 de julho, os ataques voltaram à capital Islamad em meio a uma passeata liderada pelo juiz Chaudhry na qual 16 pessoas morreram e outras 40 foram feridas. Nenhum grupo reclamou a autoria do ataque e o alvo ainda permanece incerto, mas o resultado foi colocar o país em estado ainda maior de desordem.

Neste meio-tempo o juiz Chaudhry retomou seu posto na Corte por uma decisão dela mesma, e em recente julgamento contribuiu com seu voto para libertar um outro opositor de Musharraf da prisão, o líder do partido conservador e pró-legislação islâmica Javed Hashmi, líder da Aliança Democrática Islâmica (ADI).





O general espera unir o país em torno da luta contra os extremistas, com o apoio dos Estados Unidos. Mas sua recusa em deixar o comando das forças armadas é criticada por muitos como ilegal e sua decisão de buscar a reeleição através do atual colégio eleitoral (onde ele tem maioria), em vez de aguardar a reconstituição do próximo colégio eleitoral após as eleições gerais, está sendo vista como um passo arriscado.

A fim de ter legitimidade para governar, Musharraf terá que construir acordos com políticos seculares, notavelmente Benazir Bhutto, ex-primeira-ministra exilada em Londres. Sabendo disso, o general aproveitou uma visita aos Emirados Árabes Unidos para iniciar a negociação de algum acordo político com a ex-primeira-ministra, integrante do partido de oposição Pakistan People's Party (PPP).

Benazir Bhutto está exilada na Europa desde 1998 em razão das acusações de corrupção após o colapso de seu governo no início dos anos 1990 que acabam de ser anuladas. Ela declarou que apoiaria o general para outros cinco anos como presidente caso recebesse permissão para concorrer nas próximas eleições, nas quais a expectativa é que ela vença.

Mesmo tendo declarado por anos que nunca faria qualquer acordo com Bhutto ou Nawaz Sharif, outro ex-primeiro-ministro que vive no exílio após ser retirado do poder por Musharraf, o encontro em Abu Dhabi mostra que o general sente que sua posição é vulnerável e que um acordo com Benazir pode ser interessante.

ÍNDIA – A ELEIÇÃO DA NOVA PRESIDENTA

No dia 25 de julho tomou posse Pratibha Devisingh Patil, a primeira mulher eleita para ser presidente da Índia, considerada a democracia mais populosa do mundo. Apesar de a posição ter menor importância que o cargo de primeiro-ministro, já ocupado anteriormente por outra mulher, Indira Gandhi, em 1966, a eleição ainda carrega importância e simbolismo.

O partido de Patil, o Congresso Nacional Indiano, encabeçou a coalizão federal Aliança Progressista Unida, que conseguiu articular o apoio de todas as regiões do país, recebendo dois terços dos votos do colégio eleitoral e derrotando o atual vice-presidente Bhairon Singh Shekhawatna na eleição realizada em 19 de julho, cujos resultados foram anunciados dois dias depois.

Patil é uma advogada de 72 anos de idade e proveniente do estado ocidental de Maharashtra. Ela recebeu o cargo do presidente A. P. J. Abdul Kalam, cujo mandato de cinco anos terminou em 24 de julho.

O cargo de presidente é majoritariamente cerimonial, mas é o posto mais alto de acordo com a Constituição indiana. Chefia as forças armadas e pode





Notícias do mundo

supervisionar a formação do governo caso o Parlamento não chegue a um acordo. O ex-presidente Kalam teve um papel político central ao convidar o Partido do Congresso e seus aliados para formar o governo em 2004 depois que as eleições gerais produziram resultados inconclusivos, isto é, nenhum partido com maioria sozinho.

Escolhida a dedo pela líder de seu partido, Sonia Gandhi, Patil teve o apoio da Aliança Progressista Unida, seus aliados comunistas e do partido Bahujan Samaj, que governa a província mais populosa do país, Uttar Pradesh.

Governadora do estado ocidental de Rajasthan desde novembro de 2004 até sua indicação para a eleição presidencial, Patil não era reconhecida como uma dirigente de alto perfil do partido da situação, pois antes de 2004 seu último posto como ministra foi em seu estado natal de Maharashtra, responsável pelos suprimentos civis e programas sociais. Anteriormente, ela servira em outros cargos na esfera estadual e federal como membro do Partido do Congresso.

A única polêmica que envolve sua eleição é que, normalmente, o candidato principal para o posto de presidente é escolhido por consenso entre os principais partidos. Porém, Patil foi indicada pela atual coalizão de governo, hegemônica por seu partido, mas com forte oposição do partido Bharatiya Janata (BJP), nacionalista de direita.

Ao menos no início do mandato, Patil deverá sofrer comparações com seu predecessor, que foi muito popular, até por não ter sido político de carreira antes de assumir a presidência, pois Kalam era físico nuclear. Contudo, deverá se destacar nas próximas eleições parlamentares em maio de 2009, já que, provavelmente, a votação para o Parlamento será inconclusiva novamente e ela decidirá qual dos partidos terá o direito de iniciar a formação do governo.

A escolha de uma candidata tão alinhada com o Partido do Congresso tem sido vista como falta de confiança de Sonia Gandhi no futuro do partido na próxima eleição, embora a expressiva vitória de Patil tenha trazido mais ânimo.

De acordo com alguns analistas, o governo poderá tentar realizar algumas reformas, embora haja pouca possibilidade de que sejam realmente feitas. As poucas tentativas do governo de levar adiante algumas medidas foram barradas pela oposição. Contudo, enquanto a economia, com previsão de 8% de crescimento neste ano, continuar firme, o governo não se arriscará a criar uma oposição desnecessária.

Em meio à votação e à apuração dos votos, em 20 de julho, os diplomatas indianos e norte-americanos concluíram os detalhes de outro acordo, que conta com a oposição do Partido Comunista Indiano – marxista –, que faz parte da coalizão governamental. Seria um novo tratado de cooperação bila-





teral nuclear, que forneceria combustível nuclear à Índia em troca de restrições em seu programa de armas nucleares. O rascunho do tratado deverá ser debatido no Parlamento indiano em agosto e provavelmente provocará muitos debates no interior do governo.

NEGOCIAÇÕES NA OMC

Há exatamente três anos a OMC tenta encerrar a Rodada Doha, iniciada em 2001. Em julho de 2004 decidiu-se reduzir a agenda das negociações a quatro temas: agricultura, Acesso a Mercados Não-Agrícolas (NAMA), serviços e medidas de facilitação do comércio. Esta nova agenda se deveu principalmente à bem-sucedida articulação do G-20 poucos meses antes, durante a fracassada Conferência Ministerial de Cancun.

No entanto, esta decisão acabou gerando uma equação com, pelo menos, quatro variáveis que não fecha e dificilmente irá fechar. Os Estados Unidos e os países em desenvolvimento querem que a União Européia reduza seus subsídios à exportação de produtos agrícolas e abra seu mercado para importações destes bens; a UE e os países em desenvolvimento querem que os Estados Unidos reduzam seus subsídios domésticos à agricultura; e, finalmente, os Estados Unidos e a UE querem que os países em desenvolvimento promovam cortes profundos em suas tarifas externas de bens não-agrícolas.

Além disso, há outros detalhes menores, mas não menos importantes, como os percentuais de produtos sensíveis que ficariam de fora dos acordos e o tema da proteção à segurança alimentar e à produção agrícola doméstica.

Os rascunhos de acordo apresentados pelos presidentes de dois grupos de trabalho na OMC, agricultura e NAMA, têm as características de propor a redução moderada dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos e o acesso igualmente moderado ao mercado agrícola europeu, mas em relação ao NAMA a proposta é de cortes radicais (60%) nas tarifas de produtos industriais dos países em desenvolvimento.

Na verdade, tudo o que vier a ser decidido deverá igualmente ser aplicado a todos, mas ocorre que as tarifas externas e os subsídios agrícolas dos países em desenvolvimento são tão baixos quanto o são as tarifas de bens industriais dos países desenvolvidos. Portanto, quem cederia mais seriam os países em desenvolvimento, pois a indústria dos países desenvolvidos já está preparada para a competição internacional.

Repete-se o filme de sempre, os países desenvolvidos querem tudo em troca de nada. A diferença é que agora os países em desenvolvimento começaram a dizer “não”. Na reunião informal ocorrida em junho em Potsdam na Alemanha, logo depois da Cúpula do G-8, Brasil e Índia retiraram-se



Notícias do mundo

quando perceberam que não haveria concessões do outro lado. Pode ser um gesto apenas simbólico, mas isto nunca ocorreu antes.

Os rascunhos mencionados têm a intenção de ser discutidos em setembro, após as férias no hemisfério norte, mas dificilmente levarão a um acordo. O Brasil chegou a acenar com cortes no NAMA de até 50%, um número já exagerado para a nossa indústria; por outro lado, é difícil chegar a um acordo equilibrado sobre produtos de natureza totalmente diferentes como são NAMA e agricultura, pois o que se ganha consolidando a indústria é de longo prazo e o eventual ganho na exportação de produtos agrícolas depende sempre do clima e da conjuntura econômica local e internacional.





Periscópio Internacional nº 18

setembro de 2007

BOLÍVIA – CONSTITUINTE NO IMPASSE

Apesar da prorrogação do prazo para aprovar a nova Constituição do país para o início de dezembro, começam a surgir preocupações de que nada será realizado até esta data.

Os partidos que apóiam o governo de Evo Morales não têm os dois terços de votos necessários para aprovar suas propostas e a obstrução dos partidos de oposição tem sido eficaz, impedindo qualquer avanço contra os interesses da direita.

As mobilizações populares tampouco conseguem romper este impasse, pois se revelou que a sociedade boliviana se encontra dividida, e não apenas entre a elite minoritária e a população pobre majoritária, mas também entre as etnias e entre a população do altiplano e a da planície.

Pode-se ver um exemplo deste último aspecto na polarização e no impasse quanto à proposta em debate na Constituinte de tornar a cidade de Sucre a capital do país, acomodando não apenas o poder Legislativo e o Judiciário, como ocorre hoje, mas também os órgãos executivos que estão em La Paz e por isso lhe garantem o *status* de capital.

A economia boliviana melhorou seu desempenho após a estatização da exploração de gás e petróleo, em particular suas reservas internacionais. Porém, isso não está garantindo a possibilidade de institucionalizar as mudanças necessárias.

PERU – O DITADOR CORRUPTO VOLTOU

Depois de sete anos de exílio, Alberto Fujimori regressou ao Peru extraditado pela justiça chilena. Em 2000, ele renunciou no início de seu terceiro mandato presidencial obtido por meio de uma interpretação forçada da Constituição peruana. Apesar de ter obtido a maioria dos votos na época, acabou por refugiar-se no Japão, pouco depois de iniciar seu mandato, de onde enviou uma carta renunciando à presidência.



Notícias do mundo

A exposição de uma filmagem clandestina mostrou seu homem de confiança e chefe do serviço secreto peruano, Vladimiro Montesinos, subornando um deputado para apoiar o terceiro mandato de Fujimori, e então as manifestações populares fizeram o resto.

A justiça chilena aceitou extraditá-lo com base em sete das acusações que embasaram o pedido, particularmente as que implicavam violações de direitos humanos e práticas de corrupção.

A ironia é que o atual presidente do Peru, Alan Garcia, que foi sucedido por Fujimori, viveu dez anos no exílio na Costa Rica, entre 1990 e 2000, para também escapar de acusações de corrupção.

Porém, atualmente, Garcia depende dos votos da bancada fujimorista no Congresso para aprovar seus projetos e não deverá se esforçar para condená-lo. Esta bancada é liderada por Keiko Fujimori, filha do ex-presidente e deputada mais votada do país em 2006, com 600 mil votos.

EQUADOR – POPULAÇÃO ELEGE SUA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

Embora a contagem de votos não tenha terminado, a apuração de mais de 90% deles aponta para uma grande vitória do partido Alianza País (AP), de Rafael Correa, que deverá eleger no mínimo 70 deputados, mais do que a maioria necessária para aprovar as resoluções, que é de 66 votos. A centro-esquerda, representada por ID e RED, terá em torno de cinco deputados, igual número previsto para a esquerda representada por Patchakutik, Partido Socialista Equatoriano e Pólo Democrático. Há ainda seis deputados que foram eleitos nas comunidades que vivem no exterior e que são desconhecidos. Dificilmente os partidos de direita somados deverão chegar a 50 cadeiras.

A Assembléia Nacional Constituinte deverá ser instalada no dia 31 de outubro e terá 180 dias, prorrogáveis por mais 60, para concluir seus trabalhos, quando então a proposta de uma nova Constituição será submetida a um referendo popular.

Nesse meio-tempo, a Constituinte deverá eleger uma comissão especial de 30 membros que se encarregarão dos assuntos legislativos, enquanto os deputados atuais entrarão em licença não remunerada.

Embora a AP e o presidente Correa tenham a maioria de votos para aprovar uma Constituição à sua maneira, já anunciaram que não comparecerão à instalação da Constituinte com uma proposta pronta embaixo do braço e que o debate com a população será garantido.

Todas as atitudes adotadas por Correa até aqui confirmam que o povo equatoriano vive um grande momento e conta com uma grande oportunidade para conquistar as mudanças que merece.



COLÔMBIA – ELEIÇÕES ESTADUAIS E MUNICIPAIS

As eleições ocorrerão em 28 de outubro e a expectativa é a de um bom resultado para o Pólo Democrático Alternativo (PDA). O Pólo lançou candidatos ou estabeleceu alianças com outros partidos, principalmente o Partido Liberal, em todas as cidades médias e grandes da Colômbia.

Na capital Bogotá disputa a sucessão de Luiz Eduardo “Lucho” Garzón com a candidatura própria de Samuel Moreno, que se encontra bem posicionado nas pesquisas em parte graças ao bom desempenho de Lucho, que deixa o governo com 62% de aprovação. A representação do governo de Bogotá é de toda a região metropolitana, o que representa cerca de 8 milhões de habitantes, e é o cargo político mais cobiçado depois da presidência do país.

Se o prognóstico se confirmar, o PDA se consolidará como o segundo maior partido político do país.

GUATEMALA – O RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

O primeiro turno das eleições presidenciais guatemaltecas, bem como para eleger 158 deputados federais e 322 prefeitos municipais, ocorreu no dia 9 de setembro. Apesar de a campanha eleitoral ter ocorrido num clima de muita violência, com a morte de quase 50 ativistas políticos e candidatos ao Parlamento e às prefeituras, foi a primeira vez que a abstenção foi de apenas 41%. Nas eleições anteriores, ela superou os 60%.

Os escolhidos entre os 14 candidatos presidenciais de 21 partidos para disputar o segundo turno em 4 de novembro são Álvaro Colom, da Unidade Nacional da Esperança (UNE), que chegou em primeiro lugar, com 28,4% dos votos, e Otto Perez Molina, do Partido Patriota (PP), que obteve 23,7%. O terceiro colocado foi o candidato Alejandro Giamattei, do partido Grande Alianza Nacional (GANAN), apoiado pelo atual presidente Oscar Berger, que obteve 17%, e em quarto lugar ficou Eduardo Suger, do Centro de Acción Social (CASA), com 8%.

Colom é um empresário dono de *maquillas* (empresas *maquiadoras*) do setor têxtil que se proclama socialdemocrata e defende um programa de desenvolvimento econômico, geração de empregos, mais investimentos em educação e saúde, além de propor uma reforma das forças de segurança e do Judiciário como forma de lidar com a violência e a criminalidade, atualmente as principais preocupações da população.

Molina, por sua vez, representa o clássico candidato da direita truculenta. É general da reserva e suas propostas para combater a criminalidade são o



Notícias do mundo

fortalecimento das forças de segurança, a decretação de “estado de emergência” em certas regiões do país e a introdução da pena de morte.

Rigoberta Menchú, conhecida ativista em prol dos direitos humanos durante a ditadura militar na Guatemala, prêmio Nobel da Paz em 1992, escolheu um empresário, Fernando Montenegro, como seu candidato a vice-presidente e fez uma campanha na qual se afirmava “nem de direita e nem de esquerda”, priorizando a discussão dos temas relacionados a gênero e à questão indígena. Nas pesquisas esteve sempre em quarto lugar, mas terminou em sexto, com 3% dos votos.

Pela esquerda, o candidato presidencial da Unión Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), Miguel Angel Sandoval, obteve 2,8% dos votos e não apoiará ninguém no segundo turno. O candidato da Alianza Nueva Nación (ANN), uma cisão da URNG, Pablo Monsanto, obteve menos de 0,5% dos votos e seu partido perderá o registro. Entretanto, ele havia declarado apoio previamente a Colom em caso de segundo turno.

Ambos os partidos são membros do Foro de São Paulo, mas não conseguiram apresentar uma candidatura única. A conclusão é que a direita continua hegemônica no país. Elegeu a maioria dos prefeitos, inclusive o da capital, e também a maioria da Câmara de Deputados, e há o risco de a negociação do segundo turno implicar a eleição do ex-ditador Efraim Rios Montt, implicado na acusação da morte de mais de 10 mil pessoas, como presidente do Parlamento.

A Guatemala, o país mais populoso da América Central, com quase 15 milhões de habitantes, vive uma profunda crise econômica que o atual presidente, Oscar Berger, também empresário, nem de longe conseguiu resolver. Berger terminará seu mandato de forma melancólica. Muitos guatemaltecos vêem a imigração como a única alternativa de sobrevivência.

Apesar do fim dos governos militares e dos acordos de paz assinados com a antiga guerrilha, a violência política persiste. Depois da Colômbia, a Guatemala é o país mais perigoso para alguém ser dirigente sindical.

Para agravar a situação, o país se transformou em rota do narcotráfico para a América do Norte, o que também explica o alto índice de criminalidade e a violência eleitoral, pois os cartéis do tráfico têm interesse em impor e eleger candidatos que lhes sejam úteis no futuro.

ESTADOS UNIDOS – APESAR DOS RESULTADOS PÍFIOS NO IRAQUE, O CONGRESSO APROVA BILHÕES ADICIONAIS PARA A GUERRA

O Senado aprovou, em 27 de setembro passado, o aumento do limite da dívida federal em US\$ 850 bilhões – de US\$ 8,965 para US\$ 9,815 tri-





lhões – e em seguida aprovou uma lei regulamentando gastos que permite à Casa Branca aumentar os fundos destinados à guerra no Iraque em pelo menos US\$ 9 bilhões adicionais.

Além disso, a administração de George W. Bush recebeu autorização para direcionar, caso ache necessário, outros US\$ 70 bilhões extras para injetar mais recursos na ocupação do Iraque, enquanto o Congresso discute leis específicas sobre o assunto para o Departamento de Defesa e outras agências governamentais. Ou seja, o Congresso acaba de permitir que o governo repasse uma grande soma para as operações no Iraque, em uma votação apoiada por quase todos os integrantes do Senado, com exceção de um.

O senador democrata Russ Feingold (Wisconsin) foi o único voto contra, com um discurso duro contra a guerra e pela retirada das tropas, enquanto os cinco senadores que se abstiveram da decisão são todos pré-candidatos à presidência em 2008: os democratas Hillary Clinton, Barack Obama e Joe Biden, e os republicanos John McCain e Sam Brownback.

No Congresso, a resolução foi aprovada por 404 votos, com 14 votos contrários e 14 abstenções. As recusas foram feitas por um republicano e 13 democratas. Isso quer dizer que, dos candidatos à presidência, somente os deputados Ron Paul, do Partido Republicano, e Dennis Kucinich, do Partido Democrata, votaram contra conceder a Bush um aumento dramático de recursos para os esforços de guerra.

No último debate presidencial, ocorrido um dia antes da votação, os três principais pré-candidatos democratas se recusaram a prometer que iriam promover a retirada das tropas norte-americanas do Iraque. Hillary, Obama e John Edwards declararam que não podem prever os desafios do futuro no território iraquiano e, portanto, não podem ainda oferecer um compromisso a esse respeito.

Além do desastroso Relatório de avaliação da guerra no Iraque, preparado pelo general Petraeus e pelo embaixador dos Estados Unidos no Iraque, Ryan C. Crocker, e dos inúmeros escândalos que circulam ao redor desta guerra, apenas um dia após a sessão de apresentação do informe de Petraeus no Congresso uma ocorrência em Bagdá reforçou a impressão de que os encaminhamentos da guerra estão fora do eixo.

A segurança na Zona Verde em Bagdá foi terceirizada pelo exército norte-americano e está a cargo da empresa Blackwater. No dia 16 de setembro, a empresa, que tem um contrato de US\$ 800 milhões com o governo para atuar no Iraque e no Afeganistão, reagiu de forma exagerada a uma suposta explosão de um carro-bomba no bairro sunita de Mansur a fim de proteger um comboio de diplomatas do Departamento de Estado que passava pelo local.





Notícias do mundo

A ação resultou em 11 iraquianos mortos, e as testemunhas afirmam que os agentes de segurança atiraram indiscriminadamente contra civis e que o suposto carro-bomba era na verdade um carro que entrou na praça onde estava o comboio, apesar do bloqueio do trânsito realizado pela polícia iraquiana, e falhou em responder à ordem de retirada de forma rápida o suficiente.

O comunicado do governo norte-americano lamentou a perda de vidas inocentes e declarou que um comitê conjunto com o governo iraquiano irá investigar o caso. Dez dias após o acidente, o governo iraquiano cortou a licença de operação da Blackwater no Iraque. Contudo, uma lei promulgada pelo governo de transição no Iraque, em 2003, exime de qualquer responsabilidade e de cumprimento da lei as firmas de segurança, que atuam no país com cerca de 50 mil homens.

Diante de situações como esta e da perda de legitimidade do governo Bush, com suas questionáveis razões para iniciar, prolongar e seguir apoiando esta guerra, uma pesquisa realizada pela publicação *Foreign Policy* e pelo Center for American Progress, para a construção de um índice de terrorismo, demonstrou que 84% dos entrevistados discordam que o país está vencendo a guerra contra o terror.

Além disso, 91% crêem que o mundo está mais perigoso para os Estados Unidos, 53% declararam que o aumento das tropas no Iraque teve um impacto negativo e 49% acreditam que a retirada das tropas norte-americanas do território iraquiano não levaria a ataques terroristas nos Estados Unidos.

Mesmo com todos estes dados e a baixa popularidade de Bush, o provável candidato republicano Rudolph Giuliani insiste em pautar sua campanha no ataque de 11 de setembro e na dura resposta ao “radicalismo islâmico”. Sua visão de que as instituições internacionais devem servir meramente aos propósitos dos Estados Unidos mantém o país em pé de guerra permanente, ampliando a postura agressiva de Bush.

Diante do atual quadro, essa posição soa irreal e pretensiosa.

FRANÇA – SARKOZY COMEÇA A MOSTRAR AS GARRAS

Nicolas Sarkozy iniciou seu governo com diversas demonstrações de que pretendia ser muito ativo, principalmente no cenário internacional. Além de interferir junto ao governo colombiano na busca da libertação da senadora Ingrid Betancourt, seqüestrada pelas FARC na Colômbia, ajudou a negociar a libertação de enfermeiras búlgaras que se encontravam presas na Líbia. (Posteriormente, foi revelado que esta negociação envolveu a venda de armas francesas para o governo Gaddafi.)



Após sua posse, nomeou Bernard Kouchner, ex-presidente da ONG Médicos sem Fronteira e filiado ao Partido Socialista Francês, ministro das Relações Exteriores. Embora este tenha sido expulso do partido por ter aceitado, Sarkozy conseguiu causar mais estragos nas fileiras socialistas ao cooptar dois outros integrantes do partido, o ex-ministro da Cultura Jack Lang e até um dos pré-candidatos do PS nas últimas eleições presidenciais, o economista Dominique Strauss-Kahn, que foi sondado para ser indicado pelo governo francês para presidir o FMI, e que aceitou o convite.

Ele tem jogado pesado também contra os trabalhadores imigrantes, propondo leis que dificultarão a permanência da atual comunidade, bem como a reunificação de famílias. Uma de suas idéias é submeter os candidatos à imigração em razão de tentativas de reunificação familiar a exames de DNA para comprovar os vínculos.

O último passo foi somar-se às ameaças norte-americanas de ataque ao Irã se este não desmantelar seu programa nuclear, instando a União Europeia a reforçar as sanções que já vem aplicando àquele país e também a considerar a opção armada. Esta atitude provocou contrariedade de vários lados. À esquerda, pelo absurdo que representa, e à direita por significar uma adesão à política externa norte-americana sem nenhuma contrapartida. Os estudantes franceses já apelidaram o presidente de “Sarkobush”.

No *front* interno, Sarkozy voltou-se contra os direitos trabalhistas e previdenciários. Quer extinguir a legislação das 35 horas semanais de trabalho e modificar a Lei de Greve de modo que os sindicatos assumam a obrigação de garantir um serviço mínimo. Propõe também reformar algumas regras previdenciárias, em particular extinguir as aposentadorias especiais dos condutores de trem.

A Confédération Général du Travail (CGT) disse que estas iniciativas representam uma declaração de guerra. O governo Juppé caiu em 1996, dando lugar à vitória dos socialistas liderados por Lionel Jospin, por ter proposto algo semelhante, que provocou uma forte greve geral.

É difícil avaliar se a estratégia de Sarkozy dará resultado, mas não há dúvida de que o momento lhe é muito mais favorável do que era para Juppé. A direita está unida em torno do governo, que detém maioria no Parlamento, enquanto a esquerda está dividida e enfraquecida, incapaz de oferecer uma verdadeira oposição. Se o novo presidente conseguir mexer com a conquista histórica do direito de greve, poderá abrir caminho para superar a resistência à reforma da previdência e da jornada de trabalho.

Em março haverá eleições municipais na França, o que será também uma nova oportunidade para medir a opinião pública, embora haja preocupações de que os partidos mais à esquerda (PCF, Verdes e outros) possam



Notícias do mundo

sofrer retrocessos nas posições atualmente ocupadas, principalmente na região metropolitana de Paris.

GRÉCIA – ELEIÇÕES PARLAMENTARES SEGURAM GOVERNO CONSERVADOR, MAS ENFRAQUECIDO

Em votação realizada em 16 de setembro passado, os conservadores do partido Nova Democracia conseguiram manter o governo na Grécia com uma pequena maioria no Parlamento, 152 dos 300 assentos disponíveis. Na eleição anterior, realizada em 2004, o partido havia conseguido eleger 165 representantes para o Parlamento e chegou ao poder após 11 anos de governo socialista.

O partido Nova Democracia recebeu 41,83% dos votos válidos, enquanto os socialistas do PASOK (Movimento Socialista Pan-Helênico) receberam 38,1%, o KKE (Partido Comunista Grego) 8,15%, o Syriza (Coalizão de Esquerda) 5,04% e o Laos (Alarme Popular Ortodoxo), de extrema direita, 3,8%.

Estes números dificultam o encaminhamento por parte do governo de reformas econômicas polêmicas com vistas a aproximar o país de seus sócios na União Européia. Entre as propostas do governo estão a privatização da linha aérea nacional Olympic Airways, entre outras estatais, a reforma no setor educacional e a revisão do sistema de previdência social do país.

O primeiro-ministro Costas Karamanlis esperava um resultado melhor e, diante de uma perspectiva de ganhos para seu partido, convocou as eleições seis meses antes do final de seu mandato. Segundo os analistas, os resultados não foram melhores para o PASOK porque os socialistas não foram capazes de capitalizar os erros do governo, em especial os incêndios florestais que devastaram a Grécia neste verão e mataram mais de 65 pessoas, levando muitos a acusar os conservadores de incompetência.

Na posse do novo governo, no dia 19 de setembro, os ministros Dora Bakoyannis, de Relações Exteriores, George Alogoskoufis, das Finanças, e Vangelis Meimerakis, da Defesa, mantiveram seus postos. O ministro da Ordem Pública, Vyron Plydoras, responsável pela resposta aos incêndios, não retornará ao governo neste segundo mandato.

LÍBANO DIVIDIDO TENTARÁ ELEGER NOVO PRESIDENTE

No final de outubro termina o mandato do atual presidente do Líbano, Émile Lahoud. Seu substituto deverá ser eleito pelo Parlamento libanês, uma vez que não há eleições diretas no país.

198





Tendo em vista a existência de quase 20 comunidades étnicas e religiosas no Líbano, a solução encontrada para pôr fim a uma guerra civil no início dos anos 1950 foi definir constitucionalmente a divisão de poder, pelo menos entre as facções mais representativas.

Dessa forma, o presidente e o chefe das forças armadas são cristãos, e o primeiro-ministro e o presidente do Parlamento são muçulmanos, respectivamente sunita e xiita.

Ocorre que os dados populacionais que deram margem a este acordo, relativos ao censo de 1930, modificaram-se muito. Os xiitas, que representam a parcela mais pobre da população, cresceram em número e em poder, conforme foi demonstrado em 2006, quando o Hezbollah impediu o exército israelense de ocupar o sul do Líbano.

O campo político do qual o Hezbollah participa inclui o Partido Amal, também representante da comunidade xiita, a Corrente Patriótica Livre, do general cristão Michel Aoun, aliado dos israelenses durante a guerra civil dos anos 1980, e o Partido Cristão Marada, de Suleimán Frangié.

Este bloco é minoritário no Parlamento, embora detenha mais de um terço dos deputados, e desde a retirada das tropas israelenses vem pressionando para ampliar sua participação no governo. A tática adotada tem sido de obstrução parlamentar e mobilização popular, por meio da renúncia de seis ministros aos cargos que ocupavam e da manutenção de um grande acampamento em frente ao Parlamento reivindicando a renúncia do primeiro-ministro sunita Fuad Siniora, como forma de provocar novas eleições parlamentares e redefinir a correlação de forças.

O outro bloco é composto pelo Partido Cristão Maronita Kataeb, de Amin Gemayel, pelo Partido Social Popular, liderado pelo druso Walid Jumblatt, pelo Partido do Futuro, do sunita Saad Hariri, pelos cristãos das Forças Libanesas, de Samir Geagea, e pelo Partido Nacional Liberal, de Dory Chamoun. Este bloco se autodenominou 14 de Março e se apresenta politicamente como sendo anti-sírio, de modo a sugerir que o outro bloco é apoiado pelo governo sírio, versão que a imprensa replica permanentemente. Entretanto, o 14 de Março é o agrupamento político preferido pelo governo norte-americano e pela União Européia.

Desde 2005 houve o assassinato de seis deputados deste bloco, incluindo o primeiro-ministro Rafik Hariri, pai de Saad Hariri. A autoria tem sido atribuída aos sírios, que negam peremptoriamente a responsabilidade por qualquer uma das mortes. Estas, no entanto, contribuem para tensionar e polarizar o clima político no país, e há fortes indícios de que a maioria dos partidos mencionados está armando suas milícias.

O quórum necessário para o Parlamento reunir-se em sessão e eleger o novo presidente é de dois terços, embora este possa ser eleito pela maioria





simples dos deputados presentes. O bloco xiita e seus aliados cristãos propuseram que se encontrasse um candidato de consenso e que pudesse ser eleito por dois terços ou mais dos votos parlamentares, o que não obteve resposta positiva do outro bloco. Boicotaram, então, a primeira sessão que trataria do assunto, justamente para forçar a ocorrência desse consenso.

PAQUISTÃO – MUSHARRAF E A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

O presidente paquistanês, general Pervez Musharraf, apresentou formalmente sua candidatura à reeleição no dia 28 de setembro, antecipando em 24 horas a decisão da Corte Suprema sobre sua elegibilidade.

A oposição o acusava de ilegalidade em três instâncias com relação à inconstitucionalidade de sua reeleição, alegando que desde 1999 ele detém dois postos, presidente e chefe das forças armadas. Caso fosse decidido que sua candidatura era ilegal, os analistas acreditavam que o general poderia declarar estado de emergência, dissolver o Parlamento ou buscar um novo mandato, como civil, após as eleições.

A votação está marcada para 6 de outubro, contudo os políticos da Aliança pela Restauração da Democracia prometeram renunciar em massa para tentar impedir que aconteça.

Antes da decisão de permitir a candidatura de Musharraf, a Suprema Corte ordenou a soltura de dezenas de ativistas de oposição, ordem que o governo declarou que irá cumprir em poucos dias. O general, um aliado-chave para os Estados Unidos, tem enfrentado uma situação complicada em seu país desde seu desentendimento com o juiz da Corte Suprema Iftikhar Muhammad Chaudhry em março passado.

Enquanto o primeiro-ministro Shaukat Aziz, acompanhado de outros membros do gabinete, entregava à comissão eleitoral os papéis de inscrição de Musharraf, centenas de manifestantes protestavam ao redor do prédio, e as principais vias de Islamabad tiveram que ser fechadas. O partido da ex-premiê paquistanesa Benazir Bhutto, do Partido do Povo Paquistanês (PPP), inscreveu seu vice-presidente, Makhdoom Amin Fahim, para concorrer à eleição presidencial.

Bhutto prometeu voltar ao país em meados de outubro para candidatar-se às eleições parlamentares de janeiro de 2008. Ela e o general têm discutido há alguns meses uma possível aliança que permita seu retorno e o de outros exilados com participação nos destinos políticos do governo do Paquistão.

Os aliados de Musharraf possuem assentos suficientes para ganhar a eleição, que contará com a participação dos parlamentares nacionais e repre-





sentantes de província. Mas a oposição quer que a votação ocorra após as eleições parlamentares.

Além de Fahim, do PPP, outro candidato à presidência é Wajihuddin Ahmed, que já foi juiz da Corte Suprema, nomeado por um grupo de advogados que encabeça o movimento para que o próximo presidente seja civil.

Para acalmar os ânimos, Musharraf garante que renunciará ao cargo de chefe das forças armadas em 15 de novembro, caso vença a eleição, para tomar posse como civil. Mas caso não seja reeleito também já deu seu aviso: permanece em seu papel militar.

JAPÃO – A ESCOLHA DO NOVO PRIMEIRO-MINISTRO, O OPOSTO DE ABE

Em meio a uma crise no governo japonês, com a renúncia do ex-primeiro-ministro Shinzo Abe, o PLD (Partido Liberal Democrata) escolheu seu substituto para o cargo. O eleito foi Yasuo Fukuda, apoiado por sete das oito facções do partido para a tarefa de fortalecer o PLD e o governo após as perdas nas eleições parlamentares de julho, os sucessivos escândalos e a repentina renúncia de Abe.

O novo premiê recebeu 330 dos 527 votos de deputados e lideranças regionais na consulta interna do partido. Tarso Aso, secretário-geral do PLD, e com posições mais próximas a Abe, recebeu 197 dos votos.

Fukuda é conhecido pelo tom conciliador na política externa e deve auxiliar o país a estabelecer melhores relações com os vizinhos China e Coreia do Norte, representando uma quebra no discurso nacionalista defendido arduamente por Abe e em menor escala por seu antecessor, Junichiro Koizumi. Um indício disso é a indicação do premiê de que não pretende visitar o santuário de Yasukuni, visto pelos países asiáticos como símbolo do militarismo japonês.

No plano interno, Fukuda deve interromper as reformas econômicas e políticas em curso, apontadas pelo PLD como a causa da perda das eleições de julho para o Senado. Além disso, há possibilidade de que ele convoque eleições legislativas, marcadas para setembro de 2009, em abril de 2008, quando o Parlamento já tiver aprovado o novo orçamento anual.

Contudo, diante da instabilidade do governo do PLD, o Partido Democrático do Japão (DPJ), que ganhou o controle do Senado em julho, fará pressão para que novas eleições gerais sejam convocadas com maior antecedência.

A primeira medida do novo primeiro-ministro será garantir a renovação da missão naval japonesa no oceano Índico, em apoio à guerra dos Estados Unidos no Afeganistão. Apesar de a Constituição japonesa não permitir isso, uma lei especial de 2001 foi redigida com este fim e pode ser estendida até 2010.



MIANMÁ – MOBILIZAÇÕES POPULARES SE MANTÊM

Mianmá, ex- Birmânia, conquistou sua independência da Inglaterra em 1948. Um de seus primeiros dirigentes, político importante no cenário mundial da época, foi Aung San. Seu governo teve um papel importante no início da articulação do movimento terceiro-mundista e não-alinhado, junto com Suharto da Indonésia e Nehru da Índia.

Em 1962 houve um golpe que implantou uma ditadura liderada pelo general Li Wen, apoiado em um partido único, chamado Partido do Programa Socialista da Birmânia (PPSB). Um protesto estudantil contra o governo, ocorrido em 1966, foi duramente reprimido, com a ocorrência de centenas de mortes.

A pressão popular conseguiu um tênue processo de abertura a partir de 1987, que propôs eleições presidenciais para 1990 precedidas por eleições parlamentares. Nestas, a Liga Nacional Pró-Democracia liderada pela filha de Aung San, Aung San Suu Kyi, alcançou cerca de 80% dos votos, e o PPSB elegeu apenas dez deputados de um total de 485.

Os militares acabaram reprimindo esta tentativa de redemocratização do país com muita truculência, e mais de 3 mil pessoas foram assassinadas durante novas manifestações pró-democracia em 1988. Eles simplesmente ignoraram o resultado eleitoral, cancelaram as eleições presidenciais, instalaram uma junta militar no poder, mudaram o nome do país para Mianmá e colocaram Aung San Suu Kyi em prisão domiciliar, situação em que ela se encontra até hoje.

Em 1991, ela recebeu o prêmio Nobel da Paz e é atualmente um dos grandes símbolos da luta mundial pela democracia e por respeito aos direitos humanos.

A ditadura militar tem sido feroz na utilização de prisão, tortura e assassinato de opositores, que incluem as guerrilhas que lutam pela emancipação das etnias *karen* e *shan*, duas das principais do país depois da birmanesa.

O governo de Mianmá tem sido constantemente condenado na OIT pelo uso de trabalho escravo como política de Estado para realização de obras públicas de infra-estrutura para beneficiar a instalação de importantes empresas multinacionais, principalmente no setor de petróleo e gás.

Desta vez, os novos protestos começaram em 19 de agosto, ainda envolvendo poucas pessoas, contra uma série de medidas de austeridade econômica e aumento de preços, decretados pela junta militar presidida pelo general Than Swee. Com a prisão de quase três centenas de manifestantes, houve na cidade de Pakokku uma manifestação de monges budistas, que foram agredidos por integrantes do exército.





Os monges deram um prazo para que o governo pedisse desculpas e, quando este se esgotou, começaram a sair às ruas num movimento que foi rapidamente engrossado pela população em várias cidades do país, além da capital Yangun (ex-Rangoon).

O movimento chegou a reunir quase 300 mil pessoas, além da participação de aproximadamente 30 mil monges de um total de 400 mil existentes no país, e já é novamente um movimento pró-democracia. Uma das últimas passeatas se dirigiu do centro da capital até a residência de Aung San Suu Kyi, que somente pôde acenar para os participantes por cima da fileira de soldados que rodeava sua casa.

No início, não houve maior repressão ao movimento, pois os militares sempre tiveram uma boa relação com a cúpula religiosa do país e não queriam entrar em choque com os monges, que são muito respeitados, pois isso poderia amplificar a mobilização. No entanto, a partir do dia 26 de setembro, diante da inevitabilidade da amplificação, passaram a reprimi-la com balas e prisões. Até o momento, as cifras oficiais reconhecem 15 mortes, incluindo um fotógrafo japonês, e centenas de feridos. Calcula-se também que deve haver mais de mil detidos, entre eles Aung San Suu Kyi, cujo paradeiro é incerto.

Os números, porém, devem ser superiores, pois diplomatas de outros países têm denunciado que os corpos caídos nas ruas são rapidamente removidos pelos soldados, e além disso os militares têm procurado bloquear as comunicações telefônicas e via internet com o exterior e cercaram os mosteiros para impedir a participação dos monges nos protestos.

A novidade foi a decisão do governo Bush, apoiado por diversos governos europeus, de impor sanções econômicas a Mianmá para pressionar por sua redemocratização.

Gesto democrático e humanitário? Pouco provável. Afinal de contas, o “mau comportamento” da junta não começou hoje e tampouco o movimento pró-democracia de Mianmá.

Aparentemente a intenção norte-americana e européia é constranger a China, que mantém estreitas relações com a junta que governa Mianmá e que já lhe assegurou acesso a grande fornecimento de petróleo e gás, inclusive por intermédio de longos dutos a serem construídos entre os dois países.

CORÉIA DO NORTE – PROCESSO DE DESNUCLEARIZAÇÃO EM CURSO, MAS SEM DATA PARA ACABAR

Após lançar um míssil intercontinental em 2005 que poderia atingir o Alasca e, portanto, o território norte-americano e também detonar seu pri-



Notícias do mundo

meiro artefato nuclear em 2006, a Coréia do Norte sofreu enormes pressões internacionais, notadamente de Estados Unidos, Japão e Coréia do Sul, e aceitou participar de negociações visando desmontar sua indústria nuclear.

O primeiro-ministro norte coreano, Pak Ui Chun, assumiu o compromisso em nome de seu país de finalizar o programa de armas nucleares sem, contudo, precisar quando seriam desativadas todas as plantas nucleares. A declaração foi feita em Manila, Filipinas, no final de julho, durante sua participação na conferência regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

A Coréia do Norte desligou o reator de Yongbyon no início de julho, sob os auspícios de um acordo negociado pelo Grupo dos Seis, composto pelas duas Coréias, Rússia, Estados Unidos, China e Japão. Como retorno, começou a receber 50 mil toneladas de petróleo vindo da Coréia do Sul e deve receber cerca de 1 milhão de toneladas para desativar todas as demais plantas nucleares.

Contudo, a recente rodada de negociações, em Beijing, terminou sem que uma data fosse marcada para isso, por conta das demandas norte-coreanas por concessões econômicas e políticas que incluem a remoção do país da lista do Departamento de Estado norte-americano de países que “patrocinam o terrorismo” e o estabelecimento de relações diplomáticas com os Estados Unidos.

As negociações também foram atrapalhadas em virtude do seqüestro de 13 cidadãos japoneses há décadas, dos quais cinco foram libertados neste meio-tempo e os outros teriam morrido no cativeiro, segundo o governo de Pyongyang. O Japão se recusa a oferecer qualquer ajuda à Coréia do Norte sem que seja oferecida uma explicação satisfatória para o episódio.

Além disso, o presidente sul-coreano, Roh Moo-hyun, mantém-se cético em relação às garantias de paz e estabilidade na península coreana. Em um discurso no Conselho Nacional de Unificação, em Seul, o presidente afirmou que o acordo de cessar-fogo de 1953 precisa ser substituído por um tratado de paz.

A decisão da Coréia do Norte de iniciar a desativação de suas plantas nucleares tem sido proclamada pelo governo dos Estados Unidos como uma história de sucesso da diplomacia de George W. Bush. Como parte do acordo, os Estados Unidos também liberaram o retorno de cerca de US\$ 25 milhões de fundos norte-coreanos que haviam sido congelados em um banco de Macau. A Casa Branca havia justificado o congelamento com a alegação de que eram recursos irregulares obtidos da venda de armas e contrabando.

Um novo encontro do Grupo dos Seis deve ocorrer em breve, e a expectativa dos Estados Unidos, declarada por seu negociador, Christopher Hill,





é de que o processo de desmonte de Yongbyon esteja completo até o final deste ano.

CRISE FINANCEIRA NOS ESTADOS UNIDOS PREOCUPA O MUNDO

O fim do sistema de Bretton Woods em meados da década de 1970 foi uma decorrência da decisão do governo norte-americano sob a presidência de Richard Nixon de romper a relação entre o dólar e o padrão-ouro que definia o seu valor, assim como o das demais moedas no mundo, e, conseqüentemente, da relação destas com o dólar.

Com esta medida, *grosso modo*, o câmbio do dólar em relação às demais moedas foi “liberalizado”, pois a sua relação de valor em relação a elas deixou de depender das reservas de ouro que os demais países porventura possuísem e passou a ser definido a partir do comportamento da economia norte-americana e das medidas adotadas pelo Departamento de Tesouro e pelo Banco Central dos Estados Unidos.

Neste sentido, a variação da taxa de juros norte-americana adquiriu grande influência sobre o movimento da especulação financeira mundial. Como é a maior economia do mundo, ela atrai aplicações financeiras permanentemente, pois os investidores têm segurança de que receberão a renda das aplicações.

A taxa de juros norte-americana tem se mantido relativamente estável há alguns anos, na faixa de 5% ao ano, assim como a oferta interna de crédito, particularmente para investimento na construção e compra de imóveis e também em outras atividades mediante garantias hipotecárias.

Estas carteiras de empréstimo e as hipotecas começaram a ser transformadas em títulos investidos no mercado financeiro secundário. Este tipo de negócio significa que os bancos que emprestaram dinheiro para a construção ou compra de imóveis começaram a “vender” estas dívidas à vista por valores menores do que teriam a receber até o momento em que elas fossem saldadas. Os principais fundos de investimento que colocaram recursos neste tipo de aplicação foram os *hedge funds*, que asseguram a remuneração dos investidores em qualquer situação mediante a cobrança de taxas mais altas que outros tipos de fundos.

Em determinado momento, alguns desses fundos na Austrália e nos Estados Unidos anunciaram que abandonariam a aplicação em títulos vinculados a dívidas imobiliárias e hipotecas, pois estava se tornando muito arriscado, e alguns quebraram porque as taxas que teriam de cobrar para manter seus investidores estavam se tornando demasiadamente altas.

Isto foi um sinal de que a inadimplência dos tomadores de crédito nos Estados Unidos aumentaria e os recursos para a construção seriam reduzi-



Notícias do mundo

dos, desvalorizando esses títulos e apontando para o fechamento de empresas de construção, desemprego e recessão.

A recessão nos Estados Unidos normalmente reduz suas importações de outros países e a crise se torna sistêmica e mundial.

A resposta do Banco Central dos Estados Unidos (Fed) foi reduzir sua taxa de juros em 0,5% para combater o risco de inadimplência e manter o interesse dos consumidores norte-americanos na busca de créditos para investir em imóveis, e assim afastar o risco de recessão, pelo menos momentaneamente. Com isto o mercado se acalmou por ora.

No entanto, a liberalização financeira iniciada nos anos 1970 e que agora é praticamente mundial mantém o risco de dano à economia devido à fuga de capitais e a ataques especulativos, sempre presentes. Por exemplo, o crédito norte-americano é de duas vezes o seu PIB e, portanto, representa um dinheiro virtual, pois ele é devido, e é com isto que se especula, mas pode não ser pago. Quando surge essa desconfiança, por algum motivo, temos crise e risco de recessão.

ABERTA A 62ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU

A 62ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, o principal fórum para negociações multilaterais, foi aberta em Nova York no dia 18 de setembro sob a presidência do ex-embaixador macedônio Srgjan Kerim. Tradicionalmente, após a abertura, é realizada uma sessão geral de debates, neste ano de 25 de setembro a 3 de outubro, que auxilia a direcionar os trabalhos durante o ano, e é nessa ocasião que discursam o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, e os presidentes ou representantes de todos os países-membros da organização, sempre iniciando pelo Brasil.

Ban Ki-moon já havia declarado na abertura da Assembleia Geral que os trabalhos deste ciclo priorizariam o combate ao aquecimento global. Em seu discurso, além de reforçar esse tema, o secretário-geral da ONU afirmou que a própria organização necessita fortalecer-se para poder responder melhor aos desafios globais, e para tanto precisa se modernizar.

O presidente Lula reforçou o discurso de Ki-Moon ao declarar a importância de os países desenvolvidos liderarem os esforços pela preservação do meio ambiente, e defendeu os esforços brasileiros relativos ao tema, incluindo a experiência com a produção dos biocombustíveis.

Neste ano, além do presidente Lula, tiveram bastante destaque as participações de Evo Morales, presidente da Bolívia, e de Mahmud Ahmadinejad, presidente do Irã. Chávez não compareceu este ano, substituído pelo ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Nicolás Maduro. Em 2006, o



presidente venezuelano causou grande polêmica ao discursar na plenária da Assembléia Geral após George W. Bush e dizer que o diabo havia estado ali e que o púlpito ainda cheirava a enxofre.

As prioridades para os trabalhos da Assembléia Geral neste período, além das mudanças climáticas, serão a diminuição da pobreza, mecanismos de financiamento para o desenvolvimento, acordos e ações antiterrorismo e a implementação de acordos globais em prol do desenvolvimento em torno do tema de que “desafios globais demandam soluções multilaterais”.

Com o fim do debate geral, a Assembléia Geral começa a considerar os itens substantivos da agenda e, em razão do grande número de questões para as quais o órgão emite suas recomendações, os trabalhos são divididos em seis comitês principais, que medeiam o debate entre os países e preparam os rascunhos das resoluções a serem votadas nas plenárias. São eles: Comitê em Desarmamento e Segurança Internacional; Comitê Econômico e Financeiro; Comitê para questões Sociais, Humanitárias e Culturais; Comitê Especial para questões Políticas e Descolonização; Comitê Administrativo e Orçamentário; Comitê de Assuntos Jurídicos. Uma série de questões urgentes, como Palestina e a situação no Oriente Médio, serão discutidas diretamente nas reuniões plenárias.

Aproveitando-se da realização da Assembléia Geral no dia 28 de setembro, o Grupo dos 118 Países Não-Alinhados realizou uma reunião ministerial da coordenação de seu movimento.

ONU – PAÍSES RENOVAM COMPROMISSO PARA REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES POLUENTES

Aproveitando a realização da Assembléia Geral da ONU, foi realizada em Nova York uma representativa reunião de chefes de Estado para discutir as questões relativas ao aquecimento global e às mudanças climáticas. O evento, ocorrido em 24 de setembro, com o título “O Futuro está em nossas mãos – A função da liderança diante das mudanças climáticas”, teve o objetivo de impulsionar os países a alcançarem um acordo na Conferência sobre Clima que acontecerá em Bali, em dezembro próximo, com expectativas de discutir um acordo substituto ao Protocolo de Kyoto.

A reunião apresentou o acordo de 191 países, obtido em Montreal no dia 22 de setembro (no aniversário de 20 anos do Protocolo de Montreal), como resultado positivo para acelerar o processo de eliminação dos hidroclorofluorcarbonos (HCFC) – gases que contribuem para o efeito estufa e a destruição da camada de ozônio.

George W. Bush não esteve presente no evento. Seu governo planejou uma conferência sobre o mesmo tema a ser realizada alguns dias após o



encontro de alto nível da ONU. Mesmo assim, o passo dado em Montreal e a realização do evento foram avaliados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) como um avanço histórico e um sinal de que outro passo importante pode ser dado em breve para a redução das emissões de gás carbônico, de maior volume e que causam maior dano do que os HCFC, mas de caráter mais delicado, já que lidam com queima de petróleo e combustíveis fósseis.

ONU – DECLARAÇÃO SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS É APROVADA

A Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas foi aprovada pela Assembleia Geral no dia 13 de setembro, cumprindo uma demanda histórica dos movimentos sociais e dos povos indígenas de todo o mundo. Na votação, foram 143 países a favor da aprovação, 11 abstenções (Azerbaijão, Bangladesh, Butão, Colômbia, Federação Russa, Geórgia, Nigéria, Samoa, Quênia e Ucrânia) e quatro votos contrários de Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Estados Unidos, países com considerável população nativa.

A adoção da declaração foi conseguida como resultado de 22 anos de consultas e diálogos entre governos e povos indígenas de todas as regiões do mundo, cuja população é estimada em mais de 370 milhões de pessoas. O documento enfatiza os direitos dos povos indígenas de manter e fortalecer suas próprias instituições, culturas e tradições, planejar o desenvolvimento conforme suas necessidades e aspirações e estabelece normas mínimas para o respeito aos direitos humanos e também para o combate à discriminação e à marginalização.

A declaração, que contém 46 artigos, aborda os direitos individuais e coletivos, culturais e de identidade, bem como os referentes a educação, saúde, emprego e idioma. Propõe relações harmoniosas e cooperativas entre os Estados e os povos indígenas. Reconhece o direito à livre determinação e à autonomia ou autogoverno em assuntos internos. Além disso, garante a igualdade de direitos entre homens e mulheres indígenas e a propriedade das terras ancestrais e dos recursos que tradicionalmente possuem, ocupam ou utilizam, e a preservação do meio ambiente. Exclui o desenvolvimento de atividades militares em terras ou territórios indígenas.

A oposição feita principalmente por Canadá e Estados Unidos baseia-se nas cláusulas que tratam de autodeterminação e direito à propriedade intelectual.



Periscópio Internacional nº 19 outubro de 2007

CRISTINA KIRCHNER VENCE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA ARGENTINA

Tendo alcançado 45% dos votos no dia 28 de outubro, Cristina Kirchner foi consagrada vencedora no primeiro turno das eleições presidenciais argentinas como representante de uma das três sublegendas do Partido Justicialista (peronista). A segunda colocada foi Elisa Carrió, pelo partido Aliança por uma República de Iguais (ARI), que alcançou 23% dos votos.

O ARI é uma dissidência progressista da União Cívica Radical (UCR) ocorrida durante a crise argentina de 2001, quando o presidente Fernando de la Rúa, eleito pela UCR, acabou renunciando.

O terceiro colocado, com 17% dos votos, foi Roberto Lavagna, ex-ministro da Economia do governo de Eduardo Duhalde, bem como durante uma parte do mandato de Nestor Kirchner. Ele compôs uma chapa com a UCR, apesar de um grupo dissidente deste mesmo partido ter indicado o candidato a vice-presidente de Cristina Kirchner.

Tudo indica que quando terminar o mandato presidencial de Nestor Kirchner ele dedicará seu tempo para organizar um partido político que reúna a esquerda e a centro-esquerda do peronismo sob sua liderança.

Além da vitória da candidata presidencial que apoiou, conta para isso também com um resultado positivo nas eleições parlamentares. A nova presidente contará com maioria confortável no Senado, 44 das 72 cadeiras, e na Câmara, 153 do total de 257 cadeiras. O ARI terá a maior bancada de oposição, com 35 deputados. A maioria dos governadores e prefeitos eleitos ao longo de 2007 também serão seus aliados.

Duhalde será o provável articulador da direita do justicialismo. Nas eleições presidenciais se aliou a Macri, recém-eleito prefeito de Buenos Aires, e apoiaram o candidato presidencial Jose Lopez Murphy, que, no entanto, recebeu apenas 1,5% dos votos.

Independentemente das especulações sobre o futuro da política argentina, o resultado dessas eleições fortaleceu a tendência progressista no conti-



nente e mais uma vez desmontou as tentativas da grande imprensa de influenciar o resultado a favor da direita.

RESULTADO DAS ELEIÇÕES ESTADUAIS E MUNICIPAIS NA COLÔMBIA

Na mesma data das eleições presidenciais argentinas ocorreram também eleições na Colômbia para escolher 1.097 prefeitos, 32 governadores de departamentos – equivalentes aos estados brasileiros – e 418 deputados departamentais.

O resultado para a esquerda foi importante. Em primeiro lugar porque por intermédio do Pólo Democrático Alternativo (PDA) ampliou seu índice de votação em geral. Segundo porque seu candidato a prefeito de Bogotá, Samuel Moreno, obteve o melhor resultado eleitoral da história do partido, 43,5% dos votos, e sucederá a Lucho Garzón, que também é do Pólo e fez um mandato considerado positivo.

No governo do departamento de Nariño, o PDA emplacou o ex-líder do grupo guerrilheiro M-19 e atual senador Antonio Navarro Wolf, que foi um dos pré-candidatos internos do partido para a eleição presidencial da Colômbia mas acabou cedendo lugar a Carlos Gaviria, que, por sua vez, é o atual presidente do partido. Nos departamentos de Atlântico e Santander compôs com candidatos vitoriosos do Partido Liberal, que também faz oposição ao governo Uribe.

Os partidos que apóiam explicitamente o presidente Uribe elegeram 363 prefeitos e 12 governadores. O Partido Liberal, que ficou em terceiro lugar na última eleição presidencial, elegeu 206 prefeitos e seis governadores.

Os demais foram eleitos por partidos menores ou por meio de candidaturas independentes (sem partido).

O presidente Álvaro Uribe acusou o golpe e começou a falar em modificar novamente a Constituição para candidatar-se a um terceiro mandato, o que seria “justificável diante de uma hecatombe”, segundo suas declarações.

COLOM SERÁ O NOVO PRESIDENTE DA GUATEMALA

No segundo turno das eleições presidenciais realizadas na Guatemala em 4 de novembro sagrou-se vencedor o socialdemocrata da Unidad Nacional de la Esperanza (UNE), Alvaro Colom, por 53% dos votos, sobre o candidato da extrema direita do Partido Patriota, o general reformado Otto Perez Molina.

A abstenção eleitoral no segundo turno foi, no entanto, alta, de quase 50% dos inscritos, enquanto no primeiro turno havia sido menor, em torno de 40%.

Enquanto Molina fazia sua campanha defendendo “punho firme” no enfrentamento dos altos índices de criminalidade e violência no país, Colom argumentava que a Guatemala não necessitava mais de militares no governo.





Colom terá uma grande bancada parlamentar que o apoiará no geral, mas não terá votos suficientes para aprovar qualquer tipo de proposta e terá que negociar para obter a maioria absoluta dos votos, por exemplo, se quiser alterar a Constituição.

Resta saber se terá vontade política e a habilidade necessária para aprovar as medidas para elevar o nível de vida, pelo menos da população mais pobre, como prometeu, bem como reduzir a criminalidade e a violência sem abrir mão do devido respeito aos direitos humanos.

HONDURAS RECEBE SOBERANIA DE ILHAS NO CARIBE E MUDA SUAS FRONTEIRAS

A Corte Internacional de Justiça de Haia (CIJ) entregou a Honduras, no início de outubro, a soberania de quatro ilhas do mar do Caribe – Bobel, South, Savanna e Port Royal –, reclamadas pela Nicarágua.

Além disso, a CIJ estabeleceu uma nova linha fronteira entre os dois países, desconhecendo os apelos de ambos para a redefinição das linhas marítimas. De acordo com Honduras a fronteira estava no paralelo 15 e segundo a Nicarágua no paralelo 17. A linha está localizada, no julgamento da Corte, na linha bissetriz entre os dois litorais.

Os presidentes de Honduras, Manuel Zelaya, e da Nicarágua, Daniel Ortega, prometeram acatar a decisão de Haia.

REALIZADAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM CUBA

O sistema eleitoral cubano começa nos bairros, onde os cidadãos propõem os candidatos a delegados do Poder Popular, e estes nomes são submetidos a votação. A partir dessa base constituem-se os Conselhos Municipais de Cuba.

Em 21 de outubro, mais de 8 milhões de cubanos foram às urnas eleger, por meio de voto secreto e direto, os 15.326 membros das 169 assembleias do Poder Popular. Para a votação foram apresentados 37.328 candidatos, que não necessitam pertencer a qualquer organização e nem partido. O único requisito é terem sido indicados por algum cidadão cubano.

Ao terminar o horário de votação, qualquer cidadão pode observar a contagem dos votos recolhidos nas urnas. Os candidatos que não conseguiram a maioria absoluta dos votos participaram de um segundo turno entre os mais votados, realizado no dia 28 de outubro.

Os eleitos têm um mandato de 30 meses. Os delegados eleitos em âmbito municipal não recebem remuneração alguma e podem ter seus mandatos anulados a qualquer momento, se os cidadãos considerarem que não estão sendo corretamente representados.





Notícias do mundo

O direito ao voto e à nomeação de acordo com a legislação cubana corresponde a todos os cidadãos maiores de 16 anos, “capacitados mentalmente” e sem sanção penal.

LANÇAMENTO DO BANCO DO SUL

Reunidos em Brasília no início de outubro, os ministros de Economia e de Finanças de Argentina, Brasil, Venezuela, Uruguai, Paraguai, Equador e Bolívia chegaram a um acordo quanto à ata de fundação do Banco do Sul.

Foi marcada para 3 de novembro, na capital venezuelana Caracas, a assinatura do documento oficial de fundação. Lá também deve funcionar a sede da instituição, que terá sedes em Buenos Aires e Rio de Janeiro.

Ainda não estão definidos o capital e as cotas de participação de cada país na nova instituição, mas o que já está acertado é que, num primeiro momento, só poderão ter acesso aos financiamentos os 12 países que formarão a Unasul, antiga Comunidade Sul-Americana de Nações: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Uruguai, Suriname e Venezuela.

HAITI – ONU RENOVA PERMANÊNCIA DA MINUSTAH NO PAÍS

O Conselho de Segurança da ONU renovou em 15 de outubro o mandato da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) por mais um ano, ampliando suas atividades também para o combate ao tráfico de armas e drogas.

A extensão da missão, liderada militarmente pelo Brasil, foi concedida a partir de um pedido do primeiro-ministro haitiano, Jacques Edouard Alexis.

Em setembro passado, o ministro Nelson Jobim (Defesa) esteve no Haiti e chegou a discutir a possibilidade de aumentar o efetivo, atualmente em 1.200 homens, para atuar na reconstrução da infra-estrutura do país, o mais pobre da região.

Embora a resolução aprovada cite “melhora significativa” na segurança, ela justifica que “o tráfico internacional de drogas e de armas continua a afetar a estabilidade” haitiana.

Esta é a primeira vez que o mandato da Minustah é renovado por um ano. Até então ele vinha sendo renovado a cada seis ou oito meses, apesar dos pedidos do Brasil por uma renovação mais longa. A China, dona de poder de veto no Conselho de Segurança, se opunha à missão porque o Haiti reconhece a independência de Taiwan, que Pequim considera uma província rebelde.



O texto aprovado ontem adotou a recomendação do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, para reduzir o contingente da Minustah em 140 homens, para 7.060 soldados.

A infantaria será reduzida, e a força policial da missão aumentada para 2.091 homens. A ênfase é a fronteira: segundo a resolução, a extensa costa haitiana, com seus desprotegidos portos e pistas clandestinas de pouso.

ESTADOS UNIDOS *VERSUS* IRÃ

O Irã configura-se como um grande desafio para a política externa dos Estados Unidos. As políticas desenhadas pela administração Bush e desenvolvidas ao redor do presidente Mahmoud Ahmadinejad colocaram os dois países em rota de colisão. Talvez nem mesmo a possível aposentadoria dos neocons de George W. Bush após as próximas eleições seja o suficiente para evitar uma guerra.

Há um debate composto por informações equivocadas nos Estados Unidos sobre o Irã que contribui para o desentendimento entre os dois países, estimulando os Estados Unidos ao confronto.

O Irã não promoverá mudanças em seu sistema político tão cedo. Sua política externa é coerente e aponta para a busca de sua liderança na região, o programa de enriquecimento de urânio não quer necessariamente dizer que uma bomba nuclear esteja em construção. A pressão exercida sobre o país e a busca por estabilidade no Oriente Médio para isolá-lo têm justamente o efeito contrário, de fazer que o Irã tente minar os esforços norte-americanos na região.

No entanto, apesar das diferenças, houve momentos em que os dois países cooperaram com sucesso, como em 2001, na derrota do Taleban e na criação do novo governo do Afeganistão. De acordo com os diplomatas dos Estados Unidos envolvidos, a Constituição afegã só foi possível devido ao ativo papel do Irã. Ou em 2003, antes da invasão do Iraque pelas forças norte-americanas, quando o Irã apresentou aos Estados Unidos um pacote de negociações que foi esnobado pela administração Bush.

Os neocons da administração republicana continuam batendo na tecla de que é impossível lidar com o Irã em termos diplomáticos, até porque os Estados Unidos hoje estão enfraquecidos devido aos impasses gerados pelas ações no território iraquiano.

Até o final de 2005, o vice-presidente Dick Cheney e seus aliados acreditavam que haveria mudança de regime no Irã, mas após verificar que isso não aconteceria iniciaram a campanha por ações militares contra o país a fim de levar adiante seus planos de redesenhar o mapa geopolítico do Oriente Médio.



De acordo com o que imaginavam os assessores de Bush, a retirada de Saddam Hussein do poder faria que um Iraque sob regime de democracia formal influenciasse a região, trazendo outros países para a órbita norteamericana. A partir dos ataques de 11 de setembro, alguns aliados de Cheney no Pentágono definiram como objetivo remover todos os regimes da região que fossem hostis aos Estados Unidos ou a Israel.

O plano do Pentágono, segundo o general Wesley Clark – que recentemente se aposentou de seu posto no comando de uma das divisões do exército dos Estados Unidos –, que o ouviu de um colega, era desestabilizar sete regimes em cinco anos. O plano se iniciaria com a invasão do Iraque e depois seguiria afetando Síria, Líbano, Líbia, Somália e Sudão, e se voltaria no final para o Irã, segundo o relato de Clark em seu livro *Winning Modern Wars*, publicado nos Estados Unidos em 2003.

Em setembro de 2003, Cheney trouxe para seu gabinete David Wurmser, como assessor para assuntos do Oriente Médio. Este costumava expor idéias bem articuladas de como a queda de Saddam ajudaria a desestabilizar o regime iraniano. Wurmser foi um dos co-autores do paper “Clean Break” mencionado no “Periscópio nº 17”, de agosto de 2007.

De 2003 a 2005, Wurmser e os neocons continuaram negando que as operações dos Estados Unidos no Iraque somente fortaleceram o regime iraniano. O fim da crença de que a guerra pudesse influenciar o Irã negativamente foi a vitória eleitoral de Mahmoud Ahmadinejad em 2005.

No interior da administração Bush, a firme reação do Hezbollah ao ataque israelense ao Líbano em 2006 foi usada para explicar a “má” influência do Irã na região e sua ameaça real aos interesses dos Estados Unidos. Embora o discurso apresentado fosse para pressionar o Irã a desistir de seu programa nuclear, a questão original de mudança do regime poderia também ter sido utilizada para justificar ações militares. George W. Bush inclusive andou declarando que se o Irã adquirisse armas nucleares a Terceira Guerra Mundial seria iniciada.

Enquanto os componentes do atual governo continuam apresentando um leque de argumentos segundo os quais os Estados Unidos não deveriam buscar uma solução diplomática para seus desentendimentos com o Irã, o que também preocupa é a posição dos candidatos mais bem colocados na disputa pré-eleitoral.

Ao delinear a política externa que adotará caso vença a disputa pela Casa Branca em 2008, a senadora e pré-candidata democrata Hillary Clinton deixou uma mensagem clara: “todas as opções estão na mesa” para lidar com o Irã.

A frase, que abre as portas para a ação militar, é a mesma usada pelo atual presidente, apesar de toda a retórica crítica de Hillary à atuação republica-



na. O artigo que desenha as políticas da ex-primeira-dama foi publicado na edição de novembro da revista *Foreign Affairs*.

Aproveitando-se da repercussão deste artigo, Barack Obama, segundo colocado nas pesquisas das prévias internas para a escolha da candidatura democrata e que tem procurado se diferenciar das posições de Hillary, concedeu uma longa entrevista ao jornal *The New York Times*.

Nela, o senador declarou que caso seja eleito se dedicará a “uma agressiva diplomacia pessoal” com o Irã e oferecerá benefícios econômicos e uma promessa de não buscar “mudança de regime”, desde que Teerã deixe de municiar grupos rebeldes xiitas no Iraque e coopere em temas como o da não-proliferação nuclear.

Com mais de 45% de intenções de voto entre os candidatos democratas e alcançando recordes de arrecadação para sua campanha, mais de US\$ 90 milhões até agora, Hillary deve ser a candidata democrata à Casa Branca.

Segundo a última pesquisa realizada pelo Pew Research Center, não só dentro do próprio partido, Hillary Clinton lideraria a corrida presidencial. Se a votação fosse hoje, ela receberia 51% dos votos contra 43% do principal concorrente no partido Republicano, Rudolph Giuliani.

Apesar do tom diplomático usado no artigo da *Foreign Affairs*, as posições de Hillary não escondem que ela é a mais beligerante entre os pré-candidatos democratas. Portanto, a questão iraniana poderá permanecer na agenda política mesmo com a saída dos neocons da Casa Branca.

CONGRESSO DO SPD ALEMÃO REELEGE DIREÇÃO E SE DISTANCIA DO CDU

Ocorrido entre 26 e 28 de outubro, o congresso do Partido Social Democrata (SPD) da Alemanha terminou com a reeleição do presidente do partido, Kurt Beck, e de seu secretário-geral Hubertus Heil, por 95,5% dos votos.

Os 525 delegados oficiais receberam mais de 200 convidados, entre as 70 delegações estrangeiras de organizações provenientes de 55 países, que assistiram à aprovação de teses que propõem uma reversão das reformas liberais no país, levando o partido mais à esquerda.

A reeleição de Beck teve um gosto amargo para Franz Müntefering, ex-presidente do partido e atual componente do governo de coalizão da democrata-cristã Angela Merkel, pois fortaleceu a posição da maioria do partido de abandonar as tendências mais centristas adotadas desde o governo socialdemocrata de Gerhard Schröder.

A expectativa de Beck é que a proposta de aumento dos benefícios aos idosos e aposentados possa ajudar o partido a recuperar terreno nas eleições





Notícias do mundo

regionais de 2008. A fim de afastar-se das reformas previstas pela “Agenda de Reformas 2010” iniciadas pelo governo Schröder, o partido também quer diminuir os requisitos para a aposentadoria e apóia a criação de um salário mínimo para os trabalhadores com contrato temporário.

O Congresso também discutiu a adoção de limites para a participação de grandes investidores na privatização da Deutsche Bahn, a empresa estatal de transportes ferroviários, embora o partido continue a favor de que algumas reformas sigam seu curso, desde que sejam feitos ajustes na Agenda 2010.

De acordo com os analistas, o principal resultado do Congresso foi tentar devolver ao partido sua imagem tradicional de luta pela proteção do bem-estar e da solidariedade social, contrapondo-se ao posicionamento adotado nos últimos anos de um “partido modernizador” *à la* “terceira via” inaugurada pelo Partido Trabalhista do Reino Unido.

As mudanças no SPD representam também uma tentativa de recuperar eleitores perdidos para o recém-criado Die Linke (Partido de Esquerda), que tem sido apontado atualmente como o principal partido de oposição da Alemanha.

Com esta definição de objetivos mais voltados para o social, o congresso do SPD aponta para uma separação gradual da CDU, o parceiro na coalizão de governo, com vistas às eleições regionais de 2008 e gerais de 2009.

DIREITA XENÓFOBA AVANÇA NA SUÍÇA

Nas eleições parlamentares ocorridas na Suíça em 21 de outubro passado, a União Democrática de Centro (UDC), o partido de extrema direita do país, aumentou seu número de cadeiras no Parlamento de 55 para 62 do total de 200 assentos.

Este dado é ainda mais grave porque o comparecimento às urnas foi um dos maiores dos últimos tempos, aproximadamente 49% dos aptos a votar, e a campanha da UDC se deu praticamente em torno do tema da imigração, utilizando uma ilustração na qual algumas “ovelhas brancas” expulsavam uma “ovelha negra” de cima da bandeira suíça.

Durante a campanha eleitoral, a extrema direita conseguiu coletar 200 mil assinaturas numa petição que propõe realizar um referendo para alterar a legislação de modo a permitir a expulsão, pura e simples, dos estrangeiros que cometerem qualquer crime no país.

Um dos deputados recém-eleitos da UDC já anunciou que proporá uma nova lei que exigirá teste de DNA para comprovar parentesco entre estrangeiros já residentes na Suíça e “supostos familiares” que eles queiram reagrupar no país.



Os Verdes também cresceram de 13 para 20 cadeiras e quem perdeu na eleição foram, principalmente, o Partido Socialista (PS), que baixou de 52 para 43 cadeiras, e o Partido Radical Democrático (PRD), que caiu de 36 para 31 assentos.

A definição sobre a composição do novo governo deverá ocorrer na sessão ministerial prevista para ocorrer de 3 a 21 de dezembro.

MUDANÇA DE GOVERNO NA POLÔNIA

Ao contrário do ocorrido na Suíça, quem perdeu as eleições na Polônia foi a extrema direita que estava no poder. A coalizão do Partido da Lei e da Justiça (PiS) com o Partido da Autodefesa e com a Liga das Famílias Polonesas havia se rompido e novas eleições parlamentares foram realizadas em 21 de outubro passado; agora, estes dois últimos não superaram a cláusula de barreira de no mínimo 5% dos votos nacionais.

Os vitoriosos foram os liberais liderados por Donald Tusk, da Plataforma dos Cidadãos (PO), que poderá se compor com o Partido Camponês (PSL), tradicionalmente ligado à Igreja católica, e alcançar até 75% dos votos no Parlamento.

A derrota do primeiro-ministro Jaroslaw Kaczynski, irmão gêmeo do atual presidente do país, Lech Kaczynski, foi um alívio para muitos, pois a eleição passada dos dois, com base em uma plataforma de lei e ordem diante do aumento da criminalidade no país, na prática se transformou num processo de perseguição a seus adversários políticos, em particular os membros do Partido Comunista Polonês.

Com este resultado, espera-se que o novo governo encaminhe a retirada dos 900 soldados que atuam na ocupação do Iraque, assine a Carta de Direitos Humanos da União Européia e renegocie a proposta de instalação de mísseis norte-americanos em seu território, objeto de profunda contrariedade da Rússia.

ELEITORES UCRANIANOS FORTALECEM APROXIMAÇÃO COM A UNIÃO EUROPÉIA

O interesse de um setor da sociedade ucraniana de substituir suas relações preferenciais com a Rússia por uma aproximação com os países do Ocidente, em particular a União Européia e os Estados Unidos, sempre provocou fortes sensibilidades.

A tentativa de impedir a vitória eleitoral do atual presidente Viktor Yushenko em 2004 provocou uma onda de protestos no país, que a imprensa ocidental chamou de “Revolução Laranja”, devido à cor dos símbolos de seu partido, e ele acabou tomando posse.





Notícias do mundo

No dia 30 de setembro passado, houve eleições parlamentares, mas seu resultado oficial somente foi anunciado no final de outubro devido a um questionamento judicial provocado pelo Partido Comunista da Ucrânia (PCU).

De acordo com o resultado oficial, o partido de Yuschenko, Nossa Ucrânia – Autodefesa Popular, conquistou 72 cadeiras, que somadas com os votos de sua aliada Yulia Tymoshenko, cujo partido, Bloco Y.T., obteve 156 cadeiras, dão aos dois a maioria no Parlamento. O provável é que ela se torne primeira-ministra.

O partido do atual primeiro-ministro, Viktor Yanukovich, alcançou 175 cadeiras, o PCU 27 e o partido do ex-presidente Vladimir Litvin apenas 20.

Este resultado deverá provocar medidas que aproximem a Ucrânia ainda mais da União Européia, dos Estados Unidos e da OTAN, o que é considerado inaceitável para o governo Putin na Rússia. Em função do ocorrido em 2004, o governo Putin já havia determinado medidas de pressão sobre o governo ucraniano, como a interrupção do suprimento de gás natural. Resta ver como reagirá agora.

TURQUIA – PIORAM AS RELAÇÕES COM O IRAQUE E O MAL-ESTAR COM OS ESTADOS UNIDOS

Em 17 de outubro, o Parlamento turco aprovou, por 507 votos a 19, uma moção que autoriza o governo do primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan a lançar uma ofensiva militar contra autonomistas curdos que recebem apoio no Iraque. A justificativa para a medida seriam os ataques perpetrados pelo Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PPK), que no início do mês causaram 47 mortes, entre as quais 35 de soldados turcos, além de terem feito vários prisioneiros.

Em Washington, o presidente George W. Bush de imediato iniciou as pressões para que o ataque não ocorresse, pois uma eventual invasão turca do norte do Iraque colocaria em confronto as tropas de Ancara e as norte-americanas, que ocupam o país desde 2003.

Há o precedente de três operações militares turcas no Iraque. A maior delas, em 1997, envolveu 200 mil homens, sem, no entanto, neutralizar os autonomistas do PKK engajados em operações de guerrilha no Curdistão turco.

Em 28 de outubro, cerca de 8 mil soldados das forças de segurança da Turquia, protegidos por helicópteros fortemente armados, cercaram áreas rurais nos distritos de Oulumur e Nazimiye, em Tunceli. Tunceli está situada a 650 quilômetros a nordeste de Hakkari, região fronteira entre Turquia e Iraque e refúgio de separatistas, local dos recentes ataques executados pelo PKK.



Segundo o governo turco, o PKK planejava ações em Oulumur que coincidiriam com o 84º aniversário de proclamação da República da Turquia, em 29 de outubro.

O exército turco (TSK) deslocou para a região entre 100 mil e 150 mil homens na área de fronteira, além de tanques e artilharia pesada, preparando-se para uma grande ofensiva a posições do PKK em território iraquiano. Em uma entrevista à BBC no dia 28 de outubro, o ministro de Relações Exteriores do Iraque, Hoshyar Zebari, declarou que considera a atual crise muito séria e acusou a Turquia de não buscar uma solução pacífica para a situação.

Uma delegação iraquiana encontrou-se com o governo turco em Ancara, na última semana de outubro, a fim de propor uma solução que preveniria o PKK de usar suas bases no norte do Iraque para atacar vilarejos e postos militares na Turquia. A proposta incluía esforços coordenados com as forças de defesa do Iraque, os Peshmerga (forças curdas ligadas ao governo iraquiano), e unidades norte-americanas. A Turquia declinou as ofertas.

A imprensa turca mostrou reportagens nas quais Zebari revelava a oficiais em Ancara que o PKK havia ameaçado explodir oleodutos no norte do Iraque caso Bagdá concordasse com as incursões das tropas turcas.

O governo iraquiano suspeita que o exército turco possa não frear sua ofensiva apenas com as ações contra o PKK, mas inserir tropas fora da região fronteira e decidir permanecer na região por tempo indeterminado para impedir que os curdos estabeleçam um território independente em Kirkusk, no norte do Iraque.

Apesar das desconfianças no lado iraquiano, o TSK continua preparando-se para operações de larga escala na fronteira. Contudo, o general turco Yasar Buyukanit sugeriu que nada seria feito antes do encontro do primeiro-ministro Erdogan com George W. Bush em Washington, no dia 5 de novembro. Para os Estados Unidos, a Turquia deveria abster-se de lutar contra o PKK em solo iraquiano e encontrar uma alternativa mediante arranjos tripartites envolvendo Washington e Bagdá.

Não está clara qual será a posição final da Casa Branca com relação a essa questão, uma vez que os Estados Unidos necessitam manter uma aliança próxima com a Turquia a fim de assegurar o apoio em seus esforços de guerra no Iraque. Já o governo turco tem procurado a aprovação de Irã e Síria para sua incursão no norte do Iraque, contando com o fato de que ambos os governos gostariam de ver o movimento independentista curdo controlado, devido ao fato de que eles também contam com minorias curdas que totalizam 9 milhões de pessoas.

Para dificultar ainda mais, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes (deputados) dos Estados Unidos havia aprovado, em 10





de outubro, uma medida classificando a morte de 1,5 milhão de armênios por turcos otomanos antes e durante a Primeira Guerra Mundial como genocídio. Com 27 votos a favor e 21 contra, a comissão aprovou a medida apesar da oposição da Casa Branca, para a qual a classificação feriria os interesses do país no Oriente Médio.

Com a crise na Turquia e o possível embate no Iraque, a possibilidade de votação dessa moção em plenário foi dissipada. Muitos dos deputados democratas e republicanos que pretendiam apoiar o texto já retiraram seu apoio e aguardam em silêncio as diretrizes da Casa Branca.

PAQUISTÃO – O RETORNO DE BENAZIR BHUTTO E MAIS UM GOLPE

Após a reeleição do general Pervez Musharraf em 6 de outubro, mantendo o acordo mediado pelos Estados Unidos, foi permitido o retorno do exílio de Benazir Bhutto, ex-primeira-ministra do país.

Musharraf reelegeu-se para um segundo mandato recebendo a maioria dos votos – 671 dos 684 congressistas do Parlamento nacional e das assembleias regionais –, mas o resultado oficial não foi ainda proclamado, pois a Corte Suprema ainda pretendia julgar se sua candidatura fora legal, uma vez que acumulava o posto presidencial com a chefia das forças armadas. Por meio do estado de exceção que decretou no dia 3 de novembro, destituiu pela segunda vez o presidente da Corte Suprema, seu adversário declarado.

O general chegou ao poder em 12 de outubro de 1999 com um golpe que depôs o primeiro-ministro Nawaz Sharif, acumulando a nova função com o comando do exército paquistanês. O então presidente Rafiq Tarar pôde permanecer no cargo até 2001, quando Musharraf o substituiu como chefe de governo. Sua presidência foi formalizada nas eleições gerais de 2002.

A ex-premiê Benazir Bhutto, que esteve auto-exilada por oito anos, retornou ao Paquistão no dia 18 de outubro para liderar o partido de oposição PPP (Partido do Povo Paquistanês) nas eleições parlamentares que estavam originalmente previstas para janeiro, mas que agora poderão ser adiadas por dois anos, pois a previsão era que Musharraf perderia sua atual maioria parlamentar.

Num esforço de conciliação, Musharraf anistiou a rival histórica, processada por corrupção. A validade do decreto, porém, também está sob análise da Suprema Corte.

Antes da chegada de Bhutto ao Paquistão, três planos de atentados, organizados provavelmente por grupos ligados à Al Qaeda e ao Taleban, foram descobertos, segundo o governo da Província de Sindh, principal base da ex-premiê. Por isso, cerca de 20 mil agentes foram destacados para realizar





a segurança do caminho entre o aeroporto de Karachi e o local onde seria realizada a manifestação.

Contudo, a enorme caravana que a acompanhava no trajeto foi alvo de dois ataques que mataram mais de 120 pessoas e deixaram mais de 200 feridos. Com os atentados, os festejos e manifestações que estavam programados para celebrar o retorno da ex-primeira ministra pelos partidários do PPP foram cancelados.

Bem vista pela Casa Branca, Benazir já declarou apoio a uma ação militar dos Estados Unidos na conturbada região da fronteira afegã, base de radicais islâmicos. Para desgosto dos fundamentalistas, Benazir – ela própria muçulmana, como 97% dos paquistaneses – lidera um partido laico. O recente flerte com o ditador também contribuiu para as ameaças à ex-premiê.

Uma morte trágica de Bhutto poderia complicar a vida de Musharraf, figura-chave na guerra ao terrorismo empreendida pelos Estados Unidos e aliado dos norte-americanos na tensa região. Aos olhos de Washington, o Paquistão precisa estar sob controle, já que possui armas atômicas e é considerado vital no apoio às ações norte-americanas no vizinho Afeganistão. Assim sendo, a volta de Benazir é acompanhada com certo entusiasmo pelos Estados Unidos, que apóiam uma aliança entre o aliado em crise e a líder pró-ocidental.

Já os paquistaneses são céticos quanto à capacidade do laico PPP de vencer a insurgência islâmica. Com a deportação em setembro de outro ex-premiê, Nawaz Sharif, faltam nomes de peso para suceder o ditador. Mas até agora não se sabe se Bhutto será aliada ou opositora a Musharraf nas próximas eleições, aliás nem se sabe quando ocorrerão.

CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA APROVA A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA OS PRÓXIMOS ANOS

O 17º Congresso do Partido Comunista da China, realizado entre 15 e 22 de outubro, com a participação de 2.217 delegados, traçou as prioridades do governo para os próximos cinco anos, quando será realizado o próximo congresso.

A linha definida para a construção das políticas de Estado na China foi ao redor do termo “sociedade harmônica”, cunhado pelo presidente Hu Jintao. Isso significa que questões como justiça social e distribuição de renda devem receber maior atenção, além do crescimento econômico. Numa tradição iniciada por Mao em 1945, cada líder deixa na Constituição do partido o que considera ser seu legado intelectual para a construção do socialismo com características chinesas.





Notícias do mundo

No caso de Hu, o mais provável é que seu pensamento seja condensado na expressão “quatro perseveranças”, que conclama os comunistas a se guiar pelos conceitos de desenvolvimento científico e construção de uma sociedade harmônica, a abrir suas mentes, a continuar o processo de reforma econômica e a trabalhar por uma sociedade em que os todos desfrutem de uma vida confortável. Esta contribuição foi incluída no décimo parágrafo da Constituição.

O Partido Comunista da China, o maior movimento político do mundo, com 73,36 milhões de filiados – 6,42 milhões a mais que em 2002, ano do congresso anterior –, definiu ainda a nova composição do Comitê Permanente do Politburo, que é a instância mais importante do partido.

Esta composição incluiu algumas renovações e, como acontece em qualquer situação de composição política no mundo, também contemplaram demandas regionais e as influências de quadros importantes, como o atual presidente, Hu Jintao, o anterior, Jiang Zemin, e o atual premiê, Wen Jiabao.

Entre as renovações destacam-se as eleições de Xi Jinping, secretário do partido em Xangai, e Li Keqiang, secretário do partido na província de Liaoning, ex-governador da província de Hunan, a mais populosa do país, respectivamente com 54 e 52 anos, os mais jovens entre os nove integrantes do novo Comitê Permanente do Politburo. O vice-presidente Zeng Qinghong e outros políticos veteranos, Luo Gan e Wu Guanzheng, estão entre os líderes que se retiram do Comitê.

O discurso de Jintao na abertura do congresso não se diferenciou muito do realizado por Zemin quando este abriu o 16º Congresso há cinco anos, defendendo “o império da lei e o aumento ordeiro da participação política popular e elementos da democracia socialista”.

Além disso, Jintao defendeu maior transparência e reformas nas eleições internas do partido, iniciativas de apoio à população rural – que concentra 57% da população chinesa – e o desenvolvimento de um sistema de seguridade social.

A mudança no padrão de desenvolvimento proposta no discurso repete elementos do 11º Plano Quinquenal (2006-2010) que prevêem o aumento do peso do consumo interno no crescimento do PIB.

AL GORE E O IPCC DA ONU RECEBEM O PRÊMIO NOBEL DA PAZ DE 2007

Em 2007, após receber o Oscar de melhor documentário pelo filme *Uma verdade inconveniente* [de 2006, dirigido por Davis Guggenheim], o ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, foi agraciado com o prêmio Nobel da Paz por seu esforço em chamar a atenção para a questão do aquecimento





global. O prêmio foi dividido com o Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) da ONU.

A pressão política para que Gore entre na disputa pela candidatura democrata à presidência dos Estados Unidos aumentou significativamente com o prêmio.

Apesar de manter sua posição de que não pretende concorrer a cargos políticos e sim dedicar seu tempo à causa ambiental, já foram iniciadas mobilizações voluntárias para arrecadação de fundos para uma possível campanha presidencial do vice-presidente de Bill Clinton.

Contudo, dificilmente Gore entrará na disputa, em virtude do déficit que teria diante das vultosas quantias já arrecadas pelos outros pré-candidatos do partido. Faz mais sentido neste momento aproveitar o prestígio alcançado com os dois prêmios, ambos de caráter popular e que fornecem certa blindagem a críticas, e manter-se longe da disputa pela Casa Branca por ora.







Periscópio Internacional nº 20

novembro de 2007

REFORMAS CONSTITUCIONAIS NA AMÉRICA LATINA

Neste momento se encontram em execução três processos de reformas de constituições nacionais: na Bolívia, no Equador e na Venezuela.

Nos dois primeiros países há muitas semelhanças, pois houve eleições para compor as respectivas Assembléias Nacionais Constituintes com a expectativa de aprovar novas Cartas Constitucionais que venham a superar as atuais normas anacrônicas que usualmente só favorecem as elites bolivianas e equatorianas, bem como excluem a maioria da população, composta por trabalhadores pobres e populações indígenas, de uma série de direitos.

As propostas que emanarem destas Assembléias serão submetidas a referendos populares. Porém, as semelhanças param por aí.

No Equador, a Assembléia Nacional Constituinte é composta majoritariamente por membros do Aliança País, partido do presidente Rafael Correa, e foi instalada no dia 30 de novembro, assumindo também o papel de poder Legislativo enquanto perdurarem seus trabalhos. Ela tem 180 dias, prorrogáveis por mais 60, para elaborar a proposta de uma nova Constituição.

Na Bolívia o prazo para concluir os trabalhos, já prorrogado uma vez, é dia 14 de dezembro. No entanto, o partido do presidente Evo Morales e seus aliados têm a maioria, mas não dois terços da Assembléia Nacional Constituinte, e são minoritários no Senado por uma ligeira diferença.

Assim, a oposição de direita tem conseguido obstruir os trabalhos até o momento e a situação política no país tem se polarizado entre governos provinciais favoráveis e contrários ao governo federal, além da reivindicação da cidade de Sucre para sediar todos os órgãos governamentais para se tornar capital do país, e não apenas a sede legislativa como é hoje, uma vez que o Parlamento funciona ali.

Como os sucreanos mais radicais em relação a esta questão têm impedido a Assembléia Constituinte de funcionar, a iniciativa do MAS, o partido de



Notícias do mundo

Evo Morales, foi reunir-se à parte com seus aliados, aprovar alguns itens da nova Constituição e prometer entregar um “pacote” completo de alterações com base no programa de governo de Evo até o dia 14, o qual pretendem então submeter a referendo popular, mesmo sem ter obtido os dois terços dos votos como previa a convocação da Constituinte.

Na Venezuela o quadro é diferente. A atual Câmara de Deputados, praticamente toda alinhada com o governo Chávez, uma vez que os partidos de oposição boicotaram a última eleição parlamentar, aprovou a proposta de uma nova Constituição para ser submetida a um referendo no dia 2 de dezembro.

A Constituição a ser substituída era a que foi aprovada também por referendo em 1999 durante o primeiro mandato de Chávez. A nova proposta tem vários aspectos interessantes, como a regulamentação de diferentes formas de propriedade e de participação popular, além de instituir a jornada de trabalho de seis horas diárias e a universalização da previdência social. Porém, a direita e os grandes meios de comunicação somente têm destacado a parte que possibilitaria candidaturas sucessivas de Chávez à presidência da República.

No entanto, a proposta de Chávez foi rejeitada no referendo por uma margem pequena de votos. Mesmo com sua popularidade em alta, 51% dos que votaram preferiram o não, o que significou que entre os cidadãos que apóiam o governo possivelmente alguns também apoiaram o não, e muitos se abstiveram de votar, como os integrantes do partido Podemos, da coalizão governamental, que criticavam o processo e a ausência de maior debate sobre o conteúdo da reforma, embora não fossem contrários a ele em si mesmo.

O quadro a seguir, com os resultados da eleição presidencial de dezembro de 2006 e do referendo de dezembro 2007, reforça esta interpretação, pois desta vez por volta de 3 milhões de pessoas se abstiveram de votar:

Resultado da eleição presidencial de 2006 e do referendo constitucional de 2007

Ano	Votos pró-Chávez	Votos pró-oposição	Abstenção (%)
2006	7,3 milhões	4,3 milhões	25,3
2007	4,3 milhões	4,5 milhões	45,0

Fonte: CNE (Conselho Nacional Eleitoral), 2007. Elaboração própria.





Ou seja, cerca de 3 milhões de venezuelanos que votaram em Chávez há um ano não se motivaram a comparecer para votar a favor de sua proposta de reforma constitucional. O presidente declarou que acata o resultado, mas que não desiste de implantar a nova Constituição.

URIBE DESFAZ A MEDIAÇÃO PELA PAZ NA COLÔMBIA

Há três meses teve início uma ampla articulação envolvendo o governo colombiano, a senadora Piedad Córdoba, do Pólo Democrático Alternativo (PDA), o principal partido de oposição na Colômbia, e o presidente Hugo Chávez, da Venezuela, em busca de uma mediação com as FARC que permitisse a libertação de aproximadamente 45 reféns em poder do grupo, alguns há quase dez anos, e possivelmente retomar negociações com vistas a um acordo de paz.

A iniciativa tinha o apoio do presidente Nicolas Sarkozy, da França, porque uma das prisioneiras, Ingrid Betancourt, que é política colombiana, também possui nacionalidade francesa, e contribuir para sua libertação contaria pontos favoráveis a ele junto à opinião pública daquele país.

Esta intermediação estava avançando com a possibilidade de um encontro pessoal entre Chávez e um dos principais líderes das FARC, mas subitamente Álvaro Uribe, o presidente da Colômbia, abortou a iniciativa e dispensou o envolvimento do presidente da Venezuela sob a alegação de que este estaria passando por cima de sua autoridade e contatando diretamente o chefe das Forças Armadas Colombianas.

A versão da senadora é que fora ela a telefonar para o comandante militar colombiano e que apenas passou o telefone para o presidente Chávez cumprimentá-lo.

No entanto, este desdobramento gerou uma profunda crise diplomática entre os dois países, e a própria senadora Piedad tem sido vítima de inúmeras ameaças a sua vida, que seguramente partem de forças da direita colombiana que não têm interesse numa solução pacífica.

Uribe, por sua vez, novamente cedeu às pressões dos militares e da direita, pois, além de eles defenderem a solução militar, o processo estaria dando propaganda internacional para as FARC, uma vez que passaram a ser reconhecidas e tratadas como uma força política beligerante e não meramente como um grupo terrorista, como prefeririam os governos norte-americano e colombiano.

Alguns dias depois do rompimento da mediação, as forças de segurança da Colômbia anunciaram a prisão de três integrantes das FARC e a apre-



Notícias do mundo

são de cartas e vídeos que comprovam que os reféns, inclusive Ingrid Betancourt, estão vivos. Na opinião do PDA, o aparecimento deste material foi fruto dos esforços anteriores, pois uma das solicitações de Chávez às FARC era a comprovação da situação dos prisioneiros.

SENADO URUGUAIO APROVA DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO, MAS TABARÉ PODERÁ VETAR A LEI

O Senado uruguaio aprovou no dia 6 de novembro, por 18 votos a 13, um projeto de lei que descriminaliza o aborto. A proposta da Lei de Saúde Sexual e Reprodutiva, que inclui a permissão para aborto até a 12ª semana de gravidez, seguirá à Câmara dos Deputados, onde se espera que também seja aprovada.

Porém, o projeto de lei deve ser vetado pelo presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, médico oncologista de profissão, que afirmou ser contra por questões filosóficas e biológicas.

O veto do presidente à Lei de Saúde Sexual e Reprodutiva poderia ser revogado caso os votos somados no Senado e na Câmara dos Representantes somassem três quintos dos votos gerais, mas estima-se que na Câmara a proposta não reunirá o quórum necessário.

A proposta, que mobiliza militantes feministas e grupos antiaborto, divide a base do governo de Tabaré Vázquez e a oposição. Parte do Frente Ampla, partido do governo, requer inclusive que o tema seja alvo de uma consulta pública, proposta que o presidente se esquivou de comentar.

A maioria dos uruguaios é favorável à descriminalização, segundo pesquisa realizada em maio pela Consultora Cifra: 49% apóiam a medida, 39% são contrários e 4% não têm opinião formada sobre a questão. A aprovação foi comemorada por grupos feministas.

Na América Latina, o aborto só é permitido em Cuba, na Guiana e na Cidade do México, cujo Legislativo aprovou a descriminalização em abril de 2007.

ESTADOS UNIDOS – A GUERRA E O FUTURO DO PAÍS

Após semanas de declarações controversas de Michael Mukasey com relação à tortura, ele foi confirmado como novo secretário de Justiça dos Estados Unidos (Attorney General) em meados de novembro para substituir o anterior, Alberto Gonzalez.

Gonzalez renunciou e deixou o posto em setembro passado, em função de suas conhecidas posições a favor ou coniventes com tortura de prisio-





neiros de guerra, demissão de juízes não-aliados e falso testemunho perante o Congresso.

Michael Mukasey, amigo próximo de Rudolph Giuliani, um dos pré-candidatos presidenciais republicanos, recebeu 53 votos a favor (46 republicanos, seis democratas e um independente) e 40 votos contra (39 democratas e um independente) sua nomeação para o cargo.

A principal crítica dos democratas é que o novo secretário de Justiça, em seu questionamento no Senado, se recusou a definir como tortura a técnica de interrogatório conhecida como *waterboarding*, que simula o afogamento do preso e que os norte-americanos têm aplicado com frequência no Afeganistão, no Iraque e em Guantánamo.

Os cinco senadores que concorrem à presidência dos Estados Unidos – Joseph Biden, Hillary Clinton, Barack Obama, Chris Dodd (democratas) e John McCain (republicano) – se abstiveram de votar. Os democratas emitiram comunicados afirmando que não aprovariam sua nomeação em função de sua posição com relação à tortura; já John McCain, ex-presidiário de guerra, declarou que apesar das posições de Mukasey votaria por sua confirmação no cargo.

A ausência dos candidatos na votação demonstra que eles não querem se posicionar claramente quanto à guerra, à tortura e à alegada “luta contra o terrorismo” de George Bush, pois é um tópico eleitoralmente sensível.

Hillary Clinton continua mantendo-se com altos índices de intenção de voto fugindo de fazer declarações controversas e posicionando-se na centro-direita a fim de conquistar eleitores republicanos descontentes com a oferta dos candidatos mais fortes dentro de seu partido, o divorciado Rudolph Giuliani e o mórmon Mitt Romney.

Este posicionamento tem dado a Hillary Clinton a vantagem em todas as pesquisas realizadas. Na pesquisa feita pela CNN, em meados de outubro, ela teria 46% contra 27% de Rudolph Giuliani; na consulta feita pelo Gallup, Hillary Clinton teria 49% contra 40% de Rudolph Giuliani e manteria a liderança contra qualquer possível candidato republicano.

Diante disso, o Comitê Nacional Republicano iniciou uma grande campanha de ataques à candidata democrata. De acordo com artigo publicado no *The Nation*, em um único dia – 30 de novembro – foram enviadas cinco mensagens de e-mail contendo ataques ao casal Bill e Hillary Clinton, com fotos que os desfavorecem. Pelo jeito, parece que o partido Republicano já imagina que ela será a candidata dos democratas a ser escolhida após as consultas internas em todos os estados norte-americanos.

Apesar das grandes chances de eleição de um presidente democrata em 2008, muitos dos desafios enfrentados pelo presidente George W. Bush continuarão a assombrar o novo ocupante da Casa Branca.



Notícias do mundo

O maior deles continua a se a guerra no Iraque. Embora tenha a reprovação de todos os candidatos democratas, provavelmente não receberá mudança drástica de curso a curto prazo. Nenhum dos três principais candidatos democratas – Hillary Clinton, Barack Obama ou John Edwards – se compromete a retirar completamente as tropas norte-americanas do solo iraquiano até 2013.

Um estudo realizado pela Comissão Econômica Bipartidária do Congresso e divulgado no meio de novembro afirma que os gastos das operações de guerra no Iraque e no Afeganistão alcançaram US\$ 1,6 trilhão, de 2002 a 2008, quase duas vezes o PIB brasileiro, contabilizando os recursos requisitados pelo governo e os custos adicionais com o pagamento de juros em recursos emprestados, investimentos perdidos, gastos de longo prazo na saúde pública e o custo do impacto das guerras no mercado de petróleo.

Somente em fundos governamentais para as ações nos dois países foram utilizados US\$ 804 bilhões. Caso não sejam interrompidas, a estimativa é que os valores gastos com as guerras alcancem US\$ 3,5 trilhões entre 2003 e 2017.

A reação da Casa Branca e do Partido Republicano foi declarar que o relatório é partidário e repleto de erros nos cálculos, solicitando que sejam retirados do documento US\$ 760 bilhões, pois o relatório foi divulgado às vésperas de mais uma votação em que os democratas tentariam vincular a aprovação de US\$ 50 bilhões adicionais para a guerra ao estabelecimento de um cronograma para a retirada das tropas.

Harry Reid, senador democrata, declarou aos jornais que “este relatório é mais um lembrete de como a teimosia do presidente Bush em modificar sua estratégia no Iraque trouxe conseqüências reais para o bolso de todos os norte-americanos”.

Desde o início dos conflitos, o barril de petróleo subiu de US\$ 37 para US\$ 90, o que demonstra o efeito direto na vida das pessoas. A idéia dos democratas é mostrar que o perigo de recessão da economia que afeta os Estados Unidos hoje certamente está ligado ao desperdício de recursos com as operações pensadas e executadas a mando do presidente Bush e seu grupo de colaboradores.

GREVES E REVOLTAS NA FRANÇA

O governo Sarkozy está tentando realizar o que o governo Juppé tentou e não conseguiu em 1995: extinguir uma série de benefícios da previdência social francesa, além de promover cortes no orçamento da educação universitária.





Em relação ao primeiro assunto, é uma nova tentativa de extinguir a aposentadoria especial dos condutores de trem e metrô do país, sob a alegação de que os motivos que justificavam este tipo de aposentadoria no passado, as caldeiras de vapor que movimentavam os trens, não existem mais.

Os trabalhadores franceses reagiram como sempre com forte mobilização e uma greve de 24 horas que praticamente paralisou todo o transporte sobre trilhos do país. A greve logo se estendeu por mais tempo e somente terminou devido à ocorrência de negociações, que, no entanto, não foram conclusivas.

Ainda durante a primeira semana houve a convergência da greve com manifestações estudantis que relembavam a reação popular à tentativa do governo anterior de extinguir a legislação das 30 horas semanais de trabalho.

No final de novembro, um outro fantasma assombrou o governo. A morte de dois jovens imigrantes que se chocaram de motocicleta com um carro de polícia ressuscitou a revolta na região metropolitana de Paris e em Toulouse, com o incêndio de dezenas de carros nas ruas e choques com a polícia que levaram à hospitalização de cerca de 110 policiais.

Este movimento até agora não tem conseguido convencer o governo a recuar em suas pretensões, mas tampouco tem facilitado sua gestão. Ainda não está definido o curso das reformas neoliberais que Sarkozy pretende implementar.

DECISÕES DO CONGRESSO DO SPD ALEMÃO PROVOCAM MUDANÇAS NO GOVERNO

Franz Müntefering, ex-presidente do Partido Social Democrata Alemão (SPD) e ex-braço direito de Gerhard Schroeder, deixou os cargos de vice-chanceler e ministro do Trabalho no atual governo de coalizão entre o CDU e o SPD liderado por Angela Merkel. A justificativa oficial é a enfermidade de sua esposa, mas certamente pesou também a derrota política que sofreu no Congresso do SPD realizado no mês passado, quando o partido decidiu retomar algumas defesas tradicionais do *Welfare State*. (Leia mais no “Periscópio nº 19”)

Walter Steinmeier, atual ministro das Relações Exteriores, deverá assumir o posto de vice-chanceler, e Olaf Scholz, o líder dos socialdemocratas no Parlamento, assumirá a pasta do Trabalho.

ELEIÇÕES PARLAMENTARES NA DINAMARCA

O primeiro-ministro dinamarquês Anders Fogh Rasmussen utilizou sua prerrogativa de convocar eleições parlamentares, mesmo um ano antes do





fim do atual mandato de quatro anos dos deputados, e o pleito se realizou no dia 13 de novembro passado.

O resultado foi favorável a ele, apesar de seu partido, o Liberal (V), ter perdido seis cadeiras e ficado com 46, mas a coalizão governamental manteve a maioria de 90 das 179 cadeiras no Parlamento. No entanto, essa maioria é de apenas um voto, e os liberais dependem agora integralmente dos votos do Partido Popular Dinamarquês (extrema direita) para aprovar seus projetos. Este partido, que se tornou uma força relevante, com 14% dos votos nacionais e 25 cadeiras no Parlamento, uma a mais do que na eleição passada, tem feito suas campanhas com base na xenofobia.

O Partido Socialdemocrata (S) conquistou 45 cadeiras e perdeu duas, o que representou seu pior resultado em muitos anos, apesar de a nova presidente do partido, Helle Thorning-Schmidt, ter obtido a segunda maior votação individual e ter se saído à altura do cargo nos debates públicos. (Na Dinamarca a votação é por listas partidárias e votação nominal que altera a ordem dos candidatos nas listas.)

O grande vencedor, do ponto de vista partidário e ideológico, foi o Partido Socialista Popular, que cresceu 7% na votação e subiu de 11 para 23 cadeiras. Beneficiou-se principalmente dos votos dos jovens e dos ex-eleitores socialdemocratas descontentes com a aproximação deste partido com o centro político.

Há também uma pesquisa recente que demonstra que a contrariedade da população com os imigrantes e os gastos com a cooperação internacional se reduziu muito, o que facilitou a migração de votos para os socialistas populares, defensores de leis mais brandas para lidar com os imigrantes.

A avaliação corrente é que este será o último mandato de Fogh como primeiro-ministro e que ele antecipou as eleições para que elas ocorressem antes das negociações para renovar o contrato coletivo de trabalho dos servidores públicos do país, previsto para junho de 2008, pois os salários desta categoria estão extremamente arrochados devido a seus seis anos de governo neoliberal e dificilmente haverá um acordo sem conflitos. Neste sentido, se a eleição de 13 de novembro ocorresse no seu prazo normal, segundo semestre de 2008, provavelmente a coalizão conservadora perderia, mas agora, independentemente do que ocorrer nesta área, permanecerá no poder até 2011.

Portanto, com este resultado ele governará mais quatro anos e, na pior das hipóteses, para ele, terá ficado dez anos no poder.

PUTIN REFORÇA SEU PODER NA RÚSSIA

Em 2008 haverá eleições presidenciais na Rússia, e de acordo com a Constituição Putin não poderá se candidatar a um terceiro mandato. Po-





rém, ao que tudo indica, ele encontrou outra fórmula para se manter no poder e influenciar os rumos do país.

Nas eleições parlamentares ocorridas dia 2 de dezembro, ele concorreu a deputado e foi eleito, com o seu partido Rússia Unida, tendo alcançado sozinho mais de 60% dos votos. Em segundo lugar ficou o Partido Comunista da Federação Russa, com cerca de 10% dos votos, e também deverão obter assentos na Duma (Parlamento) os partidos Liberal Democrático da Rússia e o partido Rússia Justa, que provavelmente se aliarão ao partido de Putin.

Quando ele deixar a presidência e assumir seu mandato parlamentar, poderá se eleger primeiro-ministro, o que, somado às grandes chances que tem de fazer seu sucessor na presidência, o tornará muito poderoso e influente, mesmo fora da presidência. Como ainda é relativamente jovem, existe a possibilidade de retornar a esse cargo no futuro.

A oposição apresentou uma série de acusações de ter havido irregularidades e fraude eleitoral e constrangimentos para que servidores públicos comparecessem às urnas e votassem no partido do presidente.

TURQUIA – LONGE DA UNIÃO EUROPÉIA E PERTO DA GUERRA

No dia 6 de novembro foi divulgado um relatório da Comissão Europeia que declara que a Turquia ainda não está pronta para ser aceita como membro da União Europeia.

De acordo com a União Europeia, ainda faltam à Turquia aprofundar a reforma no sistema judiciário, lutar contra a corrupção e separar o poderio militar da gestão política. O documento diz que, se a Turquia conseguir alcançar os padrões europeus, poderá ser incluída no bloco apesar das reservas de vários países-membros.

Na apresentação do documento, o responsável pelas negociações da ampliação da UE, Olli Rehn, declarou acreditar que a paralisação do andamento das reformas turcas neste ano se deve à atual crise política pela qual passa o país.

Alguns analistas acham que esta negociação é ambígua, já que as reformas sugeridas pela UE não necessariamente significam entrada no bloco, uma vez que importantes membros, como França e Alemanha, são contra o ingresso da Turquia como membro completo. E embora os líderes europeus não concordem com o ingresso do país consideram indiscutível seu papel estratégico. Gasodutos poderiam suprir o continente com gás da Ásia Central e do Irã, diminuindo a dependência da Rússia.

O governo turco respondeu ao informe da UE com indicações das reformas já alcançadas e com pedidos de que as “questões alheias” ao processo



Notícias do mundo

não interfiram na candidatura do país, membro-associado da Comunidade Européia desde 1964.

Contudo, um dos pontos de grave importância para a Europa é a questão da repressão a opositores políticos e minorias, sobretudo os curdos. Em outubro, choques entre militares turcos e separatistas curdos mataram mais de 40 militares turcos e um grande número de curdos.

A UE diz que a Turquia tem o direito de proteger seu povo contra o que classifica de “terrorismo”, mas com ações pautadas pela preservação da paz na região, referindo-se à possível ação contra os curdos do PKK no Iraque.

Contudo, a Turquia parece decidida a tomar medidas autorizadas por seu Parlamento mesmo que prejudiquem sua candidatura, e desde 2005 os turcos recusam-se a reconhecer a soberania de Chipre e abrir seus portos ao país-membro da UE. A invasão do Iraque seria um segundo obstáculo aos interesses de longo prazo do país.

No dia 30 de novembro, o governo turco autorizou o exército a realizar operações contra os separatistas curdos do PKK na região norte do Iraque. A decisão, segundo o primeiro-ministro Recep Erdogan, foi tomada em uma reunião ministerial no dia 28/11 e contou com a aprovação do presidente Abdullah Gull.

Os comandantes dos exércitos turco e norte-americano têm trocado informações de inteligência sobre o território iraquiano e a movimentação do PKK. As tropas dos Estados Unidos e os curdos iraquianos, que controlam a parte norte do país, são favoráveis à ação turca na região e concordaram em colaborar.

Após reuniões mantidas entre Erdogan e George W. Bush, o presidente norte-americano declarou o PKK inimigo comum dos dois países e prometeu oferecer à Turquia todo o auxílio possível em termos de inteligência, legitimando assim qualquer ataque turco contra o PKK no território iraquiano.

IMPASSE NO LÍBANO PROSEGUE, MAS HÁ LUZ NO FIM DO TÚNEL

Como o mandato do presidente do Líbano Emile Lahoud terminou em 23 de novembro, ele entregou a presidência do país ao comandante das forças armadas, general Michel Suleiman, enquanto as forças políticas que compõem o Parlamento não chegarem a um consenso para eleger um novo presidente e compor o governo.

As coalizões (sunitas e parte dos cristãos de um lado, e xiitas, Hezbollah e a outra parte dos cristãos de outro) não têm poder isoladamente para impor uma solução, mas têm condições de obstruir o funcionamento do Parlamento e evitar a eleição de um candidato à presidência.





A solução que se está tentando neste momento é eleger presidente o próprio general Suleiman, uma alternativa que obteve consenso entre estas principais forças políticas do país, mas que exigirá uma emenda à Constituição, pois pelas regras atuais os funcionários de governo que quiserem se candidatar à presidência deveriam antes fazer uma “quarentena” de dois anos.

Além disso, há os demais ministérios a negociar e preencher. Aguardemos.

CONFERÊNCIA DE PAZ EM ANNAPOLIS

Apesar de contar com a presença de representantes de praticamente todos os países do Oriente Médio e outros convidados, entre eles o Brasil, a reunião entre palestinos e israelenses, realizada no dia 27 de novembro para discutir a paz entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina, esteve longe de apresentar resultados concretos.

No máximo se chegou a um cronograma que prevê reuniões mensais entre as duas partes pelo período de um ano e a libertação de mais um grupo de aproximadamente 400 prisioneiros palestinos detidos por Israel. O Brasil se ofereceu para sediar algumas das reuniões.

O problema é que o dirigente israelense Ehud Olmert não possui condições políticas internas para assinar um acordo, pois vários dos partidos de sua coalizão de governo não aceitam fazer concessões, e da mesma forma o dirigente palestino Mahmoud Abbas, politicamente enfraquecido depois que o Hamas tomou o controle da faixa de Gaza. Por sua vez, o governo norte-americano terá sua própria agenda eleitoral em 2008, que influenciará sua intervenção no processo de acordo com os interesses do Partido Republicano.

A novidade foi o convite norte-americano para a Síria participar do processo, que ela poderá aceitar, talvez por enxergar nesta participação a oportunidade de discutir a devolução das Colinas de Golan.

Por outro lado, a ausência do Irã, que critica o processo, poderá lhe render dividendos políticos junto às massas árabes mais pobres na alternativa de um provável fracasso das negociações.

ENDURECE A DISPUTA PELA PRESIDÊNCIA DO CNA NA ÁFRICA DO SUL

A Constituição da África do Sul permite somente dois mandatos presidenciais consecutivos. Diante do rechaço da opinião pública à possibilidade de modificar a Constituição para permitir um terceiro mandato para o atual presidente Thabo Mbeki, este se lançou candidato à reeleição para presidente do Congresso Nacional Africano (CNA), uma vez que as regras partidárias não impedem a recondução ao cargo.



Notícias do mundo

Neste país, assim como em muitos outros com leis originárias da tradição inglesa, os presidentes dos partidos, em caso de vitória eleitoral, se tornam os primeiros-ministros ou presidentes.

Em situação normal, o candidato natural à presidência do CNA e às eleições presidenciais de 2008 seria Jacob Zuma, que era o adjunto de Mbeki. Porém, Zuma foi acusado de ter recebido propina numa compra governamental de armamentos e demitido do cargo pelo presidente. Antes havia sido acusado de estupro, o que não foi comprovado. Hoje, os dois estão política e pessoalmente rompidos.

Apesar da acusação de improbidade, que ainda não foi tratada pela justiça, Zuma se apresenta como o candidato mais forte internamente e tem o apoio, principalmente, de importantes sindicatos que avaliam que Mbeki fez concessões demais para o setor privado, inclusive promovendo privatizações.

A eleição para a presidência do CNA ocorrerá em congresso em meados de dezembro, mas a escolha dos delegados e, portanto, a definição do vencedor está em andamento neste momento.

Zuma saiu na frente na eleição dos primeiros delegados e a reação de Mbeki foi pedir aos membros do CNA para não votarem em “estupradores e ladrões”. A intenção de sua candidatura, se vitoriosa, é impedir Zuma de se candidatar ou no mínimo limitar seus poderes por intermédio do partido se for eleito presidente da África do Sul.

Os outros dois candidatos nas internas partidárias, Tokyo Sexwale e Cyril Ramaphosa, não têm chance de vitória, e pelo menos o primeiro poderá abandonar a disputa a favor de Zuma.

PAQUISTÃO – MUSHARRAF REEMPOSSADO, ELEIÇÕES LEGISLATIVAS CONFIRMADAS, MAS O CENÁRIO AINDA É INCERTO

Para impedir que sua eleição fosse considerada inconstitucional pela Suprema Corte do país, o presidente do Paquistão, general Pervez Musharraf, preferiu garantir a continuidade de seu mandato por meio da declaração de estado de emergência no país no dia 3 de novembro.

Poucas horas após declarar o estado de emergência, o general demitiu e prendeu Iftikhar Mohammad Chaudhry, o ministro chefe da Suprema Corte, cuja suspensão desajeitada em março deste ano fora o estopim para um movimento pró-democracia que o trouxe de volta ao cargo para ser novamente destituído agora.

A prisão domiciliar de Chaudhry foi apenas uma de uma onda maior de detenções de advogados, ativistas de direitos civis e jornalistas. Aitzaz Ahsan,



o advogado do presidente da Suprema Corte, e dois ex-presidentes, Muneer Malik e Tariq Mahmood, foram presos por um mês de acordo com a lei de detenções preventivas.

No dia 22 de novembro, a Corte Suprema levou menos de uma hora para declarar legítima a eleição de Pervez Musharraf, ao analisar o sexto e último argumento apresentado pela oposição para questionar a constitucionalidade do acúmulo de cargos do general, chefe de Estado e chefe militar. Os novos componentes da Corte são todos juristas ligados ao general.

Na posse, Musharraf – já tendo renunciado ao posto de chefe do exército – anunciou que o atual estado de emergência até 16 de dezembro será revogado e que as eleições marcadas para 8 de janeiro serão livres, transparentes e acontecerão de acordo com a constituição.

A justificativa do general para o estado de emergência foi a crescente oposição no Judiciário, na mídia e entre grupos políticos que, segundo ele, estavam prejudicando o combate ao terrorismo perpetrado pelo país com apoio dos Estados Unidos. Desde 11 de setembro de 2001, o Paquistão recebeu US\$ 10 bilhões em recursos para fortalecer sua defesa e seu papel estratégico na região.

No entanto, os Estados Unidos temem que as turbulências políticas comprometam os esforços das forças paquistanesas ao longo da fronteira com o Afeganistão, onde se acredita que Osama bin Laden esteja escondido.

Antes do estado de emergência, Benazir Bhutto, a maior liderança dos partidos de oposição e que havia retornado do exílio, negociava com o general um acordo de divisão de poder, com a bênção dos Estados Unidos, mas esta negociação foi quebrada após o anúncio do estado de emergência e a decretação da prisão domiciliar da ex-presidenta para impedi-la de organizar protestos.

Ela afirmou que seu partido, o laico Partido do Povo do Paquistão (PPP), boicotará as eleições gerais, e começou a negociar uma aliança contra Musharraf com Nawaz Sharif, outro ex-premiê paquistanês exilado.

Entretanto, com ou sem boicote, a renúncia de Musharraf do comando do exército e a realização de eleições que escolherão um primeiro-ministro trazem um novo cenário para o Paquistão. O presidente dependerá de acordos com os partidos de oposição e do desempenho de seu próprio partido, PML-Q, no próximo pleito.

A REAPROXIMAÇÃO DAS DUAS CORÉIAS E AS ELEIÇÕES NA CORÉIA DO SUL

Os primeiros-ministros das duas Coréias se reuniram no dia 14 de novembro pela primeira vez em 15 anos para discutir um acordo de paz para a península coreana e um pacote de ajuda para o norte.



Notícias do mundo

O encontro aconteceu seis semanas após o segundo encontro dos presidentes sul-coreano, Roh Moo-hyun, e norte-coreano, Kim Jong-il, com os países tecnicamente em guerra, e em meio ao desmonte das plantas nucleares da porção norte como parte de uma ampla negociação internacional.

Nos três dias de reuniões em Seul, os primeiros-ministros detalharam o pacote de ajuda direcionado a desenvolver portos, estaleiros, estradas e ferrovias da Coreia do Norte. Além de tocar nas questões econômicas, os primeiros-ministros Han Duck-soo (Coreia do Sul) e Kim Yong-il (Coreia do Norte) discutiram o plano para desenvolver uma zona pesqueira conjunta na costa oeste da península, que deve ser estabelecida a partir de 2008.

Os dois governos ainda acordaram em restabelecer o serviço ferroviário ligando os dois países e facilitar as comunicações internacionais para as empresas localizadas no complexo industrial de Kaesong, no norte da fronteira e próximo à zona desmilitarizada. Essa zona industrial foi amplamente concebida e financiada pela Coreia do Sul e é vista como um símbolo da aproximação entre as duas nações. Hoje é ocupada por 23 empresas sul-coreanas, mas a capacidade é de que se instalem ali mais de 2 mil.

Embora nenhum dos dois primeiros-ministros tenha muito poder político, o encontro deles traduz a vontade política dos dois presidentes de caminhar na direção dos acordos feitos no encontro do início de outubro em Pyongyang.

A fim de aprofundar o processo, também foi realizado um encontro entre os ministros de Defesa dos dois países para diminuir as tensões ao longo de uma das fronteiras mais fortemente armadas do mundo. Porém, a Coreia do Norte não reconhece a fronteira estabelecida pela ONU ao final da Guerra da Coreia de 1950-53. De acordo com a delegação sul-coreana, a discussão a respeito dessa disputa obstruiu um debate mais profundo sobre os temas de segurança.

O presidente liberal, Roh Moo-hyun, não pode eleger-se para um segundo mandato, pois a lei coreana permite um único mandato de cinco anos. O candidato de seu partido é o ex-ministro da Unificação Chung Dong-young, e o candidato da oposição é Lee Myung-bak, ex-CEO da Hyundai e ex-prefeito de Seul, do partido Grand National Party (GNP).

Interessa ao Norte que os liberais permaneçam no poder para continuar as negociações e aumentar os ganhos provenientes dos pacotes de ajuda. Ao Sul interessa a aproximação e a unificação com o país vizinho, pois até o fim da Segunda Guerra Mundial eram um único país, e também para aumentar sua competitividade econômica, particularmente em relação à China.

O primeiro trem que cruzará as fronteiras entre as duas Coreias está marcado para uma semana antes das eleições sul-coreanas de 19 de dezembro.



PROTESTOS EM MIANMÁ CONTINUAM

Apesar de reduzidos, os protestos da população de Mianmá contra o regime militar continuam. A repressão desencadeada nos meses anteriores desestimulou os monges budistas e a população a se arriscar em grandes passeatas; vários monges ainda estão presos e o exército condicionou os demais a permanecerem no interior dos conventos em que vivem.

Nesse meio-tempo, a ONU enviou um representante especial, Ibrahim Gambari, para dialogar com a junta militar e tentar convencê-la a abrir diálogo com a oposição política liderada por Aung San Suu Kyi. O ministro do Trabalho, general Aung Kyi, ficou encarregado desta parte.

Também conseguiu visitar o país o relator para direitos humanos da ONU, Paulo César Pinheiro, e seu relatório deverá ser conhecido em breve. A pressão da comunidade internacional para que estas iniciativas dêem resultados tem sido grande, mas a situação ainda é incerta.

TRABALHISTAS VENCEM ELEIÇÃO PARLAMENTAR NA AUSTRÁLIA

Após 11 anos de governo do Partido Conservador liderado pelo primeiro-ministro John Howard, o Partido Trabalhista (Labour) voltou ao poder. Nas eleições ocorridas no dia 24 de novembro conquistaram 81 cadeiras do total de 150 no Parlamento, e o novo premiê será Kevin Rudd.

Este resultado decorreu do desgaste do neoliberalismo extremo introduzido pelos conservadores e da aliança incondicional de Howard com George W. Bush. A Austrália, da mesma forma que os Estados Unidos, não assinou o Protocolo de Kyoto e colaborou com tropas no Iraque desde o início da invasão daquele país.

Internamente alcançou altos índices de crescimento econômico, que, no entanto, beneficiaram apenas as empresas. Os trabalhadores e, principalmente, os sindicatos sofreram duros ataques do governo aos seus direitos neste período e houve também a adoção de uma série de medidas contra a migração de cidadãos dos países vizinhos da Ásia e do Pacífico.

O governo conservador representou um grave desvio na história da Austrália, que se caracterizou por ser o primeiro país do mundo a implantar a jornada de oito horas de trabalho em 1888, um dos primeiros a introduzir o direito de voto às mulheres e por ter eleito um governo de maioria socialdemocrata ainda em 1910.

Os valores tradicionais do país sempre foram sua multiculturalidade e a existência de um forte Estado de bem-estar social, bem como uma presença marcante dos sindicatos e do Labor, que incluem influentes frações de esquerda.



Notícias do mundo

Embora Rudd faça um discurso de adepto da terceira via inaugurada como forma de governo por Tony Blair, a expectativa é que na esfera da política exterior ele vá propor a adesão da Austrália ao Protocolo de Kyoto e retirar as tropas australianas do Iraque.

A recente nomeação de Peter Garret, conhecido músico e ativista de causas ambientais, parece uma indicação de que as expectativas deverão ser confirmadas.

ONU – REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM BALI

Realiza-se entre 3 e 14 de dezembro, em Bali, na Indonésia, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Participam representantes de 180 países, além de observadores de organizações intergovernamentais e não-governamentais.

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon – que tem a questão ambiental entre as prioridades da sua agenda –, vem chamando a atenção para a necessidade de avanços nos acordos neste âmbito, já que o Protocolo de Kyoto tem validade somente até 2012 quanto ao primeiro período de comprometimento com a redução da emissão de gases poluentes.

Para que não haja um grande intervalo entre 2012 e a entrada em vigência de um eventual novo acordo, a ONU espera avançar nas negociações de um protocolo até 2009, que possa ser ratificado em tempo pelos governos signatários.

A conferência de Bali tem a intenção de criar um guia que estabeleça o processo de trabalho do regime de mudança climática futuro, incluindo adaptação, mitigação, cooperação tecnológica e financeira para questões ambientais. Além disso, quer gerar a metodologia e o cronograma para este processo.

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC em sua sigla inglês) foi adotada em 1994 como um grande passo para lidar com o aquecimento global. Como a emissão de gases produtores de efeito estufa (GHG) continuava a subir, foi negociado um protocolo que regulasse a questão (Protocolo de Kyoto).

Após dois anos e meio de intensas negociações, o Protocolo foi adotado na 3ª Conferência das Partes (COP) em 11 de dezembro de 1997 e entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005. O protocolo tem os mesmos objetivos e instituições da Convenção da ONU. A maior distinção é que, enquanto a UNFCCC encoraja os governos a estabilizar as emissões de GHG, o Protocolo faz que os signatários se comprometam com isso.

A conferência de Bali terá em sua programação uma Conferência das Partes da UNFCCC, seus órgãos relacionados, uma reunião das Partes do Protocolo de Kyoto e um encontro ministerial.



Lista de siglas¹



ACES – Asamblea Coordinadora de Estudiantes Secundários (Chile)
ACFTU – Federação de Todos os Sindicatos Chineses
ACP – Grupo de Países da África, Caribe e Pacífico
AD – Aliança Democrática (Venezuela)
ADI – Aliança Democrática Islâmica (Paquistão)
ADQ – Ação Democrática do Québec (Canadá)
AFL-CIO – Federação Norte-Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais
AKP – Partido da Justiça e Desenvolvimento (Turquia)
Alba – Alternativa Bolivariana para as Américas
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
ALN – Alianza Liberal Nicaragüense
AMAs – Acordos Multilaterais Ambientais
AMI – Acordo Multilateral de Investimentos
ANC – Congresso Nacional Africano
ANN – Alianza Nueva Nación (Guatemala)
AP – Alianza Pais (Equador)
APEC – Comunidade Econômica da Ásia e Pacífico
APPO – Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (México)
APRA – Alianza Popular Revolucionaria Americana (Peru)
ARI – Aliança por uma República de Iguais (Argentina)
ASDT – Associação dos Socialdemocratas Timorenses
ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático
AUC – Autodefensas Unidas de Colômbia
BE – Bloco de Esquerda (Portugal)

¹ Em alguns casos, as siglas não seguem as iniciais dos nomes das instituições ou dos partidos mencionados em português, pois foram mantidas de acordo com a língua de origem ou com o inglês. (N.E.)



Notícias do mundo

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BJP – Bharatiya Janata (Índia)
BRIC – Grupo composto por Brasil, Rússia, Índia e China
CAFTA-DR – Acordo de Livre Comércio da América Central e República Dominicana
CAN – Comunidade Andina de Nações
CASA – Centro de Acción Social (Guatemala)
CCSCS – Coordenação de Centrais Sindicais do Cone Sul
CDA – Partido Democrata-Cristão (Holanda)
CDU – União Democrata-Cristã (Alemanha)
CERF – Fundo Central de Resposta a Emergências da ONU
CETERA – Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Ensino da República Argentina
CFE – Tratado sobre Forças Convencionais na Europa
CGT – Confédération Général du Travail (França)
CIA – Agência Central de Inteligência
CIJ – Corte Internacional de Justiça de Haia
CNA – Congresso Nacional Africano
CNRT – Conselho Nacional pela Reconstrução do Timor
COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras
COMIBOL – Corporación Minera de Bolivia
COP – Conferência das Partes
Copei – Partido Social-Cristão (Venezuela)
CPE – Contrato de Primeiro Emprego (França)
CPI(M) – Partido Comunista da Índia (Marxista)
CPN-M – Partido Comunista do Nepal Maoísta
CPNT – Partido da Caça, Pesca, Natureza e Tradições (França)
CSN – Comunidade Sul-Americana de Nações
CUT – Central Unitária de Trabajadores (Colômbia)
CUT – Central Única dos Trabalhadores (Brasil)
DPJ – Partido Democrático do Japão
DTP – Sociedade Democrática Curda
ECOSOC – Conselho Econômico e Social da ONU
ECOWAS – Comunidade Econômica dos Estados do África Ocidental
ETA – Pátria Basca e Liberdade
EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional (México)
FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
Fed – Federal Reserve (Estados Unidos)
FMI – Fundo Monetário Internacional
FMLN – Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (El Salvador)





Lista de siglas

Focem – Fundo de Convergência Estrutural
Frepaso – Frente País Solidário (Argentina)
Fretilin – Frente Revolucionária de Timor Leste Independente
FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional (Nicarágua)
FSM – Fórum Social Mundial
GANAN – Grande Alianza Nacional (Guatemala)
GMC – Grupo Mercado Comum
GNP – Grand National Party (Coréia)
GOP – Grand Old Party (Estados Unidos)
IAEA – Agência Internacional de Energia Atômica
ICANN – International Corporation for Assigned Names and Numbers
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IRA – Exército Republicano Irlandês
ISG – Iraq Study Group
KKE – Partido Comunista Grego
Laos – Alarme Popular Ortodoxo (Grécia)
MAS – Movimiento Al Socialismo (Bolívia)
MDC – Movimento pela Transformação Democrática (Zimbábue)
MDG – Metas do Milênio
MEND – Movimento pela Emancipação do Delta do Níger
Mercosul – Mercado Comum do Sul
MHP – Partido da Ação Nacional (Turquia)
Minustah – Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MPF – Movimento pela França
MPLS – Movimento Popular pela Libertação do Sudão
MOSOP – Movimento pela Libertação do Povo Ogoni (Nigéria)
MRS – Movimento de Renovação Sandinista (Nicarágua)
NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NAMA – Acesso a Mercados Não-Agrícolas
NDP – Novo Partido Democrata (Canadá)
NDPVF – Forças Voluntárias do Povo do Delta do Níger
NLC – Nigerian Labor Congress
NPD – Partido Nacional Democrata (Alemanha)
NPT – Tratado de Não-Proliferação
OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ODA – Official Development Assistance
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OLP – Organização para a Libertação da Palestina





Notícias do mundo

OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
ORIT – Organização Regional Interamericana de Trabalhadores
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA – Organização da Unidade Africana
PAC – Partido de la Acción Ciudadana (Costa Rica)
PAI – Partido Africano pela Independência (Senegal)
PAN – Partido da Ação Nacional (México)
PASOK – Movimento Socialista Pan-Helênico (Grécia)
PCC – Partido Comunista Chinês
PCI – Partido Comunista Italiano
PCP – Partido Comunista Português
PCU – Partido Comunista da Ucrânia
PCV – Partido Comunista da Venezuela
PDA – Pólo Democrático Alternativo (Colômbia)
PDP – Partido Democrático Popular (Nigéria)
PDS – Partido Democratici de la Sinistra (Itália)
PDS – Partido Democrático Senegalês
PDS – Partido do Socialismo Democrático (Alemanha)
PEV – Partido Ecologista Os Verdes (Portugal)
PIB – Produto Interno Bruto
PiS – Partido da Lei e da Justiça (Polónia)
PJ – Partido Justicialista (Argentina)
PKK – Partido do Trabalho Curdo (Turquia)
PLC – Partido Liberal Constitucionalista (Nicarágua)
PLD – Partido Liberal Democrático (Japão)
PLN – Partido da Libertação Nacional (Costa Rica)
PLQ – Partido Liberal do Québec (Canadá)
PNAC – Project for a New American Century
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PO – Plataforma dos Cidadãos (Polónia)
Podemos – Por la Democracia Social (Venezuela)
PP – Partido Patriota (Guatemala)
PPP – Partido do Povo Paquistanês
PPK – Partido dos Trabalhadores do Curdistão
PPSB – Partido do Programa Socialista da Birmânia
PPT – Pátria Para Todos (Venezuela)
PQ – Partido Quebequense (Canadá)
PRC – Partido da Rifondazione Comunista (Itália)





Lista de siglas

PRD – Partido da Revolução Democrática (México)
PRD – Partido Radical Democrático (Suíça)
PRIAN – Partido de la Renovación Institucional-Acción Nacional (Equador)
PS – Partido Socialista (Suíça)
PSC – Partido Social Cristão (Equador)
PSC-PSOE – Partit dels Socialistes de Catalunya (Espanha)
PSL – Partido Camponês (Polónia)
PSP – Partido Socialista do Peru
PSS – Partido Socialista Senegalês
PSUV – Partido Socialista Unido da Venezuela
RDA – República Democrática Alemã
RDC – República Democrática do Congo
SIPRI – Instituto Internacional para as Pesquisas sobre a Paz de Estocolmo
SPD – Partido Social Democraeta (Alemanha)
TEC – Tarifa Externa Comum
TPI – Tribunal Penal Internacional
TLC – Tratado de Livre Comércio
TNP – Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares
TRIFE – Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário da Federação (México)
UA – União Africana
UCR – Unión Cívica Radical
UDC – União Democrática de Centro (Suíça)
UDF – União para a Democracia Francesa
UE – União Européia
UIT – União Internacional de Telecomunicações
UMP – União por um Movimento Popular (França)
UNASUR – Unión de Naciones Suramericanas
UNCTAD – Conferência da ONU para o Comércio e Desenvolvimento
UNE – Unidade Nacional da Esperança (Guatemala)
UNEO – United Nations Environment Organization
UNFCCC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
UNFPA – Fundo de População da ONU
UNIAIDS – Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
Unitaid – Central Internacional de Compra de Medicamentos
UNT – Unión Nacional de Trabajadores (México)
UNV – Programa dos Voluntários das Nações Unidas
UPP – Unión Por el Peru (Peru)
URNG – Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca





Notícias do mundo

WASG – Alternativa do Trabalho e da Justiça Social (Alemanha)

WMO – Organização Meteorológica Mundial

ZANU – União Nacional Africana do Zimbábue

ZCTU – Congresso dos Sindicatos de Zimbábue







Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224
04117-091 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5571-4299
Fax: (11) 5571-0910
Correio Eletrônico: internacional@fpabramo.org.br
Na Internet: <http://www.fpabramo.org.br>



Periscópio Internacional – Notícias do mundo foi impresso na cidade de São Paulo pela Gráfica Bartira em janeiro de 2007. A tiragem foi de 500 exemplares. O texto foi composto em AGaramond no corpo 11/13,2. A capa foi impressa em papel Carta Íntegra 220g; o miolo, em Offset 75g.

